

**HENRIQUE SERGIO SILVA CORRÊA**

**O A.B.C. DE LIMA BARRETO (1916-1922)**

**ASSIS  
2012**

HENRIQUE SERGIO SILVA CORRÊA

**O A.B.C. DE LIMA BARRETO (1916-1922)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientador: Dr. Alvaro Santos Simões Júnior

ASSIS  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C824p	<p>Corrêa, Henrique Sergio Silva O A.B.C. de Lima Barreto (1916-1922) / Henrique Sergio Silva Corrêa. Assis, 2012 328 f. : il.</p> <p>Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr Álvaro Santos Simões Junior</p> <p>1. Barreto, Lima, 1881-1922. 2. Periódicos brasileiros. 3. Jornalismo e literatura. 4. Literatura brasileira – História e crítica. 5. Sátira. I. Título.</p> <p>CDD 070.175 869.93</p>
-------	--

HENRIQUE SERGIO SILVA CORRÊA

PALAVRAS DE UM REVOLTADO: a contribuição de Lima  
Barreto ao periódico 'A.B.C.' (1916-1922)

Dissertação apresentada à Faculdade  
de Ciências e Letras – UNESP para a  
obtenção do título de Mestre em  
LETRAS (Área de Conhecimento:  
LITERATURA E VIDA SOCIAL)

Data da Aprovação: 14/08/2012

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR - UNESP/Assis



Membros: PROF. DR. CARLOS ERIVANY FANTINATI - UNESP/Assis



PROFA. DRA. KELI CRISTINA PACHECO - UEPG/PR

*Dedico esta dissertação à  
Regina e Odair, Aline e Nicolas, e Kátia.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Alvaro Santos Simões Júnior por ter estado ao meu lado durante toda a minha trajetória limana, apontando caminhos e por não ter desistido em nenhum momento.

À agência FAPESP pelo financiamento imprescindível para a pesquisa.

Aos professores José Carlos Zamboni e Carlos Erivany Fantinati, pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Aos professores que me auxiliaram nesse longo trajeto percorrido desde a graduação até o mestrado.

Aos funcionários ligados ao programa de Pós-Graduação da FCL de Assis, do CEDAP da UNESP-Assis, do CEDEM da UNESP, do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, da Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional, e da Biblioteca Acácio José Santa Rosa da UNESP-Assis.

Aos amigos que estiveram presentes durante a elaboração da dissertação, em especial a Luis Fernando Campos D’Arcádia, pelos auxílios, e a Thiago Domingues, pelo acolhimento em algumas de minhas viagens à cidade de Assis.

À minha companheira Kátia, pelo apoio, auxílio, compreensão e amor.

Aos meus pais, Regina e Odair, minha irmã e sobrinho, Aline e Nicolas, pelo suporte dado em todos os anos de graduação e pós-graduação.

CORRÊA, H. S. S. **O A.B.C. DE LIMA BARRETO (1916-1922)**. 2012. 328 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivos: levantamento, indexação e análise dos textos publicados pelo escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) no periódico carioca *A.B.C.* (1915-1934), que foram veiculados de 1916 a 1922, com ênfase na série de capítulos da sátira *Os Bruzundangas*; e a investigação do hebdomadário visando ao esboço de um perfil para a publicação. A análise dos textos foi feita em seu conjunto, o que, até hoje, a fortuna crítica do autor não havia realizado, tentando notar possíveis condicionamentos do veículo sobre sua produção. A dissertação contém, em anexo, texto de Lima Barreto inédito em livro, cotejo crítico dos capítulos d'*Os Bruzundangas* publicados no *A.B.C.*, indexação do semanário no período de publicação da sátira e ilustrações. Com tudo isso, o estudo pretende contribuir para uma maior compreensão da obra de Lima Barreto e auxiliar futuros pesquisadores do autor e do tema em questão.

Palavras Chaves: Lima Barreto; literatura brasileira; revista *A.B.C.*; literatura em periódicos; *Os bruzundangas*.

CORRÊA, H. S. S. **THE A.B.C. OF LIMA BARRETO (1916-1922)**. 2012. 328 f. Dissertation (Masters in Literature). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.

#### ABSTRACT

This dissertation intends to gather, index and analyze texts published by author Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) on the periodical A. B. C. (1915-1934) between 1916 and 1922, with emphasis the series of chapters of the satire *Os Bruzundangas*; we also investigate the weekly publication in order to paint an accurate picture of it. The analysis of these texts in as a whole has not been done until now, and was made with the intention of possibly noting the influence of the medium on its production. Annexed to the dissertation we have Lima Barreto's writings that were not yet edited, a critical comparison between the chapters of *Os Bruzundangas* published in A.B.C. and an index of the periodical during the production of satires and illustrations. We intend to provide a better understanding of Lima Barreto's work, as well as make resources available to future researchers of the author and the theme.

Keywords: Lima Barreto; Brazilian literature; A.B.C. review; periodical literature; *Os Bruzundangas*.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1 LIMA BARRETO E O A.B.C. ....</b>	<b>37</b>
1.1 AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO.....	37
1.2 LIMA BARRETO NO A.B.C. ....	44
1.3 INDEXAÇÃO DOS TEXTOS DO ESCRITOR LIMA BARRETO NO A.B.C. (1916-1922) .....	58
1.4 SÍNTESE DA COLABORAÇÃO DE LIMA BARRETO NO A.B.C. ....	80
<b>2 A REVISTA A.B.C. ....</b>	<b>85</b>
2.1 <i>ESTREANDO</i> .....	87
2.2 <i>SUCESSO POR ACORDO GERAL</i> .....	94
2.3 OS BASTIDORES DO A.B.C. ....	96
2.4 RELAÇÕES COM O ITAMARATY .....	100
2.5 PAULO HASSLOCHER E LUÍS MORAES .....	110
2.6 O A.B.C.....	111
<b>3 A REPÚBLICA DAS BRUZUNDANGAS.....</b>	<b>122</b>
3.1 AS NOTAS.....	127
3.2 A REPÚBLICA BRUZUNDANGUENSE .....	132
3.3 PODE SER DEFINIDA A FEIÇÃO GERAL DA SOCIEDADE DA BRUZUNDANGA COM A PALAVRA – MEDÍOCRE.....	162
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>178</b>
ANEXO A – Estado de Sítio.....	179
ANEXO B – Os bruzundangas .....	182
ANEXO C – Indexação do periódico A.B.C. de janeiro a abril de 1917.....	248
ANEXO D – Acervo Iconográfico .....	323

## INTRODUÇÃO

É grande a importância de se trabalhar com o escritor pré-modernista Afonso Henriques de Lima Barreto. Os estudos sobre o período e acerca do autor vêm crescendo em número, ao mesmo tempo em que diminui a sombra projetada pelo modernismo sobre ambos. A ótica modernista que contaminou a historiografia literária do pré-modernismo vem sendo relativizada em obras que têm reabilitado a literatura produzida naquele momento.<sup>1</sup> O autor carioca é acompanhado por alguns estigmas, consequência de suas atitudes e da interpretação bondosa ou impiedosa da crítica. Por um lado, é visto como injustiçado e maldito, rótulos que o eximiriam de responsabilidade por uma literatura descuidada; por outro, não foram poucos os que o condenaram por um possível desleixo e desconhecimento das normas gramaticais. Neste estudo da produção de Lima Barreto para o hebdomadário *A.B.C.*, empreende-se uma tentativa de não se ater a estas visões, que tentam justificar ou censurar suas obras sem prévia análise, neste estudo da produção de Lima Barreto para o hebdomadário *A.B.C.*

O termo pré-modernismo, segundo Alfredo Bosi, designa aqueles que produziram suas obras antes do advento da literatura modernista no Brasil, delimitado como 1922 – ano da Semana de Arte Moderna. O momento de efervescência do parnasianismo, simbolismo e naturalismo já havia passado e escritores como Lima Barreto foram, desta forma, enquadrados e nomeados como continuadores do que já existia ou prenunciadores do que viria a acontecer na literatura. O pré-modernismo é, segundo esta visão da crítica, composto de autores “neo-parnasianos” ou que pendiam ao simbolismo, na poesia, e, na prosa, por naturalistas que visavam à exploração de tipos pitorescos do Brasil, como o sertanejo. Antonio Candido e Alfredo Bosi destacam alguns nomes que se teriam sobressaído à literatura hegemônica, e esta, por sua vez, conteria características parnasianas e naturalistas. Dentre os que se apartavam deste grupo hegemônico encontram-se, além do escritor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Graça Aranha, Augusto dos Anjos e outras poucas exceções. Eles completam o perfil do período traçado por Bosi, para quem o termo “pré-moderno” nomeia aqueles que simplesmente produziram naquele

<sup>1</sup> Um exemplo da reavaliação do período é o livro *Sobre o pré-modernismo*, editado em 1988 pela Fundação Casa de Rui Barbosa, resultado de exposição e seminário realizados no Rio de Janeiro – CARVALHO, José Murilo de et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Outro exemplo que pode ser mencionado é o prefácio de *O cemitério dos vivos*, escrito por Fábio Lucas para o livro editado pela editora Planeta e pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2004 – LUCAS, Fábio. Confissões e fundamentos de Lima Barreto. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *O cemitério dos vivos: memórias*. São Paulo: Editora Planeta; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. p. 7-16.

momento – “neo-parnasianos”, epígonos do simbolismo e prosadores tradicionalistas –, mas também os que realizaram inovações e questionaram a identidade e a realidade nacional de um modo novo.<sup>2</sup>

Antonio Candido classifica a etapa da literatura brasileira que vai de 1880 a 1920 como “pós-romântica”, ao traçar o perfil da prosa e da poesia escrita no Brasil, durante a primeira metade do século XX. Diferentemente do equilíbrio ideal entre cosmopolitismo e localismo, verificado, segundo Candido, no produto de alguns românticos e modernistas, o período apresenta uma literatura de permanência, que conserva e elabora os traços desenvolvidos após o romantismo. Acerca das obras, o crítico informa que “o produto típico do momento é o romance ameno, picante, feito com alma de cronista social para distrair e embalar o leitor”. A poesia parnasiana acrescentara pouco à literatura brasileira, e o simbolismo não atingira grande número de adeptos. “É o que se poderia chamar Naturalismo acadêmico, fascinado pelo Classicismo greco-latino já diluído na convenção acadêmica europeia, que os escritores procuravam sobrepor às formas rebeldes da vida natural e social do Novo Mundo”.<sup>3</sup>

Outra definição para o momento é tentada por José Paulo Paes no artigo “O *art-nouveau* na literatura brasileira”. Paes observa que as tentativas de definição anteriores não davam conta da heterogeneidade do estilo literário praticado no período, acatando, com ressalvas, o termo “pré-modernismo”. Para abranger toda a literatura, José Paes propõe a utilização de um conceito transposto das artes visuais, o *art-nouveau*, ou “arte nova”, e que já havia sido sugerido, conforme o próprio autor do artigo, por Brito Broca e por Flávio Motta. Aspecto desse estilo de arte na prosa seria a ornamentação superficial, o verbalismo ornamental, a opulência da linguagem, e alguns exemplos seriam encontrados nas obras de João do Rio, Raul Pompéia, Coelho Neto, Euclides da Cunha e Graça Aranha.<sup>4</sup>

Apenas com esses exemplos é possível perceber a dificuldade em se buscar uma definição precisa para o período. Para este estudo, a definição de Alfredo Bosi se encaixa melhor, principalmente por apontar traços que depois seriam reaproveitados na

<sup>2</sup> Os estudos de Antonio Candido e Alfredo Bosi podem ser encontrados, respectivamente, em: CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura 1900-1945 (panorama para estrangeiros). In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 117-145; BOSI, Alfredo. *A literatura brasileira*: Vol. V – O pré-modernismo. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

<sup>3</sup> CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura 1900-1945 (panorama para estrangeiros). In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 117-124.

<sup>4</sup> PAES, José Paulo. O *art-nouveau* na literatura brasileira. In: \_\_\_\_\_. Gregos e baianos. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-80.

literatura desenvolvida pelos modernistas, tal como o distanciamento da linguagem ornamental e a aproximação da fala popular.

Lima Barreto nasce em 13 de maio de 1881, uma sexta-feira. Mulato, filho de João Henriques, tipógrafo, e Amália Augusta, professora, perde a mãe aos seis anos. No dia de seu aniversário, em 1888, assiste com o pai a assinatura da Lei Áurea e o fim da escravidão. Foi vítima de preconceito racial e sofreu com o complexo da cor. Ao tentar a carreira de engenheiro, na Politécnica, desiste do curso após sucessivas reprovações, conjugadas com a tragédia que viria a abater sua vida doméstica.

Em 1903, o pai enlouquece e Lima entra para o funcionalismo público, na Secretaria da Guerra, com a necessidade de sustentar a família. Enfrentou o alcoolismo e perdeu duras batalhas. Quando começa a colaborar no *A.B.C.*, em 1916, aos 35 anos, já ostentava a fama de boêmio, havia sido internado no hospício (no ano de 1914) e publicara dois de seus mais importantes romances. Passava por privações e sofria com a loucura do pai. Aposenta-se por invalidez em 1918, aos 37 anos. Em fevereiro de 1919 decide cessar sua colaboração ao *A.B.C.* em protesto pelo fato de o periódico ter publicado artigo considerado racista pelo escritor. Em agosto do mesmo ano, Lima Barreto retoma sua contribuição ao *hebdomadário*. No final do ano tem nova passagem pelo hospício, de onde só sai em começos de 1920. Morre no dia 1º de novembro de 1922, aos 41 anos.

Todos esses dados auxiliam na melhor interpretação do produto da escrita limana. O contato com o anarquismo, aparentemente, se dá quando Lima Barreto entra para o funcionalismo público, e conhece Domingos Ribeiro Filho, militante anarquista e companheiro de repartição. Desde então passa a manifestar sua simpatia pelo movimento dos trabalhadores organizados, que por aqui começava a se consolidar, em jornais operários e na “imprensa independente”. Esse dado é relevante para este trabalho, pois, no *A.B.C.*, Lima defende os anarquistas amotinados, presos e desterrados durante a insurreição de 1918 no Rio de Janeiro, e vez ou outra se mostra afinado com os adeptos desta doutrina no Brasil.

Uma das leituras anarquistas de Lima Barreto, e que ele certa vez sugerira a um de seus correspondentes,<sup>5</sup> é a do livro *Ajuda Mútua*, de 1902, na versão francesa, do

---

<sup>5</sup> Trata-se de Jaime Adour da Câmara, em carta datada de 27 de julho de 1919, a quem Lima Barreto aconselha a leitura dos romancistas russos, além de Kropótkin, Augustin Hamon, Élisée Reclus, Comte e Spencer. BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Correspondência, ativa e passiva*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 170-171.

anarquista e geógrafo russo Piotr Kropotkin (1842-1921).<sup>6</sup> Neste livro, Kropotkin tenta mostrar como, partindo da fauna para as sociedades humanas, as mais diversas espécies conseguem superar situações adversas e sobreviver mediante a colaboração dos indivíduos que as compõem, fazendo da ajuda mútua um fator do progresso. O livro serve como uma resposta ao darwinismo social, espécie de vulgarização do darwinismo aplicado à sociedade humana, com sua lei da sobrevivência do mais apto, tão difundido naquele momento.

Em 1885, Élisée Reclus publica *Paroles d'un Révolté*, uma reunião de artigos escritos por Kropotkin entre 1880 e 1882, na revista *Le Révolté*.<sup>7</sup> Nos artigos, Kropotkin estuda os problemas sociais daqueles tempos e a fissura dos Estados, e conclama a revolução. Não é difícil, portanto, traçar um paralelo das características gerais das *Palavras de um revoltado* (título em português da obra)<sup>8</sup> com a colaboração de Lima Barreto ao *A.B.C.* Lima Barreto também escreve um manifesto revolucionário (“No ajuste de contas...”), brinda ao maximalismo nos primeiros momentos da Revolução Russa, aponta as agruras da sociedade brasileira e as fraturas da estrutura da República brasileira. O título deste trabalho, tomado de empréstimo da obra kropotkiniana, além de apontar para a proximidade na tonalidade entre os dois conjuntos de textos, também revela a face polêmica dos escritos de Barreto no hebdomadário carioca.

O presente estudo tem, então, por objetivo a reunião, a indexação e a análise dos textos publicados pelo escritor carioca para o periódico *A.B.C.*, entre os anos de 1916 e 1922. Essa perspectiva de análise do conjunto da produção de Lima no semanário é inédita na fortuna crítica do autor. É comum encontrar estudos que se valem do *A.B.C.* como fonte para melhor análise de suas principais obras ou como forma de evidenciar as opiniões do escritor. O que não se viu até o momento foi um trabalho que se dispusesse a analisar essa produção como um conjunto, tentando notar possíveis condicionamentos do veículo de informação, e influência em sua produção ficcional. Em termos gerais, o trabalho auxilia na maior compreensão da obra do escritor, principalmente de seus últimos anos, além de empreender um estudo sobre a revista *A.B.C.*, algo inédito até o momento.

---

<sup>6</sup> O livro, *Entr'aide*, encontrava-se na primeira prateleira da quarta estante da “*Limana*”, a biblioteca de Lima Barreto, segundo consta no inventário feito pelo próprio autor – BARBOSA, *A vida de Lima Barreto*, 2002, p. 390.

<sup>7</sup> ZEMLIAK, Apresentação. In: KROPOTKIN, Piotr Alekseevich. *Palavras de um revoltado*. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2005. p. 7-8.

<sup>8</sup> KROPOTKIN, Piotr Alekseevich. *Palavras de um revoltado*. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2005.

Sobre a revista, cabe mencionar o fato de que ela é normalmente avaliada levando-se em conta apenas a colaboração de Lima Barreto. Como será possível observar, a escrita barretiana no *A.B.C.* não se filia à linha editorial do semanário. É um equívoco pensar que a redação comungava da mesma opinião de Lima Barreto nos diversos temas de que o cronista se aventurou a tratar. O *A.B.C.* tendia a ser defensor da manutenção da constituição e da defesa do regime republicano. Tentava difundir planos de ação visando ao “progresso” do país mediante debate político e pela educação. O hebdomadário privilegiava a política em detrimento dos outros assuntos, como a literatura e as outras artes.

Ora, se o jornalista Lima Barreto também debateu publicamente no *A.B.C.* a política e a educação, objetivando melhorias nestas instâncias, ele, da mesma forma, atacou o regime republicano e a injustiça de algumas leis, e tratou de literatura, cultura e de outros assuntos com a mesma seriedade, com o mesmo ânimo. Deste modo, chega-se à conclusão de que há certo distanciamento entre a postura política do *A.B.C.* e a de Lima Barreto. O escritor, aliás, em mais de um momento declara não tratar de política, ou não gostar de abordar o assunto; contudo, o faz frequentemente. Boa parte de seus textos no *A.B.C.* trazem algum significado político, ou entram no debate sobre as relações de poder. Segundo João Ubaldo Ribeiro: “o termo política [...] refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas consequências desse exercício”.<sup>9</sup> Para mostrar a complexidade do significado e seu profundo vínculo com a vida em sociedade, Ribeiro informa:

As formas de exercício do poder são às vezes difíceis de pilhar. Quando nos dizem que não nos é permitido (no caso dos brasileiros do sexo masculino) passar dos 17 anos sem nos alistarmos nas Forças Armadas, é evidente que um poder se exerce sobre nós de forma bastante palpável. Entretanto, ao pensarmos ou agirmos de determinadas maneiras que, não raro, julgamos naturais ou espontâneas, esse poder é menos fácil de visualizar. É o que se dá, por exemplo, quando mantemos preconceitos contra o nosso semelhante, por ser ele negro ou branco, protestante ou católico, ou por falar com um sotaque diferente do nosso. A existência de preconceitos não é natural. O homem não nasce com preconceitos, ele os aprende socialmente. Ao aprendê-los, é claro que seu comportamento está sendo influenciado.

---

<sup>9</sup> RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 13.

É igualmente claro, por conseguinte, que ele está sendo submetido a algum poder.<sup>10</sup>

Até mesmo os exemplos utilizados por Ubaldo Ribeiro vêm em boa hora, pois são debatidos por Lima Barreto no semanário carioca. Para concluir a respeito do certo distanciamento existente entre escritor e veículo, a orientação do *A.B.C.* foi fundamental para direcionar o tipo de produção que Lima Barreto publicaria em suas páginas, mas não para nortear seu significado.

E como funcionava a política da Primeira República?

A república já tinha se estabilizado, contando vinte e sete anos desde sua proclamação, em 1889. A economia enfrentava sucessivas crises, e o jogo político era dominado por grupos rivais que se batiam pelo poder.

A estrutura política da Primeira República é caracterizada pelas oligarquias que dominavam os estados e que eram sustentadas pelo coronelismo e pelo sistema eleitoral pouco confiável. Elas podem ser divididas em dois tipos, conforme classificação de Edgard Carone: a dos estados mais adiantados, cujos partidos dominantes imprimem sua orientação servindo como poder moderador para as relações entre os grupos que o compõem – exemplos são os estados de São Paulo (PRP – Partido Republicano Paulista), Minas Gerais (PRM – Partido Republicano Mineiro) e Rio Grande do Sul; e a dos estados menos ricos em que, apesar da existência dos partidos dominantes (PRs – Partidos Republicanos), o grupo ou família detém o poder absoluto – o que acontecia em todos os outros estados.<sup>11</sup> As oposições que denunciavam o estado da política, vislumbravam apenas a troca das lideranças, a mudança de quem estava no poder, e não a alteração daquele sistema. Conforme Carone: “O que se condena é o indivíduo e sua *entourage*, o predomínio e a coerção, o assalto ao orçamento público etc”.<sup>12</sup>

A relação entre as políticas estaduais e a federal se dava sob o influxo da política dos governadores, encetada no governo Campos Sales (1898-1902).<sup>13</sup> Essa política consistia na premissa de que o governo federal não influenciaria nas decisões estaduais e os governos estaduais não se oporiam ao governo federal.

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por quem manda, como manda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 19.

<sup>11</sup> CARONE, Edgard. Oligarquias: definição e bibliografia. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: v. 12, n. 1, jan./mar. 1972. p. 83.

<sup>12</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 264.

<sup>13</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 42.

Para a compreensão do período, convém conhecer um pouco da dinâmica social verificada, principalmente no Rio de Janeiro, após a transição da Monarquia para a República, e observar mais de perto os governos Hermes da Fonseca (1910-1914) e Venceslau Brás<sup>14</sup> (1914-1918), pois são terrenos férteis em que Lima Barreto colhe muitos ingredientes para desenvolver sua obra ficcional, com os quais constrói sua sátira *Os bruzundangas* e dialoga em suas crônicas.

Conforme Nicolau Sevcenko explica, em *Literatura como missão*, a passagem da Monarquia para a República trouxe consigo subsequentes crises políticas que

atingiram principalmente [...] as elites tradicionais do Império e o seu vasto círculo de clientes; mas tendendo em seguida [...] a eliminar também da cena política os grupos comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo.<sup>15</sup>

Esse processo de mudança desencadeou uma “permutação em larga amplitude dos grupos econômicos”, cujos mais altos cargos ficaram com os arrivistas. O tipo social representativo do novo regime conciliava o “conservadorismo arejado” com a “cupidez material”.<sup>16</sup>

As rápidas transformações tiveram um compasso frenético, como o estilo de vida da nova sociedade. A penetração intensiva do capital estrangeiro auxiliou o ritmo intenso das mudanças.<sup>17</sup>

A cidade do Rio de Janeiro era o maior centro comercial do país. “A nova filosofia financeira nascida com a República reclamava a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais”. No entanto, a estrutura da cidade era insuficiente para todas as novidades; o antigo cais, as ruelas estreitas e as áreas pantanosas não suportavam as novas necessidades do período. “O medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus”. Adiciona-se a este temor, o resultado das sucessivas crises políticas que sustaram a entrada de capitais e dificultaram a imigração.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> Venceslau Brás Pereira Gomes foi o nono presidente do Brasil e governou de 15 de Novembro de 1914 a 15 de Novembro de 1918.

<sup>15</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 36-37.

<sup>16</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 37-38.

<sup>17</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 38.

<sup>18</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 39-41.



“Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado”.<sup>19</sup> Observou-se, então, uma obsessão pelo progresso. As agitações de 1897 e a repressão à Revolta da Vacina, em 1904, extinguiram os últimos focos monarquistas e deram estabilidade ao novo regime.<sup>20</sup> A restauração financeira interna e a recuperação da credibilidade estrangeira abriram espaço para a substituição das elites sociais.<sup>21</sup>

A transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro, as transformações do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca se deram sob quatro princípios fundamentais:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.<sup>22</sup>

Os novos parâmetros de comportamento condenavam a serenata, a boemia e o violão.<sup>23</sup>

As favelas surgiram a partir da expulsão da população humilde do centro da cidade e da intensificação da taxa de crescimento urbano. Logo, elas se tornaram alvo dos “regeneradores”, juntamente com as barracas varejistas, as carroças, os restaurantes populares e os cães vadios. Havia certa intolerância cultural e religiosa. As festas populares eram recriminadas e o jogo do bicho foi proibido. A imprensa incentivava a “caça aos mendigos”.<sup>24</sup>

As novas relações sociais eram pautadas por padrões econômicos e mercantis.<sup>25</sup> Figueiredo Pimentel cria a crônica social, que teria como finalidade ordenar o caos do arrivismo, fixar posições, distribuir as glórias. Esse tipo de crônica teve eficiência

---

<sup>19</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 41.

<sup>20</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 41-42.

<sup>21</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 42.

<sup>22</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 43.

<sup>23</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 45-46.

<sup>24</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 46-48.

<sup>25</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 49-52.

restrita, pois não conseguia apreender a velocidade com que os novos ricos apareciam e desapareciam.<sup>26</sup> Foi a época dos golpistas, em que os “cavadores”, os elegantes, os sofisticados, foram “o símbolo imediato do arrivismo e da ambição irrefreada e bem-sucedida”.<sup>27</sup>

Esse crescimento do Rio de Janeiro era resultado de fatores econômicos mundiais, como a expansão do sistema capitalista, a crescente demanda europeia por matérias-primas e a superprodução, cresceram os investimentos europeus para a ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados. Da mesma forma se verificou um elevado aumento na entrada de colonos europeus no Brasil.<sup>28</sup>

Porém, as desordens que aconteciam no Brasil e a desconfiança estrangeira fizeram ressurgir “uma corrente conservadora na gestão política e econômica na nova República”. Eis que surge a “República dos Conselheiros”, constituída pela elite vinda dos altos escalões do Império e que tinha a finalidade de recuperar as finanças e a imagem de estabilidade do país. Essa tentativa de forjar um Estado-Nação moderno tinha como principais nomes os de Rodrigues Alves e Rio Branco.<sup>29</sup>

Contudo, em que pesem todos os fatores econômicos mundiais referidos acima, que geraram o *dandy* carioca, insuflaram o mercado brasileiro e “regeneraram” a cidade, os mesmos não estavam disponíveis para toda a população. A camada pobre da população não podia consumir as novidades europeias ou viver comodamente, encontrava barreiras para a participação social e política. A respeito disso, num balanço social do período, Sevcenko informa:

Apesar do crescimento econômico global no Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados era muito limitada. Assim como muito limitada e até decrescente era a participação política. As elites agrárias, beneficiárias e procedentes da tradicional divisão internacional artificial do trabalho, constituíam um sistema oligárquico semifechado, que, de conformidade com círculos plutocráticos urbanos, monopolizavam os postos diretos e as atividades mais rendosas. As oportunidades restritas que o crescimento do sistema oferecia eram alvo de uma rude concorrência pelas amplas camadas urbanizadas, reforçando comportamentos

---

<sup>26</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 54-55.

<sup>27</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 56-58.

<sup>28</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 58-63.

<sup>29</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 64-66.

agressivos e desesperados de preconceitos e discriminação. O controle pelo Estado da maioria quase absoluta dos cargos técnicos e de múltiplos postos proveitosos estimulava o patrimonialismo, o nepotismo, o clientelismo e toda forma de submissão e dependência pessoal [...]. Nesse sentido, e ao contrário da lógica liberal progressista europeia, a real habilitação técnica e o verdadeiro talento eram antes empecilhos do que premissas para o sucesso pessoal.<sup>30</sup>

As possibilidades de participação na escolha de seu destino eram vetadas aos que não fossem bem-nascidos ou apaniguados.

A República tropeçava na improdutividade, nos excessivos gastos e no analfabetismo, o que inviabilizava o “estabelecimento do regime do progresso e da racionalidade”.<sup>31</sup>

Isto se mesclava a grande concentração urbana condensada com trabalhadores agrários desempregados, escravos recém-libertados e imigrantes europeus. A explosão demográfica só ampliava a grave situação enfrentada pela população carente da cidade do Rio de Janeiro. A dificuldade de se conseguir moradias, as crises econômicas, o aumento do custo da alimentação, empurra a camada mais pobre da sociedade para pontos longínquos em moradias improvisadas. Aumenta o índice de criminalidade, as internações no Hospício Nacional, e os suicídios.<sup>32</sup>

A tensão social aumenta com as organizações operárias e por moradia, que tentam pressionar o governo e os proprietários de indústria. Grupos políticos buscavam apoiar-se nesses movimentos, como os jacobinos e os positivistas.<sup>33</sup>

Cerceados nas suas festas, cerimônias e manifestações culturais tradicionais, expulsos de certas áreas da cidade, obstados na sua circulação, empurrados para as regiões desvalorizadas: pântanos, morros, bairros coloniais sem infra-estrutura, subúrbios distantes, matas; discriminados pela etnia, pelos trajes e pela cultura; ameaçados com os isolamentos compulsórios das prisões, depósitos, colônias, hospícios, isolamentos sanitários; degradados social e moralmente, tanto quanto ao nível de vida, era virtualmente impossível contê-los quando explodiam em motins espontâneos.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 70-71.

<sup>31</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 71-72.

<sup>32</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 72-87.

<sup>33</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 88-91.

<sup>34</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 91.

O que se sucedia a tais motins espontâneos era a repressão brutal da polícia e do Estado.

Se a realidade social era alarmante, da observação com lentes de aumento dos movimentos da política nacional durante pouco mais de um quadriênio da década de 10, será possível apreender como funcionava o jogo político brasileiro, que como mencionado acima, era restrito. Ainda mais significativo será observar esse momento, pois é nele que as oligarquias estaduais são postas a prova pelas salvações nacionais. As salvações consistiam na tomada do poder de um estado por meio da força, efetuada por determinados grupos derrotados nas eleições estaduais, com intervenção dos militares. Ou seja, diferentes facções políticas digladiavam-se em busca do poder nos estados, contando com apoio militar ou civil.

Em 1910, o marechal Hermes da Fonseca assume a presidência depois de vencer no pleito o ilustre político baiano Rui Barbosa. Os militares e diversas forças políticas estaduais foram responsáveis pela vitória de Hermes: Bias Fortes (representante da oligarquia dominante de Minas Gerais), Francisco Glicério, Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul), Rosa e Silva (Pernambuco), Artur Lemos (Pará) e outros. Oligarquias oposicionistas de vários Estados também o apoiaram, o que tornou a situação conflitante e imprevisível.

No governo Hermes da Fonseca, o Exército retorna ao cenário político, depois de uma ausência de quatro ou cinco governos. Mede forças com o gaúcho Pinheiro Machado, político influente que tentava centralizar o poder em suas mãos.<sup>35</sup> As ações de Machado visam a minar a possível galgada ao poder dos militares amigos do Marechal Hermes. Além disso, a maioria das oligarquias estaduais é favorável ao político do Rio Grande do Sul.

Para pressionar Hermes da Fonseca e os militares, Machado cria um novo partido, o PRC (Partido Republicano Conservador), cuja Comissão Executiva era formada por Quintino Bocaiúva, Bias Fortes, Urbano dos Santos, Tavares de Lira, Leopoldo Bulhões, Siqueira Menezes e Antônio Azeredo, e seus estandartes são as da política dominante, isto é: defesa da Constituição e contra qualquer revisão constitucional; autonomia dos Estados; liberdade eleitoral; estabilidade cambial e valorização gradual da moeda; revisão do sistema tributário; defesa das indústrias

---

<sup>35</sup> José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) era líder do PRC (Partido Republicano Conservador) e um dos políticos mais influentes da Primeira República. Exerceu o cargo de senador de 1890 a 1915, ano de seu assassinato.

nacionais, agrícolas, etc; defesa dos interesses do comércio nacional; defesa de uma mais perfeita organização civil da sociedade brasileira. Por um lado, Hermes era pressionado por aqueles que pretendiam a continuidade do *status quo* (Pinheiro Machado e PRC), e por outro lado, por elementos que ambicionavam o poder (minorias estaduais e Exército).<sup>36</sup>

Conforme Carone, o panorama do governo e das forças que o cercam até 1913 é marcado pela tensão entre militares e o pinheirismo: “Pinheiro Machado continua a pressionar Hermes e acompanha a derrota de seus partidários estaduais e a vitória esmagadora das ‘salvações nacionais’”. As salvações conseguem obter êxito com a conivência do Estado e fracassam quando o poder federal intervém. Ou seja, diferentes facções políticas digladiavam-se em busca do poder nos estados, contando com apoio militar ou civil. As tentativas salvacionistas ocorrem durante as sucessões estaduais, entre 1911 e 1912.<sup>37</sup>

São listados agora, exemplos da disputa pelo poder e de tentativa salvacionista em alguns estados, colhidos na obra de Edgard Carone, *A República Velha – evolução política*. São Paulo, cuja situação apoiara Rui Barbosa nas eleições presidenciais, constitui o único caso em que há interesse comum entre militares e pinheiristas. Nas eleições estaduais, após acordo do opositorista, Rodolfo Miranda (indicado por Pinheiro Machado), com o candidato da situação, Rodrigues Alves (que contava com o respeito do presidente), o segundo vence as eleições, mas a oposição consegue 1/3 dos cargos legislativos.

Na Bahia, ocorre a cisão entre J. J. Seabra e o governador do estado, Araújo Pinho (PRD – Partido Republicano Democrático). A vitória de Seabra, e dos militares, representa uma derrota para Pinheiro Machado. Seabra assume o posto de governador em 1912.

Em Pernambuco – caso importante para a leitura d’*Os bruzundangas* – com o fim do mandato de Herculano Bandeira (1908-1912), candidato do chefe oligarca Rosa e Silva (que dominava o estado desde 1896), o general Dantas Barreto, então ministro da Guerra, apresenta-se para a sucessão. Do outro lado, apresenta-se Rosa e Silva, que conta com a força da polícia, situacionistas e vence as eleições. Dantas Barreto, candidato do PRC, tem o apoio do Exército. Hermes da Fonseca fica dividido entre

---

<sup>36</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 265.

<sup>37</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 265.

apoiar Rosa e Silva, que o sustentou na eleição para a presidência e sustentava seu apoio ao governo federal, e Dantas Barreto, companheiro de partido. Apesar da aparente neutralidade, Hermes e Pinheiro acabam por apoiar Dantas. Este, após conflitos entre exército e polícia, é eleito. A população participa dos conflitos atacando a polícia e o governo pernambucano, apesar de não apoiar as forças oposicionistas, que se aproveitam da ação popular.

O estado do Ceará é dominado por Nogueira Acioli desde 1896, que escolhe como seu sucessor para o governo o “octogenário” desembargador Domingos Carneiro. O líder oposicionista é João Brígido, que lança a candidatura de um militar, coronel Franco Rabelo, imaginando ser essa a única solução para vencer a máquina oligárquica. Diversos conflitos ocorrem com populares favoráveis à oposição. Acioli renuncia e foge para a capital. Pinheiro Machado tenta, sem sucesso, desarticular a candidatura oposicionista militar. A situação chega a um consenso de nome para a sucessão, trata-se do general Bezerril Fontenele, que como o nome da oposição não tem nenhuma repercussão. As eleições ocorrem de forma pacífica e a oposição vence.<sup>38</sup>

Durante seu governo, o cel. Franco Rabelo se afasta das lideranças que o indicaram, e passa a ser combatido pelos opositores. Dentre estes se encontram os Acioli, Padre Cícero e Floro Bartolomeu, e o próprio João Brígido. Entre 1913 e 1914 tem início uma sublevação em que Franco Rabelo é sacado do poder, contando com a conivência do governo federal que, em apoio indireto aos revoltosos, atrasará o envio de esforços para o governador. Os elementos da oligarquia anterior voltam, mas um pouco mais enfraquecidos.

Após esse período, o pinheirismo retomará aos poucos o predomínio na política, contando também com as divisões entre os militares, provocadas por ambição, e com os conflitos nas políticas estaduais. Passada a onda de salvações nacionais, discute-se a participação militar na política, com o subsequente afastamento dos militares do tabuleiro político. As tentativas de acabar com as oligarquias por meio das salvações não surtiram efeito, visto que os novos governos estaduais voltaram a se aparelhar em torno de máquinas oligárquicas. Com isso, Pinheiro Machado torna a ter maior controle político. No entanto, Dantas Barreto, general pernambucano, continua influente e indicando militares para os governos, principalmente no Nordeste, opondo-se a Pinheiro

---

<sup>38</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 279.

Machado. Dantas tenta criar a “Confederação do Norte”, para dar mais força política e representatividade aos estados do Norte do país, o que não se concretiza.

Em março de 1914, devido ao racha na questão política e o apoio ao governador cearense coronel Franco Rabelo, circulam rumores e há clima de hostilidade. Hermes da Fonseca decreta estado de sítio para o Distrito Federal. Jornais são fechados e militares, políticos e jornalistas presos (o *Correio da Manhã* é um dos jornais fechados e seu dono, Edmundo Bittencourt, um dos presos). A suspeita é de rebelião. O estado de sítio é prorrogado por duas vezes: de 31 de março a 30 de abril, e de 30 de abril a 30 de outubro.<sup>39</sup>

Para a sucessão de Hermes da Fonseca, vários nomes são propostos e logo retirados. Surge o nome de Pinheiro Machado, apoiado por Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e estão contra a sua candidatura Pará, Pernambuco, Alagoas (Clodoaldo da Fonseca) e Paraná. Os outros estados ficam na espera.

A candidatura de Pinheiro Machado não agrada ao PRM e ao PRP. Os paulistas afirmam aceitar a opinião dos mineiros, e Pinheiro Machado é descartado. O próprio gaúcho afasta seu nome.

Com a morte de Campos Sales (nome aventado pelos mineiros), e a falta de apoio aos nomes de Nilo Peçanha, Dantas Barreto e Francisco Sales, chega-se ao nome de Venceslau Brás (1913), como conciliação. Ele tem o apoio de São Paulo e Minas e a simpatia do Rio de Janeiro e Pernambuco. Pinheiro Machado e os demais estados acatam a chapa. Rui Barbosa ainda tenta entrar na disputa; conta com o apoio de Pernambuco (Dantas Barreto) e Pará (Lauro Sodré), oposições e minorias (Alfredo Elis, Francisco Glicério e Albuquerque Lins – SP; Assis Brasil – RS; Carlos Peixoto Filho – MG; etc). Organizada a chapa pelo Partido Republicano Liberal, a falta de apoio dos grandes estados faz com que a chapa Rui Barbosa-Alfredo Elis desista do pleito.<sup>40</sup>

O começo do governo Venceslau Brás (1914-1918) é descrito por Carone da seguinte maneira:

A posse de Venceslau Brás Pereira Gomes e de Urbano Santos da Costa Araújo, no dia 15 de novembro de 1914, traz distensão e desafogo geral. Os casos de *salvações nacionais*, a luta do pinheirismo

<sup>39</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 292.

<sup>40</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 294-295.

pela reconquista de sua liderança, o problema sucessório, as crises econômicas de 1913 e 1914, a inflação galopante que começa, a tensão criada com os estados de sítio, prisões e arbitrariedades, haviam levado o governo Hermes da Fonseca a um desgaste e impopularidade quase totais. Certos problemas, no entanto, persistirão. O estado de sítio, prolongado por duas vezes, termina em 30 de outubro. Seu fim é motivo de manifestações populares no decorrer de novembro de 1914. A partir do dia 1º, estudantes da Politécnica e Medicina fazem festa e dão apupos ao nome do marechal. A maioria dos jornais lança editoriais contra a medida de exceção. As atitudes de crítica ao período anterior fazem “referência às agressões que estavam sofrendo os oficiais e praças nas ruas desta cidade”.<sup>41</sup>

Até agora já foi possível perceber o destacado papel de Pinheiro Machado nos destinos da política nacional. Até seu assassinato, em 1915, ele terá peso na vida política, medindo forças com o presidente. Machado indica nomes para o ministério de Venceslau Brás, dos quais o político mineiro aceita alguns. Brás sustenta nomes fundamentais como o general Caetano de Faria para o cargo de ministro da Guerra e Sabino Barroso para o Ministério da Fazenda, deixando de lado indicações pinheiristas.<sup>42</sup>

Na Câmara de Deputados, Fonseca Hermes, que já ocupava o cargo, e é a indicação de Pinheiro Machado, disputa com Antônio Carlos, o indicado da política mineira; “com apoio dos deputados da Coligação, o último é eleito”.<sup>43</sup>

Antes de seu assassinato, Pinheiro Machado dá mostras de que tenciona retomar a hegemonia política.<sup>44</sup> No caso do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, antigo aliado de Pinheiro, elege Oliveira Botelho para o cargo de governador do estado. Nilo, ainda presidente da República, rompe com Pinheiro Machado, enquanto Oliveira Botelho é favorável à candidatura do político gaúcho à presidência. Ocorrida a cisão, na sucessão estadual, Botelho apoia o tenente Feliciano Sodré e Nilo Peçanha aparece como candidato opositor. Apesar das eleições terem sido pacíficas, os conflitos começam a ocorrer. A situação, liderada pelo deputado Ponce de León, impede a entrada da oposição na Assembleia. O situacionismo pede intervenção federal. Mas há oposição de vários senadores ao estado de sítio. Nilo Peçanha consegue ser eleito pela Comissão de

---

<sup>41</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 296.

<sup>42</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 297-298.

<sup>43</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 298.

<sup>44</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 299-303.



Verificação de Poderes, onde seus partidários representavam a maioria, e pede *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal para ter garantias de sua posse. Nilo é empossado em 1º de janeiro de 1915, mas a Assembleia favorável a Feliciano Sodré também o empossa. O senador Pinheiro Machado tenta acelerar o processo de intervenção para que Sodré assuma. Nilistas apupam o senador gaúcho. A Comissão de Constituição do Senado empossa Sodré. A discussão do projeto na Câmara é adiada. O tempo passa e com a morte de Pinheiro Machado em setembro, o grupo que apoiava Sodré vai murchando e ele acaba derrotado.

Os candidatos de Pernambuco para o Senado eram José Bezerra, candidato de Dantas Barreto, e Rosa e Silva, pela oposição. O resultado demora a sair, sendo eleito Rosa e Silva. Após protestos de estudantes e oposicionistas, o presidente Venceslau Brás age: “Sabino Barroso pede demissão do posto de Ministro da Fazenda, sendo substituído por Pandiá Calógeras; a vaga no Ministério da Agricultura é preenchida, com a nomeação de José Bezerra”.<sup>45</sup>

Já no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado lança o nome de Hermes da Fonseca para senador no lugar de Joaquim Assunção que havia renunciado. Essa candidatura causa cisão no PRR, e há manifestações contrárias à política pinheirista, já que os casos de Pernambuco e Rio Grande do Sul, além do Rio de Janeiro, se dão ao mesmo tempo. Com o clima hostil, na população e imprensa, ocorre o assassinato de Pinheiro Machado, e a desistência de Hermes da Fonseca, que só voltará ao cenário político em 1922.

Lima Barreto gostava de observar a paisagem, a bela paisagem natural do Rio de Janeiro. É da observação da natureza que brotam belas descrições em seus romances, contos e crônicas. Não se furtava, a observar os movimentos dos indivíduos, numa viagem de bonde, numa mesa de bar, no subúrbio carioca, ou desfilando no centro da cidade. O observador Lima Barreto, também esteve atento à política e ao jogo político. Dali brota *O papão*, *Numa e a ninfa*, e trechos dos seus mais variados romances.

Os textos do *A.B.C.* em muito se aproximam da produção prévia do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*; muitos deles retomam assuntos abordados em obras anteriores, como a imprensa, a reforma agrária, a mulher na sociedade, a loucura, o racismo, a política, etc. A produção anterior inclui os romances *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909, com a segunda edição aparecendo em 1917), *Triste fim*

---

<sup>45</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 301.

de Policarpo Quaresma (1911 em folhetins, 1916 em livro), *Numa e a ninfa* (1915 em folhetins, e 1917 em volume), além de inúmeros contos, crônicas e o folhetim *O subterrâneo do Morro do Castelo* (1905 em folhetins, publicado de forma anônima e reunido em volume somente no ano de 1997). Já o romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e o livro de contos *Histórias e Sonhos* (1920) são publicados durante os anos pesquisados, sendo que o último reúne, dentre os textos que o compõem, diversos contos impressos no *A.B.C. Os Bruzundangas* (dezembro de 1922) e *Bagatelas* (1923), livros que saíram após a morte do escritor, também possuem textos do semanário, principalmente o primeiro. Além destas obras, nas décadas de 40 e 50 do século passado foram publicadas algumas obras inéditas, como *Clara dos Anjos* e *O cemitério dos vivos*, e as *Obras de Lima Barreto*, obra completa do autor organizada por Francisco de Assis Barbosa e dividida em 17 tomos. Na primeira década dos anos 2000, saíram os dois volumes do *Toda Crônica* (2004), tentativa de compilar todos os textos do gênero produzidos pelo autor. Em 2010 saíram os *Contos Completos*, reunião de 149 contos do escritor. Outros livros de extrema importância para a pesquisa e que compõem a obra completa do de Lima Barreto são os dois volumes de correspondência ativa e passiva, o *Diário Íntimo* e o *Diário do hospício*, que foi publicado junto com o *Cemitério dos vivos*.

Quanto a sua atividade jornalística, Lima já colaborara em veículos pequenos e grandes. De acordo com levantamento do próprio escritor, feito em uma folha batida à máquina de escrever, da qual se encontra cópia fac-símile no primeiro volume do *Toda Crônica*, e com informações fornecidas pela pesquisadora Beatriz Resende no ensaio introdutório ao volume, o jovem Lima Barreto começa sua vida jornalística no jornal estudantil *A Lanterna*, com textos publicados em 1900 e 1902. Também em 1900 publica seu único poema, um soneto n' *O Suburbano*, jornal de bairro da ilha do Governador, e, em 1902, na *Quinzena Alegre*. Depois, *Tagarela* e *Revista da Época* em 1903. Em 1905, publica a série de reportagens a respeito das escavações no Morro do Castelo, no *Correio da Manhã*. Em 1907, passa brevemente pela *Fon-Fon* e funda a *Floreal*, que teria apenas quatro exemplares. Em 1911, colabora nos periódicos *Gazeta da Tarde*, *A Estação Teatral* e publica o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em folhetins, no *Jornal do Comércio*. Em 1913, publica artigo na *Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, de orientação anarquista. Em 1914 e 1915, escreve para o *Correio da Noite*. Ainda em 1915, interrompe a colaboração no *Correio da Noite* para escrever para a revista *Careta* e publica *Numa e a ninfa* em folhetins no

periódico *A Noite*. Em 1916, começa a escrever para o *A.B.C.* e no *Almanaque d'A Noite*. Em 1917, escreve também n' *O Debate*, na *Revista da Época* e *D. Quixote*. No ano de 1918, o vespertino *A Lanterna*, a *Revista Contemporânea*, *Brás Cubas* e a *Revista Souza Cruz* contam com seus textos. Em 1919, retoma sua colaboração na *Careta*, e escreve no *Argos*, *Hoje*, *Atualidade*, *Livros Novos* e *Revista Contemporânea*. Em 1920, colabora com os periódicos *Boa Noite* e *A Folha*. Em 1921 e 1922, não inicia colaboração em nenhum novo periódico, apenas prossegue com seus textos na *Careta* e no *A.B.C.*, além de escrever na *Revista Souza Cruz* e no *Hoje*. Ainda há participação do escritor em *O Malho*, na *Gazeta de Notícias*, em *O Mundo Literário*, n' *A Tribuna*, n' *O Riso*, *O Diabo*, *Era Nova*, *Primavera* e *Revista em Revista*.<sup>46</sup>

Acompanha a fortuna crítica de Lima Barreto a ideia de que ele tivera seus romances ignorados pela imprensa. De certo, essa ideia da “conspiração do silêncio” foi aventada por Jackson de Figueiredo, ainda em 1916, quando o crítico comenta o *Triste fim de Policarpo Quaresma*. No entanto, o apologista católico abrandava o termo: os romances de Lima seriam ignorados em comparação a obras menores que recebiam o aplauso de grande parte dos críticos dos jornais. Talvez tenha origem em Figueiredo a comparação do romancista de *Clara dos Anjos* com Machado de Assis. Comparação refutada por Lima Barreto, que não gostava de ser comparado ao criador de *Brás Cubas*. Aliás, Figueiredo vai fixar outro aspecto da literatura de Lima Barreto: o da clareza do pensamento.<sup>47</sup>

Oliveira Lima, também mencionará o silêncio da imprensa, que não comentara ainda o romance do Major Quaresma. Para o crítico, a personagem ficaria marcada na memória da intelectualidade, e a compara ao *ingenioso hidalgo*, Dom Quixote, e a obra de Lima Barreto à de Manuel Antônio de Almeida, pois ambos não teriam preocupações de escola literária. Também percebe, Oliveira Lima, o caráter fragmentário das descrições limanas.

As *Obras de Lima Barreto* trazem prefácios que muito acrescentaram à fortuna crítica do autor. Um exemplo é o prefácio de *Impressões de leitura*, escrito por M. Cavalcanti Proença, onde o crítico levanta uma série de aspectos da ficção limana, como sua oposição à repetição/reprodução dos clássicos, sua consciência do papel social do

<sup>46</sup> RESENDE, Beatriz. Profissão: Jornalista. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica – Lima Barreto*. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 7-23; BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica – Lima Barreto*. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 49-50.

<sup>47</sup> FIGUEIREDO, Jackson. Impressões literárias. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 418-421.

homem de letras, a busca da clareza que levava à definição de situações e personagens por meio da enumeração e da gradação. Proença expõe o realce que Lima Barreto dá a certas partes do corpo, como o pescoço e, principalmente, os olhos, que sempre se relacionam com o mar; a divisão maniqueísta dos personagens, mas se mansos e tímidos são esmagados pelo mundo; os animais como símiles, caricaturando pessoas; a busca do fato preciso, da informação correta, gerando em alguns momentos, segundo o autor do prefácio, defeito estilístico, redundância.<sup>48</sup>

“Posições políticas de Lima Barreto”, de Astrojildo Pereira, aparece como prefácio ao volume *Bagatelas das Obras de Lima Barreto*. É lá que Pereira, companheiro de A.B.C. do escritor, informa que o hebdomadário desfrutou de certa notoriedade política e literária. Pereira também menciona a preferência de Lima pelos pequenos periódicos “de vida difícil e efêmera”, mas que possuíam “potencial de inteligência renovadora e criadora”. A. Pereira fala da linguagem do cronista: “sua prosa largada possui excelentes qualidades de expressão”. A forma “correntia e familiar, por vezes propositadamente descuidada” seria expressão de seu inconformismo e protesto contra o formalismo corrente. Astrojildo menciona o “agudo poder de observação” de Lima e o obstáculo representado pelo funcionalismo público em sua carreira de escritor e jornalista. Após sua aposentadoria, em 1918, escreve a maior parte de seus artigos, conforme relata Pereira, antes de elencar temas caros ao jornalista Lima Barreto, como a Revolução Russa, as consequências da I Guerra Mundial, a questão social e as greves, a questão agrária, o racismo e o anti-imperialismo estadunidense.<sup>49</sup>

Esses temas recorrentes, enumerados em Astrojildo, constituem parte dos indícios da homogeneidade da obra barretiana apontada por Osman Lins, em *Lima Barreto e o espaço romanesco*.<sup>50</sup> Antes de discorrer sobre o insulamento e o espaço nos romances de Lima, com ênfase no *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, Lins traça um perfil do escritor e da obra, sem ignorar sua parcela jornalística, que considera inferior à obra ficcional. Para Osman Lins:

Esses artigos e crônicas, alguns violentos, outros cheios de delicadeza e quase todos repassados de humor – revelando Lima Barreto, com lentes de aumento deformantes, absurdos que um tratamento mais

<sup>48</sup> PROENÇA, M. Cavalcanti. Prefácio. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 9-44.

<sup>49</sup> PEREIRA, Astrojildo. Posições políticas de Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 34-54.

<sup>50</sup> LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

comedido deixaria indenes, – formam decerto um acervo de grande interesse documental e literário. Abrigam flagrantes numerosos, variados e vivos da nossa vida política e mundana no primeiro quartel do século, do nosso movimento literário – inclusive das províncias – e das transformações ocorridas na aparência do Rio; como atrativo suplementar, revelam o escritor no ato mesmo de reagir e opinar, sem que a espontaneidade torne a sua expressão tibia ou insulsa; mostram, nele, um aspecto moral que o gênero romanesco oculta em parte: independência de vistas; e, ainda mais importante, possibilitam-nos medir com apreciável justeza – e não sem apreensões – a debilitação sofrida no país pelo direito e pela capacidade de opinar, debilitação que adquire um ar de boas maneiras e de cuja amplitude quase não nos apercebemos.<sup>51</sup>

A descrição de Osman Lins da importância da colaboração de Lima Barreto à imprensa descortina uma série de pontos relevantes ao estudo empreendido aqui, e que a análise veio a confirmar: o aspecto humorístico dos textos, casado com seu teor ora violento, ora delicado; e esses textos deslindam as transformações do Rio de Janeiro, sua política e sociedade, e o movimento literário de seu tempo; revelam, ao mesmo tempo, o homem “com lentes de aumento deformantes”, e o escritor independente em meio aos diálogos estabelecidos com a imprensa e com os fatos. Por último, Osman Lins inicia uma reflexão a respeito da liberdade de expressão, já que – é preciso lembrar – seu estudo foi levado a cabo em 1976, momento em que havia censura oficial aos meios de comunicação e às artes, e Lins, também escritor de ficção, ao se deparar com a liberdade de que Lima Barreto dispunha para opinar sobre tudo o que se passava à sua volta, alerta para a debilidade da livre expressão. Osman Lins também aponta o caráter utilitário da escrita barretiana, sua oralidade e clareza.

Outra obra de relevância para este estudo foi a de Antonio Arnoni Prado, *Lima Barreto: o crítico e a crise*, onde o estudioso aponta como a consciência do falseamento da linguagem no discurso retórico do período influenciou na criação artística limana. Como o ato de desnudar esse falseamento da realidade aparece em toda a obra do escritor, ele está presente também no *A.B.C.* Prado também mostra como funcionou a dinâmica do inconformismo e da marginalização consciente, e de que forma isso acarretou na “expressão do novo” em sua literatura. Arnoni Prado descreve ainda a forma pela qual a “tensão entre o falso e a denúncia” levou à escolha da linguagem caricatural como meio para fazer ruir a mimese.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976. p. 31.

<sup>52</sup> PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

Outro estudo de grande importância é o de Carlos Erivany Fantinati, *O profeta e o escrivão*. Nele, Fantinati expõe o roteiro estético do autor Lima Barreto e mostra como ele influencia a criação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, e sua importância para que o escritor publique uma segunda edição objetivando evitar leituras distantes da intenção autoral. Há, no livro, uma importante reflexão acerca da concepção de literatura para Lima Barreto, o que foi de grande valia para este estudo, e que apresenta uma espécie de chave para a leitura do romancista.<sup>53</sup>

Também de Fantinati é o texto “A sátira em Lima Barreto”, no qual o autor propõe a leitura de toda a obra limana pelo viés da sátira. Além de estudar o gênero, Fantinati mostra como ele contamina os romances do escritor, percorrendo desde as *Recordações do escrivão Isaías Caminha* até *Clara dos Anjos*.<sup>54</sup>

Sônia Brayner escreve um importante estudo sobre a ficção de Lima Barreto, onde perscruta sua estrutura. Para Brayner, Lima Barreto constrói sua obra sob a tensão entre o compreender e comunicar a vida e a “captação e transmissão de estados d’alma”. A pesquisadora estuda a geografia limana e a divide em três: o espaço urbano, o espaço político-administrativo e o espaço literário. E dentro deles, a autora expõe suas personagens (tipos). Tece, ao longo do texto, inúmeras considerações a respeito do gênero satírico, – que, conforme Sônia Brayner, perpassa toda a criação barretiana – dedicando algum espaço aos textos que compõem *Os bruzundangas*.<sup>55</sup>

Maria Zilda Ferreira Cury, em *Um mulato no reino de Jambom*, mostra como se configuram a visão fatalista do mundo e da sociedade e a expressão da denúncia na obra de Lima Barreto. M. Cury coloca em questão o aspecto antifeminista do escritor e se vale de sua contribuição aos jornais e revistas. Zilda Cury ressalta a importância da obra jornalística do escritor, assim como Astrojildo Pereira e Osman Lins, alegando que suas crônicas, além de não sofrerem com a censura que sua obra romanesca sofreu, chegam ao povo. Cury, atentando à presença do autor nas crônicas, aos temas e à linguagem, mostra como Lima Barreto procura se distanciar de políticos e financistas retratados e aproximar-se do povo. Tal proximidade é oscilante, pois o cronista se vê distante da camada popular da população quando se identifica como intelectual, passando a acercar-se do estrato médio da sociedade. É, por vezes, inconscientemente elitista, segundo a

<sup>53</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. Assis: ILPHA, 1978.

<sup>54</sup> FANTINATI, A sátira em Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O professor e o escrivão: estudos sobre literatura brasileira e leitura*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 71-98.

<sup>55</sup> BRAYNER, Sônia. Lima Barreto: mostrar ou significar? In: \_\_\_\_\_. *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 145-176.

pesquisadora, que também faz importantes considerações a respeito do uso de provérbios nas crônicas, e de como o escritor aborda o bacharelismo e a educação.<sup>56</sup>

O texto “Uma ferroada no peito do pé (dupla leitura de *Triste fim de Policarpo Quaresma*)”, de Silviano Santiago, também contribuiu para a pesquisa. No artigo, escrito em 1982, Santiago faz dupla leitura do romance evidenciando uma ótica ufanista – a do Policarpo – e uma visão crítica do discurso ufanista, sugerida pelo narrador. Mas, além do estudo de certa característica do discurso barretiano, Silviano Santiago ressalta a relevância da repetição em Lima Barreto. Do uso da redundância derivaria o teor verdadeiramente popular do escritor.<sup>57</sup> E, como sugere Beatriz Resende, se se estender esse aspecto para todo o conjunto da produção do escritor, ele pode ser observado na repetição dos temas, na forma como Lima Barreto retoma o conteúdo já trabalhado nos romances, em outros periódicos, ou até mesmo no próprio *A.B.C.* Como retomam Osman Lins e Sônia Brayner, Lima buscava a clareza, a denotação; é isso que o faz criar, em 1917, “A nobreza da Bruzundanga” e, no ano seguinte, publicar o texto “A superstição do doutor”, ambos no *A.B.C.* O assunto é o mesmo, o bacharelismo, mas o segundo texto não aparece sob a chave satírica, não há mediação nessa repetição do mesmo tema, que, por sua vez, já aparecia em seus romances *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Beatriz Resende estudou a vida jornalística de Lima Barreto e sobre ela escreveu textos importantes, como o já referido anteriormente. Nele, a pesquisadora toca em diversos temas sobre os quais o escritor percorreu em sua atividade periodística. De 1983 data o artigo “Lima Barreto: a opção pela *Marginália*”, em que a estudiosa da obra barretiana aponta para a situação de exceção do escritor, que rompe com o “mandarinato” da literatura e estabelece uma profunda relação com a camada mais frágil da população, sobretudo, carioca. A recusa do compromisso com a elite intelectual aparece na denúncia da escrita academicista, ao escolher aproximar-se dos leitores, e na valorização da cultura popular. O texto é voltado principalmente para a obra ficcional, mas não deixa de apresentar características que despontam em sua colaboração nos periódicos. Em suas obras, os leitores não de se deparar, segundo Beatriz, com uma visão da cidade que comporta uma enorme gama dos grupos sociais, sendo o centro de seus relatos ocupado pelos rejeitados da sociedade. E quanto ao modo

<sup>56</sup> CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.

<sup>57</sup> SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 530-544.

de Lima Barreto abordar estes últimos, Resende destaca os seguintes aspectos: a não adoção de uma postura paternalista e idealizada, e o conflito entre “expressões da cultura das camadas inferiores com seu ideário próprio e a ideologia vigente”. A autora ainda cria um esquema que engloba a trajetória de vida dos personagens “pobres e ‘remediados’” de sua ficção, como Policarpo Quaresma, Ricardo Coração dos Outros, Clara dos Anjos e família.<sup>58</sup>

Já em 1988, Beatriz Resende mostra como fragmentação e cidadania aparecem no Rio de Janeiro das crônicas de Lima Barreto. São três as cidades apresentadas pelo cronista, segundo Resende: a “cidade aparente” – é a fisionomia natural da urbe; a “cidade oculta” – o espaço dos marginalizados, dos crimes; e a “cidade das letras”, que gerencia a cultura e legitima o poder. Para Resende, a penúltima seria a cidade real e a última a ideal.<sup>59</sup>

A respeito da linguagem caricatural, a obra de Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo fornece importante subsídio. Trata-se de *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*, em que se estuda a ironia e as caricaturas na obra barretiana, especificamente nos romances *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Figueiredo expõe o modo por que o escritor utiliza os recursos da caricatura, revelando o caráter deliberado da descrição dos traços dos tipos em Lima Barreto.<sup>60</sup>

Em 1995, Alice Penteado Martha, empreendeu um interessante estudo da crítica limana, classificando-a em três fases: a primeira, da crítica contemporânea ao escritor, de 1907 a 1939, que Martha denomina de “O mulato desleixado”, momento em que se salienta a falta de apuro da escrita limana; a de 1940 até 1969, denominada de “O mulato genial”, em que se ressaltam as qualidades do escritor, ainda que com claras intenções editoriais, pois é o momento em que se publicam obras inéditas e sua obra completa; e a última de 1970 a 1994, chamada de “O mulato na Academia”, quando

<sup>58</sup> RESENDE, Beatriz. Lima Barreto: a opção pela marginália. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 73-78.

<sup>59</sup> A autora também mostra como o aspecto fragmentário do gênero “crônica” auxilia na apreensão da fragmentação da cidade – RESENDE, Beatriz. A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto. In: CARVALHO, José Murilo de et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 107-114.

<sup>60</sup> FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.



Lima Barreto passa a ser estudado nas universidades e os rótulos anteriormente aplicados a ele são contestados.<sup>61</sup>

Somam-se a estes, outros textos a respeito de Lima Barreto e do período. São inestimáveis as contribuições de Nicolau Sevcenko, Brito Broca e Jeffrey Needell. O primeiro por traçar um grande paralelo da formação da geração republicana e seus desdobramentos com o advento da república. Dentro desse panorama sobressaem Euclides da Cunha e Lima Barreto por apresentarem “tensões históricas cruciais do período e seus dilemas culturais”. Sevcenko recorre com frequência aos escritos de circunstância, aos textos jornalísticos.<sup>62</sup> O segundo esboça um grande painel da sociabilidade literária do começo do século passado.<sup>63</sup> E o terceiro fala do surgimento daquela sociedade que predominaria na Primeira República, a sociedade tão atacada por Lima Barreto.<sup>64</sup>

A entrevista de Paulo Hasslocher concedida ao jornalista Francisco de Assis Barbosa, o livro de Carlos Maul, *O Rio da Bela Época*, e o livro de memória de Generoso Ponce Filho, *O menino que era eu*, também forneceram boas informações a respeito do momento e da revista *A.B.C.*<sup>65</sup> E a biografia de Antônio Torres ajudou a conhecer melhor a dinâmica dos círculos de amizade entre os escritores boêmios nas duas primeiras décadas do século XX.<sup>66</sup>

Não se pode ignorar a importância de dois nomes para o estudo da obra barretiana. Francisco de Assis Barbosa, biógrafo do escritor, fez enorme esforço para ver publicada sua obra completa, sendo os estudos posteriores do escritor tributários deste trabalho de Francisco Barbosa. Seu trabalho ajudou a resgatar o nome de Lima Barreto. João Antônio, nos anos 70 do século passado, também contribuiu para que o

<sup>61</sup> MARTHA, Alice Áurea Penteadó. *E o boêmio, quem diria, acabou na academia...* 1995. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 1995. 2 v.

<sup>62</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>63</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

<sup>64</sup> NEEDELL, Jeffrey D. Rio de Janeiro: capital do século XIX brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 19-73.

<sup>65</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 46-56; MAUL, Carlos. *O Rio da bela época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. José, 1968; PONCE FILHO, Generoso. *O menino que era eu – memórias*. Rio de Janeiro: Livraria Lançadora, 1967.

<sup>66</sup> CRULS, Gastão. *Antônio Torres e seus amigos: Notas bio-bibliográficas seguidas de correspondência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

autor voltasse a ficar em foco. Dedicou sua obra a Lima Barreto e escreveu um curioso roteiro de Lima Barreto pelos bares cariocas.<sup>67</sup>

Para o estudo da sátira e d' *Os bruzundangas* foram fundamentais as reflexões de Sônia Brayner e de Carlos Fantinati, já mencionados, além da tese de doutoramento de Elizabeth Gonzaga de Lima, *Avesso de utopias: Os bruzundangas e Aventuras do doutor Bogóloff*,<sup>68</sup> que trata dos escritos mais eminentemente satíricos, a dissertação de mestrado de José Eugênio das Neves, *Uma leitura pós-colonial de Os bruzundangas*,<sup>69</sup> em que o estudioso faz a releitura da obra procurando traços coloniais em temas como a literatura, a economia, a política e a educação, e do livro de Álvaro Marins, *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*, que aborda a sátira barretiana em *Numa e a ninfa* e no conto “O homem que sabia javanês”.<sup>70</sup>

Ainda sobre a sátira, mas num âmbito mais geral, foi importante a leitura do livro *La sátira*, de Matthew Hodgart, e do artigo “Satire”, de Klaus Gerth, ambos são esclarecedores a respeito do gênero.<sup>71</sup> O primeiro, bastante amplo, faz um apanhado histórico a respeito da sátira e pesquisa seus temas e formas. O segundo é um texto conciso e bastante importante, cujo autor define um esquema da sátira e disserta sobre o estudo do gênero dentro da germanística.

A sátira é um gênero literário, considerado menor, que, apesar de possuir uma forma na tradição clássica,<sup>72</sup> não possui forma fixa, transitando entre outros gêneros e

<sup>67</sup> ANTÔNIO, João. *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 1977. Um ano após a publicação desta obra, João Antônio comenta, em artigo, a ironia da publicação de obra traduzida do escritor na Inglaterra, enquanto ele ainda seria “tão mal conhecido aqui” – ANTÔNIO, João. Lima Barreto aqui e lá fora. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 485-488.

<sup>68</sup> LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: Os bruzundangas e Aventuras do doutor Bogóloff*. 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001.

<sup>69</sup> NEVES, José Eugênio das. *Uma leitura pós-colonial de Os bruzundangas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

<sup>70</sup> MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utópos, 2004.

<sup>71</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969; GERT, Klaus. Satire. *Praxis Deutsch*, v. 22, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr. p. 83-86.

<sup>72</sup> A sátira formal, segundo Hodgart, é uma miscelânea em verso: “en un monólogo construido libremente, el poeta denuncia diversas clases de vicios y desatinos, y expone sus ideales morales contra ellos. El fondo temático no es la vida heroica, sino la cotidiana, que es tratada desde un punto de vista realista. El estilo es «bajo», no empleándose el elevado lenguaje de la épica y de la tragedia, sino palabras y frases del habla ordinaria, y su tono tiende a ser conversacional más que declamatorio. Los vicios y desatinos están delineados mediante «personajes», que pueden ser individuales (como en el primitivo libelo) o representativos; y el mismo poeta aparece a veces como personaje, describiendo algún suceso autobiográfico, o hablando a través de una máscara o «persona», que adopta para la ocasión. – HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 132.

formas literárias.<sup>73</sup> As características que configuram a sátira são: o ataque agressivo, a norma e a forma indireta. A norma seria tanto a “‘descrição do vigente’ (valores, sistemas, instituições, convenções etc.) como também ‘prescrição’”. O conjunto de valores defendidos pelo satirista não precisa ser necessariamente expresso, contudo, a norma “sempre contrapõe sua própria representação de valores às atacadas”.<sup>74</sup>

A forma indireta é o modo empregado pelo satirista em seu ataque. Segundo Hodgart, a sátira é considerada obra de arte quando utiliza uma forma literária, e se vale de recursos retóricos adequados para ridicularizar suas vítimas e provocar o riso destrutivo.<sup>75</sup>

Fantinati afirma que:

No plano da intencionalidade, a sátira se caracteriza por uma mistura militante e agressiva que se origina em fenômenos extratextuais e que remete a eles. [...] A sátira se configura, então, como uma estratégia intencional em que a tendência, elaborada por deformações da linguagem, remete para além da imanência do texto, tornando visível e dando a conhecer ao receptor a ameaçadora realidade empírica de um dado momento histórico.<sup>76</sup>

Portanto, a sátira consiste no ataque de determinada visão de mundo, contraposta ao conjunto de valores que norteiam o satirista. Esse ataque deve possuir formato literário.

O tema da sátira, segundo Carlos Fantinati,

gira em torno de temas-tabus, tratados numa linguagem chocante e mesmo obscena, não encontrável nos três gêneros elevados, reputados pela tradição como sérios. A atitude do satirista se manifesta pela eleição desses temas e dessa linguagem e, sobretudo, pela vinculação deles ao aqui e agora, isto é, ao tempo presente, submetendo-os à técnica do estranhamento e, com isso, provocando o receptor à reflexão e não à empatia.<sup>77</sup>

<sup>73</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In:\_\_\_\_\_. *O professor e o escrivão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 72, 73; GERT, Klaus. Satire. *Praxis Deutsch*, v. 22, p. 83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr.; HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 132.

<sup>74</sup> GERT, Klaus. Satire. *Praxis Deutsch*, v. 22, p. 83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr.

<sup>75</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 11.

<sup>76</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In:\_\_\_\_\_. *O professor e o escrivão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 73.

<sup>77</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In:\_\_\_\_\_. *O professor e o escrivão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 72.

Para Hodgart, o tema predominante da sátira é a política. A respeito dessa ligação, o autor de *La sátira* constata que:

todos los sistemas sociales y legales están necesitados de continua reforma, y el único medio de conseguir esta reforma es la política; así como solamente la sátira puede soltar ácidos bastante potentes para descomponer las posturas mentales que se oponen a dicha reforma. La mayor parte de los grandes satíricos han estado, en efecto, profundamente interesados en la política, y muchos de ellos se han manifestado contra el gobierno establecido en sus respectivos países.<sup>78</sup>

Hodgart também afirma que a sátira anticlerical seria um tipo de sátira política, quando o clero invade o campo político.<sup>79</sup>

O satirista político enfrenta um dilema: ele precisa estar seriamente comprometido com uma causa para conseguir fazer a sátira, mas, ao mesmo tempo, precisa de certa perspectiva e amplitude para enxergar algo exterior à sua causa, e assim conseguir fazer uma obra literária.<sup>80</sup>

Para que a sátira política possa surgir é preciso que haja liberdade de expressão, interesse das classes ilustradas em influir na política, os escritores devem estar convencidos da possibilidade de influir no debate, e deve haver um numeroso público que saiba desfrutar dos prazeres da sátira e discutir os temas satíricos a fundo.<sup>81</sup>

O que distingue a sátira de outros gêneros é o enfoque. A sátira pretende suscitar o riso, e a essência da sátira literária é o engenho. O engenho verbal consiste em: uma compreensão engenhosa, uma revelação súbita de implicações ocultas e a conexão entre duas ideias incongruentes.<sup>82</sup>

Gert exemplifica: “Contrastes cômicos em todas as variedades são seu mais importante recurso, quer se trate de ironia, caricatura, paródia, travesti ou grotesco, quer da expansão do fútil e do insignificante ou da redução do sublime à vulgaridade”.<sup>83</sup>

<sup>78</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 33.

<sup>79</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 39.

<sup>80</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 54.

<sup>81</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 75.

<sup>82</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 111-112.

<sup>83</sup> GERT, Klaus. *Satire. Praxis Deutsch*, v. 22, p. 83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr.

Fantinati chama a atenção para o estranhamento, que é a técnica utilizada pelo satirista para converter o tema externo à obra em tema interno e no mecanismo de persuasão do receptor. O estranhamento rompe com o automatismo e com o lugar comum da leitura, fazendo com que o receptor seja “capaz de ver as coisas, em lugar de meramente reconhecê-las”.<sup>84</sup>

Para alcançar o seu intento, o satírico emprega a redução, que degrada ou desvaloriza a vítima; a comparação com o mundo animal; os tipos; e a paródia. O satírico inventa um porta-voz, ou adota uma personagem ou máscara. Essa personagem costuma ser distinta do autor, por idade ou classe social. São comuns os usos de crianças, selvagens e estrangeiros.<sup>85</sup> A linguagem também serve como meio para ridicularizar os adversários do satírico, com uma retórica vazia e inflada, em contraste com a fala clara e simples do autor.

O satirista se vale de indicadores para que o leitor, que deve completar o significado do enunciado satírico, decodifique o significado pretendido.<sup>86</sup>

A sátira aparece com frequência em Lima Barreto. Fantinati evidencia a postura satírica do escritor: seu aspecto agressivo e militante, o emprego do romance e da novela como veículo de tendências críticas, e a contraposição intelectual aos padrões estéticos e literários no período. Essas características já serviriam para provar que o escritor adota com frequência o discurso satírico. Mas ainda há a antítese que coloca em andamento a dicção e a contradição, a máscara e a essência, o ser e parecer.

Dois estudos da canadense Linda Hutcheon também auxiliaram no estudo de conceitos fundamentais à pesquisa. *Uma teoria da paródia* e *Teoria e política da ironia* são obras abrangentes que traçam definições de paródia e ironia, respectivamente, úteis às análises dos textos de Lima Barreto.<sup>87</sup> É de conhecimento geral que Lima se vale de forma ampla do recurso da ironia, em seus diversos graus, e n’*Os bruzundangas* a componente paródica é importante para a sua sátira.

A paródia, segundo Hutcheon, estaria relacionada com a ironia, e seria por meio desta última a melhor maneira de se perceber o texto paródico. Para a pesquisadora, é a

---

<sup>84</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O professor e o escrivoão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 73-74.

<sup>85</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 115-123.

<sup>86</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O professor e o escrivoão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 74.

<sup>87</sup> HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 45-87; HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ironia que indica a diferença entre o texto paródico e o parodiado; trata-se de uma repetição com diferença, imitação com distância crítica. Linda afirma que o alvo da paródia nem sempre é o texto parodiado, que pode constituir-se tanto em arma quanto em alvo para o texto paródico.

A ironia, tão essencial à paródia, seria uma estratégia discursiva gerada pelo choque entre o dito e o não dito. Esse choque leva a um terceiro significado, que também inclui aos dois primeiros. O enunciado irônico seria, portanto, o conjunto desses três significados. Sua compreensão e captação derivam da observação de todos os elementos envolvidos no processo irônico. São fundamentais nesse processo: o “dito ironista, o interpretador e as circunstâncias que cercam a situação discursiva”. A estudiosa canadense retira a carga elitista e hierárquica normalmente atribuída à ironia quando aborda a interpretação de seu enunciado. Para ela, não há uma interpretação “correta” da ironia; para atribuir significado irônico a um enunciado é necessário compartilhar o contexto discursivo do enunciador.

Então, partindo da bibliografia inicial, estudou-se o período e parte da fortuna crítica do autor. Após o contato com o periódico *A.B.C.*, passou-se ao estudo da revista e da imprensa em geral, concomitantemente à releitura das obras de Lima Barreto.

Decidiu-se, pois, iniciar este estudo com um levantamento biográfico do escritor, de sua produção e sua relação com a imprensa, destacando o momento em que Lima Barreto inicia sua contribuição ao *A.B.C.* Além disso, o primeiro capítulo contém a indexação dos textos do escritor publicados na revista *A.B.C.* e uma síntese abordando de forma geral essa colaboração.

O segundo capítulo cobre a análise do hebdomadário, o veículo que possibilitou ao escritor Lima Barreto divulgar seus textos. De fato, a importância do jornalismo para Lima Barreto é enorme. A imprensa serviu tanto como forma de praticar suas narrativas, sua escrita, ao jovem Barreto, quanto um meio para criar um público leitor para si. Representava também a possibilidade de entrar no debate público sobre as coisas e os homens do Brasil, de militar. Além de ser fonte imprescindível de recursos. O escritor sempre precisou de outro meio para arrecadar fundos com a finalidade de completar sua renda, além do emprego público na Secretaria da Guerra.

A análise recai sobre sete anos, desde seu surgimento em 1915 até a morte de Lima Barreto em 1922. O período compreende a primeira fase, com a direção do jornalista italiano Ferdinando Borla, e parte da segunda fase, sob a direção de Paulo Hasslocher e Luís Moraes. Essa divisão segue a sugestão de Carlos Maul, que participa

das duas, mas parece ter maior identificação com a segunda. O que se tenta neste capítulo é delinear um perfil para o periódico.

Já o terceiro capítulo é acerca das notas sobre a República dos Estados Unidos da Bruzundanga. Desentranhados do *A.B.C.*, os textos já surgem como conjunto com vistas à publicação posterior em livro. Deriva daí a escolha dos relatos da Bruzundanga para uma análise mais aprofundada dos catorze capítulos veiculados no semanário. Nunca houve textos publicados sob rubricas por Lima Barreto no *A.B.C.* E a única informação que distingue esses relatos de outras crônicas e contos se dá por meio de seus títulos, que remetem à terra da Bruzundanga. Também representam os primeiros textos do escritor no semanário, e, como se observará, servem como uma espécie de índice temático do que Lima Barreto viria a desenvolver na revista. Isso sem mencionar o significado que essas notas têm para o todo da produção limana, sendo sua sátira mais ampla e genérica da República brasileira. Observa-se nela aquela simplificação necessária à sátira política, descomplicando estruturas complexas do funcionamento das sociedades.

Por fim, nos anexos são apresentados: a) a transcrição da crônica “Estado de Sítio”, publicada em 1922 no *A.B.C.* e inédita em livro; b) o cotejo crítico dos doze capítulos da sátira d’*Os bruzundangas* publicados na revista e impressos na primeira edição do livro; c) indexação do semanário no período em que foram publicados os textos da sátira; d) acervo iconográfico contendo capas e ilustrações do *A.B.C.*, o que completa a descrição do periódico.

É necessário mencionar ainda, que durante o desenvolvimento do trabalho resultados parciais foram apresentados em eventos acadêmicos, e alguns destes resultados foram publicados em anais. As referências a estes trabalhos encontram-se na bibliografia da dissertação.

## 1 LIMA BARRETO E O A.B.C.

Buscando uma melhor forma de compreender o escritor e sua relação com a revista *A.B.C.*, convém dividir a vida de Lima Barreto em duas partes: uma anterior à entrada do escritor para a equipe de colaboradores do semanário (1881-1916), e outra que se desenrola durante sua contribuição (1916-1922).

### 1.1 AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO

Afonso Henriques de Lima Barreto nasce no dia 13 de maio de 1881, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de João Henriques de Lima Barreto, tipógrafo e mulato que nascera liberto, e de Amália Augusta Barreto, professora também nascida liberta. Além de Afonso Henriques, o casal teve mais três filhos: Evangelina (1882), Carlindo (1884) e Eliézer (1886), além do primogênito, Nicomedes, que morreu dias após o nascimento (1879).<sup>88</sup>

A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, cuja saúde ficara fragilizada após o nascimento do primeiro filho, morre de tuberculose em dezembro de 1887, quando o futuro escritor conta apenas 6 anos de idade. Esse fato marca a infância de Afonso, que aprendera as primeiras letras com a mãe, e é enviado para a escola pública municipal de Teresa Pimentel do Amaral, em março de 1888.<sup>89</sup>

Aos 7 anos assiste com o pai às comemorações da Abolição da escravidão, em 1888.<sup>90</sup> No ano seguinte ocorre a mudança de regime político que abala a vida da família. João Henriques era monarquista e tinha boa relação com Afonso Celso, um dos chefes do Partido Liberal. Celso, padrinho de casamento de João Henriques, foi quem organizou o último ministério do Brasil monárquico que cai em 15 de novembro com a Proclamação da República. João Henriques ocupava cargo na Imprensa Nacional, era mestre das oficinas de composição, e paginador no jornal de Afonso Celso, a *Tribuna Liberal*. Com o advento da república, os monarquistas, como João Henriques, passam a ser perseguidos e a *Tribuna Liberal* deixa de circular em 25 de dezembro de 1889. No começo do ano seguinte, o pai de Lima Barreto deixa a Imprensa Nacional.<sup>91</sup>

<sup>88</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 36-37, 48-50.

<sup>89</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 50, 61-62, 403; BARRETO, Tenho esperança que..., *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 170, ano IV, 8 jun. 1918, p. 5.

<sup>90</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 63-65.

<sup>91</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 47-59, 403.



Um mês após ser exonerado do cargo, João Henriques é nomeado escriturário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador. Com a ajuda financeira de Afonso Celso, o pai de Lima Barreto o matricula no Liceu Popular Niteroiense, ao mesmo tempo em que é promovido no serviço público.<sup>92</sup>

Em 1893, João Henriques é novamente promovido, então para o cargo de administrador das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, e, em 1896, Afonso Henriques de Lima Barreto é matriculado no Colégio Paula Freitas. No ano seguinte, matricula-se no primeiro ano do Curso Geral da Escola Politécnica, onde ficará por cinco ou seis anos.

Novas mudanças começam a acontecer na vida da família Lima Barreto em 1902 e 1903. João Henriques enlouquece em agosto e é aposentado do seu cargo no começo do ano seguinte.<sup>93</sup> Enquanto sofre sucessivas reprovações na cadeira de Mecânica Racional, na Politécnica, Lima Barreto faz inscrição para o preenchimento de vaga na Diretoria do Expediente na Secretaria da Guerra, em 1903. Fica em segundo lugar no concurso, mas consegue uma vaga devido ao falecimento de um funcionário da Secretaria. E é como amanuense da Secretaria da Guerra que passa a sustentar a família, permanecendo no posto por aproximadamente 15 anos.<sup>94</sup>

É nesse momento conturbado que começa a longa relação de Lima Barreto com a imprensa. Primeiro surgem as colaborações no jornal estudantil *A Lanterna*, em 1902, sob os pseudônimos Alfa Z e Momento de Inércia, seguidas de participação n' *A Quinzena Alegre*, no *Tagarela*, n' *O Diabo* e na *Revista da Época*, onde exerce a função de secretário por alguns meses em 1903. Utiliza o pseudônimo Rui de Pina no semanário *O Diabo* e em *Tagarela*.<sup>95</sup>

Na Escola Politécnica, nos jornais e nos cafés, após o expediente da repartição, o jovem Lima Barreto expande sua lista de amizades. Bastos Tigre, Nicolao Ciancio, Manuel Ribeiro de Almeida, Domingos Ribeiro Filho e Antônio Noronha Santos, Emílio de Meneses, Guimarães Passos, Luís Edmundo, Camerino Rocha, Hélios Seelinger e Gonzaga Duque, dentre outros, são alguns dos novos colegas. Conhece

<sup>92</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 67-70, 403.

<sup>93</sup> Do requerimento da aposentadoria de João Henriques surge a inimizade de Lima Barreto com Pelino Guedes, diretor-geral da Diretoria da Justiça, que se tornará personagem em crônicas e romances do escritor. Para Lima Barreto, Pelino emperrava o processo burocrático.

<sup>94</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 127-138.

<sup>95</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 105-109, 148.

também Miguel Calmon du Pin e Almeida e Everardo Backheuser, que mais tarde aparecerão em algumas de suas crônicas, principalmente o primeiro.<sup>96</sup>

É de 1904 a primeira versão, inacabada, de *Clara dos Anjos*. E é em 1905 que o escritor publica, de forma anônima, uma série de reportagens sobre a derrubada do Morro do Castelo, no episódio que ficou conhecido como as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, ou Bota-Abaixo. O folhetim *O subterrâneo do Morro do Castelo* só será publicado em livro no ano de 1997.<sup>97</sup>

Entre os anos de 1905 a 1907, Lima Barreto desenvolve dois romances: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. O prefácio do primeiro é de 1905 e a “Explicação necessária” do segundo, de 1906. Ainda em 1906, entra em licença médica em outubro, que se estende até janeiro do ano seguinte. Em 1907 permanece por cerca de três meses como redator da revista *Fon-Fon*, de onde se demite. Mais tarde, funda a revista *Floreal*, que sobreviverá por quatro números, sendo o último de 31 de dezembro. Dois textos do número de estreia da revista são elogiados pelo renomado crítico José Veríssimo; um deles é o início do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Entre esses anos, Lima Barreto se recusa a participar do Partido Operário Independente, fundado por seu colega Saturnino de Brito, por não ter “hábito” ou “capacidade” de “diariamente fazer ‘coisas’ espirituosas”, e por não poder fazer oposição ao governo sendo funcionário público.<sup>98</sup>

Passada a malfadada aventura da *Floreal*, Lima Barreto consegue imprimir as *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909, pela Livraria Clássica Editora, de Portugal. Como não achara editor no Brasil, teve de recorrer ao português A. M. Teixeira, que já havia publicado outros livros de escritores brasileiros. Como pagamento, o autor sugere receber cinquenta exemplares do livro impresso, para distribuir pela imprensa e para os literatos, e nenhuma compensação financeira. Começa por essa data a tumultuosa relação de Lima Barreto com a crítica literária, por meio de comentários de Medeiros e Albuquerque, Alcides Maia e José Veríssimo – este último, em carta endereçada ao escritor.<sup>99</sup>

<sup>96</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 105, 113, 148.

<sup>97</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 149-151, 164-166.

<sup>98</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 172-177, 405-406.

<sup>99</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 181-204, 406. Sobre a relação do escritor Lima Barreto com a crítica de seu tempo vale a pena conferir o

Entre 1909 e 1910, a disputa presidencial agita as ruas do Rio de Janeiro. É importante lembrar que para a sucessão de Afonso Pena,<sup>100</sup> presidente eleito em 1906, cogitou-se o nome de David Campista,<sup>101</sup> rechaçado pelo gaúcho Pinheiro Machado. O político gaúcho então lança o nome do Marechal Hermes da Fonseca.<sup>102</sup> O presidente Afonso Pena morre em 1909; seu vice, Nilo Peçanha, assume o cargo e se aproxima de Pinheiro Machado. Na corrida presidencial postam-se, de um lado, o militar Hermes da Fonseca e, do outro, o civil Rui Barbosa. O clima é de tensão entre partidários de tal e qual candidato. Apesar de funcionário da Secretaria da Guerra, Lima Barreto tinha horror ao governo militar. Preferia o jurista Rui Barbosa ao marechal. Barreto não apenas envia uma carta em apoio à candidatura de Barbosa, onde assina como Isaías Caminha, como também escreve, junto a Antônio Noronha Santos, um panfleto intitulado *O Papão*, no qual ataca a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Francisco de Assis Barbosa crê que a crescente tensão foi a causa do choque entre militares e estudantes que acabou com a morte de dois universitários. Lima Barreto é convocado para o júri do caso, conhecido como “Primavera de Sangue”, que condena o alferes considerado responsável pela ação dos militares.<sup>103</sup> Após essa experiência, Lima Barreto viaja a Juiz de Fora, onde passa cerca de dez dias acompanhando a companhia teatral de seu tio, Carlos Pereira de Carvalho.<sup>104</sup>

Para Francisco de Assis Barbosa, biógrafo de Lima Barreto, a carreira do escritor ascende até chegar ao ápice em 1911. Dos 29 aos 30 anos produz suas obras-primas, na concepção do biógrafo: o conto “A nova Califórnia”, em novembro de 1910, o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, entre janeiro e março de 1911, e o conto “O homem que sabia javanês”, em abril. No mesmo mês em que escreve esta última obra, começa a colaborar na *Gazeta da Tarde*. O *Triste fim* vem a público em folhetins no *Jornal do Comércio*, edição da tarde, de agosto a outubro. O romance foi escrito em

---

artigo de Alice Martha, “Lima Barreto e a crítica (1900 a 1922) – MARTHA, Lima Barreto e a crítica (1900 a 1922). *Espéculo*, Madrid, n. 16, ano VI, nov. 2000-fev. 2001.

<sup>100</sup> Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909) - político mineiro, foi deputado provincial, geral e ministro no Império. Na Primeira República ocupou os cargos de presidente de Minas Gerais, vice-presidente da República (1902-1906), e presidente da República (1906-1909). Após sua morte, o vice, Nilo Peçanha, assumiu a presidência.

<sup>101</sup> David Morethson Campista (1863-1911) – político nascido no Rio de Janeiro, mas com carreira política em Minas Gerais.

<sup>102</sup> Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) – sobrinho de Deodoro da Fonseca, militar e político, foi ministro da Guerra e presidente da República (1910-1914).

<sup>103</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 207-218, 222-223, 406.

<sup>104</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 222-223, 406.

três meses, dois deles dentro do período que tirou de licença médica da Secretaria. Ainda em 1911, escreve para a *Gazeta da Tarde* e n'A *Estação Teatral*; no mês de agosto, o romancista participa do movimento para a fundação da Academia dos Novos, patrocinada pelo periódico *A Imprensa*, de Alcindo Guanabara.<sup>105</sup>

O biógrafo faz um balanço da carreira literária de Lima Barreto e mostra que o autor carioca já havia escrito seus principais livros; com dois romances já publicados, apenas *Vida e morte de Gonzaga de Sá* permanecia inédito. Daí em diante, sempre para Francisco Barbosa, ocorre uma degradação no estilo e na vida do escritor. Barbosa levanta a hipótese de que o uso cada vez mais acentuado do álcool e a percepção de que no Brasil não seria possível a um escritor viver da pena de forma independente teriam levado a essa queda no padrão da escrita limana, influenciando também no descuido com a aparência.<sup>106</sup>

Desta forma, segundo Barbosa, há duas “épocas” na vida de Lima Barreto: a primeira, até 1911, aos 30 anos, marcada pelo amadurecimento e escritura de seus textos mais importantes; depois vem a decadência com os excessos do álcool e textos com estilo menos apurado. Decerto que o álcool tolherá uma dedicação maior às suas obras e encurtará a vida do escritor. E os motivos que o levam à dipsomania eventual, pois Lima Barreto enfrentará momentos de consumo desbragado de álcool e períodos de abstermia, são os mais variados: desde a tragédia doméstica até a resistência do campo intelectual em debater suas obras literárias, sem que se esqueça da timidez, do racismo e de seu complexo de cor.

O que sustenta os argumentos do biógrafo é a produção do escritor exatamente posterior ao que foi considerado como o “ápice” de sua carreira literária. Em 1912 são publicados dois romances fesceninos, desconhecidos da crítica limana, *O Chamisco ou o Querido das mulheres* e *Entra Senhórr!...*, e o projeto das *Aventuras do Doutor Bogóloff*, que seriam publicadas em quatro fascículos, dos quais apenas dois saíram à

---

<sup>105</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 219-220, 237, 406. Conforme nota de Francisco Barbosa, a Academia dos Novos não conseguiu ser formada. Após protestos contra o resultado da escolha dos nomes, houve um duelo a espada entre o crítico literário do periódico *A Imprensa*, José do Patrocínio Filho, com um dos candidatos derrotados, Ferreira de Vasconcelos – BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 244.

<sup>106</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 220-225; BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto: homem e literato nos anos 20. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 406-407.

luz. Essa literatura folhetinesca de Lima Barreto foi impressa pelo editor d'*O Riso*, “revista que explorava o gênero brejeiro”, segundo F. Barbosa.<sup>107</sup>

Contudo, Lima Barreto ainda publicará a maior parte de sua colaboração na imprensa, um grande número de contos que pouco, ou nada, devem às obras-primas referidas pelo biógrafo, e crônicas com ironia refinada, mordaz em diversos momentos, alegoria bem arquitetada, com lirismo e belas descrições da vida, do povo e da natureza brasileira e carioca, em especial. São excelentes as linhas dos contos “O moleque”, “Cló”, “Uma noite no Lírico”, e das crônicas “Cada raça tem um Calino”, “Elogio da Morte”, “Um ofício da A.B.S.A.”, “Procurem a snr.<sup>a</sup> Josefina”, “Legião da Mulher Brasileira”, “O meu conselho”, “Estado de Sítio”, exemplos de sua contribuição à revista *A.B.C.* É de extrema importância alertar para o exercício intelectual desenvolvido nos debates e nas análises da imprensa. Apesar de o escritor já ter pensado a respeito da posição da mulher na sociedade, por meio de suas personagens, é nos textos posteriores a esse momento que a reflexão rompe a fronteira ficcional e cai ao “rés-do-chão” da crônica. Da mesma forma, acontecerá com a questão do título de doutor, com a pose de médicos, advogados e engenheiros. Lima Barreto questionará, com maior ênfase, as certezas da ciência e irá direto ao ponto na luta contra as teorias raciais. Com a guerra, a popularização do futebol e o surgimento de associações feministas formadas por mulheres da alta sociedade, assuntos amplamente noticiados pela imprensa, o cronista encontrará temas para diversos textos.

Em 1912 e 1914, Lima Barreto se afasta do serviço público em dois momentos, por motivos de saúde. De fevereiro até abril de 1912, o escritor consegue licença médica com o diagnóstico de reumatismo poliarticular e hipercinese cardíaca, problemas derivados do consumo de álcool, segundo F. Barbosa. Não fora a primeira licença médica requerida pelo funcionário público Lima Barreto; nos finais de 1906 e de 1910 já havia ficado três e dois meses, respectivamente, afastado do trabalho. Em 1914, após ser acometido por alucinações na casa da família, em Todos os Santos, seus irmãos decidem transportá-lo a Guaratiba para que se curasse na casa do tio Bernardino Pereira de Carvalho. Ali, o estado do escritor se agrava com Lima Barreto reagindo às alucinações de que o tenente Serra Pulquério teria ido buscá-lo; o romancista acreditava ter sido denunciado como anarquista. De Guaratiba é enviado ao hospício, num carro-

---

<sup>107</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 226-228, 406-407.

forte, onde permanece de 18 de agosto a 13 de outubro. Após deixar o hospício, é concedida ao escritor uma licença de novembro a janeiro de 1915.<sup>108</sup>

Mas o ano de 1914 não foi marcado apenas pela internação de Lima Barreto e de seu afastamento do serviço público, que, aliás, ocorre apenas no segundo semestre. O escritor passa a colaborar, até o ano seguinte, no *Correio da Noite*, de Vitor Silveira, em junho, momento de grande tensão na Europa, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A guerra, o patriotismo e o nacionalismo serão abordados pelo cronista até após a guerra, e muitas vezes no *A.B.C.* Em julho, participa de novo movimento para a organização de um grupo de letrados, a Sociedade dos Homens de Letras.<sup>109</sup>

Após sair do hospício, Lima Barreto começa a trabalhar na sua obra seguinte, *Numa e a ninfa*. *A Noite* inicia a publicação do romance, em folhetins, no meio de março de 1915. No fim do mês, começa a escrever na revista *Careta*. Essa colaboração durará até junho de 1916, momento em que o cronista se afasta novamente do serviço por um mês para tratamento da saúde, e será retomada em 1919. Entre o fim de 1915 e o início de 1916, publica o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em volume. É interessante perceber o momento em que Lima Barreto decide lançar o livro contando a trajetória do patriota Policarpo Quaresma. Em meio à Primeira Guerra Mundial, com o nacionalismo brasileiro em ebulição, o livro pode ser interpretado como uma crítica ao espírito nacionalista e militarista. Fez empréstimos e lançou por conta própria o romance. Quase sete meses após o lançamento da obra, surge a Liga da Defesa Nacional, entidade eminentemente patriótica, que deu vazão ao sentimento nacionalista; reuniu-se em torno da figura do poeta parnasiano Olavo Bilac. É a partir da recepção crítica do romance na imprensa que surgem as primeiras comparações entre Lima Barreto e Machado de Assis, em textos de Vítor Viana, no *Jornal do Comércio*, e Jackson de Figueiredo, n' *A Lusitana*.<sup>110</sup>

Francisco Barbosa delimita o *roman à clef* *Numa e a ninfa* como inaugurador de nova fase na carreira do escritor. Essa fase seria marcada pela acentuação do teor

<sup>108</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 239-242, 406-407.

<sup>109</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 237, 244, 407. A respeito da Sociedade dos Homens de Letras, que durou até 1917, e a Academia dos Novos, conferir também: BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 46-53.

<sup>110</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 251-266, 407. O texto de Jackson de Figueiredo foi publicado como prefácio no livro *Feiras e mafuás*, das *Obras de Lima Barreto*, publicado em 1956.

panfletário, segundo o biógrafo, na atuação de Lima Barreto na imprensa. Conforme Barbosa, aí se inicia a fase do articulista.<sup>111</sup>

## 1.2 LIMA BARRETO NO A.B.C.

É neste período de sua vida que o autor inicia a contribuição ao semanário A.B.C. Aos 35 anos, já tendo publicado três romances, contando com diversos contos impressos em periódicos e reunidos no volume do *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Com sólidas relações no meio intelectual e boêmio, não foi possível descobrir como o escritor recebeu o convite para escrever na revista fundada pelo italiano Ferdinando Borla. Mas em uma de suas anotações do ano de 1916, reunidas no *Diário íntimo*, encontra-se o endereço de Paulo Hasslocher, um dos jornalistas que participavam da publicação que havia um ano e dez meses circulava pelo Rio de Janeiro, por algumas capitais e outras cidades grandes.<sup>112</sup>

O primeiro texto publicado teria sido “O ideal do Bel-Ami”, crônica que vem a público em 25 de novembro de 1916.<sup>113</sup> Como a coleção microfilmada do A.B.C., pertencente à Fundação Biblioteca Nacional, não possui o segundo semestre de 1916, não foi possível conferir se esse foi de fato o primeiro texto do escritor na revista, e se houve alguma espécie de apresentação ou propaganda da série que foi publicada na sequência – em 1917, começando em janeiro e prosseguindo até maio – em que são impressos os apontamentos de um brasileiro que teria passado uma parte de sua vida num país chamado Bruzundanga.

No ano de 1917 são publicados catorze textos (doze textos satíricos e duas crônicas). Além de doze textos da República dos Estados Unidos da Bruzundanga, que constituem uma sátira ao Brasil da Primeira República (abarcando as estruturas política, social e econômica, com maior ênfase nas duas primeiras), Lima Barreto escreve duas crônicas no A.B.C., e contribui com: *O Debate*, a *Revista da Época*, e o *D. Quixote*. Os textos enviados para a revista de Ferdinando Borla são publicados até 12 de maio, mês em que o escritor incorre mais uma vez no uso imoderado do álcool.<sup>114</sup> As crônicas sem relação com a Bruzundanga possuem forte caráter circunstancial: uma, censura o surgimento da Academia Baiana de Letras; e outra, uma espécie de carta aberta, à qual o

<sup>111</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 253-254.

<sup>112</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 179.

<sup>113</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica – Lima Barreto*. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 265.

<sup>114</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 191-192.

cronista dá o nome de carta fechada, ataca as ações do ministro da Agricultura, José Bezerra, e o discurso de Amaral Azevedo, diretor do *Correio da Manhã*.<sup>115</sup> No mês de julho, o autor, enfermo, acaba indo parar no Hospital Central do Exército. Dois meses depois, sai a segunda edição das *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, revista e aumentada, e Lima Barreto escreve o prefácio para o livro sobre a Bruzundanga. O escritor deve ter remetido logo os originais do que viria a ser a sátira *Os bruzundangas* ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos, que tardará em lançar a obra. Em 21 de agosto, candidata-se para a vaga de Sousa Bandeira na Academia Brasileira de Letras, mas antes do fim do mês, sua saúde cede outra vez ao excesso de bebida alcoólica. Sua candidatura à vaga na ABL não foi sequer considerada. No mesmo ano, *Numa e a ninfa* é publicado em livro, e L. Barreto escreve editorial para uma revista quinzenal, *Marginália*, que não se concretiza.<sup>116</sup>

Neste ano explode a Revolução Russa, que deixará profundas marcas no cronista e influenciará sua colaboração na imprensa. Outros eventos importantes, para os quais o escritor voltará a sua atenção são: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial e a greve geral ocorrida no meio do ano em São Paulo.

Se em 1917 o satírico se sobressai, em 1918 as folhas do *A.B.C.* apresentam um Lima Barreto multifacetado; este ano, o escritor publica o maior número de textos – vinte e nove – contemplando todos os gêneros que ele desenvolveu na revista – apenas no mês de março o produto da pena do escritor não aparece nas páginas do hebdomadário – já sob a direção de Paulo Hasslocher e Luís Moraes. Em janeiro, Lima Barreto começa a escrever para o vespertino *A Lanterna*, utilizando o pseudônimo Dr. Bogóloff. Neste ano, seus textos podem ser encontrados pela imprensa na *Revista Contemporânea*, em *Brás Cubas* e na *Revista Souza Cruz*. Sua colaboração na imprensa vai crescendo na medida em que o funcionário público vai-se desligando de suas funções. A vida do amanuense muda com a aposentadoria, requerida no fim de julho. Após o pedido, duas juntas médicas examinam Lima Barreto para saber se ele está inválido para o serviço público, e nas duas, o resultado é idêntico: invalidez, o diagnóstico aponta epilepsia tóxica. O primeiro exame se dá em agosto, e o segundo em fins de novembro. E a aposentadoria, em decreto do presidente, chega em 26 de

<sup>115</sup> Respectivamente: BARRETO, Mais uma. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917, p. 21; BARRETO, Carta fechada – Meu maravilhoso senhor Zé Rufino. *A.B.C.*, ano III, 12 maio 1917, p. 13.

<sup>116</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 273-275, 408; BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 187, 191, 192-195. O editorial da malograda revista *Marginália* é de 28 de outubro.



dezembro. Nessa ocasião, o escritor já se encontra no Hospital Central do Exército, com uma clavícula fraturada. Entrara no hospital em 4 de novembro, e permaneceria até 5 de janeiro do próximo ano. Em 15 de novembro, portanto, no meio do trâmite burocrático para a concessão da aposentadoria e num quarto do Hospital Central do Exército, Lima Barreto recebe, pela primeira vez em sua carreira literária, uma boa proposta para a publicação de uma obra, o romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. A proposta partira de Monteiro Lobato, à frente da *Revista do Brasil*, que já requisitara colaboração do escritor carioca para seu periódico. É também do quarto do hospital que Lima Barreto toma conhecimento da insurreição anarquista de 18 de novembro e da reação da polícia, que será atacada pelo cronista.<sup>117</sup>

Dos vinte e nove textos publicados por Lima no *A.B.C.*, contam-se sete contos, dezesseis crônicas, cinco textos de crítica literária e um texto satírico. Os sete contos entrarão no conjunto de textos do gênero reunido em *Histórias e sonhos*, começando com “Harakashy e as escolas de Java”, de 19 de janeiro. Trata-se de uma sátira nos moldes da Bruzundanga; inclusive, o modelo educacional javanês descende do modelo bruzundanguense, conforme o próprio narrador informa. Em fevereiro, na crônica “Até que afinal!...”, ironiza o Conselho Municipal do Rio de Janeiro e conta a trajetória histórica da então capital do país, desde sua fundação; no mesmo mês, escreve um texto de crítica literária julgando o romance *Annita e Plomark*, de Théó Filho e Robert Bédarieaux e uma crônica em que faz a paródia de um texto crítico a respeito de biografia escrita por Pelino Guedes. Interessa saber que, nesse momento, Lima Barreto deveria estar revendo o seu último romance, ainda inédito. A “biografia” de Manuel Joaquim Gonzaga de Sá sairia apenas em 1919, mas os últimos retoques devem ter sido acertados nesse começo de 1918, já que a “Advertência” que abre o romance é assinada por Lima Barreto em abril de 1918. Outro fator que comprova que essa revisão tenha sido feita nesse momento é a crônica que apresenta o juízo crítico da biografia de Pelino Guedes, assinado por um fictício professor alemão, Adolfo von Schulze, e “traduzido” por Lima Barreto. Augusto Machado, o narrador da vida de Gonzaga de Sá, lera as biografias escritas por Pelino Guedes e tomara essa produção como exemplo do gênero, ao lado de Plutarco; em “Cada raça tem um Calino”, o “sábio alemão” comenta a

---

<sup>117</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 281-285, 408.

biografia escrita por Guedes para ridicularizá-la.<sup>118</sup> Já em abril, expõe, em “Casos de bovarismo”, o conceito de bovarismo, extraído da obra de Jules Gaultier *Le bovarysme*, e o emprega em situações comuns ao cotidiano carioca, além de censurar, em “Volto ao Camões!”, as obras de Júlio Dantas e Antero de Figueiredo, que para Lima Barreto eram exemplos de autores portugueses medíocres, com êxito no Brasil, e cuja falta de qualidade vinha disfarçada “com um palavreado luxuriante, um barulho de frase, mas que não aventam uma ideia...”.

Em maio, o *A.B.C.* publica três textos importantes do escritor: o excelente conto “Cló”, que mostra o dia da festa de carnaval de Maximiliano, homem de família remediada, sua esposa e filhos, incluindo Clódia (Cló, em família), e a relação deles com o doutor André, um deputado de pouco destaque; a célebre crônica “No ajuste de contas”, também conhecida como o manifesto maximalista do autor, que propõe mudanças radicais na sociedade e na economia – como a revisão dos fundamentos de propriedade, o confisco de bens de algumas ordens religiosas, o fim do testamento e o direito ao divórcio em qualquer situação – escrita sob o signo da Revolução Russa; e “A superstição do doutor”, texto em que o cronista, provocado por crítica de Veiga Miranda a um de seus romances, explica sua “birra” com os bacharéis, sintetizando sua aversão à prosápia e ao fetiche do título. Esta última é uma das crônicas em que o jornalista Lima Barreto amplia a explanação de um dos tópicos mais recorrentes na obra do ficcionista, como numa análise microscópica da questão, tornando-se assim muito relevante para o estudo de sua obra.

Em junho, em “Tenho esperança que...”, defende a criação de um número maior de vagas para a formação e emprego das normalistas, demonstrando interesse pela profissionalização das mulheres e dedicando, pela primeira vez no veículo, um texto a respeito da mulher. O escritor publica outro excelente conto, “O moleque”, focalizando um bairro do subúrbio carioca, Inhaúma, seus moradores, o garoto Zeca e sua mãe, Dona Felismina.

Nos dois meses subsequentes, publica os outros quatro contos que também entrarão na seleção do *Histórias e sonhos*. Em julho, vem à luz “Adélia”, uma crítica à filantropia burguesa, onde se conta a história de uma jovem, cujos misteriosos olhos sempre esconderam um sonho. A protagonista fora criada num dispensário, e ao ser

---

<sup>118</sup> Francisco Barbosa menciona que o romance teve, pelo menos, duas revisões: essa, do começo de 1918, e uma segunda, quando ainda estava no hospital e pôde rever a cópia dos originais datilografados. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 288.

lançada à própria sorte entra para a prostituição, e acaba pouco a pouco se desvanecendo. No mesmo mês, publica-se “O feiticeiro e o deputado”, que gira em torno de uma cidadezinha onde mora um homem solitário e enigmático, taxado de feiticeiro pelo povo local, principalmente pelos figurões. Mas tudo muda quando chega um importante político à cidade e reencontra um velho amigo naquele homem solitário. Nesse conto, como em toda a produção limana, os nomes não são fortuitos, mas importantes, assim como o enredo e sua reviravolta. A cidade, que antes se chamava Inhangá, leva o nome de Contra-Almirante Doutor Frederico Antônio da Mota Batista, e alberga o “Posto Agrícola de Cultura Experimental de Plantas Tropicais”. São títulos por demais irônicos. Se no conto “O moleque”, de julho de 1918, Lima chamara a atenção para a importância de se conservar a toponímia indígena, de acordo com a opinião do geógrafo francês Elisée Reclus, um mês depois, “O feiticeiro e o deputado”, mostra o que não se deveria fazer, segundo Reclus, e com a finalidade de zombar do “batismo burocrático”, o autor cria um nome extenso, sem esquecer-se de incluir os títulos obtidos pelo cidadão homenageado com o nome do município.

Em agosto, saem, nas páginas da revista; o conto “Uma noite no Lírico”, sátira à sociedade carioca frequentadora de teatros, “Um músico extraordinário”, em que o narrador Mascarenhas relata seu reencontro com um antigo amigo de colégio, e onde se pode observar certa peculiaridade autobiográfica na vida do amigo Ezequiel. Ainda nesse mês de agosto, saem a crônica “A nossa filantropia”, que possui íntima relação com o conto “Adélia”, publicado no mês anterior, por tratar da caridade burguesa da Cruz Vermelha, e “Como budistas”, crônica em que Lima Barreto defende uma mulher de São Paulo que assassinara o marido, atacando novamente a posição destinada à mulher diante da sociedade e do casamento.

Em setembro, o escritor expõe abertamente seu ideal literário em “Literatura militante”. O texto vem em resposta a um trecho do artigo de Carlos Malheiro Dias, “À margem do último livro de Anatole France”. Nele, o português afirma que os futuros historiadores utilizariam a obra do escritor francês para avaliarem o bom gosto da elite social do período, pois, segundo Malheiro Dias, o grande número de livros de France comercializados não teriam sido adquiridos apenas por “literatos aprendizes, militantes e honorários”. São esses epítetos, unidos, ao mesmo tempo, ao termo “literatos” que incomodam Lima Barreto. Ainda mais porque o escritor carioca sempre falara na literatura militante; no artigo, aproveita para tratar outra vez do termo emprestado do

português Eça de Queirós e das concepções literárias de Taine, Guyau e Brunetière.<sup>119</sup> Seguindo no tópico literatura, o colaborador do *A.B.C.* escreve dois textos de crítica literária: “O secular problema do Nordeste”, em que comenta o discurso homônimo do deputado Ildefonso Albano, dando publicidade à questão da resolução do problema da seca no Nordeste brasileiro; e “O triunfo”, onde comenta a novela, também homônima, de Ranulfo Prata. Esses textos críticos eram escritos de acordo com os moldes da época e do veículo, dada a brevidade do espaço com que contavam os críticos literários na imprensa, não sendo a revista exclusivamente voltada à literatura. Os textos são, em geral, comentários rápidos ou detidos, de algumas características da obra, sem se aprofundar em muitas questões. Normalmente, Lima Barreto faz elogios ao escritor analisado, mas sempre conta com liberdade de crítica para censurar-lhe as falhas, baseado em seu ideal literário. Certa particularidade de sua literatura ressoa em sua crítica, Lima Barreto incentiva os jovens escritores, mas ataca sem medo os já consagrados pela crítica literária coeva, como um Júlio Dantas e um Antero de Figueiredo.

Ranulfo Prata, autor da novela *O Triunfo*, era médico e amigo de Lima Barreto e seu livro de estreia foi recebido “com o interesse e o cuidado de todos os livros de moços que me caem nas mãos”. O crítico não queria que nenhum talento passasse despercebido. Foram descobertas qualidades do gênero da obra (novela), e sobre o escritor, Lima atesta: “Já possuí a sobriedade de dizer, a naturalidade do diálogo e não limalha a frase estafadamente”. A crítica realça a minúcia com que o autor trabalha a personagem principal e analisa o espaço, considerando-o vivo e original apesar de comum, e a construção e desenvolvimento das personagens. Em determinado momento, Barreto parece não concordar com a transformação de certa personagem, que de “meninota da roça” passa a “*coquette* do Rio [de Janeiro]”. Pelas qualidades que o livro traz e promessas, no que toca ao futuro do autor, Lima enxerga como “dever de escritor e justiceiro [...] animar o confrade, pedindo que ele continue, que ele se esforce mais...”. Aprecia as cenas de costumes da novela, às quais considera cativantes, nos termos do próprio Lima. Aconselha a Ranulfo “abandonar toda a preocupação de elegâncias para só atender o que é propriamente de sua arte: a alma humana e os costumes”. Lima Barreto nota a falta de visão da vida profunda e sagaz.

---

<sup>119</sup> DIAS, Carlos Malheiro, À margem do último livro de Anatole France. *O País*, n. 12.380, ano XXXIV, 2 set. 1918, p. 4.

Em outubro de 1918, Lima Barreto ataca a atitude do Ministro Nilo Peçanha, que havia admitido uma mulher em concurso para a Secretaria do Ministério das Relações Exteriores, ferindo, segundo o cronista, as concepções políticas e os princípios sociais. A crônica é polêmica e a ironia começa pelo título, com o escritor quebrando as regras da língua portuguesa e grafando no feminino o vocábulo “amanuense”, ficando, desta forma, “A amanuensa”. O protesto de Lima Barreto não seria ignorado. Nas colunas do periódico *A Época*, três dias após o *A.B.C.* publicar o texto limano, encontram-se dois pequenos artigos em resposta: “Denúncia contra o chanceler?” e “O ministro do Exterior não podia nomear a senhorita Maria José para o Itamaraty?”.<sup>120</sup> No mesmo mês, o cronista escreve, em “Elogio da Morte”, sobre a relação entre heróis e loucos, a respeito da sociedade e da morte como redentora de uma vida cheia de dissabores. E no texto “A política republicana”, o cronista ataca a política da Primeira República e a falta de independência e coragem no debate de ideias. No mês de novembro, são publicadas duas crônicas e uma sátira: “A corte do Itamaraty”, crônica que conta a história do Palácio do Itamaraty, sua transformação quando a propriedade foi sede do Ministério das Relações Exteriores e a relação do Barão do Rio Branco com essa mudança; “Notícias da Bruzundanga”, sátira à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e, retomando o assunto de “A amanuensa”, do acesso de uma mulher ao cargo de oficial de uma Secretaria de Estado – no texto, não é uma mulher que alcança o cargo público e sim um papagaio; e “Da minha cela”, texto que trata da greve e da insurreição de 18 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, e debate a repercussão do fato na imprensa, tocando também no maximalismo e na Revolução Russa. Os dois últimos textos foram publicados quando o escritor já se encontrava internado no Hospital Central do Exército, sendo que, em “Da minha cela”, Lima Barreto descreve o local, a paisagem, as irmãs de São Vicente de Paula e o procedimento dos médicos do local. Isto exemplifica que até mesmo nas crônicas mais sérias o autor se compromete com a literatura, fazendo uso quer da ironia, quer das descrições bem trabalhadas em que procura a palavra exata e a clareza para descrever seu estado de espírito ou a paisagem e as imagens que o cerca. No mês seguinte, em “Carta aberta”, escreve ao presidente da República para tratar ainda dos eventos que sucederam ao levante de 18 de novembro, especificamente, a ação da polícia e a cobertura da imprensa; e, duas

---

<sup>120</sup> Denúncia contra o chanceler? *A Época*, Rio de Janeiro, n. 2.276, Ano VII, 8 out. 1918, p. 2; O ministro do Exterior não podia nomear a senhorita Maria José para o Itamaraty? *A Época*, Rio de Janeiro, n. 2.276, Ano VII, 8 out. 1918, p. 8.

outras crônicas colocam em destaque o esporte e o jornalismo esportivo: “Não valia a pena” e “Um ofício da A.B.S.A.”. O que preocupa o escritor é o espírito combativo e desagregador que os esportes propagavam. Nos dois textos, o escritor faz referência ao fim da Primeira Guerra Mundial e, no segundo, aborda a Conferência de Paz de Versalhes, sempre ligando o espírito competitivo dos esportes ao militarismo.

Em 1919, Lima Barreto suspende sua contribuição ao semanário *A.B.C.* O que o levou a fazer isso, como informa em carta enviada a Paulo Hasslocher, seria um artigo do diretor do *A.B.C.* endereçado ao antigo colaborador do semanário, Antônio Torres, onde Hasslocher teria feito comentário racista para atacar seu oponente.<sup>121</sup> A respeito da contenda entre Torres e Hasslocher, o diretor do *A.B.C.* informa em entrevista:

Quando mais acesa ia a campanha contra os portugueses, no governo Epitácio Pessoa, parte da imprensa carioca começou a atacar ferozmente o escritor Carlos Malheiro Dias. O *A.B.C.* ficou do lado dele. E eu compareci ao célebre banquete que então lhe ofereceram em desagravo. Os mais ardorosos lusófobos da época, chefiados por Antônio Torres, Bastos Tigre e Cândido de Campos, ficaram na porta para vaiar o homenageado e os homenageantes. Assim aconteceu. Só este seu amigo escapou à tremenda vaia dos inimigos de Malheiro Dias.

Antônio Torres era meu amigo e colaborava no *A.B.C.* Por este motivo, segundo me explicou, evitou que eu fosse também vaiado.

Mas como o mundo dá muitas voltas, o meu amigo Antônio Torres acabou virando contra mim. Primeiro mandou-me um artigo atacando a Alemanha, logo depois da declaração do estado de guerra, em 1917. O meu sobrenome germânico incitava-o. Publiquei o artigo. Veio um segundo. Este, contra os portugueses. Eu, como genro de português, senti-me atingido. Respondi a essas insinuações malévolas. Pronto começou a polêmica. Torres no *Correio da Manhã* e na *Gazeta*. Eu no *A.B.C.*

[...]

A polêmica ia cada vez mais feia. Formaram-se grupos. Contratamos capangas. Passei a andar de chicote na mão, protegido pelo “Bonitinho do Castelo”, pelo “Cabo Elpídio” ou pelo “Bamba da Saúde”. Até que decidimos resolver a polêmica com um duelo.<sup>122</sup>

No duelo de espadas, Paulo Hasslocher afirma que se saiu vencedor, e ambos deram a polêmica por encerrada, sem voltarem a escrever um sobre o outro.<sup>123</sup>

<sup>121</sup> BARRETO, Lima Por amor a velhos princípios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 204, ano V, 1 fev. 1919, p. 8. O título não parece ser de Lima Barreto, mas atribuído pela redação.

<sup>122</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, 1954. p. 50-51.

<sup>123</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, 1954. p. 52. Na versão de Gastão Cruis, o motivo da briga teria sido outro. Segundo Cruis, o desentendimento

O fato é que, em meio à polêmica, Hasslocher publicou o artigo que Lima Barreto considerou agressivo aos negros, denominado “‘Polarizada’ embriaguez”, em 25 de janeiro de 1919.<sup>124</sup> Quatro dias depois, Barreto envia carta ao diretor do *A.B.C.* informando que deixaria de colaborar no periódico, pois, não querendo magoar o amigo Paulo Hasslocher, nem querendo negar suas ideias, decidia tomar essa decisão. Lima diz a Hasslocher que fazia isso com mágoa por não poder revidar. Conforme solicitação do escritor, a carta foi publicada, com o acréscimo de um pequeno texto, de autoria da redação, contextualizando-a e comentando:

Uma polêmica com a qual o ilustre escritor nada tem a ver pessoalmente, afasta, entretanto, Lima Barreto da colaboração que vinha mantendo, com brilho, há longos meses, neste periódico. Os motivos desse afastamento, o festejado romancista de *Isaías Caminha*, no-los fornece em carta que publicamos a seguir.

Tratando-se de um ponto de vista puramente doutrinário, abstenho-nos de discutir as razões de Lima Barreto lamentando apenas e com sinceridade que tais razões nos privem das páginas fortes com que o grande romancista honrava semanalmente o *A.B.C.*<sup>125</sup>

Em 1919, são publicados onze textos, consistindo em oito crônicas, uma carta, um texto satírico e um texto de crítica literária. No fim de fevereiro sai *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e, dias depois, Lima Barreto se candidata para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de Emílio de Meneses, que será ocupada, a partir de outubro, por Humberto de Campos. Em março, o escritor inicia colaboração no semanário *Hoje*, fundado pelo ex-diretor do *A.B.C.*, Ferdinando Borla. Em agosto, seis meses após ter decidido cessar sua contribuição ao *A.B.C.*, o escritor volta a publicar na revista. Não foi encontrado nenhum texto ou carta indicando, ou programando, essa volta às páginas do hebdomadário. Em setembro, a *Careta* volta a trazer textos do autor, que também podem ser encontrados nos periódicos *Argos*, *Atualidade*, *D. Quixote*, *Hoje*, *Livros Novos* e *Revista Contemporânea*. E no mês de dezembro, ocorrerá a

---

ocorrera porque o *A.B.C.* teria dado curso a informação de que Antônio Torres entrara para a carreira consular sendo favorecido no concurso. Reagindo a isso, Torres teria posto a revista em ridículo, chamando-a de “X.P.T.O.” e escarneado do proprietário e dos redatores – CRULS, Gastão. *Antônio Torres e seus amigos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950, p. 67.

<sup>124</sup> HASSLOCHER, Paulo. “Polarizada” embriaguez. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 203, ano V, 25 jan. 1919.

<sup>125</sup> BARRETO, Lima. Por amor a velhos princípios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 204, ano V, 1 fev. 1919, p. 8.

segunda entrada de Lima Barreto no hospício, que durará de 25 de dezembro a 2 de fevereiro de 1920.<sup>126</sup>

De volta aos textos do *A.B.C.*, publica a crônica satírica intitulada “Procurem a snr<sup>a</sup> Josefina”, uma espécie de manual para os políticos; o primeiro texto antiestadunidense de sua produção no *A.B.C.*, “São capazes de tudo”, que trata também da Liga Brasileira pelos Aliados, fundada no decorrer da Primeira Guerra Mundial; e um desabafo, “Quem será afinal?”, em que comenta sua situação de aposentado do funcionalismo público e um caso envolvendo o embarque de sacerdotes católicos em navios de guerra brasileiros, durante o conflito mundial. Lima Barreto só retorna às páginas do *A.B.C.* em agosto, com comentários ao discurso de Pedro Lessa, em recepção ao acadêmico Alfredo Pujol, na ABL. Esta é a primeira e única vez, na revista *A.B.C.*, em que o escritor tratará da literatura de Machado de Assis e da crítica machadiana, a quem dirige as seguintes palavras: "Para toda a gente é melhor glorificar em bruto do que admirar com critério. Sigo o partido de toda a gente e paz aos mortos!". Ainda em agosto, escreve a crônica “Considerações oportunas”, em que trata abertamente, pela primeira vez, do racismo e das teorias raciais.

Em setembro de 1919, no texto “A arte na Bruzundanga”, volta à sátira da Bruzundanga para ridicularizar a poesia, a crítica literária e as demais artes em sua relação com a sociedade local; e escreve, em “A minha Alemanha”, sobre o fim da guerra e a possibilidade de que a Alemanha derrotada viesse a simbolizar a paz desmilitarizada. Em outubro, com a crônica “A tal história da aniagem”, entra no debate da imprensa a respeito da diminuição dos impostos sobre as embalagens importadas, comentando as figuras centrais do debate, o industrial Jorge Street e o fazendeiro Veiga Miranda; e aborda, em “Variações sobre um artigo”, questões ligadas à concorrência de produtos estrangeiros aos produtos nacionais de exportação. Encerra o ano, em novembro, mais de um mês antes de ser internado no hospício, com a crônica “Um domingo de discursos”, onde zomba dos discursos publicados no *Jornal do Comércio*, no feriado de 12 de outubro.

No ano de 1920, após sair do hospício, começa a trabalhar no romance *O cemitério dos vivos*. Colabora nos periódicos *Boa Noite* e *A Folha*, além do *A.B.C.* e da *Careta*. Em dezembro, sai o livro *Histórias e sonhos*, reunindo diversos contos e uma crônica, “Amplius”, entrega ao editor Francisco Schettino os originais do livro de

---

<sup>126</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 309-315, 409.



crônicas *Marginália*, e se candidata ao prêmio de melhor livro do ano anterior, com *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, obtendo, no ano seguinte, menção honrosa.<sup>127</sup>

Os textos do *A.B.C.*, em 1920, são divididos em treze crônicas e dois textos de crítica literária, totalizando quinze colaborações no ano. O escritor publica até maio, iniciando um hiato que só será interrompido em janeiro do ano seguinte. No primeiro mês deste ano, Lima Barreto escreve, em “Após a guerra”, sobre a guerra, condenando mais uma vez o espírito militar e patriota em vista das consequências da Primeira Guerra Mundial; em “Extravagâncias oficiais”, condena dois atos oficiais: o projeto da celebração do centenário da Independência brasileira e a exigência, por um professor da Politécnica, de cobrar que seus alunos fizessem exames na Argentina e no Chile; na crônica “A nossa situação”, Lima Barreto faz uma espécie de desabafo em face da situação da população brasileira diante dos graves problemas nacionais e da ineficácia, cupidez e corrupção de políticos e doutores; e em “Mais uma vez”, trata do uxoricídio, condenando a prática do crime e atacando as feministas. Nessa última crônica, o escritor menciona a disposição de não mais escrever romances. Lima Barreto não cumpriria essa vontade, pois escreveria, ao menos parcialmente, dois romances: *Clara dos Anjos* e *O cemitério dos vivos*, considerando que já havia elaborado uma versão primitiva do primeiro, não utilizada em sua versão final, e uma parte do segundo, que permanecerá inacabado.

Em fevereiro encontram-se as crônicas, “*Habeas corpus* curioso”, sobre as leis e a autoridade que passam por cima da vontade do indivíduo; “Simple reparo”, em que retoma a crítica à cupidez da burguesia, abordando também o movimento operário, a carestia e o ensino religioso; e “Duas relíquias”, em que ironiza a Academia Brasileira de Letras e os literatos que a compõem. Em março, escreve, na crônica “O ‘negócio’ da Bahia”, sobre levante, organizado por “coronéis”, ocorrido na Bahia, e a intervenção do exército; em “A universidade”, critica as intenções governamentais em instalar uma universidade na cidade do Rio de Janeiro; e no texto “Legião da Mulher Brasileira”, ridiculariza a cerimônia de criação da instituição homônima. Trata-se de mais uma das críticas do escritor ao movimento feminista brasileiro. Nos meses seguintes, volta a tratar da guerra em três crônicas: “Memórias da guerra”; “Fabricantes de países”, que aborda a Conferência de Versalhes; e “Homem ou boi de canga”, onde o cronista recorda situações vividas por ele e por seu pai durante a Revolta da Armada (1893-

---

<sup>127</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 325-326, 409

1894) e reflete sobre uma passagem das memórias de Ludendorff, que estavam sendo veiculadas pelo *Correio da Manhã*. O que liga os dois assuntos é o fato de que, normalmente, os combatentes não sabem pelo quê arriscam suas vidas. Além dessas crônicas, os dois textos de crítica literária são “Dous livros” e “Limites e protocolo”, sendo que no último o escritor chega a definir suas análises literárias de “crônicas literárias”.

Em 1921, Lima Barreto publica trecho d’*O cemitério dos vivos*, na *Revista Souza Cruz*, em janeiro. No mês de abril, viaja a Mirassol, a convite do colega Ranulfo Prata, que tentaria afastar Lima Barreto do vício do álcool. Na cidade do interior paulista, ficou combinada uma conferência, para a qual o escritor escreveu o discurso “O destino da literatura”, que acabou não sendo proferido. Na ocasião, o romancista desapareceu, e, horas depois, foi encontrado alcoolizado. O discurso seria publicado meses depois na *Revista Souza Cruz*. Em julho, Lima Barreto se candidata para a vaga de Paulo Barreto na ABL, mas retira sua candidatura no final de setembro. Em agosto entrega ao editor os originais de *Bagatelas*, que sairiam apenas em 1923. De dezembro a janeiro do ano seguinte, escreve o romance *Clara dos Anjos*.<sup>128</sup>

Os textos de 1921 estão divididos em sete crônicas, um conto e nove textos de crítica literária, somando um total de dezessete publicações. Em janeiro, vem a público a crônica “D’Annunzio e Lenine”, em que trata das intenções e do desfecho da invasão de d’Annunzio no Fiume, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Ao final do texto, compara o isolamento e a derrota de d’Annunzio com a defesa e manutenção do regime de Lênin e Trótski, da Revolução Russa. O conto “Carta de um defunto rico”, também publicado em janeiro, é escrito em forma de carta enviada pelo morto José Boaventura da Silva para seus familiares, tocando em assuntos como o arrivismo, a burguesia e a literatura. Em fevereiro, o escritor carioca comenta, em “A obra de um ideólogo”, a produção de Saturnino de Brito.

No mês de março, comenta, em “Poesias e poetas”, uma obra de Jackson de Figueiredo, *Humilhados e luminosos*, e enfoca os médicos e a medicina na crônica “Os médicos e o espírito”. Em abril, na crônica “Educação física”, volta ao futebol para, novamente, condenar o espírito guerreiro que esse esporte propagava; e em “Reflexões e contradições à margem de um livro”, debate questões suscitadas pela leitura de obra de Perillo Gomes. Dentre os temas discutidos estão: burguesia, religião, guerra, política,

---

<sup>128</sup> BARBOSA. Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 281-285, 409-410.

nacionalismo, ciência, escravidão, questão social e Igreja católica. Em maio, em novo texto de crítica literária, comenta a obra *Ensaio de sociologia*, de M. Carlos, também colaborador do *A.B.C.*, em que debate o serviço militar obrigatório. O texto de Lima Barreto recebe uma resposta: “A necessidade dos Exércitos”, também publicada no *A.B.C.*<sup>129</sup>

Lima Barreto fica dois meses sem publicar no hebdomadário, retornando em julho, com o texto de crítica literária “Impressões de leitura (À margem do *Coivara*, de Gastão Cruls)”, onde trata do livro de contos em epígrafe, abordando o ensino da medicina e a prática dos médicos, e a influência do irlandês Oscar Wilde nos jovens escritores. Em agosto, sai “A túnica de Néssus das leis”, onde descreve como o governo e seus funcionários tratam os cidadãos pobres e discute sobre a efetividade das leis e o saber dos juristas, motivado pelo combate do governo à morfina, à cocaína, ao ópio, ao haschisch, ao álcool, etc. Além da crítica aos juristas, novamente aborda os médicos ao satirizar a prática da medicina dirigida a pacientes sem recursos financeiros.

Em setembro, saem mais dois textos de crítica literária: “Urbanismo e roceirismo”, em que analisa o romance *Senhora de engenho*, de Mário Sette, e “Um romance de Botafogo”, que trata da obra *Virgens amorosas*, de Théó Filho, e do bairro carioca de Botafogo. Em outubro são publicadas duas crônicas, “O meu conselho”, onde Lima Barreto traça um perfil caricato da vida no Rio de Janeiro, e “Importância da dança (Intercâmbio Comercial)” em que dialoga com nota da imprensa que dava conta da dança realizada por um membro do consulado brasileiro na Suécia com a rainha daquele país, e desenvolve argumento sobre a importância da dança e, em linhas irônicas, sobre a influência dela no intercâmbio comercial e sua relação com a política.

Em novembro, sai apenas a crônica “O fabricante de diamantes”, onde o escritor comenta o trecho do conto homônimo de H. G. Wells. Em dezembro, são publicados comentários acerca de obras de dois poetas, Hélio Lima e Heitor Alves, no texto “Aos poetas”, e de um romancista, Vinício da Veiga, outro colaborador do *A.B.C.*, no texto de crítica literária “Um livro desabusado”. Esse último é importante para a obra romanesca de Lima Barreto, pois traz sua definição de *roman à clef* e sua condenação dos modelos literários vigentes.

No movimentado ano de 1922, ano do Centenário da Independência, da Semana de Arte Moderna, da disputa presidencial entre Artur Bernardes e Nilo Peçanha, Lima

---

<sup>129</sup> CARLOS, M. A necessidade dos Exércitos. *A.B.C.*, n. 324, ano VII, 21 maio 1921.

Barreto entrega a Francisco Schettino os originais de *Feiras e mafuás*. Em maio sai n' *O Mundo Literário* o primeiro capítulo do romance *Clara dos Anjos*.

Sem esquecer-se do intervalo que falta à coleção, foram localizadas quatro colaborações, sendo três crônicas e um texto de crítica literária. O único texto de julho é o “Estado de sítio”, ainda inédito em livro, em que o cronista registra a conversa entre dois amigos que refletem a medida governamental decretada, nesse mês, por causa do levante dos 18 do Forte de Copacabana. Francisco de Assis Barbosa se espanta por não encontrar nenhuma linha do escritor sobre o movimento:

É de admirar que tendo sido o grande cronista da época, anotando todos os fatos da vida carioca, no decorrer da sua existência, desde os acontecimentos de 1893 até as comemorações do Centenário, sem esquecer o Quebra-Lampião e a gripe espanhola, não houvesse feito Lima Barreto uma só referência ao gesto heroico dos 18 do Forte de Copacabana.<sup>130</sup>

Francisco Barbosa tinha razão em estranhar. Lima Barreto, de fato, tratou do incidente, mas para apontar que tais movimentos pouco tinham de efetivo, já que serviam apenas para fortalecer os governantes que estavam na corda-bamba.

Em agosto, aparecem, na revista, as últimas colaborações do Lima Barreto, que morreria pouco mais de dois meses depois. Nesse último mês, o cronista retoma dois temas, o feminismo (“O nosso feminismo”) e o futebol (“O nosso esporte”), além de escrever um texto de crítica literária, “Elogio do Amigo”, tratando do crítico simbolista Nestor Vitor e do livro que levava o mesmo título. No número anterior, outro colaborador do *A.B.C.*, Orestes Barbosa, havia insultado os simbolistas e Nestor Vitor. O tom laudatório do texto limano incomodou Orestes Barbosa, que passou a atacar Lima Barreto na própria revista, publicando a crônica “Um baile no Lima”.<sup>131</sup> Barbosa prosseguiu no ataque, mas Lima não tinha mais fôlego para polêmicas. Em carta a Lucilo Varejão, de 26 de setembro, informa a vontade de se retirar da imprensa:

Recebi daí dois livros de mérito. Um é o romance – *Os irmãos Marçal*, de Olívio de Figueiredo;<sup>132</sup> e outro é do Senhor Estevão Pinto – *Pernambuco no Século XIX*. De ambos, queria tratar largamente; mas estou disposto a retirar-me aos poucos da imprensa, quer diária,

<sup>130</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 351.

<sup>131</sup> BARBOSA, Orestes. Um baile no Lima. *A.B.C.*, n. 388, ano VIII, 12 ag. 1922, p. 8.

<sup>132</sup> O romancista se equivocou, o nome do autor do romance é Olívio Montenegro.

quer periódica. Dá muito trabalho, provoca aborrecimentos e nenhum proveito se tira. Por isso, não escreverei os artigos.<sup>133</sup>

Três dias depois, dirigindo-se ao próprio autor do romance *Os irmãos Marçal*:

Tinha a tenção de escrever um pequeno artigo sobre a sua obra, em algum jornal ou revista daqui, mas devido à minha resolução de abandonar a imprensa de qualquer período, não o faço. A imprensa esgota, não dá remuneração que valha a pena, e desperta invejosos de maus bofes.

Escreverei, d'agora em diante, na *Careta*, que é imprópria para dar certas notícias que valham a pena! O senhor está moço, muito, e há de estranhar essa minha resolução, mas, quando chegar à minha idade, depois de lutas e desgostos de toda a ordem, verá como tenho razão.

Aproveite, portanto, a sua mocidade e escreva livros como o que me deu a honra de ofertar, para não ser surpreendido aos quarenta anos, com o desânimo e a desesperança.<sup>134</sup>

Motivado, ou não, pelo atrito com Orestes Barbosa, Lima Barreto já não escreverá mais no *A.B.C.*, prosseguirá na *Careta*, revista mais informal e menos séria que o semanário de Paulo Hasslocher e Luís Moraes, no qual Lima Barreto colaborou em seus últimos seis anos de vida.

Lima Barreto falece em 1º de novembro; dois dias após, seu pai, João Henriques, acompanha o escritor.<sup>135</sup>

### **1.3 INDEXAÇÃO DOS TEXTOS DO ESCRITOR LIMA BARRETO NO *A.B.C.* (1916-1922)**

A indexação realizada não cobre todo o período da colaboração do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto no hebdomadário carioca *A.B.C.*, pois a coleção em microfilme mais completa do periódico, que integra o acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro, possui duas lacunas entre os anos de 1916 e 1922. Os intervalos de tempo de julho a dezembro de 1916 e de janeiro a junho de 1922 não foram encontrados naquela coleção. Tampouco há exemplares desses dois momentos no CEDEM, da UNESP, ou no AEL, da UNICAMP, dois centros de pesquisa em que é possível encontrar exemplares e trechos da coleção do semanário.

<sup>133</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Correspondência* – tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 229.

<sup>134</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Correspondência* – tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 267.

<sup>135</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 410.

Há indícios de que nos períodos referidos acima haja textos de Lima Barreto que foram veiculados pelo semanário. De acordo com nota de Beatriz Resende, a contribuição do escritor carioca no *A.B.C.* começa em 25 de novembro de 1916, com a crônica “O ideal do Bel-Ami”.<sup>136</sup> Essa data está de acordo com a que consta do texto recolhido em *Feiras e mafuás* de 1956.<sup>137</sup> No entanto, em uma sinopse cronológica que integra a oitava edição d’*A vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa, a informação é de que o início se deu em 25 de dezembro do mesmo ano.<sup>138</sup> Ora, sabendo que o *A.B.C.* circulava, naquele momento, aos sábados, a data correta seria a informada por Beatriz Resende e pelo texto de 1956, já que 25 de novembro de 1916 caiu num sábado, e 25 de dezembro daquele ano foi uma segunda-feira. “O ideal do Bel-Ami” foi o único texto encontrado nas *Obras de Lima Barreto*, organizada por Francisco de Assis Barbosa em 1956, que teria sido escrito por Lima Barreto para o periódico naquele ano.

No segundo intervalo, de janeiro a junho de 1922, foram possivelmente publicadas as crônicas “Será sempre assim?”, em 7 de janeiro, “Variações...”, em 14 de janeiro, e “O feminismo invasor”, em 21 de janeiro, e a crítica literária “Um livro luxuriante”, em 8 de abril.<sup>139</sup>

Desta forma, abaixo se encontra a indexação dos textos de Lima Barreto publicados no *A.B.C.*, nos períodos de 1917 a 1921 e de julho a agosto (último mês em que é veiculado um texto do escritor) de 1922. A indexação está ordenada de acordo com a data de publicação dos textos, e contém sua indicação bibliográfica, seguida de breve resumo do conteúdo, e o livro em que foi posteriormente recolhido.

#### 1917

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um grande financista (conto exótico). *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 7-8.

O conto, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, tem como foco a trajetória de um financista da República da Bruzundanga, bem como as finanças e a economia daquele país. Ao final do texto, há a indicação de local e data da redação, antes da assinatura do autor: “Todos os Santos, em 1-1-17”.

<sup>136</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica* – Lima Barreto. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 265.

<sup>137</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 181.

<sup>138</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 407.

<sup>139</sup> Segundo dados retirados dos dois tomos de *Toda crônica* e dos volumes das *Obras de Lima Barreto*.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922, com o título “Um grande financeiro”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 17-18.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, constitui um relato de parte da nobreza da Bruzundanga, a “nobreza doutoral”. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “7-1-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 14

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, descreve a outra parte da nobreza da Bruzundanga, a nobreza “de palpite”, denominação utilizada na crônica anterior. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “15-1-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 16

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, descreve a política e os políticos da República dos Estados Unidos da Bruzundanga. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “21-1-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 12.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, descreve as riquezas naturais das províncias da Bruzundanga,

mencionando o carvão, o café e a borracha, e informa como o governo daquele país se utiliza dessas matérias-primas. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “6-2-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 03 mar. 1917. p. 6.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, trata do sistema educacional da Bruzundanga. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “28-2-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A constituição da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 12.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, lembra o momento em que se reuniu a Constituinte da Bruzundanga. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “5-3-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922, com o título “A constituição”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A diplomacia da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 13-14.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, apresenta o espírito dos diplomatas da Bruzundanga e a influência do Visconde de Pancôme para a cristalização daquele perfil. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “11-3-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um manda chuva – IX. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 15-16.



A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, expõe a trajetória do presidente da Bruzundanga, cargo conhecido pelo nome de Manda Chuva. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “18-3-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um ministro da agricultura – X. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 9-10.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, aborda questões agrárias e a trajetória e o perfil de um ministro da agricultura da Bruzundanga. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “25-3-17”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922, com o título “Um ministro”. Na ordenação do livro, esse texto é o décimo-primeiro capítulo, e não o décimo.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Mais uma. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 21.

Na crônica, o autor aborda o surgimento da Academia de Letras da Bahia, fundada em 7 de março de 1917. O cronista assina “L. B.”, e não “Lima Barreto” como era o costume em seus textos do *A.B.C.*, provavelmente, porque já tivesse outro texto seu na mesma edição do periódico, nas páginas anteriores.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Os heróis da Bruzundanga – XI. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 10.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, descreve três figuras consideradas heroicas pelo povo da Bruzundanga.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922, com o título “Os heróis”. Na ordenação do livro, esse texto é o décimo-segundo capítulo, e não o décimo-primeiro.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A sociedade da Bruzundanga – XII. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917. p. 9-10.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, descreve a elite da Bruzundanga, seu arrivismo e as manifestações artísticas daquele país.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Os bruzundangas*, de 1922, com o título “A sociedade”. Na ordenação do livro, esse texto é o décimo-terceiro capítulo do livro, e não o décimo-segundo.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Carta fechada – meu maravilhoso senhor Zé Rufino. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 114, ano III, 12 maio 1917. p. 13.

Nesta crônica, o autor escreve uma espécie de carta aberta, que tem seu conteúdo dirigido a uma ou a mais pessoas, acessível a todos, e a denomina “Carta fechada”. A carta é endereçada ao então Ministro da Agricultura do governo Venceslau Brás, José Rufino Bezerra Cavalcanti. Ao final da carta, Lima Barreto se dirige também ao diretor do jornal *Correio da Manhã*, Azevedo Amaral. O que leva Lima Barreto a escrever a carta é a atuação do ministro José Rufino. Sua atuação como ministro, segundo o cronista, estava sofrendo influência de sua outra ocupação, a de usineiro.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

#### 1918

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Harakashy e as escolas de Java. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918. p. 10-11.

No conto, o narrador, em primeira, pessoa faz diversas considerações a respeito da sociedade da Batávia, a capital de Java. Dentre os assuntos abordados estão: os habitantes locais, a literatura e os literatos da Academia de Letras local, a ciência e os cientistas de Java, os médicos e os advogados javaneses, a universidade e a vida acadêmica de Harakashy, um javanês mestiço, amigo do narrador. A epígrafe do conto é uma citação do *Código de Manu*, e ao final do texto, há a indicação de local e data da redação, após a assinatura do autor: “Rio, 14-1-18”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Até que afinal!... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 152, ano III, 2 fev. 1918. p. 12.

Na crônica, o autor faz críticas, com bastante ironia, ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro, poder legislativo local. Descreve a trajetória da cidade e de seus problemas urbanos, desde sua fundação. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “25-1-18”.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. “Annita e Plomark” – Aventureiros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 154, ano III, 16 fev. 1918. p. 8-9.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto tece comentários a respeito do romance *Annita e Plomark, aventureiros*, de Théó Filho em colaboração com Robert Bédarieux.

O texto foi publicado posteriormente no volume XIII – *Impressões de leitura*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Cada raça tem um Calino. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 155, ano III, 23 fev. 1918. p. 8-9.

Nesta crônica, Lima Barreto parodia uma crítica literária ao analisar uma biografia escrita por Pelino Guedes. No texto, o cronista se vale de um artifício literário, assinando-o como Adolfo von Schulze, com tradução do próprio Lima Barreto.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Casos de bovarismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 163, ano IV, 20 abr. 1918. p. 10.

Nesta crônica, Lima Barreto expõe o conceito de bovarismo, de Jules Gaultier, e o aplica ficcionalmente ao cotidiano carioca.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Volta ao Camões! *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 164, ano IV, 27 abr. 1918. p. 4.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto censura as obras de Júlio Dantas e Antero de Figueiredo. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “18-4-18”.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Cló. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 165, ano IV, 4 maio 1918. p. 12-14.

Trata-se de conto narrado em terceira pessoa que enfoca a trajetória de Maximiliano, pai de Cló, durante o carnaval carioca. O conto é dedicado a Alexandre Valentim Magalhães.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. No ajuste de contas.... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 166, ano IV, 11 maio 1918. p. 11-13.

Na crônica, Lima Barreto faz uma crítica ao sistema político e econômico e propõe reformas econômicas e sociais. O texto é acompanhado de breve comentário da redação do periódico sobre o autor e de uma fotografia. Antes da assinatura do cronista, há a indicação da data da redação: “1-5-18”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A superstição do doutor. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 167, ano IV, 18 maio 1918. p. 14-16.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve sobre o título de doutor. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “8-5-18”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Tenho esperança que.... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 170, ano IV, 8 jun. 1918. p. 2, 5.

Na crônica, Lima Barreto trata da formação de mulheres para lecionar no ensino primário. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “3-5-18”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O moleque. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 171, ano IV, 15 jun. 1918. p. 12-14.

No conto, o narrador, em terceira pessoa, disserta sobre os nomes geográficos em tupi, faz uma descrição de Inhaúma, dos habitantes, da arquitetura local e da dinâmica social do lugar, e expõe a história de alguns de seus moradores, centrando na de Felismina e de seu filho Zeca. Ao final do texto, antes da assinatura do autor, consta local e data da redação: “Rio, 1918”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Adélia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 176, ano IV, 20 jul. 1918. p. 11.

No conto, dois amigos travam uma conversa sobre a filantropia, e um deles se dispõe a narrar a história de Adélia, que é deixada aos cuidados de uma instituição filantrópica pela mãe.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O feiticeiro e o deputado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 177, ano IV, 27 jul. 1918. p. 12.

No conto, narrado em terceira pessoa, toda uma pequena cidade especula sobre a vida de Ernesto, um misterioso forasteiro que passa a viver no local. O autor toca nos seguintes temas: preconceito, ignorância, pretensão saber do doutor e o diagnóstico da loucura.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Uma noite no Lírico. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 179, ano IV, 10 ag. 1918. p. 4-5.

No conto, Frederico Bastos narra uma de suas idas ao Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, onde conversa com seu colega Cardoso e com Alfredo Costa. O texto é uma sátira à sociedade carioca.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um músico extraordinário. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 180, ano IV, 17 ag. 1918. p. 14-15.

No conto, o narrador Mascarenhas relata como se deu seu reencontro com um antigo colega de colégio, Ezequiel.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição em livro de *Histórias e sonhos*, de 1920.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A nossa filantropia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 181, ano IV, 24 ag. 1918. p. 10.

Na crônica, Lima Barreto aborda as ações filantrópicas de mulheres brasileiras endereçadas à Cruz Vermelha da Sérvia. O cronista faz a crítica a esse tipo de ação e à instituição “Cruz Vermelha”.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Como budistas... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 182, ano IV, 31 ag. 1918. p. 11.

Nesta crônica, Lima Barreto aborda o assassinato de um homem cometido por sua esposa, em São Paulo. O cronista ataca a posição da mulher no casamento, naquela sociedade.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Literatura militante. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 183, ano IV, 7 set. 1918. p. 8.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto expõe as características do que chamava de “literatura militante”. O texto vem em resposta ao artigo escrito por Carlos Malheiro Dias, n’*O País*, de 2 de setembro do mesmo ano.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O secular problema do Nordeste. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 185, ano IV, 21 set. 1918. p. 13.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto comenta o discurso *O secular problema do Nordeste*, de Ildefonso Albano, que trata do problema da seca no Nordeste brasileiro.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O triunfo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 186, ano IV, 28 set. 1918. p. 14.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto tece comentários sobre o romance *O triunfo*, de Ranulfo Prata.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A amanuensa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 187, ano IV, 5 out. 1918. p. 10.

Nesta crônica, Lima Barreto faz um protesto contra o ato do ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, de admitir uma mulher em concurso para o lugar de 3º oficial de sua secretaria.

O texto foi publicado posteriormente no volume VIII – *Coisas do reino do Jambon*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Elogio da Morte. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 189, ano IV, 19 out. 1918. p. 5.

Nesta crônica, Lima Barreto trata dos seguintes assuntos: a morte como redentora do ser humano, os heróis e os loucos, a sociedade e o debate de ideias.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A política republicana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 190, ano IV, 26 out. 1918. p. 12.

Nesta crônica, Lima Barreto trata dos artifícios da política republicana com seus políticos, contrapondo-a à política do Império. O texto também versa sobre o debate de ideias no Brasil republicano.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A corte do Itamaraty. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 191, ano IV, 2 nov. 1918. p. 11-12.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve sobre a história do Palácio do Itamaraty e das transformações ocorridas na propriedade com a presença do Barão do Rio Branco enquanto o Itamaraty servia como sede do Ministério das Relações Exteriores.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918. p. 8.

A crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, trata de dois assuntos distintos: a participação da Bruzundanga na guerra ao império dos Ogres e a nomeação de um papagaio para um cargo público, sem apoio da lei.

O texto foi publicado posteriormente na terceira edição de *Os bruzundangas*, de 1952, com o título “Outras notícias”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Da minha cela. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 195, ano IV, 30 nov. 1918. p. 11,14.

Nesta crônica, Lima Barreto trata da greve e da insurreição de 18 de novembro, no Rio de Janeiro. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “25-11-18”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Carta aberta – Exmo. sr. Conselheiro Rodrigues Alves ou quem suas vezes fizer, na Presidência da República. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 197, ano IV, 14 dez. 1918. p. 12, 15.

Nesta crônica, uma carta aberta endereçada ao “excelentíssimo Senhor conselheiro Rodrigues Alves [presidente eleito] ou quem suas vezes fizer, na presidência da República”, Lima Barreto aborda dois assuntos: a) o discurso da imprensa a respeito do movimento grevista do dia 18 de novembro; b) as ações do chefe de polícia Aurelino Leal diante do mesmo movimento. Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, junto à assinatura do autor: “2-12-18”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Não valia a pena. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 198, ano IV, 21 dez. 1918. p. 8,13.



Nesta crônica, Lima Barreto trata da cobertura esportiva feita pelos jornais daquela época, usando como exemplos a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um ofício da A.B.S.A. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 199, ano IV, 28 dez. 1918. p. 16-17.

Nesta crônica, Lima Barreto trata da Conferência de Paz de Versalhes, da repercussão dos esportes (futebol e turfe) na imprensa carioca e de um ofício da A.P.S.A. (Associação Paulista de Esportes Atléticos). A sigla da associação foi grafada errada no título da crônica. No título do periódico, ao invés de constar “Um ofício da A.P.S.A.”, sendo que a letra “P” indicaria o estado em que associação paulista se localizava, a sigla aparece como “A.B.S.A.”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923, e teve seu título corrigido para “Um ofício da A.P.S.A.”.

1919

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Procurem a snr.<sup>a</sup> Josephina!. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 200, ano V, 4 jan. 1919. p. 14-15.

Nesta crônica satírica, Lima Barreto elenca autores, reconhecidos, de conselhos políticos, como Maquiavel, Rousseau, Fénelon e Padre Antônio Vieira, e apresenta um guia de carreira política criado pelo seu fictício amigo Alamiro Vianna.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923, e seu título foi corrigido para “Procurem a sua Josephina!”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. São capazes de tudo.... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 201, ano V, 11 jan. 1919. p. 16-17.

Nesta crônica, Lima Barreto trata do patriotismo, da Liga Brasileira pelos Aliados, mas o principal assunto é a postura política dos Estados Unidos. A crônica traz epígrafe retirada do Evangelho de S. Lucas, e, ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “6-1-19”.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Quem será, afinal? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 203, ano V, 25 jan. 1919. p. 13-14.

Na crônica, Lima Barreto comenta sua relação com o Estado, como funcionário público aposentado, a loucura, o caso do embarque de sacerdotes católicos em navios de guerra brasileiros e o posicionamento do *Correio da Manhã* diante do fato.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Por amor a velhos princípios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 204, ano V, 1 fev. 1919. p. 8.

Nesta carta, endereçada ao diretor do *A.B.C.*, Paulo Hasslocher, Lima Barreto declara que deixará de colaborar com o hebdomadário. A carta vem com a indicação de local e data: “Rio, 29-1-19”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Uma fatia acadêmica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 230, ano V, 2 ag. 1919. p. 12-13.

Neste texto, muito próximo de suas críticas literárias, Lima Barreto faz algumas considerações a respeito do discurso de recepção do acadêmico Alfredo Pujol, feito por Pedro Lessa. Entre os pontos abordados estão: a arte, a literatura e Machado de Assis. Ao final do texto, há a indicação da data da escrita antes da assinatura do escritor: “26-7-19”.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953, com o título alterado para “Uma fita acadêmica”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Considerações oportunas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 232, ano V, 16 ag. 1919. p. 10-11.

Nesta crônica, Lima Barreto trata das teorias raciais, motivado por agressões racistas ocorridas nos Estados Unidos.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A arte na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 236, ano V, 13 set. 1919. p. 9.

Na crônica, que integra o conjunto de textos que compõem a sátira *Os bruzundangas*, Lima Barreto escreve sobre poesia, crítica literária e outras artes na Bruzundanga, e a relação delas com a sociedade local. Ao final do texto, há a indicação de local e data da escrita após a assinatura do autor: “Rio, 7-9-19”.

O texto foi publicado posteriormente na terceira edição de *Os bruzundangas*, de 1952, com o título “A arte”.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A minha Alemanha. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 237, ano V, 20 set. 1919. p. 12.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve sobre a esperança devotada na Alemanha após o fim da guerra e pela união das diferentes etnias e nacionalidades no Brasil.

O texto permaneceu inédito até 2004, quando foi publicado no segundo volume de *Toda crônica*.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A tal história da aniagem. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 239, ano V, 4 out. 1919. p. 10.

Nesta crônica, Lima Barreto aborda assunto que mobilizava a imprensa, o da diminuição dos impostos sobre as embalagens importadas, e comenta a respeito de duas figuras centrais no debate, Jorge Street e Veiga Miranda. O cronista tece considerações a respeito da literatura do segundo e sobre a exploração do trabalhador rural.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Variações sobre um artigo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 242, ano V, 25 out. 1919. p. 16.

Nesta crônica, Lima Barreto comenta um artigo d’*O Jornal*, no qual um articulista tratava do surgimento de concorrência de produtos estrangeiros aos produtos brasileiros de exportação.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um domingo de discursos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 245, ano V, 15 nov. 1919. p. 14.

Nesta crônica, Lima Barreto comenta discursos proferidos no dia 12 de outubro e publicados no *Jornal do Comércio*.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Após a guerra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 253, ano VI, 10 jan. 1920. p. 4.

Nesta crônica, Lima Barreto trata da situação europeia após a guerra a fim de fazer uma crítica ao patriotismo, ao militarismo e à política autoritária brasileira.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Extravagâncias oficiais. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 254, ano VI, 17 jan. 1920. p. 2.

Nesta crônica, Lima Barreto questiona um projeto da prefeitura do Rio de Janeiro destinado a celebrar a Independência do Brasil e a ideia de um professor da Escola Politécnica de exigir que seus alunos fizessem os exercícios na Argentina e no Chile.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A nossa situação. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 255, ano VI, 24 jan. 1920. p. 4-5.

Nesta crônica, Lima Barreto faz uma análise pessimista de diversos problemas brasileiros e das ações das autoridades.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Mais uma vez. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 256, ano VI, 31 jan. 1920. p. 4.

Nesta crônica, Lima Barreto trata do uxoricídio, defende as mulheres e ataca as feministas, que não se manifestavam contra esse tipo de crime.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. “Habeas-corpus” curioso. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 258, ano VI, 14 fev. 1920. p. 16.

Nesta crônica, Lima Barreto relata um caso jurídico ocorrido em São Paulo, onde um homem tentou casar com uma mulher sem o consentimento do pai da moça, e mostra o imbróglio causado pelas leis.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Simples reparo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 259, ano VI, 21 fev. 1920. p. 15.

Nesta crônica, Lima Barreto faz algumas considerações a respeito de uma declaração dada pelo engenheiro Souza Leite, que acabava de voltar da Europa. No texto, o cronista toca nos seguintes assuntos: carestia, movimento operário, ensino religioso e burguesia.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Duas relíquias. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 260, ano VI, 28 fev. 1920. p. 14.

Nesta crônica, Lima Barreto conta a trajetória de dois tratados de ortografia, para os quais procurava um destino. Acaba por escolher o editor da revista *Livros novos*, Cícero de Brito Galvão, para quem envia uma carta, que também é veiculada na crônica. A carta, por sua vez, traz comentários sobre a Academia Brasileira de Letras e os literatos que a compõe.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O “negócio” da Bahia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 261, ano VI, 6 mar. 1920. p. 13-14.

Nesta crônica, Lima Barreto trata da política e do conflito entre as forças de “coronéis” baianos sublevados e o exército brasileiro.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A universidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 262, ano VI, 13 mar. 1920. p. 16.

Nesta crônica, Lima Barreto discute a universidade e o ensino superior, devido à intenção do governo de se instalar uma universidade no Rio de Janeiro.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Legião da Mulher Brasileira. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 264, ano VI, 27 mar. 1920. p. 15.

Nesta crônica, Lima Barreto trata da cerimônia de criação da Legião da Mulher Brasileira.

O texto foi publicado posteriormente no volume VIII – *Coisas do reino do Jambon*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Dous livros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 266, ano VI, 10 abr. 1920. p. 13.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto escreve sobre o romance “didático” (infanto-juvenil), *Saudade*, de Thales C. de Andrade, e o “diálogo filosófico” de Gastão França Amaral, *Horror à forma humana*.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Memórias da guerra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 267, ano VI, 17 abr. 1920. p. 14.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve sobre as memórias de guerra de dois generais alemães, Ludendorff e Hindenburg, que vinham sendo publicadas respectivamente nos jornais *Correio da Manhã* e *O País*.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Fabricantes de países. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 268, ano VI, 24 abr. 1920. p. 8.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve sobre a Conferência de Versailles, a criação de novos países e a tomada de Fiume por Gabriele d’Annunzio.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Limites e protocolo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 272, ano VI, 22 maio 1920. p. 15-16.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto trata de dois trabalhos distintos: um, de Antônio Noronha Santos, sobre limites geográficos; e o outro, o drama *Rogério*, de Orris Soares.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Homem ou boi de canga? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 273, ano VI, 29 maio 1920. p. 8.

Nesta crônica, Lima Barreto trata mais uma vez da guerra, lembrando algumas situações vivenciadas por ele e por seu pai durante a Revolta da Armada (1893-1894), e

refletindo acerca de uma passagem das memórias de Ludendorff, veiculadas pelo *Correio da Manhã*.

O texto foi publicado posteriormente na primeira edição de *Bagatelas*, de 1923.

1921

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. D'Annunzio e Lenine. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 305, ano VII, 8 jan. 1921. p. 11-12.

Nesta crônica, Lima Barreto aborda o desfecho da invasão de Gabriele d'Annunzio em Fiume, com a chegada das tropas italianas. O cronista compara o isolamento, e a derrota, de d'Annunzio com a manutenção do regime de Lênin e Trotski.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Carta de um defunto rico. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 307, ano VII, 22 jan. 1921. p. 12.

Este conto é escrito na forma de uma carta enviada pelo “defunto rico” José Boaventura da Silva aos seus amigos e familiares. Na carta são mencionados diversos artifícios utilizados pela burguesia arrivista, o que é comum nos escritos do autor.

O texto foi publicado posteriormente na 4ª edição de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de 1949.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A obra de um ideólogo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 309, ano VII, 5 fev. 1921. p. 14.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto comenta as características do escritor José Saturnino de Brito.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Poesia e poetas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 313, ano VII, 5 mar. 1921. p. 16.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto escreve sobre o livro *Humilhados e luminosos*, de Jackson de Figueiredo, e sobre os poetas analisados por Figueiredo: Mello Leite, Kilkerry, Juca Magalhães e Uriel Tavares. O crítico também tece comentários sobre arte e poesia.

O texto foi publicado posteriormente no volume XIII – *Impressões de leitura*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Os médicos e o espírita. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 315, ano VII, 19 mar. 1921. p. 11.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve sobre os médicos e a medicina por causa de incidente envolvendo um médium multado pela Saúde Pública por receitar remédios homeopáticos.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Educação física. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 318, ano VII, 9 abr. 1921. p. 6.

Nesta crônica, Lima Barreto discute o esporte, especificamente o futebol, e a guerra, respondendo a um artigo d’*O Jornal*.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Reflexões e contradições á margem de um livro. *A.B.C.*, n. 320, ano VII, 23 abr. 1921. p. 16-17.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto reflete sobre questões suscitadas pelo livro *Penso e creio*, de Perillo Gomes. Ao final do texto, há indicação do local em que foi escrito antes da assinatura: “Mirassol (Rio Preto, S. Paulo)”.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Sobre uma obra de sociologia. *A.B.C.*, n. 322, ano VII, 7 maio 1921. p. 10-11.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto comenta o livro de M. Carlos, *Ensaio de sociologia*, abordando o serviço militar obrigatório e a guerra.

O texto foi publicado posteriormente no volume XIII – *Impressões de leitura*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Impressões de leitura (À margem do “Coivara” de Gastão Cruls). *A.B.C.*, n. 333, ano VII, 23 jul. 1921. p. 13.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto escreve suas impressões sobre o livro de contos de Gastão Cruls, *Coivara*. Lima Barreto, seguindo os temas dos contos,



trata dos médicos e do ensino da medicina e comenta as motivações e a vida de Oscar Wilde, bem como sua obra.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A túnica de Néssus das leis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 335, ano VII, 6 ag. 1921. p. 3.

Nesta crônica, Lima Barreto descreve como o governo e seus funcionários tratam os cidadãos pobres e discute a efetividade das leis e o saber dos juristas, motivado pelo combate do governo à morfina, à cocaína, ao ópio, ao *haschisch*, ao álcool etc.

O texto permaneceu inédito até 2004, quando foi publicado no segundo volume de *Toda crônica*.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Urbanismo e roceirismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 340, ano VII, 10 set. 1921. p. 10.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto analisa o romance *Senhora de engenho*, de Mário Sette, que o leva a comentar a política, e as questões urbanas e rurais.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um romance de Botafogo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 342, ano VII, 24 set. 1921. p. 6-7.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto escreve sobre o romance *Virgens amorosas*, de Téo Filho, e trata da história do bairro de Botafogo.

O texto foi publicado posteriormente no volume XIII – *Impressões de leitura*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O meu conselho. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 343, ano VII, 1 out. 1921. p. 10-11.

Nesta crônica, Lima Barreto direciona seu texto para um anunciante inglês da *Gazeta de Notícias*, que buscava encontrar noiva rica no Rio de Janeiro. O cronista traça um perfil do Rio de Janeiro, comentando o futebol, o racismo, a pintura, a literatura, a música, o teatro, as mulheres, a moda, a burguesia, as feministas, etc.

O texto foi publicado posteriormente em *Feiras e mafuás*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Importância da dança (Intercâmbio Comercial). *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 344, ano VII, 8 out. 1921. p. 6.

Nesta crônica, Lima Barreto escreve motivado pelas notas de jornais que davam conta da dança efetuada por um membro do consulado brasileiro na Suécia com a rainha daquele país. O cronista desenvolve seu texto sobre a dança e sua importância no intercâmbio comercial, de forma irônica.

O texto foi publicado posteriormente no volume VIII – *Coisas do reino do Jambon*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O fabricante de diamantes. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 351, ano VII, 26 nov. 1921. p. 10.

Nesta crônica, Lima Barreto comenta o trecho d’*O fabricante de diamantes*, conto de H. G. Wells.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Aos poetas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 354, ano VII, 17 dez. 1921. p. 6.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto trata de dois poetas: Hélio Lima, autor de *Velas*, e Heitor Alves, autor de *Sons ritmados*.

O texto foi publicado posteriormente no volume XIII – *Impressões de leitura*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um livro desabusado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 355, ano VII, 24 dez. 1921. P. 13-14.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto analisa o romance *O homem sem máscara*, de Vinício da Veiga, também colaborador do *A.B.C.* Lima Barreto condensa sua crítica aos modelos literários vigentes na literatura brasileira do momento e define seu conceito de romance *à clef*, tão importante na sua produção romanesca.

O texto foi publicado posteriormente no volume XIII – *Impressões de leitura*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Estado de sítio. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 385, ano VIII, 22 jul. 1922. p. 13.

Nesta crônica, Lima Barreto mostra a conversa de dois amigos que refletem sobre o estado de sítio decretado naquele mês. O levante do Forte de Copacabana, em 5 de julho, foi o evento que motivou a medida governamental.

O texto encontra-se inédito em livro e reproduzido em anexo no presente trabalho.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Elogio do amigo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 387, ano VIII, 5 ag. 1922. p. 10.

Neste texto de crítica literária, Lima Barreto faz um breve comentário do crítico Nestor Vitor e de sua obra *Elogio do amigo*.

O texto foi publicado posteriormente no livro *Marginália*, de 1953.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O nosso feminismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 388, ano VIII, 12 ag. 1922. p. 8.

Nesta crônica, Lima Barreto trata da legislação que proibia a mulher de ser funcionária pública, questionando o parecer do Consultor-Geral da República, Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses, e criticando a atuação das feministas.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O nosso esporte. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 390, ano VIII, 26 ag. 1922. p. 6.

Nesta crônica, Lima Barreto aborda o futebol e a cobertura da imprensa, e o apoio que o esporte recebia do governo e do município, em detrimento de outras atividades.

O texto foi publicado posteriormente no volume XI – *Vida urbana*, das *Obras de Lima Barreto*, de 1956.

#### **1.4 SÍNTESE DA COLABORAÇÃO DE LIMA BARRETO NO A.B.C.**

Em termos de valor literário, talvez apenas o desprestígio dos gêneros considerados menores – no caso da produção limana, a sátira e a crônica – possa fornecer argumentos para aquela visão que aponta uma queda de qualidade na carreira

do escritor a partir do começo dos anos 10. Não é demais lembrar que Lima Barreto, em seus últimos anos de vida, publicou a maior parte de seus textos na imprensa.

Conforme se depreende do tratamento dispensado pela redação do *A.B.C.* ao escritor, nomeadamente da liberdade de que desfrutou em comparação ao aparte que o órgão da imprensa imprimia aos textos de outros colaboradores que não estivessem de acordo com a orientação política da revista, como foi o caso de Astrojildo Pereira, e a opinião exteriorizada no momento da interrupção da contribuição do cronista, quando o semanário se viu “privado das páginas fortes” da pena limana, o autor d’*Os bruzundangas* exercia atividade estritamente literária. A revista apreciava sua contundência, seu radicalismo e suas linhas polêmicas, mas a figura de Lima Barreto divisada pelo hebdomadário era a do ficcionista renomado, não a do cronista sério, crítico da política republicana, que visava a perturbar o sistema. Algo distinto da forma por que Lima enxergava sua produção no *A.B.C.*

De fato, há um Lima Barreto que colabora no *A.B.C.* diferente do que escreve para outros periódicos. Fica claro que essa série de textos, se se pode chamá-la assim, insere-se dentro do todo produzido pelo autor, mas se diferencia levemente, como conjunto, do restante. Permanece a vontade de alcançar a nitidez, trazendo consigo a repetição, “a melhor figura de retórica”.<sup>140</sup> Os textos do *A.B.C.* se destacam pela mescla entre o tom grave do assunto sério, comum aos seus textos veiculados na imprensa proletária, à nota confessional, o lirismo, e o humor característico, com a peculiar ironia, chegando, algumas vezes, ao sarcasmo, que se encontra em textos da *Careta*, por exemplo. Outro ponto que convém destacar é que Lima Barreto assinou com o próprio nome todos os seus escritos para o semanário, diferentemente de como procedia em outras publicações, onde se valia de inúmeros pseudônimos.

O *A.B.C.* era um periódico predominantemente político, mas que também tratava de literatura e artes. Lima parece ter encarado seu espaço na folha como uma possibilidade de debater suas ideias políticas e literárias para um público de maior amplitude, que fugia do padrão da imprensa libertária e das revistas ilustradas, além, é claro, de servir como um acréscimo ao ordenado e à aposentadoria. Era, por conseguinte, uma forma de suscitar o debate em outros grupos de leitores. Escreveu

---

<sup>140</sup> A respeito da repetição, Lima Barreto afirma o que é citado num trecho da crônica “Elogio da Morte”, onde declara que a morte sagra a vida. Para elucidar, argumenta que as boas qualidades dos mortos são perenes, enquanto sua má-fama permanece adstrita à vida. BARRETO, Lima. Elogio da Morte. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 189, ano IV, 19 out. 1918. Sobre o uso do gancho e da repetição em Lima Barreto, conferir SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 530-544.

sobre o maximalismo, propondo reformas radicais no Brasil, e sobre a literatura militante que praticava, cujo escopo seria desvendar a realidade circundante, propagar a solidariedade e unir a humanidade. Defendeu os desvalidos, os operários amotinados, a revolução social e denunciou a carestia da vida. Da mesma forma, criticou os abusos da polícia, as arbitrariedades das autoridades e a violência das leis, censurou o uxoricídio e satirizou as feministas, condenou o imperialismo dos Estados Unidos, o racismo e o futebol, e bradou contra o fetiche doutoral. Atacou os burgueses, sua caridade e o sistema educacional que os beneficiava. Foi crítico ferrenho da arte e do estilo literário que vigorava naquele tempo, das Academias de Letras e demais sociedades culturais e artísticas, que banalizavam o homem de letras e serviam como meio de satisfazer o ego de algumas personalidades e como forma de ganhar dinheiro. Manteve-se vigilante aos passos da imprensa e aos movimentos da cidade do Rio de Janeiro. Voltou-se contra a guerra, o nacionalismo e o patriotismo. Ainda abordou sua vida pessoal, a loucura e a morte, a religião, o misticismo e a ciência. Os contos, onde o ficcional ameniza com mais intensidade o tom do discurso, eram protagonizados, em geral, por personagens simples, pobres ou de classe média, moradores do subúrbio carioca, que tinham seus costumes transpostos para a ficção. Frente aos pobres e remediados, aparece uma enorme quantidade de burocratas, doutores, literatos, políticos, figurões, charlatões, arrivistas e demais tipos que povoavam a sociedade. Há, ali, o conflito entre ricos e pobres, entre pessoas de uma mesma classe social, homens e mulheres, brancos e negros.<sup>141</sup>

Lima recebia cinquenta mil réis por colaboração. Encontrou-se um total de 89 textos, além da carta enviada ao diretor da revista. Com exceção da missiva, que informa a decisão de Lima Barreto de deixar as páginas do *A.B.C.*, são 49 crônicas, 8 contos, 14 sátiras e 18 textos de crítica literária. Além dos sete contos publicados, ainda em vida do autor, no livro *Histórias e sonhos*, de 1920, sabe-se que o escritor já havia enviado aos editores os originais de *Os bruzundangas*, *Marginália*, *Bagatelas* e *Feiras e mafuás*, antes de sua morte. Esses originais percorreram caminhos distintos até sua publicação. *Os bruzundangas*, lançado em 1922, pelo editor Jacinto Ribeiro dos Santos, recebeu uma segunda edição, sem qualquer alteração, em 1930, e a terceira em 1952, pela Editora Mérito. Nessa última, acresce-se uma segunda parte ao volume, composto

---

<sup>141</sup> Para uma boa síntese da galeria de tipos representados na obra limana, conferir SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 192.

de dois textos do *A.B.C.* e os demais de outros periódicos, escritos após o envio dos originais ao editor em 1917. A primeira edição da sátira conta com doze textos do *A.B.C.*, e a terceira com 14. *Marginália*, que terá os originais entregues ao editor em dezembro de 1920, e perdidos em algum momento, é publicada pela primeira vez em 1953, pela Editora Mérito. A edição de 1956 é formada apenas por parte da anterior, e acrescida de artigos e crônicas, inéditos em livro, e de algumas peças publicadas em *Histórias e sonhos*, de 1951. Por isso, não foi possível descobrir o plano da obra, mas foram encontrados 13 textos da revista publicados no volume de 1953, e 5 foram publicados na imprensa após o envio dos originais perdidos. Dos 13, 10 foram transferidos para *Impressões de leitura*, volume integrante da obra completa do escritor, publicada em 1956, pela editora Brasiliense.<sup>142</sup>

Entre os originais de *Bagatelas*, enviados ao editor em agosto 1921 e publicados em 1923, constam 18 textos veiculados no *A.B.C. Feiras e mafuás*, cujos originais foram entregues ao editor em 1922, estava parcialmente composto e paginado. No entanto, a edição em livro só foi concretizada em 1953, pela Editora Mérito. O plano da obra aproximou-se do de Lima Barreto, mas não era o mesmo, pois foram incluídos artigos e crônicas.<sup>143</sup> 16 textos publicados na revista aparecem nessa edição.

É interessante perceber a quantidade da colaboração selecionada pelo escritor para sobreviver em volumes ao esquecimento do periódico. São, no mínimo, 39 publicações, somados *Histórias e sonhos*, *Os bruzundangas* e *Bagatelas*, que respeitam integralmente o plano traçado pelo escritor, isto é, 43% de tudo o que foi apurado pela pesquisa no periódico. Acrescentando os 16 textos de *Feiras e mafuás*, o que é plausível – visto que o escritor reuniu e enviou os originais em 1922, e os textos do *A.B.C.*, inseridos no volume, datam de 1918 a 1921 – alcançaria a soma de 61%. Ainda que se descarte completamente os textos que apareceram em *Marginália*, verifica-se um número elevado de escritos que mereceram o cuidado da revisão do autor e foram destinados aos leitores pósteros.

Por fim, a produção restante foi publicada nas seguintes obras: um texto em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de 1949; três em *Coisas do reino do Jambon*, de 1956;

<sup>142</sup> Cf. BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 19-22; BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 21; BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, p. 47. Para uma breve explicação do percurso editorial do conjunto da obra limana até 1956, consultar o prefácio de Francisco de Assis Barbosa, do romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, na edição das *Obras de Lima Barreto* da editora Brasiliense. BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 21-26.

<sup>143</sup> Cf. BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 17.

cinco em *Impressões de leitura* (que não tinham sido publicados na primeira edição de *Marginália*), de 1956; nove em *Vida urbana*, de 1956; e dois em *Toda crônica*, de 2004. Além do texto, reproduzido em anexo, neste trabalho, que permanece inédito em volume.

A letra ruim do escritor Lima Barreto causou alguns equívocos na hora de imprimirem seus textos. O título de três deles saíram incorretos no *A.B.C.*: “Um ofício da A.B.S.A.”, quando na verdade deveria ser “Um ofício da A. P. S. A.”; “Procurem a sua Josephina!” foi impresso como sendo “Procurem a snr<sup>a</sup> Josephina!”; e “Uma fatia acadêmica” aparece em *Feiras e mafuás* com o título “Uma fita acadêmica”. Os dois primeiros erros foram corrigidos pelo próprio autor, para a publicação em *Bagatelas*. O último, possivelmente teve a mesma sorte, já que é um dos textos que integram *Feiras e mafuás*. Como a edição que se conhece hoje, do último livro citado – a das *Obras de Lima Barreto*, de 1956 – não segue o plano que teria sido o de Lima Barreto, não foi possível confirmar se a alteração foi feita, de fato, pelo autor.

Este estudo deve auxiliar os futuros pesquisadores a encontrar, com exatidão, os textos do escritor, corrigindo, ou confirmando, datas e local de publicação. Como exemplo, há equívoco na data de publicação da crônica “A política republicana”, que aparece em *Feiras e Mafuás* como se tivesse saído em 19 de outubro de 1918, quando veio à luz, de fato, no *A.B.C.* de 26 de outubro do mesmo ano. O erro é repetido na obra *Toda crônica*, organizada por Beatriz Resende. O mesmo acontece com “A tal história da aniagem”, publicado em *Vida Urbana* e em *Toda Crônica* com a data de 27 de setembro de 1919, mas saiu em 4 de outubro. O trabalho também propõe repensar a classificação dada a dois textos publicados como crônicas ou artigos, de acordo com o critério dos organizadores da obra completa do escritor, mas que não se distanciam muito, se chegam a se afastar, dos textos de crítica literária do escritor, enfeixados no livro *Impressões de leitura*. Trata-se de “Uma fatia acadêmica”, grafado como “Uma fita acadêmica” em *Feiras e mafuás*, e “Dous livros”, publicado originariamente em *Bagatelas*.

## 2 A REVISTA *A.B.C.*<sup>144</sup>

O *A.B.C.* foi um periódico criado no Rio de Janeiro em 1915, pelo jornalista italiano Ferdinando Borla, para passar em revista os acontecimentos políticos da semana transcorrida, de forma renovada e diferente da que se via na imprensa. Teve uma longa duração, mesmo não figurando entre os periódicos considerados da “grande imprensa” na época. A publicação analisava o jogo político em suas páginas e as questões sociais também tinham destaque. Já literatura e artes, assuntos que a capa da revista estampava, ficavam em segundo plano.

A lista de colaboradores contemplava nomes de peso do período (Lima Barreto e Oliveira Lima são exemplos disso) e estreantes que pouco tempo depois se destacariam, como ocorreu com Benjamin Costallat, Osório Borba e Hamilton Barata.

É possível traçar um paralelo com outra revista que surgiu no mesmo período, a *Revista do Brasil*, sob orientação de Júlio de Mesquita, Plínio Barreto e José Pinheiro Machado Júnior.<sup>145</sup> Da mesma forma foram feitas tentativas de pensar a nação, de modo que ela pudesse caminhar rumo ao “progresso”. A diferença recai sobre o fato de que, diferentemente do grupo de São Paulo, os diretores do *A.B.C.* não se norteavam pelo desenvolvimento paulista, embora o tenham elogiado, e tampouco contavam com o apoio de um grupo de acionistas como os que começaram o empreendimento da revista paulistana. Mesmo depois, sob a direção de Monteiro Lobato, criou-se uma editora, também de propriedade de Lobato, que dava suporte à revista, o que não aconteceu com o hebdomadário carioca.

Os intelectuais que gravitavam em torno do *A.B.C.* acreditavam possuir qualificação para alterar os rumos do país, como o grupo da *Revista do Brasil*. Da mesma forma, ambos os grupos acreditavam que as soluções passavam pela política e pela educação. Assim, o semanário carioca se constituiu em um espaço democrático em que diferentes orientações políticas desfilaram. Sua linha editorial permitia diversas tendências nas páginas do periódico, sem, no entanto, concordar com todas elas.

---

<sup>144</sup> Uma versão sintética e um tanto diferente deste capítulo foi publicada nos Anais do II Colóquio da Pós-Graduação em Letras, evento realizado na UNESP, câmpus de Assis, no ano de 2010. Conferir CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *Revista A.B.C.: apontamentos de seus primeiros anos na segunda década do século XX*. In: II Colóquio da Pós-Graduação em Letras, 2010, Assis. Anais. Assis, SP, 2010, p. 540-553. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/henriquesergio.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

<sup>145</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p. 42-43.



O hebdomadário sobreviveu até 1934, com um intervalo de 1930 até a reaparição em seu último ano.<sup>146</sup> Na maior parte do tempo circulou aos sábados e em sua capa trazia o teor dos assuntos abordados: política, atualidades, questões sociais, letras e artes. A revista, além de publicar textos de seu primeiro diretor, Borla, de Paulo Hasslocher e Luís Moraes (futuros proprietários), contou ainda com a colaboração de Oliveira Lima, Oliveira Viana, Lima Barreto, Mario Mattos, Benjamin Costallat, Astrojildo Pereira, Jackson de Figueiredo, Henrique Pongetti, Antonio Torres, Osório Borba, Hamilton Barata, Teixeira Soares, Raul de Leoni e Orestes Barbosa, dentre outros nomes que passaram pela atividade periodística de 1915 a meados dos anos 30. Além de textos, contou com as ilustrações de Generoso Ponce Filho, Ivan, Altamyro e Nemésio.

O enfoque deste breve panorama do *A.B.C.* recairá sobre os primeiros anos do hebdomadário, centrando-se no período de colaboração do escritor Lima Barreto, isto é, nos anos de 1916 a 1922. Também serão observadas as transformações ocorridas com a mudança da direção, visto que, não se pode ignorar a influência da linha diretiva no conteúdo do periódico. Sem deixar de considerar as opiniões divergentes dos colaboradores, buscar-se-á identificar o discurso da revista.

É importante frisar, desde o princípio, a escassez de fontes a respeito do *A.B.C.*, pois poucos são os textos que abordam o semanário. As menções, em geral, são feitas em estudos que lidam com a obra de algum colaborador do periódico e são de caráter ligeiro. Tratando especificamente do *A.B.C.* há “A história do *A.B.C.*”, de Carlos Maul, um texto curto que conta a vida da publicação, dedicando mais espaço ao surgimento e a “causos” envolvendo seu primeiro diretor. Outra fonte importante é uma entrevista concedida por Paulo Hasslocher a Francisco de Assis Barbosa e publicada no livro *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Hasslocher assumiu a direção do veículo ao lado de Luís Moraes, em 1918, e um trecho da entrevista é sobre a época em que ele esteve à frente da revista. Um terceiro texto aparece no livro de memórias em que Generoso Ponce Filho narra sua infância e juventude, *O menino que era eu*. Em pouco mais de uma página, o caricaturista do semanário relata algumas experiências no *A.B.C.*, abordando principalmente o surgimento da folha e sua amizade com F. Borla.

---

<sup>146</sup> O último indício que se encontrou do periódico data do ano de 1934. Sobre o intervalo de 1930 até 1934, a suposição deriva do último exemplar encontrado na pesquisa, de 3 de março de 1934. Na capa daquele número informações dão conta de que a revista teria parado de circular desde 24 de outubro de 1930, data do golpe que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, e marcou o começo do governo provisório sob o comando de Getúlio Vargas – *A.B.C.*, Legenda esterilizadora. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 817, ano XVII, 3 mar. 1934, p. 1.

## 2.1 ESTREANDO

O *A.B.C.* circulou pela primeira vez no dia 27 de fevereiro de 1915. A primeira edição contou com 16 páginas, sendo cinco de anúncios publicitários, e diversas ilustrações; poucas matérias não traziam charges ou caricaturas. Sua primeira capa foi preenchida por uma charge de Generoso Ponce Filho. Nela, há um professor, munido de palmatória, sentado à esquerda de uma sala de aula; o nome do periódico está escrito numa lousa ao fundo e, à direita, sentados atrás de uma bancada, encontram-se diversos políticos do momento caricaturados. Acima da charge há a inscrição em maiúsculas “Estreando”, e abaixo, a legenda “‘A.B.C.’ aos homens representativos da política nacional:/Nosso programa vai ser exclusivamente didático”. A legenda completa a charge que introduz o tema principal do hebdomadário: a política. Ou melhor, o “fato político”, o jogo e a intriga partidária, prática comum na imprensa da época.<sup>147</sup> Esta forma de discutir a política nacional está, de certa forma, presente na charge. Encontram-se atrás da bancada políticos que seriam facilmente identificáveis pelos leitores, figurando como estudantes. Caberia ao *A.B.C.*, portanto, a função de ensinar e doutrinar políticos e, evidentemente, leitores.

A capa trazia ainda a chamada para a principal matéria da edição de estreia da revista; uma “entrevista” com Venceslau Brás, presidente da república: “Leiam na 2ª página:/Uma vítima da unanimidade.../Sensacional entrevista que o sr. presidente da República concedeu ao silêncio, e que este relatou ao ‘A.B.C.’ – o programa do governo Salomão”. Esta entrevista, assim como toda a capa, dá o tom de como o periódico se portaria, qual seria sua linguagem e a forma por que tentaria conquistar os leitores. Num período em que o humor estava na ordem do dia, a direção da revista optou por fazer uso de dispositivos que criassem um efeito cômico. O primeiro parágrafo da “entrevista” denuncia seu caráter fictício: “Esta crônica dialogada não é, nem poderia ser, uma entrevista. Ao sr. presidente da República fica poupado, portanto, o incômodo de desmenti-la”.<sup>148</sup>

Nesta matéria, a redação do periódico faz um esboço de como passavam os primeiros meses de Venceslau Brás no governo. Brás é caracterizado como um presidente taciturno, que não expõe suas ideias e ações; silencioso, só dá declarações ao

<sup>147</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Muad, 1999. p. 277.

<sup>148</sup> *A.B.C.*, Uma vítima da unanimidade... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 2.

próprio silêncio. E é este substantivo que, materializado, concede a entrevista, contando o que ouviu do presidente e representando-o na conversa com a revista: “Nem o sr. Venceslau falou conosco, nem os Sabinos<sup>149</sup>, Antonios<sup>150</sup>, Bernardos<sup>151</sup> e Salomões<sup>152</sup> que lhe refletem o pensamento e a mudez nos trouxeram palavra alguma do palácio Guanabara ou do Catete”.<sup>153</sup> O texto já evidenciara o caráter do Silêncio e como ele se configurava nas figuras de proa desse novo governo:

É sabido que o Silêncio, um silêncio entre ascético e melancólico, paira com asas sombrias sobre as cogitações do chefe da Nação e dos homens que lhe merecem a confiança. O dr. Venceslau Brás projeta em torno de si uma radioatividade emudecedora. Cala-se o sr. Sabino Barroso, talvez porque a situação do Tesouro é de per si mais eloquente do que qualquer paliativo oratório para torna-la suportável ao publico; cala-se o sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ilustre deputado a quem o governo confiou a estranha missão de, na Câmara, "silenciar em muitas línguas", exprimindo pela palavra a ausência de qualquer pensamento oficial; cala-se, por sua vez, o sr. Bernardo Monteiro, a quem a falta de publicidade conseguiu fazer, nestes últimos meses, a maior dentre todas as publicidades políticas; cala-se, por fim, o próprio sr. Maggi, que, em homenagem ao silencio presidencial, acabará por certo, dentro em breve, cortando a protuberância salomônica do seu nome.<sup>154</sup>

O silêncio de Venceslau envolvia seus partidários, revestindo-os da mesma aura silenciosa que acompanhava o presidente. Cada qual em sua esfera de atuação calava como o presidente.

Venceslau havia sido o candidato de conciliação das forças políticas em choque no período; sua candidatura agradou tanto aos governos de São Paulo e de Minas Gerais, quanto a Pinheiro Machado e seus seguidores.<sup>155</sup> Sendo o candidato de todos os grupos políticos, acabava refém de sua unanimidade, como tentava mostrar o Silêncio ao *A.B.C.*:

<sup>149</sup> Referência a Sabino Alves Barroso Júnior (1859-1919), político mineiro e ministro da Fazenda no governo de Venceslau Brás de 1914 a Maio de 1915.

<sup>150</sup> Referente a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), político mineiro e deputado federal de 1911 até 1917. No momento, ocupava o cargo de líder da maioria na Câmara, fato mencionado no primeiro número do *A.B.C.* (p. 6), substituindo Fonseca Hermes, antigo líder da maioria e irmão do ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca. Posteriormente assumiria o cargo de ministro da Fazenda no último ano do mandato de Venceslau Brás.

<sup>151</sup> Bernardo Pinto Monteiro (1858-1924), político mineiro que ocupava o cargo de senador.

<sup>152</sup> Sebastião Maggi Salomon viria a ocupar o cargo de secretário da presidência da república, de forma interina, de 5 de dezembro de 1916 até o fim do mandato do presidente Brás.

<sup>153</sup> *A.B.C.*, Uma victima da unanimidade... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 2.

<sup>154</sup> *A.B.C.*, Uma victima da unanimidade... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 2.

<sup>155</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 294-295.

“Sou uma vítima da unanimidade” exordiou o Silêncio-Venceslau. “O Partido Republicano Liberal, desistindo de apresentar os seus candidatos no pleito de 1º de Março, transformou-me de soldado do meu partido, que eu era e que eu queria continuar a ser, num arauto do antipartidarismo presidencial”.<sup>156</sup>

O “repórter do *A.B.C.*”, na entrevista fictícia, reflete acerca do dilema presidencial e da inviabilidade de Venceslau atuar livremente, sendo ele o escolhido das forças polarizadas da política nacional, levando em conta, principalmente, a delicada relação com o influente Pinheiro Machado:

De qualquer modo, já não há, para ele, a possibilidade de fazer governo – isto é, de cumprir legalmente com o seu dever – sem se expor ou a ser acusado de suportar a ditadura do chefe do P.R.C., ou de querer estabelecer a sua própria. Porque um presidente sem maioria no Congresso é, para todos os fins, um chefe de Estado a quem falta o necessário prestígio no país: e não lhe assiste, pois, outro recurso senão o de demitir o seu cargo, ou de, suspendendo as garantias constitucionais, dispensar a colaboração do poder legislativo e assentar, sobre esse atentado às liberdades públicas, um governo pessoal.<sup>157</sup>

A solução seria a renúncia ou a supressão do poder legislativo, segundo o *A.B.C.* Ao fim da suposta entrevista, o silêncio desaparece com o ruído da sala ao lado: “A Associação Comercial fazia *meeting* na antecâmara da Presidência da Republica, reclamando em voz alta a solução da crise...”.<sup>158</sup> Era a crise econômica tramando contra o silêncio governista, com uma leve nota de humor.

Esse tom cômico prossegue pelas páginas do semanário, ainda que cesse em alguns momentos, dando lugar a investidas mais sérias. Afora a entrevista com a materialização do silêncio de Venceslau Brás, o primeiro número apresenta duas seções que reaparecerão no periódico: “Fatos e Comentários”<sup>159</sup> e “Indiscrições e Flagrantes”.<sup>160</sup> Ambas tinham como foco a sociabilidade da classe dirigente e sua atuação política. Foram temas da primeira a (má) conduta do ministro italiano Luigi Mercatelli, a resposta do governador do Rio de Janeiro Nilo Peçanha aos boatos de que ele não teria boas relações com o presidente Venceslau, e o deputado Fonseca Hermes e

<sup>156</sup> *A.B.C.*, Uma victima da unanimidade... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 2.

<sup>157</sup> *A.B.C.*, Uma victima da unanimidade... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 4.

<sup>158</sup> *A.B.C.*, Uma victima da unanimidade... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 4.

<sup>159</sup> Factos e Commentarios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 5-6.

<sup>160</sup> Indiscrições e Flagrantes. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 6.

sua (não) continuidade no cargo de líder na Câmara, além de uma piada sobre a Guerra Mundial. A maioria destes textos vinha acompanhada de ilustrações. A segunda seção trouxe comentários sobre a pilhéria com que Francisco Glicério, político paulista, teria recebido o nome de Venceslau Brás, quando o político mineiro fora cogitado para o cargo de vice no governo anterior; o hábito noturno do vice-presidente Urbano dos Santos; o aborrecimento de Lauro Müller (ministro das Relações Exteriores) com as acusações de que seria germanófilo; e um diálogo entre Pinheiro Machado e Venceslau Brás sobre fraude nas eleições.

Outras duas rubricas foram apresentadas, mas, no entanto, não voltariam a ser impressas nas páginas do semanário. “O Brasil perante o mundo” trouxe uma crítica à resposta estadunidense ao bloqueio da costa inglesa imposto pela Alemanha e um comentário dedicado às relações comerciais entre Brasil e Itália.<sup>161</sup> “O Brasil perante si mesmo”<sup>162</sup> relatou um fato ocorrido durante a inauguração da estrada de ferro Itapura-Corumbá, em 1914, envolvendo o então deputado Caetano de Albuquerque.<sup>163</sup>

O *A.B.C.*, em seu número de estreia, deu voz a um famoso uxoricida condenado. João Pereira Barreto, poeta, teria matado a esposa por ciúme num momento de embriaguez. Fora condenado no primeiro julgamento, mas estava prestes a passar por outro. A seriedade toma conta da página em que o poeta fala de sua rotina na prisão, suas leituras, escritas e contribuições em jornais, e de suas preocupações familiares e espirituais.<sup>164</sup>

A última página da revista, em seus primeiros anos, era dedicada ao editorial. A primeira “Página Editorial do *A.B.C.*” trouxe o texto “O ‘Pornógrafo’ Nacional”.<sup>165</sup> Esse texto, desde o princípio irônico, visa a depreciar um requerimento do político paranaense Corrêa Defreitas, enviado no final de seu mandato como deputado. Segundo o periódico, o requerimento enviado ao Ministério das Relações Exteriores inquiria sobre verbas secretas destinadas a jornalistas “incumbidos de fazer a propaganda da política internacional do Brasil”.<sup>166</sup> Em certa parte, a publicação arrola diversos

<sup>161</sup> O Brazil perante o mundo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 8-9.

<sup>162</sup> O Brazil perante si mesmo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 9.

<sup>163</sup> O mesmo episódio é mencionado com maior riqueza de detalhes sob o mesmo ponto de vista por Generoso Ponce Filho em seu livro de memórias – PONCE FILHO, Generoso. *O menino que era eu*. Rio de Janeiro: Livraria Lanchadora, 1967. p. 249-254.

<sup>164</sup> BARRETO, João Pereira. Documentos humanos e inqueritos sociaes. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 10.

<sup>165</sup> Pagina editorial do *A.B.C.* *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 16.

<sup>166</sup> A subvenção de políticos da situação no periodismo foi comum durante a Primeira República, sendo inclusive utilizada pelo presidente Campos Salles – Cf. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa*

periódicos europeus que recebiam subvenção estatal, legalmente aprovada pelas Câmaras dos respectivos países. Menciona-se ainda que nos países europeus a verba pública era usada para fins secretos, como espionagem e gastos eleitorais para se manter a maioria parlamentar. A situação era diferente nos Estados Unidos da América, onde “os teóricos Catões do puritanismo político conseguiram um triunfo efêmero”, como consta da publicação. Ainda assim, sempre segundo o *A.B.C.*, os políticos dos E.U.A. desviavam verbas para orientar a opinião do país e do continente.

Após fazer a defesa do subsídio estatal para orientar a imprensa, o semanário afirma que a abordagem seria outra se o requerimento visasse à moralização de todos os Ministérios, não apenas o das Relações Exteriores; se propusesse que a verba secreta fosse submetida à “sanção detalhada da Comissão de Finanças”.<sup>167</sup> O periódico ilustra, neste caso verbalmente, o contexto brasileiro que impulsiona as sinecuras à custa do governo:

Num país como o nosso, onde cada homem que se acha no poder tem que satisfazer a compromissos antigos para com os seus correligionários e para com os “compadres da situação”, acontece fatalmente o seguinte: criam-se sinecuras à custa do erário, torna-se epidêmico o parasitismo.<sup>168</sup>

O título do texto remete ao meretrício na Grécia antiga. Conforme o *A.B.C.*, quando os antigos gregos quiseram acabar com o meretrício, ele foi burocratizado, ficando a fiscalização por conta dos “pornógrafos” oficiais. O mesmo deveria ser feito com a verba secreta, propõe o semanário, em tom jocoso: “Sancione-se oficialmente, também entre nós, o desvio dos dinheiros públicos ‘até certo ponto’: reconheça-se a moralidade da cavação nos limites do orçamento de cada Ministério. O meretrício moderno – o da imprensa – ficará reduzido às proporções do da Hélade antiga”.<sup>169</sup> E ao Corrêa Defreitas caberia o papel do pornógrafo brasileiro, é o que sugere o editorial.

Se por um lado a “Página Editorial do *A.B.C.*” atacou o requerimento de Corrêa Defreitas, ela, por outro, lançou luz sobre uma questão importante, inclusive para o próprio *A.B.C.*, que é a dos subsídios governamentais usados para comprar a opinião

---

*no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 86; e LUCA, A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 164.

<sup>167</sup> Página editorial do *A.B.C. A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 16.

<sup>168</sup> Página editorial do *A.B.C. A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 16.

<sup>169</sup> Página editorial do *A.B.C. A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 16.

pública. Em momento mais oportuno, o caso do *A.B.C.* será examinado com maiores detalhes.

Como já mencionado, as imagens têm papel destacado nas páginas da revista. Diversas ilustrações acompanham os artigos, outras vêm separadas constituindo por si mesmas um texto completo, acabado. Numa charge, dois quadros compõem “Os paradoxos da política”. No primeiro quadro, com o título de “Como se cortava”, oito políticos dançam o tango “Corta-Jaca” ao som do violão tocado por Hermes da Fonseca. No segundo, sob o título “Como se corta”, nove políticos, incluindo o presidente Brás, valendo-se de tesouras recortam papéis que simbolizam os “Funcionários” e a “Despesa”, como é possível ler nos recortes. Abaixo, pode-se ler a frase: “Entre os 2 quadriênios, a diferença não está nos programas, mas apenas na sua execução”.<sup>170</sup>

Outra charge, essa um pouco mais dependente do texto escrito, mostra as semelhanças das forças políticas que disputavam o poder. “Contrastes e Identidades” é composta por dois quadros, ambos representando políticos em conflito. No primeiro, Pinheiro Machado aparta briga entre Epiácio Pessoa e o Cônego Walfredo. O texto desse quadro ironiza tanto a declaração do político gaúcho de que o PRC seria a única força política disciplinada do Brasil quanto à situação de conflito entre os políticos do Partido Republicano Conservador, chamando a relação conflituosa de “idílio”. A charge é completada com outro quadro, no qual uma briga entre Irineu Machado e Barbosa Lima é separada por um terceiro político não identificado. Neste caso, o texto sugere que a desavença seria originada por causa de candidatura e eleitorado. O título, as imagens e o texto levam à interpretação de que, apesar do contraste ideológico, tanto o partido de Pinheiro Machado quanto seus opositores se assemelham, pois padecem de conflitos internos.<sup>171</sup> Na última charge da primeira edição, “Nos Ceará Brasileiros”, o interventor do Ceará, Setembrino de Carvalho, aparece no centro da imagem e multiplicado ao fundo.<sup>172</sup>

As demais ilustrações servem, normalmente, como uma espécie de escoadouro cômico em textos até certo ponto sérios. Como exemplo, em “Gastronomia diplomática”, que consta da seção “Fatos e Comentários”, o título e o tema são representados alegoricamente mediante a caricatura de Ponce Filho, em que o ministro italiano Mercatelli aparece com um traje formal acrescido de uma panela na mão

<sup>170</sup> Os paradoxos da política. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 3.

<sup>171</sup> Contrastes e identidades. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 4.

<sup>172</sup> PONCE FILHO, Nos Ceará brasileiros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 7.

esquerda, avental e chapéu de cozinheiro. O texto, como mencionado anteriormente, faz severas críticas às práticas de Mercatelli tanto em colônias italianas quanto no Brasil.<sup>173</sup>

O primeiro *A.B.C.* também veiculou um ataque direto de seu diretor contra um jornalista conhecido, e as ilustrações serviram para atenuar, num primeiro momento, e intensificar a agressividade, posteriormente. “As superfetações dum imortal” foi escrito por Ferdinando Borla e tinha como alvo o escritor Paulo Barreto, diretor da *Gazeta de Notícias*, que ficou marcado na história da literatura brasileira com seu pseudônimo João do Rio. O texto afirma que o escritor carioca copiava ideias alheias e escrevia apenas o óbvio, chegando a compará-lo a la Palisse. Uma das denúncias de Borla girava em torno da opinião de Barreto sobre a qualidade literária do político Nilo Peçanha, que teria se tornado um “escritor fulgurante” somente após assumir o governo do Rio de Janeiro, fato que ocorreu em janeiro de 1915, apesar de ter escrito um livro três anos antes. Ou seja, o renomado cronista, membro da Academia Brasileira de Letras, teria agido com oportunismo adulando o político vitorioso.<sup>174</sup>

O ataque não ficou sem resposta. Porém, esta não veio de forma a suscitar novas invectivas. Em crônica assinada com o pseudônimo Joe, Barreto comenta os ataques recebidos sem, contudo, alimentar a polêmica.<sup>175</sup> Apesar disso, a contenda não cessaria. No segundo número do *A.B.C.*, o polemista volta à carga e publica “Paulobarretizando o meu vernáculo”.<sup>176</sup> A “tréplica” é acompanhada da caricatura de Paulo Barreto, leve e sem elementos que pudessem tornar a agressividade mais aguda. Mas a imagem mais forte viria no terceiro número do semanário. Sob o título de “Ligando a obra ao autor”, Ponce Filho faz a caricatura de João do Rio, sentado, em trajes femininos.<sup>177</sup>

O caricaturista relembra, em seu livro, essa experiência:

Encomendou-me [Borla] uma *charge* sobre João do Rio, para o primeiro número<sup>178</sup>. [...] Fiz o *portrait charge* e, em outro número, um maior, feito com preconcebida malícia. João do Rio de perfil, olhar vivo, calva impiedosa, nariz atrevido, lábio inferior pronunciado. Vesti-o em trajes femininos, espáduas nuas, *toilette* de baile, leque de plumas sobre o peito, rosto virado para a frente com *coqueterie*. Por

<sup>173</sup> Gastronomia diplomática. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 5.

<sup>174</sup> BORLA, As superfetações dum imortal. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 7.

<sup>175</sup> JOE, À margem do dia. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, n. 59, ano XL, 28 fev. 1915, p. 6.

<sup>176</sup> BORLA, Paulobarretizando o meu vernáculo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 2, ano I, 6 mar. 1915, p. 8.

<sup>177</sup> PONCE FILHO, Ligando a obra ao autor. In: *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 3, ano I, 13 mar. 1915, p. 9.

<sup>178</sup> Aparentemente, Generoso Ponce Filho comete um equívoco em seu livro. Em *O menino que era eu*, Ponce Filho dá a entender que sua primeira ilustração de Paulo Barreto teria saído no primeiro número do *A.B.C.* A consulta ao periódico mostrou que a primeira charge saiu no segundo número do hebdomadário e a segunda no número seguinte.



baixo, a legenda, ingênua e pérfida: *A bela Madame Vargas*, título de recente peça, ruidoso sucesso teatral do próprio Paulo Barreto. Caricatura insolente pela insinuação maliciosa.<sup>179</sup>

Ferdinando Borla elogiou a caricatura e pagou a Ponce Filho vinte mil réis por ela. Na redação, o clima foi de apreensão pela repercussão que a imagem traria.

*A.B.C.* saiu num sábado. No domingo, na *Gazeta de Notícias*, em artigo assinado, Paulo Barreto respondia diretamente, com leveza, elegância, finura e superioridade. Elogiando inicialmente, “a bem lançada caricatura”, manteve até o fim o tom de quem sabia que o antagonista desejava era publicidade à sua custa e generosamente o satisfazia.<sup>180</sup>

## **2.2 SUCESSO POR ACORDO GERAL...**

Se a repercussão da caricatura de João do Rio não foi a esperada, a estreia do *A.B.C.* ecoou pelos periódicos cariocas e foi considerada um sucesso pelo grupo do semanário, como atesta sua segunda capa.<sup>181</sup> O primeiro número da revista, cuja tiragem chegou aos dez mil exemplares,<sup>182</sup> teve ampla divulgação na imprensa. *A Notícia*, no dia anterior, alertava para a publicação:

Aparece amanhã o primeiro número do ‘A.B.C.’ – a grande revista de política, letras, ciências e atualidades, de que Ferdinando Borla é o diretor e redator principal. Segundo sabemos, o ‘A.B.C.’, que terá 20 páginas e custará apenas 100 réis, traz excelentes ilustrações, boas caricaturas, além do texto variado e interessantíssimo. Publica também uma sensacional entrevista que o Sr. presidente da República concedeu ao Silêncio e este relatou à nova revista.<sup>183</sup>

Além de informações gerais a respeito do novo periódico, ao fim do anúncio é introduzida uma das matérias do número inicial do *A.B.C.*, o que parece ser uma forma de atrair público. No dia seguinte, com a chegada da primeira edição, o jornal *A Notícia* comenta de forma breve a recepção e o conteúdo:

<sup>179</sup> PONCE FILHO, Generoso. *O menino que era eu*. Rio de Janeiro: Livraria Lançadora, 1967. p. 255-256.

<sup>180</sup> PONCE FILHO, Generoso. *O menino que era eu*. Rio de Janeiro: Livraria Lançadora, 1967. p. 256.

<sup>181</sup> “Sucesso por accordo geral...” foi o título que saiu na capa do segundo número do *A.B.C.*, acima da ilustração que tinha como fundo uma avenida, onde diversas pessoas (possivelmente políticos) transitavam com o *A.B.C.*, ou liam-no em grupo, e meninos gritavam anunciando a saída da revista, enquanto um carro passava pela rua.

<sup>182</sup> Pro domo nostra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 2, ano I, 6 mar. 1915, p. 6.

<sup>183</sup> Pé de coluna. *A notícia*, Rio de Janeiro, n. 55, ano XXII, 26-27 fev. 1915, p. 1.

Apareceu hoje o ‘A.B.C.’, a nova e brilhante revista de que Ferdinando Borla é o diretor e principal redator. Apareceu, e o público que a esperava impaciente – teve a satisfação de achar nas páginas do magnífico semanário muito espírito e muito bom senso. Política, questões sociais, atualidades, letras, artes. O ‘A.B.C.’ é, pois, completo – e, certamente, os senhores da política como os senhores das letras, só podem colher um resultado proveitoso e prático com a sua leitura. Convém ainda notar que o ‘A.B.C.’ traz excelentes ilustrações e parece preparado para uma vida eterna.<sup>184</sup>

*A Noite* e a *Gazeta de Notícias* foram mais econômicos, mas não menos elogiosos com o proprietário e com a revista. Segundo a redação do vespertino *A Noite*:

“ABC”, esfuziante de “verve” e “charges” humorísticas, surgiu hoje à luz do dia. Dirigida pelo competente jornalista Ferdinando Borla, cujo espírito culto e observador tem brilhado em várias colaborações na imprensa diária, a nova revista certamente causará o sucesso merecido.<sup>185</sup>

Já a *Gazeta de Notícias*, focando no impresso e deixando de lado seu responsável, informa:

Após um aviso de aparição breve que durante muitos dias produziu geral ansiedade, especialmente no mundo jornalístico, surgiu ontem o “A.B.C.”.

Apareceu com a feição pouco comum, pode dizer-se, inteiramente nova entre nós, tendo a completar-lhe o serviço de redação magnífico, não menos elogiável serviço de “charges” e comentários irônicos.

A julgar pela acolhida que teve ontem o “A.B.C.” vencerá e, aos que recebemos a visita, desejamos-lhe longa vida.<sup>186</sup>

O *Correio da Manhã*, periódico dirigido por Edmundo Bittencourt, foi mais prolixo. Como a *Gazeta*, no dia posterior à estreia do periódico de Ferdinando Borla, relatou:

O Rio conta desde ontem com mais um hebdomadário – o A.B.C., dirigido pelo nosso distinto colega Ferdinando Borla. O A.B.C. carioca é feito nos moldes do seu homônimo espanhol e, basta que se diga isto, para se lhe fazer o melhor dos elogios, pois que o ABC de Madrid é um dos mais interessantes jornais estrangeiros que conhecemos.

O novo jornal dispõe de um magnífico corpo redacional, como se depreende da leitura do interessante texto que o seu primeiro número

<sup>184</sup> Pé de coluna. *A notícia*, Rio de Janeiro, n. 56, ano XXII, 27-28 fev. 1915, p. 1.

<sup>185</sup> A nova revista “A.B.C.”. *A noite*, Rio de Janeiro, n. 1141, ano V, 27 fev. 1915.

<sup>186</sup> O A.B.C. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, n. 59, ano XL, 28 fev. 1915, p. 6.

contém, além de magníficas ‘charges’, assinadas pelo hábil caricaturista G. Ponce.

[...] Recomendando o nosso novel colega ao público que nele encontrará de tudo, desejando-lhe uma carreira brilhante e duradoura.<sup>187</sup>

Este texto de apresentação do *A.B.C.* no *Correio da Manhã* também trazia longos trechos do que se pode chamar de “carta de princípios” do hebdomadário.

Como convém destacar, algumas características foram realçadas pela imprensa que recebia um novo integrante: o diretor, Ferdinando Borla; as ilustrações, caricaturas e charges; o texto, os comentários, a variedade de temas e a redação; o bom senso e o tom espirituoso; a proximidade com o *ABC* de Madrid<sup>188</sup> e a novidade do formato; todos esses pontos foram mencionados pelos companheiros de imprensa.

### 2.3 OS BASTIDORES DO *A.B.C.*

Como indica Carlos Maul, o surgimento do *A.B.C.* está ligado ao tratado diplomático de mesmo nome firmado, em 1915, por Argentina, Brasil e Chile.<sup>189</sup> Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, assinou no dia 25 de Maio o documento, que tencionava:

Consolidar a amizade que ligava os contratantes, mediante a reafirmação da “inteligência cordial” existente entre eles, proporcionada pela “comunhão de ideais e interesses”, e o afastamento da hipótese de conflitos violentos no futuro.<sup>190</sup>

Ferdinando Borla fundou então o periódico no mesmo ano de 1915, cerca de três meses antes da concretização do tratado, utilizando-se de sua sigla, que era formada pelas iniciais dos países envolvidos (Argentina, Brasil e Chile). Maul informa que o semanário recebeu subvenção do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) para “dar ao país um órgão de publicidade que se distinguiria dos demais existentes no nosso mundo jornalístico”.<sup>191</sup> A esse respeito, o número inicial do *A.B.C.* deixa algumas

<sup>187</sup> Apareceu ontem o “A.B.C.”. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, n. 5848, ano XIV, 28 fev. 1915, p. 4

<sup>188</sup> Hoje diário, o *ABC* espanhol era um semanário em 1915; além do nome, a periodicidade aproximava os dois periódicos.

<sup>189</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 138.

<sup>190</sup> CONDURU, O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Ver. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 41, n. 2, dez. 1998.

<sup>191</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 138.

pistas, apesar de negar com veemência sua relação com as aventuras diplomáticas do Barão do Rio Branco e de quem o sucedeu após sua morte.

Há um texto que funciona como uma espécie de programa que nortearia o periódico, publicado na seção “Fatos e Comentários”, e este texto, intitulado “A.B.C.”, nega qualquer significação ao seu título e qualquer finalidade diplomática à revista:

Como a maior parte dos jornais costuma explicar pelo título o programa que eles vão obedecer, resolvemos escolher, para esta folha, um título que não explicasse coisa alguma: um título alfabético. Apenas, deu-se um equívoco curioso. O Brasil é o país dos *rébus* nomenclaturais: o país dos P.R.C., P.R.L., P.R.P., P.R.M. e outros semelhantes trinômios abreviativos.<sup>192</sup> Assim, houve logo quem emprestasse às três letras do alfabeto, que escolhemos para título desta folha, uma significação diplomaticamente pernóstica: a de querermos estreitar as relações entre a Argentina, o Brasil e o Chile. [...] Fiquem sossegados, no entanto, os astrólogos do firmamento político. Embora o título desta folha seja comumente adotado para designar a nova constelação diplomática que o telescópio do barão do Rio Branco descobria há anos nos céus sul-americanos, o A.B.C. não nasceu para estreitar relações internacionais, nem para dar conselhos às chancelarias.<sup>193</sup>

A revista se coloca em meio ao caos das siglas que dominavam o ambiente político da República, dando mais uma indicação do assunto que estamparia a maior parte de suas páginas ao longo de sua vida. Além de identificar as ações de José Maria da Silva Paranhos Júnior para a formulação do tratado diplomático, o programa afirma não ter por objetivo nem criar laços com países próximos ao Brasil, nem intrometer-se nos assuntos da pasta das Relações Exteriores. A seguir, afirma o fim didático do veículo e sua intenção de estudar a nação:

A tarefa, que ele pretende desempenhar, é menos maquiavélica e mais didática. Procuraremos iniciar o nosso público na compreensão elementar de certas verdades sobre as quais se costuma basear, na generalidade dos países cultos, o juízo da opinião. Enfrentaremos as incógnitas da nacionalidade, estudaremos os problemas genéticos da nossa formação étnica, econômica, cultural, para decifrarmos, no meio desta confusa e tumultuosa e obscura alquimia de raças, o mote do porvir do país.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> Partido Republicano Conservador, Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Paulista e Partido Republicano Mineiro, na ordem.

<sup>193</sup> A.B.C. A.B.C., Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 5. Grifo no original.

<sup>194</sup> A.B.C. A.B.C., Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 5.

À função de influenciar o Ministério das Relações Exteriores, o periódico opunha o fomento da opinião pública e o estudo da nacionalidade e do progresso. O tom grave da proposta, porém, desanuviava-se com a tonalidade do discurso empregado: “E pregaremos – porque *le rire est propre de l’homme* – pregaremos com o ar mais carnavalesco que nos for possível o sermão mais ortodoxo que, por ventura, as quaresmas da Nação aconselhar”.<sup>195</sup>

Portanto, o discurso da redação da revista rechaça a ligação com o Ministério das Relações Exteriores, mas, como visto anteriormente, em seu primeiro editorial, não condena as subvenções pagas com dinheiro público à imprensa. A “carta de princípios” do *A.B.C.*, na tentativa de repelir qualquer argumento que colocasse a redação da revista a serviço do Itamaraty, ventila essa hipótese, já levantada pelo nome mesmo do hebdomadário, cunhado num período em que o Tratado do *A.B.C.* estava em voga. Tais indícios, somados ao teor do editorial da primeira edição, que defendia a influência do governo na imprensa por meio de subsídios, são suficientes para gerar certa desconfiança. E, apesar da negativa da redação, Carlos Maul, antigo secretário do *A.B.C.*, como já mencionado, revela em seu relato o subsídio do Itamaraty ao periódico.

Outro ponto que o texto esclarece é a respeito de que classe de pessoa produzia a revista e para quem ela estava direcionada:

Faremos com que este povo de funcionários públicos, de candidatos a funcionários públicos, de aposentados do funcionalismo público, olhe um tanto mais para dentro de si mesmo e um tanto menos para o Estado-Providência, para o Estado-cozinha econômica, para o Estado-albergue noturno.<sup>196</sup>

Eram homens diretamente relacionados com as instâncias do poder governamental, que participavam do funcionalismo público e se voltavam para seus companheiros de trabalho. Sendo o Rio de Janeiro a capital da República, contando com grande aparato estatal, boa parte da intelectualidade era constituída de funcionários públicos.<sup>197</sup> Voltava-se para si, portanto, o grupo por trás do *A.B.C.*

Distanciando um pouco mais do impacto causado no surgimento do periódico, Maul afirma que “logo nos primeiros números o ‘*A.B.C.*’ firmou a sua reputação como

<sup>195</sup> *A.B.C. A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 5. Grifo no original.

<sup>196</sup> *A.B.C. A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 5.

<sup>197</sup> CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 16.

panfleto político e literário”.<sup>198</sup> Como foi possível vislumbrar, o teor polêmico da revista colaborou para que se alcançasse essa repercussão, tanto pela verve política quanto pela ironia e grandiloquência da linguagem, esta última, aliás, comum no periodismo da Primeira República. Responsáveis por essas características, a redação do *A.B.C.* não era formada apenas pelo seu diretor e proprietário, por Carlos Maul e por Generoso Ponce Filho, responsável pelas caricaturas e autor de sueltos. Além deles, a redação contava com Luís Moraes e Paulo Hasslocher, como informa este último ao entrevistador Francisco Barbosa: “Ferdinando Borla dirigia o jornal, que saía todos os sábados, à meia-noite, contando as novidades políticas da semana. Comecei a trabalhar ao lado de Luís Moraes [...]”.<sup>199</sup> O dia em que o *A.B.C.* circulava foi alterado por um breve período que vai do fim de 1915 até fevereiro de 1916, saindo nesse intervalo às quintas-feiras.

Se Ferdinando Borla era o redator-chefe no começo da revista, Luís Moraes assume o posto durante o ano de 1916, como informa o próprio Borla em artigo de novembro de 1917.<sup>200</sup> Segundo Maul, Borla teria permanecido na direção por apenas um ano e meio. Entretanto, somente no decorrer do terceiro ano da revista é que se observa, nas páginas do periódico, a mudança na direção.<sup>201</sup> Acerca das características de Ferdinando Borla, além do fato de ser sobrinho de um estadista italiano, Vitor Manuel Orlando,<sup>202</sup> Maul detalha:

Era um espírito brilhante de aventureiro, com boas leituras e maior audácia, que aproveitou convenientemente num meio que facilmente aceitava a intervenção de forasteiros nos negócios domésticos.<sup>203</sup>

Seguindo essa linha, o antigo secretário aponta a relação do diretor italiano com Nilo Peçanha: “Aproximou-se de Nilo Peçanha e tornou-se algumas vezes um

<sup>198</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 138.

<sup>199</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 49.

<sup>200</sup> BORLA, Guardem-n’o para o inimigo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 140, ano III, 10 nov. 1917.

<sup>201</sup> Nas notas “Trocando a pena pelo fuzil” e “Expediente”, a redação informa aos leitores do *A.B.C.* que o diretor-proprietário Ferdinando Borla havia voltado à Itália para incorporar-se ao exército de sua pátria, e que durante sua ausência a direção do periódico ficaria a cargo de Luís Moraes e Paulo Hasslocher. Ademais, informa que Borla permaneceu por dois anos à frente da revista – Trocando a penna pelo fusil. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 2; Expediente. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 2.

<sup>202</sup> No texto consta a grafia utilizada por Carlos Maul, mas deve tratar-se de Vittorio Emanuele Orlando (1860-1952).

<sup>203</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 138.

esplêndido pombo-correio do grande fluminense nas horas em que precisou de um instrumento junto aos grupos que se entredoravam pela conquista do poder”.<sup>204</sup>

Durante essa primeira fase, houve diversas colaborações, como as de Agripino Nazaré, Lima Barreto, Paulo Silveira, Adolpho Porto, Oliveira Lima, Astrojildo Pereira (sob o pseudônimo de Bazilio Torrezão<sup>205</sup>), João Paulo Norberto, M. Cavalcanti, Mario Mattos, Alberto Torres e outros.

Passado esse instante inicial da publicação, Ferdinando Borla vende o *A.B.C.* para Luís Moraes e Paulo Hasslocher, que se tornaram, desta forma, diretores-proprietários, conforme informa o último:

Tomei gosto pela coisa e um belo dia o Borla vendeu-me o *ABC*. Dei-lhe 25 mil liras, pagas em prestações mensais, pelo título, por duzentos e tantos clichês, duas cadeiras e uma pequena mesa de pinho.<sup>206</sup>

É de se reparar o reduzido número de bens que os novos donos adquiriram na compra do hebdomadário. Pouca coisa tinha a redação do *A.B.C.*

Carlos Maul, além de incluir o nome de Luís Moraes na negociação, e confirmar a informação de que ambos, Hasslocher e Moraes, assumiram a direção do hebdomadário, adiciona que passou a exercer o cargo de secretário. Borla ainda fundaria outro periódico, *Hoje*, de curta duração, antes de voltar definitivamente para a Itália e morrer após alguns anos em Roma.<sup>207</sup>

## 2.4 RELAÇÕES COM O ITAMARATY

De acordo com um de seus redatores, a revista foi subvencionada pelo Ministério das Relações Exteriores. Não foi possível precisar até que momento a subvenção foi efetiva, mas não deixa de ser curioso o tratamento dispensado aos

<sup>204</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 138.

<sup>205</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 139. É Carlos Maul quem revela o jornalista por trás desse pseudônimo. Contudo, após a insurreição anarquista de novembro de 1918, Astrojildo Pereira, um dos envolvidos no levante, é preso e passa a assinar seus textos sem o uso de pseudônimo. O título de sua coluna interessa, pois traz uma relação com a rubrica utilizada por outro colaborador do *A.B.C.*, Benjamin Costallat, no periódico *Imparcial*. Enquanto Costallat publicava seus textos sobre teatro com o título de “Da letra F número 2” (referência ao local onde Benjamin se sentava no Teatro Municipal), Pereira, escrevendo de sua cela, a partir de janeiro de 1919, usou como rubrica de seus artigos “Do cubículo n. 4”.

<sup>206</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 50.

<sup>207</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 139-140.

políticos que ocuparam o cargo de ministro das Relações Exteriores nas duas fases observadas. Há uma mudança de tom significativa ao fim da passagem de Lauro Müller pelo cargo, e com Nilo Peçanha ocorre o mesmo câmbio, porém a guinada na opinião demora mais a aparecer.

Sobre o cargo, o Barão do Rio Branco o ocupou por quase dez anos e, tanto pela longevidade quanto por seus feitos no campo da diplomacia, serviu de parâmetro para as comparações feitas com seus sucessores. Nomeado por Rodrigues Alves em 1902, foi mantido pelos governos ulteriores, de Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1910), até sua morte no exercício da função durante a presidência de Hermes da Fonseca, em 1912. Para o seu lugar foi chamado Lauro Müller, que permaneceu no Ministério por cinco anos. Müller, que era militar, já fora chefe do governo de Santa Catarina, ministro dos Transportes e homem-chave das reformas urbanas ocorridas no início do século XX, no Rio de Janeiro, antes de assumir a pasta das Relações Exteriores.

O primeiro número do *A.B.C.* fez, no editorial, a defesa dos subsídios do governo à imprensa e, em especial, condenou um requerimento que indagava sobre tal gasto efetuado pelo Ministério das Relações Exteriores. Uma das questões que atraíram a atenção da imprensa e do ministro, naquele momento, foi a Primeira Guerra Mundial, que vinha sendo travada desde 1914. E Lauro Müller, de ascendência germânica, passou a ser tachado de “germanófilo” nos periódicos oposicionistas por não declarar guerra à Alemanha e aos países da Tríplice Aliança, apesar de ter rompido relações comerciais e diplomáticas com os alemães.<sup>208</sup> Como informa o *A.B.C.*, Müller teria ficado aborrecido com as suspeitas levantadas contra seu patriotismo, já em 1915.<sup>209</sup> Em janeiro de 1917, o periódico *A Razão* ataca Lauro Müller e sua ascendência por causa da impassibilidade com que o ministro atuava frente aos ataques de navios alemães em águas brasileiras. O periódico de Ferdinando Borla desqualifica os ataques daquele jornal. Apesar de *A Razão* direcionar sua virulência claramente à ascendência germânica, a redação do *A.B.C.* generaliza o golpe, transformando o ataque em manifestação de xenofobia por parte do jornal *A Razão*, e descaracteriza o argumento racista afirmando que nenhum homem público do país “está isento de uma partícula, por mais ligeira que seja, de sangue europeu”.<sup>210</sup> Não foi só a defesa do ministro que esteve na pauta do *A.B.C.*; no

---

<sup>208</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968. p. 85.

<sup>209</sup> O sr. Lauro andaré mesmo aborrecido? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 6.

<sup>210</sup> Apologia da prostituição, ou patriotismo a pão. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 7.



mesmo número o periódico parece objetivar apenas a promoção de seu nome ao comentar uma palestra em que o chanceler discutia a questão agrária.<sup>211</sup>

Quando Lauro Müller está na iminência de deixar o Ministério, o *A.B.C.*, em 5 de maio de 1917, dedica-lhe sóbrios encômios.<sup>212</sup> O texto inteiro gira em torno de dois pontos: a ambição do ex-ministro de chegar à presidência, o que foi visto como algo negativo, e sua atuação como ministro, encarada como boa. Esse contraponto trazia um tom aparentemente equilibrado ao discurso, mas acabava por resolver de forma positiva o problema criado pela cobiça ao cargo máximo da política brasileira. A leitura do segundo parágrafo flagra tal contraponto e mostra a sombra do Barão do Rio Branco, que acompanhou os ministros das Relações Exteriores na década de 10:

Essa atitude [intromissão na política interna] era tanto mais deplorável quando o Sr. Ministro [Lauro Müller] soubera criar-se um renome de esclarecida ponderação e de aguda percepção dos negócios da diplomacia brasileira. E realmente como continuador da obra do segundo Paranhos, ele [Müller] lhe imprimiu um cunho varonil e clarividente, de que é a mais forte e luminosa expressão a aproximação de todos os países da América.<sup>213</sup>

Sem que se revele a conexão da revista com o ministério, o texto expõe como a “imprensa política” lidou com o ministro; nele é possível perceber o papel que o *A.B.C.* desempenhou durante a trajetória de Lauro Müller no Ministério:

As quentes e enternecidas simpatias que lhe saudaram a entrada no Itamaraty, que lhe fortaleceram a ação diplomática, que lhe prestigiaram as iniciativas e os desígnios para o congraçamento moral, intelectual e econômico, das nacionalidades do continente americano, essas simpatias quase unânimes, e cuja sinceridade era insofismável, arrefeceram-se.<sup>214</sup>

<sup>211</sup> A nacionalização econômica, corollario da soberania. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 9.

<sup>212</sup> Á margem da exoneração do Chanceler Lauro Müller. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 2.

<sup>213</sup> Á margem da exoneração do Chanceler Lauro Müller. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 2.

<sup>214</sup> Á margem da exoneração do Chanceler Lauro Müller. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 2.

Mas ainda cabe, ao final do texto, o elogio ao último gesto de Müller ministro, isto é, sua demissão, definido como “um exemplo de verdadeiro, altivo e sereno patriotismo”.<sup>215</sup>

Esse “arrefecimento” das “quentes e enternecidas simpatias” seria confirmado pouco tempo depois. Após uma semana, sob o título de “Palavras Serenas” Agripino Nazaré afirma que “o Sr. Lauro Müller já não mais povoa de indecisões, avanços tímidos e recuos desastrosos, as salas do Itamaraty”.<sup>216</sup> Nazaré, colaborador do *A.B.C.*, pode representar um desvio na linha editorial, mas este é o início dos ataques que o político catarinense sofreria nas páginas da revista, já sob a direção de Moraes e Hasslocher.

Em 1918, o *A.B.C.* investe contra o ex-chanceler: “não vemos na trajetória de S. Ex., no seu tirocínio de homem público, nada, absolutamente nada, um simples episódio sequer, que o torne idôneo a ocupar o púlpito das pregações cívicas”.<sup>217</sup> A imprensa que o elogiava também é atacada:

Não tendo nenhuma intuição precisa da nossa diplomacia, ou da diplomacia em si mesma, ele se fez um excelente diplomata. Ele se fez, não. Fizeram-no os jornalistas que lhe cortaram os elogios da melhor fazenda e sob medidas e moldes de uma elegância sóbria e majestosa apesar disto. É verdade que S. Ex. soube ser generoso para os seus alfaiates literários...<sup>218</sup>

É irônico pensar que entre esses jornalistas que forjaram Lauro Müller estavam os redatores da revista.

Vale mencionar ainda os libelos publicados, em forma de poemas, na seção “Gaveta de Sapateiro” do número 152,<sup>219</sup> e os comentários ácidos da seção “Fatos e Comentários” dos números 155 e 165 dirigidos ao ex-chanceler,<sup>220</sup> e um artigo realçando seu oportunismo no último número de 1918.<sup>221</sup> Mas em meio às detratações, Carlos Maul escreve artigo destoante dos demais ao elogiar Müller por ter sido

<sup>215</sup> Á margem da exoneração do Chanceler Lauro Müller. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 2.

<sup>216</sup> NAZARÉ, Palavras serenas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 114, ano III, 12 maio 1917, p. 2.

<sup>217</sup> Apostolo de “mi-carème”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 2.

<sup>218</sup> Apostolo de “mi-carème”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 2.

<sup>219</sup> Gaveta de sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 152, ano IV, 2 fev. 1918.

<sup>220</sup> Factos e Commentarios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 155, ano IV, 23 fev. 1918, p. 7; Factos e Commentarios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 165, ano IV, 4 maio 1918, p. 9.

<sup>221</sup> Uma designação patronymica para o Sr. Lauro Müller. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 199, ano IV, 28 dez. 1918, p. 7.

nomeado para o cargo de prefeito do Rio de Janeiro.<sup>222</sup> A nomeação de Lauro Müller, sugerida pelo secretário do *A.B.C.*, por fim não se concretiza e Paulo de Frontin ocupa o cargo.<sup>223</sup>

Nilo Peçanha ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em lugar de Lauro Müller, é saudado na capa da edição 113 e, num breve texto, “Nilo Peçanha, chanceler”, o periódico declara acreditar no bom desempenho do “mais representativo dos estadistas do Brasil democrático e republicano”, apesar do momento conflituoso pelo qual o mundo passava. Ressalta-se a competência do político fluminense: “A vida do Sr. Nilo Peçanha [...] é um atestado vitorioso da sua capacidade multiforme e do seu talento expedito”.<sup>224</sup> Nilo já havia sido vice-presidente do Brasil (1906-1909) e assumido a presidência após a morte de Afonso Pena (1909-1910), além de ter sido, em duas ocasiões, presidente do Rio de Janeiro (1903-1906 e 1914-1917), cargo que ocupava ao ser nomeado para substituir Müller. Retomando o passado do novo ministro, o *A.B.C.* expõe que a diplomacia brasileira estaria entregue em boas mãos:

O seu passado tranquiliza as ânsias patrióticas dos que receavam ver a diplomacia brasileira entregue a outro que não fosse, como S. Ex., um republicano da mais cristalina espécie e, sobretudo, um nacionalista, na mais veemente, se assim o querem mesmo, jacobina significação do vocábulo.<sup>225</sup>

Essa visão entusiasmada de Nilo Peçanha pode ser devida à proximidade de Ferdinando Borla com o político fluminense, aludida por Carlos Maul. Mas com Hasslocher e Moraes nota-se o mesmo tom. Seja nos momentos em que o *A.B.C.* defende o ministro da verve de Medeiros e Albuquerque,<sup>226</sup> ou quando o reverencia por seus atos.<sup>227</sup>

No entanto, é na comparação com seu antecessor que Nilo Peçanha adquire maior brilho. A diligência do chanceler é exaltada em contrapartida à inércia de Müller: “O Brasil não vivia isolado; vivia desconhecido. [...] o Sr. Lauro Müller não dera um

<sup>222</sup> MAUL, Um campeão das Idéas-Força. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 198, 21 dez. 1918, p. 3.

<sup>223</sup> Outra figura importante nas reformas urbanas do Rio de Janeiro. Frontin foi responsável, como engenheiro, pelo projeto da então Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.

<sup>224</sup> O novo chanceler. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 1; Nilo Peçanha, chanceler. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 4.

<sup>225</sup> Nilo Peçanha, chanceler. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 4.

<sup>226</sup> O mendigo de Mlle. de Montpensier e o Sr. Medeiros e Albuquerque. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 6; O Sr. Nilo Peçanha e as Pompadour de calças da imprensa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 161, ano IV, 6 abr. 1918.

<sup>227</sup> A America solidaria traçou já, pela voz de Wilson... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 151, ano III, 26 jan. 1918, p. 1.

passo, não tomara uma iniciativa afim de [sic] fazer a nossa pátria figurar, com relevo, no convívio das outras nações”. O texto “A contrafação de Thiers” menciona um artigo do *Jornal do Comércio* em que um articulista do diário carioca apontava a sinalefa existente na diplomacia brasileira no período em que L. Müller ocupou o cargo: “Sinalefa de cinco anos em que a inércia vitoriosa do general catarinense contentava-se com os adjetivos comprados à Agência Americana e aos jornalistas complacentes”, completa o *A.B.C.* A lacuna, na visão do hebdomadário, foi rompida pela atuação de Nilo Peçanha: “Só agora se começa pelo contraste da capacidade expedita do atual Chanceler com a ignorância trapaceadora do seu antecessor, a se vislumbrar o quanto nos foi prejudicial a gestão do Sr. Lauro Müller”.<sup>228</sup>

Até mesmo um possível gesto idêntico dos dois políticos é visto com parcialidade pelo grupo do *A.B.C.* Convidado pelo Partido Republicano Fluminense a concorrer ao governo do estado do Rio de Janeiro, Nilo recusara o convite já que ocupava o cargo de ministro e, por isso, é alvo de generosas palavras:

A atitude de agora nada mais é do que a ratificação de uma norma de princípios rigidamente democráticos [...]. Em toda a vida política do Sr. Nilo Peçanha encontrarão sempre, e indefectivelmente, os rapsodos possíveis da nossa história esse respeito profundo e emocional, esse acatamento reverente e carinhoso pelos austeros postulados da Democracia, que para aquele espírito de “elite” jamais foram uma ficção literária.<sup>229</sup>

A insinuação ao final da citação é direcionada a Lauro Müller e adianta o tema do texto que, impresso logo abaixo deste, partilha a mesma página. Para solucionar a refrega política travada entre Abdon Batista e Hercílio Luz pelo governo de Santa Catarina foi sugerida a candidatura do ex-ministro. Segundo o *A.B.C.*, a indicação não teria surtido o efeito esperado e Müller encontraria, na ocasião, a oportunidade de “parodiar” Nilo Peçanha:

Eterno plagiário de atitudes, o sonetista da donzela Tiadora quer dar a essa questiúncula doméstica uma projeção mais ampla, aguardando o momento propício para escrever uma carta cheia de melancolia e

---

<sup>228</sup> A contrafação de Thiers. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 162, ano IV, 13 abr. 1918. Procedimento semelhante já havia sido adotado num artigo em que a revista ataca o suposto germanismo de Lauro Müller, argumento que, por sua vez, o *A.B.C.* condenara no ano anterior: A poeira dos caminhos... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 155, ano IV, 23 fev. 1918, p. 2.

<sup>229</sup> Saudades da Propaganda... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 167, ano IV, 18 maio 1918, p. 3.

renúncia, falando em princípios democráticos e em purezas republicanas.<sup>230</sup>

A diferença entre os dois gestos é dada pela redação; o de Nilo estaria baseado em princípios democráticos, e o de Lauro em “utilitarismo”, já que para o último a vaga de senador, “silenciosa e mandriona”, valeria mais do que o governo do estado do sul com seus quatro anos de “obrigações e responsabilidades”.<sup>231</sup> De fato, Lauro permanece como senador e vice-presidente de Santa Catarina, de fins de 1918 aos primeiros meses de 1920, sendo presidente Hercílio Luz.

Uma última comparação entre os dois políticos seria efetuada no texto em que a saída de Nilo Peçanha do Ministério é relatada. Abaixo da fotografia de Nilo, que cobre mais da metade da página, um pequeno texto de louvor ao ministro que deixava a pasta é acompanhado por invectivas a Lauro Müller e elogios ao sucessor, Domício da Gama. A ociosidade e a mentira, atribuídos a Müller, são contrapostos ao patriotismo e empenho de Nilo Peçanha. Domício, “diplomata de uma inteligência lúcida e com uma folha de serviços na ‘carrière’ de máxima correção patriótica”, entraria para o Itamaraty num momento “auspicioso”, pois, “pelo trabalho infatigável, clarividente e superiormente cívico do Chanceler demissionário, atingiu a uma situação invejável no consenso das nações mais ilustres da Europa e do Continente Americano”. Porém, não fora esse cenário que Nilo encontrara ao aportar no Ministério:

A desordem doirada que o Sr. Lauro Müller ali implantara com a ociosidade erigida em norma fundamental da função diplomática e a mentira como preceito de uma grande sabedoria com que o célebre soldado pretendeu recomendar-se ao juízo dos seus contemporâneos, Nilo Peçanha deu-lhes batalha, abrindo uma fase de labor intenso, cauteloso e brilhante.<sup>232</sup>

A ponderação, a percepção e o patriotismo de Lauro Müller, antes exaltados, foram esquecidos com o passar do tempo e com as comparações ao Nilo, que seria, segundo a publicação, “o mais brasileiro dos nossos grandes políticos”. Convém ressaltar que o que antes fora visto como virtude – a ponderação de Lauro Müller por resistir aos apelos belicistas de entrar na Grande Guerra – torna-se defeito. O periódico

<sup>230</sup> Um plágio em perspectiva... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 167, ano IV, 18 maio 1918, p. 3.

<sup>231</sup> Um plágio em perspectiva... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 167, ano IV, 18 maio 1918, p. 3.

<sup>232</sup> Entregou hontem o Sr. Nilo Peçanha... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 193, 16 nov. 1918.

que apoiava a cautela de Müller passa a condená-la com a chegada de Nilo Peçanha que, enfim, declara guerra à Alemanha. Nilo, por este ato, é visto como “expedito”.

O final da nota também é digno de citação por ressaltar ainda mais como o periódico tinha o político fluminense em alta conta:

A nossa justiça emotiva e a nossa admiração sincera por esse homem de Estado, que é um dos intelectuais mais empolgantes e rútilos do Brasil contemporâneo, não datam de hoje. E seguramente acompanharão o notável Patriota, com o mesmo ardor e a mesma lealdade, através de quaisquer emergências.<sup>233</sup>

O vaticínio da admiração permanente não será cumprido. Outra vez, distante do cargo, o antigo ocupante torna-se alvo da redação. Desta feita, a guinada possivelmente se dará devida à aliança de Nilo Peçanha com Rui Barbosa, que visava à presidência da República após a morte do presidente eleito, Rodrigues Alves, em janeiro de 1919.<sup>234</sup> Rui Barbosa, figura combatida nas páginas do *A.B.C.*, segundo confessa Paulo Hasslocher,<sup>235</sup> novamente é derrotado, desta vez por Epiácio Pessoa.

Em maio de 1919, o *A.B.C.* publica um texto contendo “revelações a respeito das atitudes políticas” do ex-ministro feitas por um amigo, não revelado, do político, que, além de qualificá-lo de “ladino político”, acusa-o de atuar em proveito próprio. Contudo, apesar de abrir as portas da revista para essa opinião, o periódico relativiza-a no título (“Um retrato? Apenas uma caricatura psicológica”) e na conclusão:

Serão as suas palavras [do amigo de Nilo Peçanha], aí registradas, um retrato psicológico do ex-ministro do Exterior? Parece-nos que não. Talvez apenas uma caricatura indecisa, através de cujas linhas só dificilmente se adivinha a verdadeira fisionomia do escritor ilustre das *Impressões da Europa* e do político cuja obra todos admiramos.<sup>236</sup>

Em um dos números anteriores ao da “caricatura psicológica”, foi impressa na capa do *A.B.C.* a caricatura da face do político, desenhada por Nemésio. O texto breve, que usualmente acompanhava a ilustração na capa, especulava que com a derrota nas eleições ele ficaria ausente da arena política por “pelo menos três anos”.<sup>237</sup> A redação

<sup>233</sup> Entregou hontem o Sr. Nilo Peçanha... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 193, ano IV, 16 nov. 1918.

<sup>234</sup> Epitaphio. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 202, ano V, 18 jan. 1919, p. 2.

<sup>235</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 47.

<sup>236</sup> Um retrato? Apenas uma caricatura psychologica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 221, ano V, 31 maio 1919.

<sup>237</sup> Capa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 219, ano V, 17 maio 1919, p. 1.

do semanário esteve perto de acertar, pois o ex-ministro voltaria ao cenário político em 1921, para as eleições do ano seguinte, concorrendo com Artur Bernardes, político situacionista mineiro, pela presidência da República. Essa disputa também foi marcada por dois fatos: as “cartas falsas” atribuídas a Artur Bernardes, ainda em 1921, e o levante tenentista de julho de 1922, já após o resultado das eleições.

Nesse pleito, o hebdomadário, voltando-se contra a admiração anterior, apoia o político de Minas Gerais, colidindo com a postura de parte expressiva da grande imprensa carioca que apoiava Nilo, como o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, e *O Imparcial*, de Macedo Soares.<sup>238</sup> As “cartas falsas”, publicadas em outubro de 1921 pelo jornal de Edmundo Bittencourt, foram atribuídas a Artur Bernardes e continham ataques aos militares e ao marechal Hermes da Fonseca. Teriam sido endereçadas a Raul Soares e objetivariam acirrar os ânimos da disputa e indispor Bernardes e os militares. O periódico *A Notícia* dá a informação de que as cartas seriam falsas.<sup>239</sup> Enquanto a imprensa trava intenso debate sobre o fato, o *A.B.C.* posiciona-se ao lado de Bernardes, e como *O País*, acusa aos nilistas de gerarem essa intriga.<sup>240</sup>

Já com Artur Bernardes eleito, o hebdomadário publica um artigo, de nome emblemático, atacando o grupo derrotado: “Regeneração Republicana – Rótulo de Falsários”.<sup>241</sup> O texto sai dias antes de eclodir a revolta tenentista de 1922, a marcha dos 18 do Forte de Copacabana.<sup>242</sup> Para a revista, os militares teriam sido insuflados por

<sup>238</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 14.

<sup>239</sup> A pedra do escândalo ricocheteia. *Hoje*, Rio de Janeiro, n. 136, ano III, 13 out. 1921, p. 10.

<sup>240</sup> Palavras serenas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 355, ano VII, 24 dez. 1921; A intriga do nilismo. *O país*, Rio de Janeiro, n. 13.542, ano XXXVIII, 17 nov. 1921, p. 3. Esta não será a única nota d’*O País* sobre o caso, sempre acusando a falsidade das cartas.

<sup>241</sup> Regeneração republicana – rótulo de falsários. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 382, ano VIII, 1 jul. 1922, p. 10.

<sup>242</sup> A marcha dos dezoito do Forte foi o acontecimento final do levante no Forte de Copacabana. A ação teria começado naquele forte e logo se espalhado para outros locais no Distrito Federal, em Niterói e no Mato Grosso. “Do Forte de Copacabana, os militares revoltosos deram início ao que chamaram de ‘revolução’ e dispararam contra alvos estratégicos: a ilha de Cotunduba, o Forte do Vigia, o Quartel-General, a ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo”. Os rebeldes foram contra-atacados e exigiram o fim das hostilidades para que recebessem ordens única e exclusivamente do marechal Hermes da Fonseca. As exigências foram recusadas e a batalha prosseguiu. No dia seguinte, “os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, com dois destróieres, posicionaram-se em frente ao Forte de Copacabana e abriram fogo. Acuados pelo ataque das tropas legalistas por terra, mar e ar, eles desobrigaram seus comandados [...]. Permaneceram no Forte de Copacabana apenas o tenente Newton, o tenente Siqueira Campos e 14 soldados”. Então, o grupo caminhou em direção às tropas legalistas pela avenida Atlântica, numa batalha que foi resolvida com baionetas. Os únicos sobreviventes foram Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Os outros movimentos também não lograram sucesso, tendo alguns, inclusive, nem passado da intenção. Essa teria sido uma das primeiras revoltas tenentistas – LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 317-319.

órgãos da imprensa: “Há vários anos que um grupo de jornalistas, com as suas pasquinadas arrasta periodicamente o poder público a essas convulsões em que a ordem se torna periclitante e o regime ameaçado de falência”. E, após elogiar a “bravura cívica” do presidente Epitácio Pessoa, o *A.B.C.* afirma a necessidade de punição para os jornalistas que levaram os militares a se rebelarem e a multidão à insubmissão, apoiando, desta forma, certa censura à “liberdade de expressão”.<sup>243</sup>

Hamilton Barata, um dos colaboradores da revista, envia para a edição seguinte um texto que vincula Hermes da Fonseca à deflagração da revolta e Nilo Peçanha como instigador da ação. Barata traça um perfil do ex-ministro das Relações Exteriores: “É inteligência de voos rasteiros, de curto horizonte, de fracas concepções. Sua força maior reside na exploração de ‘trucs’ e de expedientes, que a ingenuidade deste pobre povo ainda permite que tenham alguma vulgarização”.<sup>244</sup>

Se com Lauro Müller e Nilo Peçanha o *A.B.C.* procedeu de maneira parecida, Domício da Gama não gozou de semelhante destino. A capa da edição 198 deixa clara a abordagem que a revista adotará no que respeita ao chefe da diplomacia brasileira. O retrato do Barão do Rio Branco vem sob o a inscrição: “Injúrias a uma estátua”; e com a legenda: “Rio Branco – um modelo que o Sr. Domício da Gama está aviltando”.<sup>245</sup> “Diplomacia, como os contos, a meia tinta” é o artigo que mantém o ritmo dos ataques, naquele mesmo número. O título, que faz referência ao livro de Domício da Gama lançado em 1891, encabeça um texto cuja finalidade é atacar a falta de ação do novo ministro e apontar o embaraço de Gama frente ao prestígio do chanceler argentino Naón, em reunião dos países envolvidos no Tratado do ABC ocorrida nos Estados Unidos.<sup>246</sup> Não foram, estes, os únicos ataques; pode-se mencionar também o número seguinte da revista, em que novamente a capa atacava o ministro.<sup>247</sup>

Não é possível estabelecer até que momento o subsídio do Itamaraty esteve presente nos cofres do *A.B.C.*, mas fica evidente que pode haver algo que norteie o ponto de vista da redação no tocante aos ministros da pasta das Relações Exteriores. Se as palavras de Carlos Maul dirigidas à proximidade que se criou entre Ferdinando Borla e Nilo Peçanha são expressas com ares de censura, não deixa de serem dignos de nota

<sup>243</sup> Não se farda a mashorca. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 383, ano VIII, 8 jul. 1922, p. 2.

<sup>244</sup> BARATA, Canhões rebeldes tropejaram: busquemos a causa remota desse crime na incultura colectiva e na raridade dos homens de Estado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 384, ano VIII, 15 jul. 1922, p. 10.

<sup>245</sup> Injúrias á uma estatua. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 198, 21 dez. 1918, p. 1.

<sup>246</sup> Diplomacia, como os contos, a meia tinta. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 198, 21 dez. 1918, p. 2.

<sup>247</sup> “Precisamos saber conduzir o paiz não já na guerra, mas na paz”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 199, 28 dez. 1918, p. 1.



os encômios com que o periódico qualificou o político fluminense já na fase posterior à do italiano, com Paulo Hasslocher e Luís Moraes na direção, e com Maul participando do corpo de redatores. Excetuando-se o elogio do antigo secretário, Lauro Müller só encontra críticas no *A.B.C.* após deixar o Itamaraty. Nilo Peçanha também tem o mesmo destino, mas sem encontrar uma voz que lhe defenda dentro do periódico, enquanto Domício da Gama não precisa deixar a pasta para ser vítima de invectivas.

## 2.5 PAULO HASSLOCHER E LUÍS MORAES

Com as mudanças, da passagem da fase do italiano Borla para a de Hasslocher e Moraes, “a revista tomaria feição nova, com maior expansão, abrindo-se as suas páginas a uma colaboração eclética”.<sup>248</sup> O ex-secretário do *A.B.C.* cita diversos nomes que teriam aparecido nas páginas do semanário nessa fase, porém, equivoca-se ao mencionar Oliveira Lima, Lima Barreto e Astrojildo Pereira (sob seu pseudônimo de Bazilio Torrezão). Estes já haviam contribuído com o periódico na época do Ferdinando Borla, além de Agripino Nazaré que continua a escrever. Maul adiciona aos nomes mencionados, Oliveira Viana, Mario Mattos, Benjamim Costallat, Pio Jardim, Jackson de Figueiredo e Henrique Pongetti; Hasslocher recorda Osório Borba e Teixeira Soares. Somam-se a estes: Matheus de Lemos, Joaquim Ignácio Filho, Paula Machado, Mario Guedes, Renato Vianna, Hamilton Barata, Antonio Marques, Tolentino Gonzaga, Alexandre de Albuquerque, Miguel Luis Rocuant (poeta chileno), L. Felício Torres e Alex Spir, além de Pio Jardim como redator. Todos estes nomes foram apurados em consulta ao periódico e alguns deles participam dessas duas fases do *A.B.C.*

A direção de Paulo Hasslocher e Luís Moraes durou dezesseis anos, segundo entrevista concedida pelo primeiro a Francisco de Assis Barbosa.<sup>249</sup> Hasslocher foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul e deixou seu posto, Maul, deputado pelo estado do Rio, permaneceu até o empastelamento da revista pelos revolucionários de 1930.<sup>250</sup> O semanário de “existência original e fulgurante”, nas palavras do ex-secretário, tinha na figura de Luís Moraes um de seus destaques. Hasslocher o considerava um dos maiores escritores do Brasil, e Maul, o apontava como um dos mais brilhantes jornalistas da época.

<sup>248</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da bela época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. José, 1968. p. 139.

<sup>249</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 50.

<sup>250</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da bela época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. José, 1968. p. 139.

Já o outro diretor tem seus contornos mais bem delineados por Francisco de Assis Barbosa:

Paulo Hasslocher é uma das figuras mais interessantes do Brasil. Entre os homens da sua geração – a que veio depois de Bilac – o famoso ex-diretor do *ABC* aparece como a antítese dos literatos da Confeitaria Colombo e da Livraria Garnier. As suas polainas elegantíssimas e os seus artigos desaforadíssimos fizeram época no tempo das campanhas presidenciais de Rui Barbosa, Epiácio Pessoa e Arthur Bernardes.<sup>251</sup>

Chamava a atenção pela altura e pelo modo como se vestia. Era, de fato, um dândi. Colocava-se, ao lado de João do Rio, como o mais elegante figurino do Rio de Janeiro.<sup>252</sup>

Paulo Hasslocher escandalizava o Rio de Janeiro. Era o tipo mais alinhado da cidade. Muito alto, não dispensava fraque, cartola, gravata *plastro*, monóculos e polainas para sair à rua, onde vivia como um ser inteiramente estranho ao carioca.<sup>253</sup>

Depois da partida de Hasslocher, o *A.B.C.* passou ao domínio de Osvaldo Souza e Silva. Após 1930, foram publicados alguns números da revista, que logo desapareceu.<sup>254</sup> Seu fim é bastante obscuro. Hasslocher atribui a morte do periódico à sua saída: “a verdade é que o *A.B.C.* morreu, quando deixei a sua direção”.<sup>255</sup>

## 2.6 O A.B.C.

Sobre o gênero da publicação, primeiro é preciso determinar se o *A.B.C.* era uma revista ou um jornal. No caso do periódico estudado, um dos problemas na definição se encontra em seu formato, já que a capa do hebdomadário trazia, além do título, uma ilustração (fotografia ou gravura) relacionada a algum acontecimento da semana, e, em todos os números pesquisados, um pequeno texto comentando o fato ocorrido. Portanto, a matéria já era discutida na capa do veículo, como ocorre comumente em um jornal.

<sup>251</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 46.

<sup>252</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 49.

<sup>253</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 46.

<sup>254</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da bela época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. José, 1968. p. 139.

<sup>255</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 52.

Entretanto, os textos passavam em revista os acontecimentos da semana; o periódico possuía capa; havia o recurso da ilustração tanto na capa quanto nas folhas internas; circulava semanalmente; e possuía certa diversidade temática. Essas últimas características são associadas ao gênero “revista”.<sup>256</sup> A publicação possuía caráter mais analítico do que informativo, outra diferença da revista para o jornal. Segundo Ana Luiza Martins, o termo revista é de difícil definição no período analisado, pois, como acontecia com o *A.B.C.*, havia muita proximidade entre as revistas e os jornais, tanto na forma quanto no conteúdo. A definição clássica de hebdomadário, ligado ao termo revista, de periodicidade semanal, de cunho informativo técnico e político, se encaixa no caso do *A.B.C.*<sup>257</sup>

Outro motivo que dificulta a definição é a forma por que o *A.B.C.* é mencionado nos livros e artigos consultados. Paulo Hasslocher, ex-diretor e proprietário, usou tanto a denominação “jornal” quanto “revista” para falar do periódico. Carlos Maul também emprega os dois termos. Além de “jornal” e “revista”, são utilizadas palavras como “semanário” e “panfleto”. Francisco Barbosa lançou mão de todos esses termos para falar da publicação, mas na bibliografia de *A vida de Lima Barreto*, o autor coloca o *A.B.C.* junto às revistas.<sup>258</sup>

O formato do *A.B.C.* permaneceu inalterado no período analisado. Na parte de cima da capa, trazia o cabeçalho com o nome do jornal em letras maiúsculas ao centro, e duas elipses, em que as margens eram formadas por pequenos círculos, uma à esquerda e a outra à direita. Dentro da primeira está escrito, de modo que o texto acompanhe o formato da figura geométrica, “Política” e “Atualidades”, e na segunda “Questões Sociais” e “Letras e Artes”. Para enfeitar as elipses, no interior delas, dispostos centralmente, encontram-se três círculos, sendo o do meio maior que os demais. Há também uma figura acima de cada elipse simulando um suporte, para dar-lhes a feição de pequenas tabuletas, como as que ficavam penduradas à frente de estabelecimentos comerciais. Abaixo da elipse da esquerda encontram-se as informações do ano e número da edição, separadas por um hífen. Abaixo do nome *A.B.C.* vinha o nome do diretor (Ferdinando Borla) até a edição de 29 de dezembro de 1917 – nº 149. Na edição 150, a primeira de 1918, passou a constar o nome dos novos responsáveis pela direção (Paulo

<sup>256</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 40-63.

<sup>257</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 43.

<sup>258</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002. p. 417.

Hasslocher e Luís Moraes), e durante o ano de 1919 mudou para “Direção e propriedade/de/Paulo Hasslocher e Luís Moraes”. Fechando esta linha, sob a elipse da direita aparecia a informação: “Publica-se aos sábados”<sup>259</sup>. Seguindo essa disposição, logo abaixo, constavam, à esquerda, detalhes da redação e administração: “Avenida Rio Branco 110-112, 2º andar/(Edifício do Jornal do Brasil)/Telefone: Central 4029 – Caixa Postal 582”.<sup>260</sup> Entre os meses de agosto a outubro de 1918, o endereço muda para o 3º andar do mesmo prédio. Ao centro desta segunda linha, vinha escrito o nome da cidade (Rio de Janeiro), o dia da semana e a data de publicação. À direita, o valor do exemplar avulso (durante todo o período estudado se mantém em 100 réis), o valor das assinaturas (de 5 mil réis, passa a 10 mil réis na edição 177, de 27 de agosto de 1918) e a declaração de que se tratava da publicidade na administração do periódico. A ilustração contendo desenho ou foto cobria quase toda a página e sempre vinha acompanhada de uma moldura; na parte inferior era impresso um texto, ou uma legenda, referente à ilustração de destaque. Durante todo o período focado, essa foi a feição da capa do *A.B.C.* Os figurões da política republicana foram tema da maioria das capas do período; ilustrações e fotografias da I Guerra Mundial também estamparam a capa da revista, da mesma forma que líderes internacionais ligados às grandes potências. A Revolução Russa e o trabalho das operárias inglesas durante a guerra foram assuntos que também motivaram capas.

Os textos do *A.B.C.* eram dispostos em três colunas e inclusive a capa preservava essa estrutura. Os gêneros textuais utilizados com maior frequência foram o artigo, a reportagem, a crônica, o conto e a crítica literária, de arte e teatral. Mesclavam-se, desta forma, tipos de textos encontrados com mais incidência em jornais (os dois primeiros) e em revistas (os últimos três).

O texto escrito predominava sobre o texto visual. As ilustrações no interior do *A.B.C.* constituíam, sobretudo, retratos e caricaturas de personalidades, os quais acompanhavam algum texto relacionado. Os desenhos de Generoso Ponce Filho estão presentes desde o primeiro número. A partir do sétimo número, outro ilustrador, Ivan, entra para o *A.B.C.* Em 1916 são os traços de Altamyro que ilustram a revista, e, em

<sup>259</sup> Em novembro de 1915, o *A.B.C.* passou a circular às quintas-feiras. O hebdomadário voltou a circular aos sábados no número 52, de 26 de fevereiro de 1916.

<sup>260</sup> O endereço da redação e da administração no primeiro ano do semanário localizava-se na mesma via, porém em outro edifício. Em 1916, a sede da revista passa para um sobrado localizado à Rua da Alfândega, nº 134. A mudança para o endereço mencionado no corpo do texto se dá em 9 de maio de 1916 (Desde 9 de maio... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 62, ano II, 13 maio 1916, p. 4). O telefone também diferia, “Norte 1785”; somente a caixa postal era a mesma. Desta forma, não constava ainda a referência ao edifício do *Jornal do Brasil* no cabeçalho.

abril de 1919, Nemésio passa a desenhar no hebdomadário. Não foi localizado, no periódico, o momento em que cada um desses ilustradores deixa a equipe do *A.B.C.*

O número de páginas do *A.B.C.* variou de dezesseis a trinta páginas durante o período analisado. No ano de 1917, por exemplo, a edição 96, de 6 de janeiro, continha vinte e duas páginas, como a 114, de 12 de maio; a edição 98, do dia 20 de janeiro, foi impressa com trinta páginas; o número 106, de 17 de março, saiu com vinte páginas. Em 1918, a edição de 19 de janeiro, nº 150, saiu com dezesseis páginas, como os números 155, 166 e 190. Várias edições saíram com vinte e duas páginas, como as de nº 194, 195, 196 e 197. A variação da quantidade de páginas verificada em 1918 é a padrão para os primeiros sete anos. Comumente ultrapassava-se essa quantia quando o periódico veiculava programas políticos de candidatos a cargos públicos, balancetes de governos e outras informações institucionais. Quanto à numeração das páginas, ela existiu durante os dois primeiros anos, quando o periódico foi impresso na Tipografia Bedeschi, localizada à rua da Misericórdia, nº 74. De abril a junho de 1915, o *A.B.C.* foi impresso na Casa David (praça dos Governadores, nº 6), retornando à Tipografia Bedeschi após esse intervalo de tempo. Parece que o *A.B.C.* deixa de ter suas páginas numeradas quando passa a ser impresso nas Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, o que ocorre na segunda metade de 1916.

Não foi possível descobrir a tiragem do *A.B.C.* durante esse período. A única informação neste sentido é divulgada pelo próprio periódico, em seu segundo número, para divulgar o sucesso do primeiro *A.B.C.* Na ocasião, foram publicadas duas tiragens, em poucas horas esgotadas, sendo vendida a quantia de 10 mil exemplares.<sup>261</sup> Já na época da imprensa profissional, a direção do *A.B.C.* pagava a escritores como Antônio Torres, Lima Barreto e Oliveira Lima, cinquenta mil réis por artigo, quantia elevada para o período. A revista também editou livros como *Mauá*, de Alberto de Faria, e as *Obras completas de Tobias Barreto*, com patrocínio do governo sergipano, segundo informações de Paulo Hasslocher.<sup>262</sup>

Foram várias as seções publicadas no *A.B.C.* de 1915 a 1922. Talvez as mais duradouras tenham sido “Fatos e Comentários” e “Contribuições para a história”, ambas aparecidas em 1915, esta no segundo número, e aquela no inaugural.

<sup>261</sup> Pro domo mostra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 2, ano I, 6 mar. 1915, p. 6.

<sup>262</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 54.

Como “Fatos e Comentários” já foi abordada, passa-se às “Contribuições para a história”. Esta era uma seção que mostrava a opinião, em frases curtas, de personalidades da política e das letras a respeito de seus pares. Foi veiculada pela primeira vez em 6 de março de 1915, e trouxe a seguinte explicação:

Pedimos a vários Plutarcos da política nacional umas tantas “vidas paralelas” cuja leitura, estamos certos, se tornará muito agradável ao nosso público, por estarem elas resumidas em poucas linhas e por serem da autoria de personagens comumente apontados como expoentes individuais de opiniões coletivas.<sup>263</sup>

Foram expedidas opiniões sobre Venceslau Brás, Francisco Glicério, Lauro Müller, Nilo Peçanha, Raimundo de Miranda, Rui Barbosa, Carlos Peixoto e Pinheiro Machado. Como exemplo, Sabino Barroso é considerado, pelo senador Francisco Sá, como: “Menos homem do que símbolo; menos ministro do que cartaz. Em resumo, o emblema físico do tempo das vacas magras”.<sup>264</sup>

Em 19 de janeiro de 1918, era publicada a seção com a seguinte inscrição:

Resolvemos fazer ressurgir essas “contribuições” que tanto sucesso fizeram na sua primeira fase. Damos a seguir os juízos biográficos que os nossos políticos, homens de letras ‘et reliqua’ emitem a respeito dos seus colegas.<sup>265</sup>

O tom da seção é cômico e crítico. Outros exemplos: Medeiros e Albuquerque seria “o Rocha Alazão da imprensa...”, segundo Irineu Marinho;<sup>266</sup> Bastos Tigre foi “o espírito mais forte que eu já ingeri”, afirma Emilio de Menezes; Carlos Maximiliano chama o político gaúcho Borges de Medeiros de “tradução provinciana de Augusto Comte revista e obliterada por Alcides Maia”.<sup>267</sup> Foram expostos “juízos biográficos” de Mauricio de Medeiros por Bruno Lobo, de Raphael Pinheiro por Evaristo de Moraes, Leal de Souza por Demetrio Haman e por Duque Estrada, Costa Rego por A. Amaral,

<sup>263</sup> Contribuições para a historia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 2, ano I, 6 mar. 1915, p. 4.

<sup>264</sup> Contribuições para a historia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 2, ano I, 6 mar. 1915, p. 4.

<sup>265</sup> Contribuições para a historia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 8.

<sup>266</sup> Contribuições para a historia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 150, ano III, 19 jan. 1918, p. 8. Rocha Alazão foi uma figura bastante conhecida na época. O jornalista e poeta Bastos Tigre descreve o motivo pelo qual ele ganhara fama: “Muito embora proliferassem na cidade os mordedores e facadistas, o Rocha ganhara fama de ser o ás da classe, por serem infalíveis as suas facadas, aliás, modestas [...]. Mas eram contínuas e sistemáticas” – TIGRE, Bastos. *Reminiscências*. Brasília: Thesaurus Editora, 1992. p. 89.

<sup>267</sup> Contribuições para a historia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 155, ano IV, 23 fev. 1918, p. 13.

Gil Vidal por Edmundo Bittencourt, José do Patrocínio Filho por Paulo Silveira, e outros.

Outra seção que teve certa frequência na revista foi a “Gaveta de Sapateiro”, que combinava invectiva e humor. Na edição 96, de 6 de janeiro de 1917, trazia a seguinte inscrição:

O “A.B.C.” criou esta seção com o mesmo fim humanitário que presidiu a fundação dos “A Pedidos”, do *Jornal do Comércio*. Com o mesmo fim humanitário, apesar de menos prático: a “Gaveta de Sapateiro” não aceita remuneração dos seus colaboradores. Exige apenas que eles tenham talento e firma reconhecida no tabelionato das Letras...<sup>268</sup>

A seção da edição mencionada saiu com um poema irônico, “Vida e história de João Candonga João”, retratando claramente Paulo Barreto, escritor muito conhecido na imprensa e nos círculos literários da época. O poema veio assinado por Miguel Francisco Miguel, alusão a um dos pseudônimos de Barreto; outro pseudônimo do escritor ao qual o texto é dirigido é João do Rio, este conhecido até os dias de hoje.<sup>269</sup> No nº 98, saiu na mesma seção o poema “Perobismo espírita”, dedicado ao comendador Mattos, um português que se havia convertido ao espiritismo. A autoria do poema é de Fulano dos Anzóis, evidentemente um pseudônimo, como a autoria de todos os poemas publicados nessa parte do *A.B.C.*<sup>270</sup> O tom irônico é característico da seção, que, além das figuras já mencionadas, registrou poemas em “homenagem” a Gonçalves e Reis: “O urubu na sapucaia”, de Xico Dunga;<sup>271</sup> a Vasco Ortigão, sobrinho do escritor português Ramalho Ortigão: “D. Vasco das Ortigas”, de Adamastor;<sup>272</sup> a Marques e Irineu Marinho, fundadores do periódico *A Noite*: “A honra da ‘firma’”, de Tryca Espynhas;<sup>273</sup> a Joaquim Moreira, político de Petrópolis: “Esculápio testamentário”, de Zé Serrano.<sup>274</sup> Em 1918, a mensagem inicial da seção, que era publicada sempre nas últimas páginas, deixou de ser impressa, e, ao mesmo tempo, foi incorporado ao título o desenho de um sapateiro.

<sup>268</sup> Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 21.

<sup>269</sup> “Candonga” significa ação ardilosa, má-fé, louvor enganoso, adulação, mexerico. Desde o título o alvo do poema é rebaixado. O pseudônimo de Paulo Barreto a que alude-se no título e na assinatura do poema (“João Candonga João” e “Miguel Francisco Miguel”) é José Antônio José.

<sup>270</sup> Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 28.

<sup>271</sup> Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 155, ano IV, 23 fev. 1918, p. 13.

<sup>272</sup> Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 165, ano IV, 4 maio 1918, p. 15.

<sup>273</sup> Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 166, ano IV, 11 maio 1918, p. 14.

<sup>274</sup> Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 167, ano IV, 18 maio 1918, p. 17.

Houve ainda uma seção dedicada exclusivamente à divulgação de livros novos. O título variou, mas aqui se faz referência ao momento em que foi publicada sob a rubrica “Vêm de aparecer”, sempre com um pequeno comentário acerca de obras recentemente publicadas. Livros como *A presidência Wenceslau Braz*, de Pedro Cavalcanti, *Halos singulares*, de Silva Dias, *Limites e superfícies do Brasil e seus estados*, de Thiers Fleming,<sup>275</sup> *Da letra F n. 2...*, de Benjamim Costallat, *Farias Brito e a reação espiritualista*, de Almeida Magalhães e *Discursos e conferências*, de Luciano Tapajós, foram apresentados nessa seção, que também ocupava as páginas do meio do semanário.<sup>276</sup> Outras seções não estiveram presentes por muito tempo na revista. Como exemplo, pode citar-se: “Indiscrições e flagrantes”, seção dedicada aos esportes (turfe), e “Através da Imprensa”, todas de 1915; “A.B.C. – Edição Paulista” e “Estros” (nela, poemas de Raul de Leoni e Franklin Martins, dentre outros, foram publicados), em 1916.

De certa forma, essas seções serviam para atrair o leitor, para cativá-lo, mantê-lo fiel ao hebdomadário. E os anúncios publicitários também visavam a chamar a atenção dos leitores para seus produtos. Advogados, alfaiates, dentistas e médicos anunciavam seus serviços, ao mesmo tempo em que se fazia a propaganda de remédios, aperitivo, cigarros (inclusive femininos), acessórios de roupa masculina (gravatas, chapéus), sorteios de loterias, agências de navegação, importadora. De certa forma, os anúncios eram rudimentares e possuíam pouco apelo gráfico. Muitos se resumiam a um pequeno texto informando o tipo de serviço ou produto. Em geral, não ocupavam uma página inteira, e os que apareciam no começo e meio do *A.B.C.* eram alojados nos cantos de baixo. Observa-se que a troca no comando da publicação alterou pouco a publicidade veiculada pela revista. Se em 1915 os anúncios publicitários ficam concentrados em quatro ou cinco páginas no final da revista, nos anos de 1916 e 1917 eles passam a ficar um pouco mais espalhados pelo periódico e a ocupar a última página, antes destinada ao editorial. As mudanças acabam culminando num pequeno acréscimo de anunciantes na revista por volta desses anos e de 1918. A contracapa foi, na maior parte do tempo, ocupada por dois anúncios (Companhia Nacional de Navegação Costeira e Loterias da Capital Federal), e a partir de 1918, as propagandas começaram a ser concentradas nas duas últimas páginas, que ficaram inteiramente reservadas para este fim; ainda apareciam alguns anúncios espalhados pelas páginas da revista, mas não em quantidade

---

<sup>275</sup> Vêm de aparecer. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 198, ano IV, 21 dez. 1918, p. 12.

<sup>276</sup> Vêm de aparecer. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 199, ano IV, 28 dez. 1918, p. 8.



igual à encontrada antes de 1918. Junto aos anúncios publicitários das páginas finais, em algumas edições, também eram encontrados balancetes de alguns bancos estrangeiros com filiais no Brasil, como o Banco Nacional Ultramarino, e bancos nacionais, como o Banco de Crédito Geral. Nas páginas da publicação aparecem chamadas para eventos artísticos, como exibição de música de câmara, e divulgação de lançamento de obras, como *Bárbaros* de Carlos Maul.

A revista possuiu correspondentes em alguns estados do país. No Rio de Janeiro, havia um correspondente em Petrópolis; no estado de São Paulo, na capital; no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; no Paraná, em Curitiba; no Amazonas, em Manaus; e em Minas Gerais, no município de Lagoa Dourada, cidade próxima a São João del Rei. Cada correspondente trazia novidades ou críticas relacionadas à política local, ou à situação enfrentada na região.

Quanto ao alcance do hebdomadário, sabe-se que tinha penetração nos estados “através de deputados e senadores que nele encontravam guarida para as suas intrigas de campanário”.<sup>277</sup> Além dos correspondentes, havia representantes da revista em Aracajú, Porto Alegre, Corumbá, Cuiabá, Santos, Belo Horizonte, Petrópolis, São J. del Rei, Ouro Preto, Ponte Nova, Barbacena, Caxias do Maranhão, Juiz de Fora.<sup>278</sup> Esses elementos dão indícios de que o periódico circulava por esses locais, mas a popularidade do *A.B.C.* não pôde ser aferida, além dos dados já mencionados da repercussão na imprensa e da tiragem do primeiro número.

Ainda sobre o impacto do *A.B.C.* no periodismo carioca, convém apresentar a colagem que a revista fez dos elogios recebidos de diversos órgãos da imprensa por conta de seu sétimo aniversário. O semanário foi lembrado nas páginas dos diários *Jornal do Brasil* e *Século* (de Petrópolis); dos vespertinos *Rio-Jornal*, *Boa Noite*, *A Rua* e *A Notícia*; de semanários e revistas *Gil Blas*, *O Norte*, *A Verdade*, *Revista da Semana*, *Fon Fon* e *Monitor Mercantil*, além de *O Jornal* e *O Dia*.<sup>279</sup>

Ao entrar na questão da orientação política do semanário, é interessante mostrar que o veículo é lembrado pelo seu comprometimento político, e ressaltar que a revista desfrutou, num determinado período, de “considerável notoriedade política e

<sup>277</sup> MAUL, Carlos. *O Rio da bela época*. 2. ed. Rio de Janeiro: S. José, 1968. p. 138.

<sup>278</sup> Expediente. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 51, ano II, 17 fev. 1916; Expediente. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 52, ano II, 26 fev. 1916.

<sup>279</sup> Um capítulo domestico. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 313, ano VII, 5 mar. 1917.

literária”.<sup>280</sup> Portanto, fica claro que o *A.B.C.* era um órgão formador de opinião e que, possivelmente, gozou de prestígio dentre a intelectualidade do momento, mesmo fazendo parte, segundo Francisco de Assis Barbosa, da “imprensa alternativa da época”.<sup>281</sup> Para um de seus colonistas, a revista

[...] constitui anais em que homens de inteligência e de sentimento inscrevem, sobre os acontecimentos do presente, juízos e ideias que, tanto quanto possível, servirão de norma à posteridade, em seu afã de fazer justiça aos homens e às forças que se entrecrocaram e se agitam no tabuleiro social de agora.<sup>282</sup>

Até aqui se expôs que o *A.B.C.* possuiu relações com o Ministério das Relações Exteriores, apoiando-lhe a política e dando suporte ao político que ocupava a cadeira, e que, com Ferdinando Borla, houve estreita relação com Nilo Peçanha, apesar de se observar que tal proximidade persistiu após a saída de Borla do periódico.

Mas com relação às eleições presidenciais, nota-se que o *A.B.C.* exerceu papel de periódico situacionista, ao menos em âmbito federal. Surgido em 1915, já com Venceslau Brás na presidência, atacou a candidatura de Rui Barbosa para 1918 e 1919. Na primeira o eleito foi Rodrigues Alves, que falece antes de assumir, e na segunda, para substituí-lo, é eleito Epitácio Pessoa. Depois faz pesadas críticas a Nilo Peçanha, candidato da oposição, que perde as eleições de 1922 para Artur Bernardes. Paulo Hasslocher resume a cobertura dos pleitos dizendo que o periódico “acompanhou todas as campanhas presidenciais, acertando sempre”.<sup>283</sup>

Folheando o *A.B.C.* é possível perceber que ele se caracterizava como um periódico que depositava crença na democracia republicana, e em especial, na praticada naqueles anos. Trata-se da causa provável do empastelamento da revista pelos revolucionários de 1930.

Rui Barbosa foi frequentemente criticado. Em 1918, Rui ocupava o cargo de senador e Hasslocher acusou sua incompatibilidade com o cargo: “Denunciei no meu

<sup>280</sup> RESENDE, Beatriz. Profissão: Jornalista. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica – Lima Barreto*. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 8; PEREIRA, Astrojildo. Posições políticas de Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 34.

<sup>281</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto: homem e literato nos anos 20. In: In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 407.

<sup>282</sup> BARATA, Canhões rebeldes trovejaram: busquemos a causa remota desse crime na incultura colectiva e na raridade dos homens de Estado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 384, ano VIII, 15 jul. 1922, p. 10.

<sup>283</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 50.

jornal a sua condição de presidente de uma companhia nacional de soda cáustica e como tal incompatível para exercer o mandato de senador”.<sup>284</sup> A direção se alinhava ao projeto nacionalista, sem, contudo, cair na xenofobia. A revista defendeu os portugueses contra a lusofobia e atacou os argumentos racistas utilizados para criticar um ministro de ascendência germânica. Não demonstrou franca oposição, mas tampouco defendeu movimentos sociais como o anarquista e o socialismo nascente, apesar de abrir suas páginas para a publicidade dessas tendências, ao mesmo tempo em que permitia opiniões totalmente opostas. Defendia o Tiro de Guerra, e propunha soluções para a “evolução” da pátria, segundo confessa Paulo Hasslocher:

Numa época de negativismo, em que homens e mulheres viviam nas janelas, preguiçosos e cansados, o meu semanário agitava ideias construtivas como a fundação de um porto livre em Pernambuco ou a criação da siderurgia em Minas.<sup>285</sup>

Apesar da linha diretiva, a redação defendia a liberdade do colaborador se expressar dentro do espaço delimitado. Diversos cronistas possuíam opiniões completamente opostas às expressas pela redação. Como exemplo, pode-se citar uma crônica de Bazilio Torrezão, contrária ao alistamento militar obrigatório, cujo título era “Elogio da deserção”. O texto saiu com a seguinte nota emitida pela redação, logo abaixo do texto:

Franqueando as nossas colunas a todas as opiniões, desde que tragam o endosso de inteligências autônomas, não fazemos mais do que acatar, a respeito das próprias opiniões do “A.B.C.”, o princípio da liberdade de crítica.  
Tão necessária se torna para nós tal declaração, quão supérfluo seria, da nossa parte, deixar consignado nestas linhas o desacordo completo em que elas estão com as ideias desenvolvidas no artigo acima, pelo espírito iconoclasta de Bazilio Torrezão.<sup>286</sup>

<sup>284</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 50.

<sup>285</sup> Paulo Hasslocher: Fui elegante por amor ao Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 52-53.

<sup>286</sup> TORREZÃO, Elogio da deserção. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 8. Outro exemplo seria a restrição a um artigo, considerado áspero, de Claudio Pülcher (Política “ventre livre”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 7, ano I, 10 abr. 1915).

Observando a lista de colaboradores, nota-se a “miscigenação literária e ideológica” observada na imprensa do período.<sup>287</sup> Se por um lado colaboravam escritores como Lima Barreto e Astrojildo Pereira, que defendiam abertamente o maximalismo, inclusive nas páginas do *A.B.C.*, de outro escreviam Oliveira Lima e Oliveira Viana, ambos reconhecidamente conservadores. Essa oposição fica nítida no número 166, onde, numa página, há o artigo “Ideias russas”, de Oliveira Lima, em que o autor desaprova o regime maximalista,<sup>288</sup> e na página seguinte começa a célebre crônica “No ajuste de contas...”, de Lima Barreto, declaradamente inspirada na Revolução Russa.<sup>289</sup> Havia espaço também para positivistas, liberais e outras correntes ideológicas que povoavam a Primeira República. Francisco de Assis Barbosa, reconhecendo a mistura ideológica, afirma, em entrevista, que o *A.B.C.* era um “jornal de panfletos, onde se publicava de tudo”.<sup>290</sup> Um único reparo se faz necessário à afirmação do jornalista e biógrafo de Lima Barreto, compreende-se que ele quis realçar o caráter polêmico de diversos artigos e reportagens veiculados pelo *A.B.C.*, mas, isso não caracteriza o hebdomadário como um “jornal de panfletos”. Distante de possuir uma linha única de pensamento, a revista parecia ser um palanque em que discursavam tendências das mais variadas. Apesar de, claramente, impor uma leve marca gravada pela linha editorial.

---

<sup>287</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 142-144.

<sup>288</sup> LIMA, Idéas russas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 166, ano IV, 11 maio 1918, p. 10.

<sup>289</sup> BARRETO, No ajuste de contas... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 166, 11 maio 1918, p. 11-13.

<sup>290</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto: homem e literato nos anos 20. In: In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. 407.

### 3 A REPÚBLICA DAS BRUZUNDANGAS

A revista *A.B.C.* era um veículo que possibilitava a abordagem da política mediante linguagem humorística e, portanto, constituiu-se no canal ideal para a publicação da sátira que há tempos Lima Barreto planejava. De 1911 data o primeiro texto com referências à Bruzundanga, impresso na *Gazeta da Tarde*. Lima Barreto vislumbrava ali o país como um império, regime diferente do que foi empregado nos textos do *A.B.C.*; seis anos depois, o autor optou por alterar o regime do país imaginário, tornando-o uma república, mas com um passado monárquico. Os textos d’*Os Bruzundangas* foram veiculados no *A.B.C.* de 1917 a 1919. Os doze capítulos impressos de forma seriada, em 1917, constituem 85% de toda a produção de Lima Barreto no hebdomadário naquele ano. Ainda foram publicados no semanário um capítulo em 1918 e outro em 1919; ambos saíram apenas na terceira edição da obra.<sup>291</sup>

As notas sobre a passagem do narrador pela República dos Estados Unidos das Bruzundangas compõem uma sátira ao Brasil da Primeira República e foram publicadas no espaço de que Lima Barreto dispunha no periódico. Naquelas páginas encontram-se caricaturas e alusões a algumas personagens históricas e coetâneas; estão presentes, por exemplo, Anita Garibaldi, o barão do Rio Branco, Venceslau Brás e outros políticos da Primeira República. Não são ignoradas as instituições tais como o governo, as forças armadas, a Igreja, as escolas, bem como o casamento, a justiça, a política; tão pouco vícios e costumes, como o fetiche pelo título de doutor, o nepotismo, o conluio.

Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto fez, nas palavras do crítico Alfredo Bosi, “obra satírica por excelência”.<sup>292</sup> Em sua *História concisa da literatura brasileira*, Bosi relaciona a obra com as *Cartas Persas*, informando que Lima Barreto valera-se do mesmo expediente de Montesquieu ao colocar um estrangeiro para descrever a Bruzundanga. Essa mirada simultaneamente inteligente e ingênua do estrangeiro é um dos recursos comuns à sátira; é uma das máscaras usuais que os satiristas empregam em seu intento de desmascarar a sociedade.<sup>293</sup>

Além das *Cartas persas*, o texto pode ser comparado a outra grande obra da literatura universal, as *Viagens de Gulliver*. O próprio Lima Barreto sugere essa relação ao mencionar a obra de Jonathan Swift nas crônicas bruzundanguenses. A redação do

<sup>291</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 22.

<sup>292</sup> BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 323.

<sup>293</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969. p. 123-126.

A.B.C. usou as páginas do periódico para fazer elogio às notas sobre a Bruzundanga, ao mesmo tempo em que as publicava, e apontou a semelhança com o livro irlandês. Essa talvez seja a primeira referência ao conjunto de textos que Lima Barreto publicava:

A nós os paralelos não seduzem. Entretanto se fosse necessário procurar na galeria universal dos homens de letras uma figura que com ele [Lima Barreto] se parecesse intelectualmente encontrar-se-ia, sem grandes dificuldades, a do irlandês Swift.

É a mesma sátira, é a mesma revolta disfarçando-se, amargurada, nas dobras de um sarcasmo contundente, é a mesma predileção descontente e altiva para olhar na vida o que esta tem de disforme, de cômico e de mau. E o paralelo só não é mais completo, porque as desordens da boêmia impenitente de Lima Barreto fazem-no, as vezes, desdenhar daquele aticismo literário que é o encanto maior das obras de Swift.

Não exageramos. Quem tem lido nas páginas do A.B.C. as crônicas sobre os costumes, as leis e os homens da “Bruzundanga” constata a semelhança de caráter artístico que há entre Lima Barreto e o autor das *Viagens de Gúliwer*. Infelizmente o Brasil é, como ele próprio diria, a Bruzundanga e a Bruzundanga quando produz Swifts procura aniquilá-los, como monstros perturbadores e inúteis...<sup>294</sup>

Esse é o trecho final da nota do A.B.C., na qual a redação do semanário tece elogios ao escritor. Sobre a prosa de Lima Barreto, são mencionados, por exemplo, o “humour” e as “observações amargas e irônicas”. Em determinado momento, o último livro lançado pelo autor até aquela data, *Numa e a ninfa*, é lembrado como uma “pintura forte e autêntica dos nossos costumes políticos e sociais”.<sup>295</sup> É preciso recordar que em *Numa e a ninfa*, Lima constrói um retrato do funcionamento da estrutura política do país, apresentando os políticos e as eleições.

Afrânio Peixoto, escritor de *A esfinge* (romance a clef – 1908) e *Maria Bonita* (1914), é rebaixado em comparação ao colaborador do A.B.C.:

Aquilo que o estilo harmonioso do Sr. Afrânio Peixoto, em várias tentativas literárias, não conseguiu transplantar para as suas páginas – os pitorescos costumes do Brasil – lá está no último romance do escritor irreverente de *Isaías Caminha*.<sup>296</sup>

<sup>294</sup> Um Swift brasileiro. A.B.C., Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 7.

<sup>295</sup> Um Swift brasileiro. A.B.C., Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 7.

<sup>296</sup> Um Swift brasileiro. A.B.C., Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 7.

No campo da ambientação e das personagens dentro das criações barretianas, o periódico revela:

“Clichés” magnificamente nítidos da vida carioca, onde todos nós reconhecemos os tipos preciosos da nossa pequena e pedante burguesia, com os seus ridículos ingênuos e as suas virtudes, os romances de Lima Barreto são bem, e eminentemente, brasileiros.<sup>297</sup>

Não deve ser gratuito o vínculo entre as personagens que povoam as páginas limanas e as que frequentam o *A.B.C.*, sejam como assunto, como leitores, ou até mesmo colaboradores da revista.<sup>298</sup> A intelectualidade, os políticos e os jornalistas foram retratados na ficção e foram temas da colaboração na imprensa de Lima Barreto.

A respeito do gênero do conjunto de textos, ele não seria nem epistolográfico e nem constituiria uma narrativa de viagem, a despeito da semelhança com obras desses tipos. Distingue-se do primeiro por não ser composto de cartas, e sim de notas, relatos. Quanto ao segundo, comparando-o, novamente, com as *Viagens de Gulliver*, notório exemplar de literatura de viagem, o narrador d’*Os bruzundangas* não se preocupa em descrever a ação da viagem empreendida, apesar de manter aquele tom exótico que assoma nas narrativas de viagens, contentando-se em informar ao público que o país está localizado nas proximidades da Ilha dos Lagartos (local imaginário constante na obra *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança*, de Antônio José da Silva, o Judeu),<sup>299</sup> diferentemente do narrador de Swift. Enquanto Gulliver fornece todas as coordenadas de sua trajetória nos mares, informando latitude e longitude, inclusive contando até o tempo que passa em sua casa no interregno de suas saídas, o narrador barretiano, que pouco fala de si, contenta-se apenas em relatar os usos e costumes da nação estrangeira, revolvendo as lembranças de sua infância e juventude passadas naquele país.<sup>300</sup> Desta forma, os relatos se aproximam do gênero memorialístico, já praticado pelo escritor naquele que é considerado como seu romance de estreia, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

<sup>297</sup> Um Swift brasileiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 7.

<sup>298</sup> Como já relatado em capítulo anterior, o *A.B.C.* lidava diretamente com a política e com os políticos, sendo exatamente este um dos fatores de penetração da revista em outros estados. É de interesse lembrar, ademais, que tanto Carlos Maul quanto Paulo Hasslocher entraram para a política, o primeiro antes de Lima Barreto ter qualquer relação com o periódico.

<sup>299</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

<sup>300</sup> BARRETO, O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917, p. 6.

É sabido que a sátira não se limita a uma forma literária, pois ela transita entre os diversos gêneros literários e não literários.<sup>301</sup> Ademais, a sátira, quando dominante na relação com o gênero e a forma literária empregados, não apenas se utiliza destes elementos como também os transforma, dessacralizando-os para melhor proveito do satirista.<sup>302</sup> Sendo assim, as memórias contidas nos relatos assinados pelo narrador pouco têm de confessional, sendo sobretudo analíticas. Elas tecem considerações a respeito das práticas bruzundanguenses, revelando, no máximo, e de forma indireta, as perspectivas sócio-políticas do narrador.

Por causa da forma por que foram publicadas, as notas sobre a Bruzundanga podem estabelecer relação com outro gênero literário bastante recorrente naquele período, o romance-folhetim.<sup>303</sup> Valendo-se do suporte utilizado para a publicação das notas, a revista *A.B.C.*, o escritor faz de seu narrador um repórter que semanalmente divulga informações sobre a estrutura e o povo da Bruzundanga. O caráter folhетinesco se evidencia principalmente pela forma por que as notas foram vindo a público e pelos marcadores que fazem referência aos textos anteriores, como por exemplo: “No artigo precedente [...]”;<sup>304</sup> “Já vos falei da nobreza doutoral [...]”.<sup>305</sup> Ele, o narrador, dirige-se a um público-leitor interessado pela história do país exótico. As notas aproveitam elementos do folhetim da mesma forma que a primeira narrativa barretiana de longo fôlego, *O subterrâneo do Morro do Castelo*, que veio a lume em 1905 no *Correio da Manhã* de forma anônima, e que foi recentemente recuperada pela crítica. Nesse folhetim, junto a reportagens sobre as escavações que, à época, a prefeitura do Rio de Janeiro empreendia no morro do Castelo, é mesclada uma história de amor ocorrida em

<sup>301</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 11-12 e FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O professor e o escrivão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 73.

<sup>302</sup> FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O professor e o escrivão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 74.

<sup>303</sup> Folhetim designaria na França o rodapé do jornal destinado ao entretenimento. Com o tempo, essa seção que publicava piadas, crimes, receitas (culinárias e de beleza), crítica teatral e literária, e narrativas, passa a abrigar também o romance-folhetim, que seria o romance publicado em fatias – MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: \_\_\_\_\_. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p. 109-196. Lima Barreto publicou desta forma os primeiros capítulos de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, e o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, dentre outros.

<sup>304</sup> BARRETO, A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 14.

<sup>305</sup> BARRETO, O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917, p. 6.



1709 e encontrada num manuscrito fictício.<sup>306</sup> No entanto, *Os bruzundangas* não conservam a característica de romance gótico contida na narrativa de 1905.

O narrador pouco revela de si além do fato de ter vivido parte de sua infância e juventude na Bruzundanga<sup>307</sup> e de sua estadia ter sido duradoura e proveitosa.<sup>308</sup> Para Elizabeth de Lima, as imprecisões que o narrador deixa pelo caminho seriam marcas de sua flexibilidade. Essas imprecisões ficam visíveis quando ele não revela sua trajetória ou ao dar informações imprecisas ao leitor. Ele adotaria, para a pesquisadora, um comportamento retórico e despretensioso ao mesmo tempo, voltado para conquistar o leitor e gozar de maior liberdade para transitar em meio ao caos da Bruzundanga.<sup>309</sup>

E isto torna a narrativa um pouco desigual; há poucos textos eminentemente narrativos, enquanto a maior parte é construída por meio de uma mistura mais ou menos equilibrada entre a descrição de aspectos da Bruzundanga e a narração de exemplos e anedotas.

O narrador-satírico da Bruzundanga lança mão de diversas técnicas da sátira; a redução, os criptônimos (como forma de dissimular ou ocultar um nome real, também por meio de nomes anagramáticos), os tipos (personagens comuns na sátira), a ironia, a caricatura, o grotesco, o fundo moralizante e o engenho. Se em *Numa e a ninfa*, Álvaro Marins percebeu o caráter farsesco (no que o gênero tem de logro, de engodo) da história, o mesmo pode ser encontrado em *Os bruzundangas*. Para apontar esse aspecto, Marins diferencia a face fantasiosa do Swift das *Viagens de Gulliver*, do ar farsesco de Barreto, no que se pode encontrar a contradição entre o mundo republicano ideal e o real.<sup>310</sup> Enquanto Gulliver se depara com países repletos de criaturas fantásticas, como gigantes, pequenos homens e cavalos falantes, o narrador da Bruzundanga apresenta um país comum, onde o que aberra são as práticas sociais, a forma como os bruzundanguenses pensam, agem e se organizam.

---

<sup>306</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *O subterrâneo do Morro do Castelo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999. O texto recuperado e atribuído a Lima Barreto foi publicado em volume em 1997.

<sup>307</sup> BARRETO, O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917, p. 6.

<sup>308</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

<sup>309</sup> LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: Os bruzundangas e Aventuras do doutor Bogóloff*. 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001. p. 54-55.

<sup>310</sup> MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utópos, 2004. p. 176.

As crônicas da Bruzundanga são um ótimo material para se perceber a dicção e contradição da sátira, a diplopia limana.<sup>311</sup> O narrador enfatiza que a Bruzundanga era agrária, mas não tinha agricultura; o ministro da Agricultura nada entendia dos assuntos de sua pasta; o financista não sabia de finanças; os políticos, que deveriam ter por princípio a melhoria e a felicidade dos povos, segundo menção frequente por Lima Barreto de Bossuet, visavam, na Bruzundanga, à infelicidade da população.

Mas de que tratavam as notas que o *A.B.C.* levou a público? Os assuntos abordados no *A.B.C.*, em ordem de publicação, foram: o pensamento e as ações de um financista e as finanças e economia da Bruzundanga; os bacharéis constituindo uma nova nobreza com seus privilégios e a propaganda diplomática do país; os novos ricos forjando para si títulos de nobreza para adentrar a elite triunfante; os políticos, as escolas religiosas, as irmãs de caridade e as engrenagens que ligavam todos esses elementos no sistema político; as riquezas naturais, o carvão, o café e a borracha; a educação, as universidades, o sistema educacional e sua relação com a formação da nobreza doutoral; a constituição e, novamente, a atuação dos políticos; a diplomacia e os diplomatas letrados; o presidente e as leis; o ministro da agricultura, latifúndios, trabalhadores rurais e também o casamento; os heróis do povo bruzundanguense; a sociedade, o arrivismo, a aristocracia, a cultura, a arte e o mecenato; a guerra e um exemplo da arbitrariedade de um ministro; e, por fim, os artistas e o ambiente de sua formação.

Pela variedade de temas abordados, é fácil perceber a tentativa, por parte do autor, de traçar um painel da República da Bruzundanga, um espelho com contornos acentuados da república brasileira onde a política, a economia e a sociedade são refletidas pelo viés irônico. É a tentativa de expor ao ridículo os mecanismos e as pessoas que dominavam a Primeira República, criando o tal “mosaico de quadros isolados sucessivos”, mencionado por Klaus Gerth em seu estudo da sátira.<sup>312</sup>

### 3.1 AS NOTAS

A história da edição e da definição do título é curiosa e merece ser mencionada. Serão considerados aqui tanto a pesquisa realizada nos microfilmes do *A.B.C.* quanto os

<sup>311</sup> Diplopia significa visão dupla, duplicação das imagens dos objetos. O termo foi sugerido pelo Prof. Carlos Erivany Fantinati.

<sup>312</sup> GERT, Klaus. *Satire. Praxis Deutsch*, v. 22, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr. p. 83-86.

detalhes fornecidos pelos organizadores da obra completa do escritor, no volume *Os Bruzundangas*, publicada pela editora Brasiliense em 1956.<sup>313</sup> As crônicas apareceram em 1917, no *A.B.C.*; entretanto, em 1911, parte do capítulo 21 (“Pancome, as suas ideias e o amanuense”) do livro lançado em 1922 já havia sido publicado na *Gazeta da Tarde*, sob o título “‘Uma nomeação justa’ (das Notas sobre o Império da Bruzundanga)”.<sup>314</sup>

Em 1917, o autor vendeu os direitos autorais das “notas” sobre a República das Bruzundangas para Jacinto Ribeiro dos Santos por 70 mil réis. Esse valor pode ser considerado baixo, como de fato o foi pelo jornalista Raimundo de Magalhães, em artigo publicado n’*A Tribuna*, em dezembro de 1922.<sup>315</sup> Segundo o diretor do *A.B.C.*, Paulo Hasslocher, o escritor ganhava 50 mil réis por texto enviado à redação. Somando todos os textos d’*Os Bruzundangas* que foram veiculados pelo periódico carioca se chegaria à quantia de 600 mil réis apenas em 1917, alcançando 700 mil réis com os dois capítulos publicados nos anos posteriores.

É provável que Lima Barreto tenha corrigido os erros de leitura dos tipógrafos e feito as alterações e acréscimos nas folhas do *A.B.C.*<sup>316</sup> São essas páginas, acrescidas de outros textos, talvez manuscritos, que formaram os originais de *Os Bruzundangas* enviados ao editor. Com os originais em mãos, Ribeiro dos Santos não os lançou logo em volume. A publicação ocorre após a morte de Lima Barreto, provavelmente sem que a revisão das provas da impressão fosse feita pelo autor. Lima morreu em 1º de novembro de 1922 e o livro, lançado entre esta data e o final do ano, contava com prefácio, um capítulo especial (“Os samoiedas”), os doze capítulos veiculados pelo *A.B.C.*, outros dez capítulos, sendo o último destes composto de notas soltas (breves flagrantes de cenas cotidianas da Bruzundanga sobre determinados temas, grupos e pessoas, como os literatos, os jornais, o lançamento de livros, o chefe de polícia, etc.).

Voltando ao ano de 1917, Lima Barreto escreve e publica as doze primeiras notas de janeiro a maio. Ao pesquisar as datas de elaboração dos textos pode-se perceber um possível regime de trabalho sob o qual o autor tencionava descrever a

<sup>313</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 19-22.

<sup>314</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 19, 294.

<sup>315</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 20-21.

<sup>316</sup> O autor tinha o costume de reunir seus textos publicados nos periódicos para lançá-los em volume. Para isso, recortava os jornais e revistas e fazia as correções nas páginas dos próprios periódicos. Tal atitude facilitava o serviço dos tipógrafos, já que reconhecia, Lima Barreto, que sua letra era de difícil compreensão (conforme escreve na crônica “Esta minha letra”, publicada na *Gazeta da Tarde*, de 28 de junho de 1911 – BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 293-298). Também em *Toda crônica* é possível encontrar um exemplo de correção feita com a crônica “Um ofício da A.B.S.A.” – BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica* – Lima Barreto. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 51-53.

República das Bruzundangas, produzindo um capítulo por semana, conforme a periodicidade da revista. Se essa suposição for verdadeira, logo esse esquema se estrophia; no primeiro mês, Lima Barreto escreve quatro textos nas primeiras quatro semanas, ficando apenas a quinta semana de janeiro daquele ano sem criar. Em fevereiro produz dois textos, um no começo e outro ao final do mês, e em março, o mês mais produtivo junto a janeiro, um por semana. Abril passa com apenas um capítulo criado, enquanto que, em maio, o autor encerra os relatos da nação bruzundanguense com um texto publicado na primeira semana.

Esses textos circularam do número 96, de 6 de janeiro, ao número 113, de 5 de maio. A intenção do autor não parece ter sido a de interromper ali as notas sobre a Bruzundanga. Isto fica claro, se se observar como é fechado o relato de “A sociedade da Bruzundanga”, de 5 de maio, onde o narrador menciona sua pretensão de se alongar sobre determinado assunto, no caso, “as obras de caridade e beneficência”.<sup>317</sup> Outro indício é encontrado no início da carta “fechada” endereçada ao então ministro da Agricultura do governo de Venceslau Brás, José Rufino Bezerra Cavalcanti: “Eu lhe escrevo esta carta, com muito desgosto, pois interrompo a série de impressões que vinha escrevendo sobre o país da Bruzundanga”.<sup>318</sup> Desta forma, Lima Barreto anuncia a interrupção da série. A confirmação de que acabara ali a publicação dos relatos pode ser encontrada numa anotação do *Diário Íntimo*.<sup>319</sup> Porém, tanto as “notas” sobre a Bruzundanga quanto a colaboração de Lima Barreto no *A.B.C.*, em 1917, são interrompidas após a carta fechada ao ministro.

Apesar do hiato, ao menos no que toca ao *A.B.C.*, o escritor segue com seus escritos circunstanciais em outros periódicos como *O Debate* e *D. Quixote*. Convém lembrar que o ano de 1917 é um período de altos e baixos para Lima Barreto. No primeiro semestre produz *Os Bruzundangas* e, no segundo, há a possibilidade da publicação desta obra, cujo prefácio data de 2 de setembro de 1917, e saem a segunda edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, revista e aumentada, e a primeira, em livro, de *Numa e a ninfa*. Lima Barreto também escreve o editorial para uma revista, *Marginália*, que não sai do projeto. Ao mesmo tempo em que a atividade literária e jornalística dá frutos, a publicação de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, no ano

<sup>317</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 10. O último parágrafo do texto no periódico dá lugar a outros dois na versão do livro. Portanto, o trecho acima referido só pode ser encontrado no *A.B.C.*

<sup>318</sup> BARRETO, Carta fechada – Meu maravilhoso senhor Zé Rufino. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 114, ano III, 12 maio 1917, p. 13.

<sup>319</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 188.

anterior, lhe rendia problemas financeiros, e o alcoolismo o afetava cada vez mais. Em março, o escritor ainda deve 442 mil réis pela impressão da história do Major Quaresma; em maio, passa quase o mês todo entregue à bebida; em junho, quita o empréstimo contraído no ano de 1916; e no final de agosto, passa por problemas decorrentes do uso exagerado de álcool durante todo o mês.<sup>320</sup>

Talvez a dificuldade financeira explique a venda dos direitos d’*Os Bruzundangas* por baixa quantia e a vida atribulada justifique a pausa na colaboração ao *A.B.C.*

O escritor retoma a contribuição ao hebdomadário em janeiro de 1918 e a próxima menção à Bruzundanga acontece em novembro do mesmo ano. Já a última “nota” é publicada em setembro de 1919.<sup>321</sup>

A esperança de ver saírem em livro as anotações sobre a República das Bruzundangas vai pouco a pouco esmaecendo. Em 23 de novembro de 1918, mais de um ano após a escrita do prefácio, o *A.B.C.* publica “Notícias da Bruzundanga”, onde o narrador informa, logo no primeiro parágrafo, a possibilidade de se publicar “dentro em breve” aquelas anotações.<sup>322</sup> No ano seguinte, em “A arte na Bruzundanga”, o mesmo narrador se expressa desta forma: “Quando publicar estas notas em volume que está a aparecer no editor Jacinto Ribeiro dos Santos desta cidade, meu bom amigo e camarada [...]”.<sup>323</sup> Mas em 1921, Lima Barreto, em carta a Almáquio Cirne, expõe de forma franca o descaso dos editores com seus livros, inclusive Jacinto Ribeiro dos Santos:

Há quatro anos que o Jacinto anuncia as minhas *Notas sobre a República da Bruzundanga* e não as põe para fora [...]. Infelizmente, os meus editores não têm pressa de imprimir o que lhes entrego; e, quando o fazem é a ‘trouxe-mouxe’, às pressas [...].<sup>324</sup>

Por fim, o livreiro encontrou a ocasião propícia para o lançamento da obra satírica: a morte do escritor.

<sup>320</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 187, 191, 192-193.

<sup>321</sup> Seria a última nota no *A.B.C.*, pois Lima Barreto publicara, no mesmo ano, uma n’*O Parafuso*, periódico de São Paulo, e três na *Careta*, em 1921.

<sup>322</sup> BARRETO, Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918, p. 8.

<sup>323</sup> BARRETO, A arte na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 236, ano V, 13 set. 1919, p. 9.

<sup>324</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Correspondência* – tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 203.

Quanto ao significado do brasileirismo “bruzundanga”, conjugado com a essência da obra barretiana, pode-se entender Bruzundanga como o país das trapalhadas, conforme ideia de Francisco de Assis Barbosa, biógrafo e organizador das *Obras de Lima Barreto*.<sup>325</sup> O dicionário Houaiss apresenta os seguintes significados para o vocábulo, considerado um regionalismo brasileiro e datado de 1922:

1. coisa de pouca serventia ou inútil; insignificância, ninharia; 2. amontoado de coisas inúteis ou de escassa serventia; 3. falta de ordem; confusão, barafunda; 4. linguagem confusa, difícil de entender; algaravia; 5. coisa malfeita, mal realizada; 6. garrafada de feitiçaria; mezinha.<sup>326</sup>

A última acepção aparece sob a rubrica “etnografia” e com a informação de que se trata de um regionalismo da Amazônia. “Burundanga” é outro registro apontado pelo dicionário. E este último vocábulo pode ser encontrado no dicionário de espanhol da Real Academia Española como sinônimo de “morondanga”, que teria por significados: “1. cosa inútil y de poca entidad; 2. mezcla de cosas inútiles; 3. enredo, confusión”. Deve-se observar que a primeira e a terceira acepções seriam utilizadas nas Antilhas e na Colômbia.<sup>327</sup>

Pela semelhança do signo linguístico, percebe-se que a origem do termo é controversa. Seria brasileirismo, ou regionalismo verificado na Colômbia e nas Antilhas?

No que diz respeito ao título escolhido para o livro, Barbosa o considera equivocado, acreditando que deveria ser *Notas sobre a República das Bruzundangas*, visto que, na obra, os habitantes do país são denominados “bruzundanguenses” e não “bruzundangas” como o nome que aparece na edição de Ribeiro dos Santos sugere. Ademais, o próprio autor se referia ao conjunto dos textos de forma semelhante à proposta para o título do livro por seu biógrafo.

<sup>325</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 19.

<sup>326</sup> HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0. [CD-ROM]. 2009.

<sup>327</sup> REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. [S.L.]: 2001. Disponível em <<http://www.rae.es/rae.html>>. Acesso em: 20 set. 2011.

### 3.2 A REPÚBLICA BRUZUNDANGUENSE

Os capítulos da sátira passaram por transformações durante a transição do periódico para o livro. Há correções de gralhas e má-leitura, alterações de vocábulos, reordenação de frases com subseqüentes mudanças, supressão e acréscimo de palavras, frases e parágrafos. A provável revisão do autor escoimou a obra, mas não impediu que a impressão viesse a público com deslizes. Seja por descuido de autor, revisor e editor, o livro apresenta erros, inclusive em trechos que não apresentavam problema no periódico. Serão observados apenas os câmbios ocorridos do *A.B.C.* para a primeira edição, sem mencionar o grande número de correções e pequenas mudanças com o intuito de esclarecer alguma parte do texto que teria ficado ambígua no periódico.

Um exemplo importante das mudanças é apresentado em nota referente ao criptônimo “Sune Wulfe”, na quarta edição da obra:

os criptônimos em Lima Barreto devem obedecer a um critério, cuja chave está por ser descoberta. Melhor se dirá critérios, pois a) casos há em que se trata de mera deformação gráfica, com incrustação de elementos exóticos (dos quais o mais frequente é *ben*, que em *Os Bruzundangas* está quase sempre por “de”, mais do que por qualquer noção de filiação); b) casos deverá haver como o do exemplo acima, em que “Sune” está por *sun*, inglês, por *hélios*, grego, enquanto “Wulfe” está por *wolf*, inglês, “lobo”, português – Hélio Lobo.<sup>328</sup>

Nos capítulos que apareceram no *A.B.C.*, não há nenhuma ocorrência do criptônimo que simbolizaria Hélio Lobo, mas há outros que evidenciam a influência do periódico sobre a obra ficcional. Na revista, os nomes dos figurões da sociedade da Primeira República são facilmente identificáveis. Nas correções que Lima Barreto preparou para a publicação posterior, ele tenta distanciar mais as personagens do circunstancial, tentando, possivelmente, dar à obra um caráter menos momentâneo, apartá-la do tempo presente. Alguns nomes parecem não fazer referência a nenhuma pessoa em especial, mas ainda assim o autor os altera para dar maior verossimilhança, tornando a grafia e/ou a pronúncia exóticas.

As alterações nos criptônimos são as seguintes: Felismino Carrapatoso – Felixhimino ben Karpatoso; Calmon de Longueville, Calmon de la Tour d’Auvergne, Calmon de Buillon, Turenne Calmon – Mikel de Longueville, Mikel de la Tour

<sup>328</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 295. Grifo no original.

d’Auvergne, Mikel de Bouillon (Miguel Calmon; houve uma troca, Lima Barreto passa a usar uma corruptela para o primeiro nome – de Miguel para Mikel – e não mais o sobrenome facilmente identificável); D. Engracia Manuela da Silva – D. Hengracia ben Manuela Kilva; Idle Braz de Grafofone e Cinema – Idle Bhraz de Graphphone e Cinema (Venceslau Brás Pereira Gomes); João Venâncio – João ben Venanko; doutor Bermudes – doutor Bacabáo; Dr. Camisão – Dr. Kamisão; Eduardo – Heduardo; Bernardo Costa – Volkate ben Volkate; família dos Cravos – família dos Cravhos (referente ao político e chefe oligarca Rosa e Silva); Francisco Novilho da Costa – Phrancisco Novilho ben Kosta (José Bezerra Cavalcânti); Cravo de Mattos – Cravho ben Mattos (Rosa e Silva).

Os criptônimos, principalmente os últimos, são de criação engenhosa. Note-se, que Lima Barreto tenta manter uma proximidade entre os criptônimos e os nomes que ele oculta, algumas vezes se valendo de palavras do mesmo campo semântico (Bezerra – Novilho, Rosa – Cravo), outras de nomes até certo ponto equivalentes, como José que passa a ser Francisco, sendo, ambos, nomes comuns. O de Venceslau Brás merece maiores explicações. Quando Lima Barreto lançou a 1ª edição em livro do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foi questionado sobre a ambientação da obra numa entrevista concedida ao periódico *A Época*. Na ocasião, o escritor respondeu que não conseguia sair da classe média, e completa: “Por exemplo, eu desejava fazer um livro em que entrasse um presidente da República, como o Senhor Venceslau Brás, que tem uma sala de cinematógrafo e um gramofone em palácio”.<sup>329</sup> Isso foi em 1916; em janeiro do ano seguinte o escritor remete a Venceslau Brás sob o criptônimo de Idle Braz Grafofone e Cinema. Os dois últimos nomes são óbvios, já o primeiro talvez tenha relação com a palavra inglesa homônima, cujo significado pode ser preguiçoso, ocioso.

No plano do discurso, qual seria a pretensão do narrador com sua série de escritos a respeito da Bruzundanga e de suas províncias? No prefácio, ele parte de uma afirmação do livro *A arte de furta* (“Como os maiores ladrões são os que tem por ofício livrar-nos de outros ladrões”) para informar que “A ‘Bruzundanga’ fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, [...] livrar-nos dos outros, naturalmente menores”.<sup>330</sup> O narrador, na sequência, mostra um exemplo de como funcionaria essa dinâmica:

<sup>329</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 183.

<sup>330</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 27.



Bem precisados estávamos nós disto quando temos aqui ministros de Estado que são simples caixeiros de venda, a roubar-nos muito modestamente no peso da carne seca, enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente, no seu ofício de ministro, de encarecerem o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros. Lá, chama-se a isto de prover necessidades públicas; aqui, não sei que nome teria...<sup>331</sup>

Desta forma, a Bruzundanga serviria para redimir os males brasileiros, já que a proporção de suas mazelas é catastrófica. E aqui já reside a primeira ironia, visto que a matriz de ambos é a mesma. Esse prefácio tem o intuito de justificar a obra, de reuni-la num mote comum, e foi escrito depois de todas as crônicas da *Bruzundanga* de 1917 terem sido publicadas no *A.B.C.* É após quase quatro meses da publicação do último texto que Lima Barreto assina o prefácio, em 2 de setembro.

Apesar desse ideal perseguido pelo satirista, por vezes ele acaba traindo sua postura de abrandar, ainda que sob uma chave irônica, os vícios brasileiros. Chega a desejar que o Brasil tome conhecimento dos exemplos bruzundanguenses e se estropeie de vez. É o que acontece quando o narrador informa sua intenção de traçar o perfil de um presidente da Bruzundanga:

O que pretendo, agora, nestas linhas, é fornecer aos leitores o tipo de um presidente da curiosa República, infelizmente tão mal conhecida entre nós – cousa de lastimar, pois ela nos podia fornecer modelos que nos levassem de vez a completo desastre. *Il faut finir, pour recommencer...*<sup>332</sup>

É importante registrar o trecho final, em francês, pois ele apresenta certa consonância com a perspectiva do escritor Lima Barreto e sua vontade de exterminar aquela República.

O narrador começa seus ataques pela economia. Os leitores do *A.B.C.* são apresentados à Bruzundanga sem muita cerimônia, no primeiro número da revista em 1917. O narrador de pronto já introduz a estrutura da administração do país, que, de forma análoga ao Brasil, é dividida em três poderes – o executivo, o legislativo e o judiciário. Daí o narrador-satirista já parte para o tema desta primeira nota, também

<sup>331</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 27.

<sup>332</sup> BARRETO, Um Manda Chuva. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917, p. 15. Grifo no original.

classificada como “conto exótico”, a economia.<sup>333</sup> “Um grande financista” foi escrito no dia 1º de janeiro e publicado no nº 96 do *A.B.C.*<sup>334</sup>

A Bruzundanga não possuía estabilidade financeira e econômica, vivia aos solavancos, explorando sua riqueza única, que se alterava de cinquenta em cinquenta anos. Era em meio a esse cenário que surgiam parlamentares versados em finanças, com soluções mágicas para as crises que teimavam em assolar o país. Esse é o caso de Felismino Carrapatoso, um deputado da Bruzundanga, a primeira figura a travar contato com o público.

Já são conhecidos os ataques de Lima Barreto contra a frágil postura econômica adotada pelos políticos da Primeira República. Não é outra coisa o que ele faz neste texto. O período foi marcado pela instabilidade econômica. Pipocavam aqui e ali artigos mencionando a precária situação financeira do país.<sup>335</sup> E o narrador tenta carregar nas tintas para mostrar o ridículo da situação.

Voltando ao deputado, o narrador assim o apresenta: “Naquele ano, isto há dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras cousas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado”.<sup>336</sup> O narrador emparelha a ciência econômica a algo oculto, mágico, podendo significar ou algo místico, fugindo assim da classificação de ciência, ou charlatanismo.

Carrapatoso não tinha, em sua área de atuação, influência de um nome reconhecido, como era o caso de Pierre Paul Leroy-Beaulieu (1843-1916), economista francês. Mas seu pensamento era iluminado por personalidades como “o russo Ladislau Poniatwsky, o australiano Gordon O’Neill, o chinês Ma-Fi-Fu, o americano William Farthing, e, sobretudo, o doutor Caracoles y Mientras, da Universidade de Caracas, capital da Venezuela”.<sup>337</sup> Havia proximidade entre Felismino e o financista venezuelano, pois o último derivava sua autoridade na área das sucessivas bancarrotas

<sup>333</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7.

<sup>334</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7-8.

<sup>335</sup> Um exemplo, presente nesse mesmo número do *A.B.C.*, é o artigo “Billets d’allée et retour...”, que analisa a opinião de dois políticos frente à crise econômica brasileira: o texto ironiza Leopoldo Bulhões (ex-ministro da fazenda) por, junto com os revisionistas mineiros, acreditar que a superação da crise financeira passava pela alteração da Constituição. Ao passo que Soares dos Santos (senador gaúcho) é elogiado por acreditar que não fora a lei quem causara a crise e sim a má administração. “Billets d’allée et retour... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 11.

<sup>336</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7.

<sup>337</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7. A relação de nomes elencadas por Lima Barreto é curiosa. O escritor mescla nomes reais com outros cuja única finalidade aparente é gerar um efeito cômico.

do país, assim como a Bruzundanga. Depois de suas leituras, é hora de delinear sua aparência. E aqui a caricatura se completa, com a aparência física somando-se à sua “erudição sólida e própria em matéria de finanças”:

O físico do deputado era dos mais simpáticos. Tinha um ar de Gil-Blas de Santillana, em certas ilustrações do romance de Le Sage, com as suas barbas negras, cerradas, longas e sedosas, muito cuidadas e aparadas à tesoura diariamente. A tez era de um moreno espanhol; os cabelos, abundantes e de azeviche; os olhos, negros e brilhantes; e não largava a piteira de âmbar, com guarnições de ouro, onde fumegava sempre um charuto caro.<sup>338</sup>

A piteira, cheia de detalhes, tem sua importância no acabamento da imagem e do caráter de Felismino Carrapatoso. Pode ser representativo da ostentação, que é característica marcante na elite bruzundanguense.

As propostas de Carrapatoso na Câmara, apesar de virem acompanhadas da retórica fácil do deputado, geravam resultados. Mas como a burocracia emperrava as ações naquela república, os efeitos acabavam sendo anulados. É importante citar o exemplo empregado pelo satirista para mostrar como a engrenagem daquele sistema emperrava:

No orçamento do ano seguinte, ainda como relator da receita, ele dizia: “É missão dos governos modernos, em países de fraca iniciativa individual (o nosso o é), fomentar o aparecimento de riquezas novas, no dizer de Gordon O’Neill. A província das Jazidas,<sup>339</sup> segundo um sábio professor francês,<sup>340</sup> é um coração de ouro sob um peito de ferro. O pico de Itabira, etc.” E lembrava à Câmara que indicasse medidas práticas para o aproveitamento do ouro e do ferro da província das Jazidas. A Câmara e o Senado ouviram-no e votaram algumas centenas de contos para uma comissão que estudasse o meio prático de aproveitar o ferro da rica província central. A comissão foi nomeada, montaram o escritório de pesquisa na capital, em lugar semelhante ao Largo da Carioca, e o pico de Itabira ficou intacto.<sup>341</sup>

<sup>338</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7.

<sup>339</sup> A República da Bruzundanga tinha seu território dividido por províncias. A província das Jazidas representaria, na sátira barretiana, o estado de Minas Gerais.

<sup>340</sup> Refere-se o autor à frase do geólogo francês Claude-Henri Gorceix (1842-1919), que implantou a Escola de Minas de Ouro Preto.

<sup>341</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7.

Desta forma, o máximo a que se chegava era a estudos a respeito do que poderia ser feito, mas a prática não acontecia. O descaso com o dinheiro público não será mostrado apenas nesse episódio da Bruzundanga.

Com sua fama em ascensão e após retornar da Europa, mais sábio e elegante, passa a frequentar a seção mundana dos jornais. Rivaliza em elegância com um figurão da Bruzundanga, Calmon de Longueville (também Calmon de la Tour d’Auvergne, Calmon de Bouillon e Turenne Calmon).<sup>342</sup> É visto como o parlamentar “mais *chic*” do Congresso e elogiado na seção elegante “De Cócoras”, do *Diário Mercantil*, jornal da capital bruzundanguense. Fica evidente a invectiva às crônicas mundanas que estampavam as páginas dos jornais brasileiros. Toda a pompa e seriedade características dessa seção aparecem debaixo da rubrica caricata.

Mas esse tipo de jornalismo não funcionava sem interesses escusos na sociedade bruzundanguense. Boatos contavam que Carrapatoso seria indicado para ministro da Fazenda e o jornalista já vislumbrava recompensa futura.

Calmon, com toda sua prosápia e inveja, também é vítima de caricatura do satírico:

Calmon de Bouillon é que ficou aborrecido com a cousa [a possível indicação de Carrapatoso para o ministério]; mas como tinha certeza de sair, pelo menos, vice-presidente da Bruzundanga, abafou o azedume, encerrou bem os bigodes e continuou a pisar os passeios das ruas centrais da capital, com uma estudada solenidade – lento, ereto como um soba africano que tivesse envergado um fardão de oficial de marinha e se coberto com o respectivo chapéu armado, encontrados nos salvados de um naufrágio, em uma praia deserta. Via-se bem que Turenne Calmon era daqueles que se satisfazem em ser o segundo em Roma, e que segundo!<sup>343</sup>

Os boatos a respeito da indicação de Felismino se mostram infundados. Idle Braz de Grafofone e Cinema, o novo presidente não o chama para a equipe de ministros. Mas, persistindo o problema financeiro do país, e levando em conta todo o “sólido”

<sup>342</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935) – Engenheiro e político baiano, foi companheiro de Politécnica de Lima Barreto. As referências do escritor carioca ao ex-colega, nada lisonjeiras, como se pode verificar nesse texto da Bruzundanga, podem ser encontradas em duas crônicas do *A.B.C.*: “O ideal do *Bel-Ami*”, de novembro de 1916, e “Mais uma”, publicada no mesmo dia que “Um ministro da agricultura” – em março de 1917. Importante frisar que quem fez a associação de Calmon com o visconde de Turenne, Henri de la Tour d’Auvergne-Bouillon, foi o jornalista italiano Mário Cataruzza, segundo Lima Barreto – BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica* – Lima Barreto. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 263-265.

<sup>343</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 7.

conhecimento financeiro de Felismino Carrapatoso, Idle Braz pede ao deputado que arrume um jeito de aumentar a receita.

A solução de Carrapatoso é triplicar ou duplicar a taxa sobre gêneros de primeira necessidade, vestuário, fósforo, querosene e etc. Criava imposto de 50% sobre passagens de trem, bonde e barca. E isentava artigos de luxo. Na Câmara, muitos deputados se opuseram ao projeto:

Um [deputado] objetou:

- Vossa Excelência quer matar de fome o povo da Bruzundanga.
- Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente.

[...]

Um outro refletiu:

- Vossa Excelência vai impedir o movimento de passageiros dentro da cidade e dentro do país.
- Será um benefício. O barateamento das passagens só traz a desmoralização da família. Com as passagens caras, diminuirão os passeios, os bailes, as festas, as visitas, os piqueniques, conseqüentemente os encontros de namorados, a procura de casas suspeitas, etc, de forma que os adultérios e as seduçõs sensivelmente hão de ser mais raros.<sup>344</sup>

Aos apelos dos companheiros de Câmara, Carrapatoso rebatia com argumentos estapafúrdios, mas foi acalmando pouco a pouco as inquietações dos seus pares. Por fim, o orçamento passou pela Câmara. O ministério passou por uma crise e Carrapatoso assumiu a pasta.

Ao final, devido a enorme quantidade de contrabando que o ministro teve de analisar, Carrapatoso ficou louco e mandou executar todos os detidos por aquele crime.

Além do título do capítulo, que é alterado para “Um grande financeiro”, e dos criptônimos, o primeiro capítulo apresenta correções de erros tipográficos, alterações de vocábulos, acréscimo de elementos na lista de produtos que o financista Felismino Carrapatoso vendia em sua tenda de produtos naturais e supressão do adjetivo “falstaffiano”,<sup>345</sup> que qualificava o jornalista responsável pela seção “De cócoras”, uma versão bruzundanguense da seção elegante “Binóculo”, do jornalista Figueiredo Pimentel.

<sup>344</sup> BARRETO, Um grande financista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917, p. 8.

<sup>345</sup> Derivação de Falstaff, personagem recorrente nas obras de William Shakespeare, conhecido por ser fanfarrão e boêmio.

Na sequência, o *A.B.C.* publica os dois artigos sobre a nobreza da Bruzundanga, em 20 de janeiro de 1917. Instigado por um leitor que não encontrara informações sobre a Bruzundanga em obras de Geografia, o narrador inicia “A nobreza da Bruzundanga” tratando dos livros de propaganda do país feitos para divulgação no estrangeiro. Esses livros, que geravam riqueza e fama para alguns (impressores e editores, por exemplo), não eram encontrados em livrarias e sebos. Não geravam lucros aos comerciantes, pois ninguém os comprava, visto que eram inflados de orgulho e sem honestidade informativa. Os livros de propaganda podiam ser encontrados, aos pedaços, em açougues, mercearias, etc.

Ao entrar no tópico do texto, o narrador divide a nobreza da Bruzundanga em dois tipos: a “nobreza doutoral” e a que ele chama de “palpite” (que é tratada no capítulo seguinte). Primeiro estabelece-se a relação dessa nobreza com os costumes e, em seguida, com as leis, mostrando o prestígio que cerca os bacharéis e os privilégios que a justiça da Bruzundanga lhes concede.

São as escolas superiores que dão acesso a essa elite. Segundo o narrador:

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda.<sup>346</sup>

Além de mostrar o respeito que o povo devota aos portadores de diploma, o narrador também dessacraliza o “pergaminho”. Duas metáforas se misturam aqui para tentar mostrar as duas visões dessa relação entre o diplomado e o sem diploma; na primeira frase do excerto, o cidadão se “arma de um título”, resgatando a ideia da nobreza, do ato de ser armado cavaleiro e de todo o ritual e seu significado; da segunda frase em diante aparece a visão inferior da relação, que olha com a mesma devoção e põe em pé de igualdade o bacharel e o sacerdote. E o narrador para marcar de modo mais profundo a separação entre os “doutores” e o povo, vale-se da palavra brâmane ao se referir aos primeiros. Brâmanes seriam os membros hereditários da casta sacerdotal, o topo da pirâmide social indiana.

<sup>346</sup> BARRETO, A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 17.

É difícil ultrapassar essa verdadeira barreira que separa as duas classes: “A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la”.<sup>347</sup>

Apesar dessa dificuldade em se formar, o satirista afirma que os cursos são “medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem armados cavaleiros”.<sup>348</sup> Portanto, os desafios eram quase nulos para se adquirir o tal pergaminho, segundo o narrador, visto que a vigília representava o desafio menos perigoso para o cavaleiro.

O título de doutor garante, na Bruzundanga, até mesmo o matrimônio; o diploma constituía um requisito para o casamento com moças ricas, e as pobres, quando conseguiam se casar com um bacharel, eram motivo de orgulho para a família.

Se nos costumes esses são os benefícios que cercam os doutores, quanto às leis, o narrador confirma que o nobre doutor goza de prisão especial e consegue burlar a constituição acumulando remuneração, o que era proibido pela constituição bruzundanguense.

Organiza ainda, o narrador, um quadro sintético da nobreza doutoral: médicos, advogados e engenheiros ocupam o topo dessa classe, os demais não detêm o mesmo prestígio; normalistas e bacharéis em letras são considerados falsa nobreza.

“A nobreza da Bruzundanga” e o texto seguinte, “A outra nobreza da Bruzundanga”, saíram em ordem invertida na revista. Inclusive, no segundo relato, o narrador faz menção ao texto que deveria ter saído antes: “No artigo precedente, dei rápidas e curtas indicações sobre a primeira espécie da nobiliarquia da República da Bruzundanga”.<sup>349</sup> Esse equívoco é corrigido no livro. No segundo capítulo, escrito em 7 de janeiro, ocorrem diversas correções e alterações, dentre as quais, é importante mencionar: alteração de vocábulo, com vistas a abrandar o discurso (opala vagabunda – opala vulgar); e a inclusão de mais um exemplo da prosápia da nobreza. Um amanuense dos Correios da província dos Côcos pediu, e foi atendido, que se fizesse constar em seus assentamentos seu título de doutor em medicina. O narrador condena o fato: “Um

---

<sup>347</sup> BARRETO, A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 17.

<sup>348</sup> BARRETO, A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 17.

<sup>349</sup> BARRETO, A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 17-18; BARRETO, A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 14.

amanuense que se quer recomendar por ser médico, é fato que só se vê no interessante país da Bruzundanga”.<sup>350</sup>

A outra nobreza, denominada de “palpite”, é formada por pessoas que não possuem nenhuma ascendência nobre, e que improvisam, ou forjam, títulos nobiliárquicos. Diferente da anterior, ela “não tem base em cousa alguma”.<sup>351</sup> Dois exemplos ilustram bem essa espécie de nobre: o primeiro é a história de um homem comum que após enriquecer por meio de especulações acha seu nome vulgar e o altera para algo mais nobre. Posteriormente, o novo rico visita a Europa e decide se tornar príncipe, já que havia tantos pelo velho continente. Arruma, pois, um ascendente nobre. O “ex-novo rico” passa a fazer parte da nobreza. Nesse episódio, é significativo que a sensatez saia da boca de um dos antigos servidores de seus verdadeiros pais, um velho pobre e com linguajar caipira, ou “do povo”, que questiona como aquele homem comum poderia ser príncipe se não descendia de nenhum imperador. O segundo caso conta a história de outro rapaz com algumas posses (fruto de intenso trabalho de seu pai) que também viaja à Europa e lá se faz marquês ao comprar o título nobiliárquico por vinte francos.

O povo não olha para essa nobreza com a mesma seriedade com que mira os doutores. Alguns acumulam as duas nobrezas, sendo “condes ou duques e doutores”. São conhecidos por dois nomes e neste ponto, o narrador os aproxima dos “malfeitores e outros conhecidos da polícia”. Significativa aproximação do narrador.

São essas duas nobrezas que comandam a camada social da Bruzundanga. Uma se ampara apenas no nome, que adquire de forma obscura, e a outra no poder do pergaminho que lhe concede benefícios e facilita-lhe o caminho, passando, inclusive, por cima de leis.

“A outra nobreza da Bruzundanga” foi escrito em 15 de janeiro, e dentre as mudanças, destaca-se a alteração com vistas a adaptar o texto – na imprensa periódica, o narrador altera o indicador temporal: “Hoje vou falar [...]”, passa a ser “Agora vou falar [...]” –, e a melhoria, ou correção, da adaptação da fala popular – no *A.B.C.*: “Vancê não pode *ser* príncipe. Vancê não é fio de imperadô, *como é?*”, passa a “Vancê não pode *sê* príncipe. Vancê não é fio de imperadô, *cumo é?*”.

<sup>350</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima Barreto. *Os bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1922. p. 45.

<sup>351</sup> BARRETO, A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 14



E já que as escolas têm parte fundamental na formação dessa nobreza que atola de medíocres a administração da Bruzundanga, convém saltar a ordem dos textos, e partir ao sexto relato do narrador, cuja publicação ocorre em princípios de março de 1917 e traz o ensino como tema.<sup>352</sup>

As escolas na Bruzundanga são de diversas espécies, todas equivalentes: há as livres, mantidas por particulares, e há as oficiais, cuja responsabilidade cabe ao governo central ou aos governos locais. O maior medo dos rapazes da Bruzundanga não está relacionado com as dificuldades dos cursos e sim com os exames preliminares. Os poderosos conseguem colocar, nas bancas destes exames, pessoas de sua confiança, facilitando, por este meio, a entrada de seus filhos. “Passando assim pelo que nós chamamos de preparatórios, os futuros diretores da República dos Estados Unidos da Bruzundanga acabam os cursos mais ignorantes e presunçosos do que quando para lá entraram”<sup>353</sup> – comenta o narrador.

Os menos poderosos fazem uso de um truque que consiste em descobrir o grau de dificuldade dos exames em diversos locais, inscrever-se nos mais fáceis e ir com as certidões de aprovação destes lugares para as escolas mais famosas. E esta gente repete o processo durante o curso, com as matérias cursadas.

É fácil perceber que a aristocracia bruzundanguense se vale de todos os meios possíveis para facilitar sua admissão e progressão nas faculdades, sem querer encarar as dificuldades do trabalho intelectual.

Os lentes das escolas da Bruzundanga possuem relação com os “potentados locais” e dificilmente reprovam os filhos de seus amigos. É desta forma que surge e se solidifica a nobreza doutoral.<sup>354</sup>

Por ter vivido no país, o narrador possui demasiado interesse na Bruzundanga. Partindo desse interesse, ele traça um plano para melhorar o ensino naquele Estado: o diploma seria extinto por lei, acabando com todos seus privilégios, e seria livre o exercício de todas as profissões; as faculdades e escolas seriam, igualmente, extintas; o ensino seriado seria substituído pelo ensino isolado de matérias administradas pelos mesmos lentes “com os seus preparadores e laboratórios”; os alunos escolheriam as cadeiras de acordo com a profissão que quisessem exercer, evitando as disciplinas julgadas inúteis.

---

<sup>352</sup> BARRETO, O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917, p. 6.

<sup>353</sup> BARRETO, O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917, p. 6.

<sup>354</sup> No livro ocorre a substituição da expressão “potentados locais” por algo mais direto: “potentados financeiros e industriais do país”.

Para o satirista, o mérito seria a melhor resposta para a realidade bruzundanguense que se arvora nos títulos bacharelescos e ignora a competência:

Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, mais segurança nas profissões que forem exercer, com a força que vem da concorrência entre homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem.<sup>355</sup>

Neste capítulo, escrito em 28 de fevereiro, verifica-se uma tentativa de se propor uma solução ao sistema educacional da Primeira República, ou, de pelo menos debater os caminhos da educação. A sátira já funcionava como meio para se questionar o estabelecido, para se colocar em debate. É óbvio que, com suas armas, o satirista despeja um arsenal de ataques no argumento oposto, mas não deixa de dar a sua contribuição.

No texto do livro, há diversas alterações, em sua maioria são correções de frases, pequenas alterações, alguns acréscimos com vistas a dar maior clareza, como quando o narrador menciona os potentados locais no periódico, o que é alterado para “potentados financeiros e industriais do país”.

Voltando à sequência em que os textos foram veiculados, no final do mês de janeiro de 1917 sai “A política e os políticos da Bruzundanga”,<sup>356</sup> onde mais uma vez o narrador lembra que o país vive de expedientes, e rapidamente passa de uma situação de certo bem estar para outra de privações, em que alguns poucos enriquecem. “É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes”.<sup>357</sup>

O texto escrito em 21 de janeiro mostra que a separação entre os políticos e o povo é enorme; aqueles, segundo o narrador, não entendem os anseios da nação. Uma característica da política da Bruzundanga é a de convocar por meio de publicações “mentirosas” um grande número de estrangeiros necessitados, ainda que o país seja

---

<sup>355</sup> BARRETO, O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917, p. 6.

<sup>356</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

<sup>357</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

populoso. Além de superpovoar as áreas, de fato, ocupadas, essa medida aumenta o mal estar no país.<sup>358</sup>

A respeito da índole dos políticos daquelas terras, o satirista conta o caso de um homem, figura conhecida nos jornais, que casou rico e se tornou católico praticante. Esse mesmo homem fora, na juventude, adepto do positivismo, como afiança o narrador. Fugiu do positivismo, tornou-se político e católico. Para alcançar seus objetivos, então ele contava com o apoio das instituições católicas, incluindo as irmãs de caridade. São políticos como esse que preenchem a vida pública daquele país. Filosofias e princípios políticos valem pouco naquele lugar onde as aparências contam mais. Ali são os interesses pessoais que movem a política, não os anseios do grupo, como parece querer o narrador.

E naquela dinâmica sócio-política, as irmãs de caridade, segundo o visitante da Bruzundanga, são ótimos partidos. Porém, os figurões cortejam apenas as de maior visibilidade e possibilidade de agregar forças, as diretoras de colégios de meninas ricas. Essas escolas mantêm contato com suas ex-alunas, por vários meios, e assim conseguem o apoio destas e de seus maridos, também figuras de proa do país. “De tal forma fazem isso que constituem uma espécie de maçonaria a influir no espírito dos homens através das mulheres que eles esposam”.<sup>359</sup>

O narrador diz não ter sido gratuita a menção às irmãs, pois os políticos “são em geral casados com moças educadas pelas religiosas e estas fazem a política do país”.<sup>360</sup> Eles, os políticos, com o forte apoio que recebem dos religiosos, por causa de suas relações, tratam de “enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e colaterais”.<sup>361</sup> Seus familiares costumam ocupar cargos públicos e receber pensões do governo.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos

<sup>358</sup> O satírico revisita o termo abordado ligeiramente em “A nobreza da Bruzundanga”.

<sup>359</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

<sup>360</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

<sup>361</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres.<sup>362</sup>

Essa descrição detalhada do contraste entre a terra, a população do campo e os políticos e sua sociabilidade, que o narrador opera no texto, constitui perspectiva brutal e desoladora da política local. Essa evocação de imagens torna oportuna a censura do narrador à atuação política na Bruzundanga: “Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes”.<sup>363</sup>

Aqui, há alguns acréscimos interessantes. Após a segunda citação de Bossuet, ao final do capítulo, adicionou-se o parágrafo: “A Águia de Meaux, creio eu, não afirmou isso somente para a edificação de algumas beatas...”. E quando o narrador menciona o político que se fez católico por interesse, evoca a conversão de Paulo de Tarso com a adição do seguinte parágrafo: “Encontrou o caminho de Damasco que é ainda uma cidade opulenta”.

O narrador-satirista, como já revelara, flui entre o humor e a agressividade em seus textos:

Os costumes daquele longínquo país são assim interessantes e dignos de acurado estudo. Eles têm uma curiosa mistura de ingenuidade infantil e idiotice senil. Certas vezes, como que merecem invectivas de profeta judaico; mas quase sempre, o riso bonanchão de Rabelais.<sup>364</sup>

É essa mescla de invectiva e riso que marca o tom das notas sobre a Bruzundanga. E neste ritmo são apresentadas as riquezas do país, em texto escrito no dia 27 de janeiro, e intitulado “As riquezas da Bruzundanga”.<sup>365</sup>

O narrador começa o capítulo citando o sábio Bernardo Costa<sup>366</sup> a respeito das riquezas naturais da Bruzundanga. O tom ufanista do discurso do “sábio” é logo

<sup>362</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16.

<sup>363</sup> BARRETO, A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917, p. 16. A frase do Bossuet é uma das citações recorrentes de Lima Barreto. Ela vai aparecer novamente, no próprio *A.B.C.*, em “A política republicana”.

<sup>364</sup> BARRETO, A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917, p. 14.

<sup>365</sup> BARRETO, As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917, p. 12.

<sup>366</sup> No livro de 1922, *Volkate ben Volkate*.

problematizado. A negação da atitude ufanista é iniciada a partir da conjunção adversativa que começa a demolir discurso do sábio: “Entretanto, quem examinar com calma esse ditirambo e o confrontar com a realidade dos fatos há de achar estranho tanto entusiasmo”.<sup>367</sup>

A contradição é o que embala o texto da análise de algumas das riquezas, a começar pelo carvão nacional. O que se extrai nas regiões da Bruzundanga não é utilizado no país; para isso importam o carvão inglês. Se perguntados aos sábios dali, eles escrevem relatórios grossos que estudam e não explicam o problema, de forma bem burocrática. A população sabe que o carvão de pedra não deve ser utilizado na fornalha, mas “pode ser aproveitado como material de construção”.<sup>368</sup>

Os habitantes da Bruzundanga acreditam que o ouro é abundante no território pátrio, mas ninguém nunca o viu. Já o café é, ao mesmo tempo, uma riqueza e uma pobreza ao país. Pois, para valorizar o produto, o Estado toma diversos empréstimos ao estrangeiro, endividando o país, mas auxiliando os produtores, que, por sinal, têm estreitas relações com o governo. “O café, ou antes a cultura do café, é a base da oligarquia política que domina a nação”.<sup>369</sup> O narrador desnuda aos interessados na Bruzundanga o movimento cíclico da valorização do café. Os proprietários dos latifúndios, onde se cultiva o café, vivem luxuosamente nas cidades. Quando sentem que o café não está rendendo o bastante, pressionam o governo para que faça um empréstimo visando à valorização do café. O país paga os juros. Esta estrutura é cíclica, repete-se toda vez que os fazendeiros do café sentem que o produto está desvalorizado. Além de trazer prejuízo financeiro para o país, o café também esgota o solo, sendo prejudicial à terra.<sup>370</sup>

Após a longa explanação acerca do café, o narrador escreve sobre a borracha, nativa e abundante. Como as regiões em que ocorre a extração do látex são “alagadiças” ou “doentias e enfestadas de febres e outras endemias” ocorrem muitas mortes, sendo, portanto, cara a extração da borracha. Os ingleses, sempre segundo o narrador, adquiriram sementes e plantaram árvores da borracha em suas colônias, em ambientes menos nocivos à saúde. Enquanto a plantação inglesa não vingava, na Bruzundanga, as

<sup>367</sup> BARRETO, As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917, p. 12.

<sup>368</sup> BARRETO, As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917, p. 12.

<sup>369</sup> BARRETO, As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917, p. 12. Aqui se pode ler uma referência à oligarquia paulista.

<sup>370</sup> No livro, o autor aprofunda mais a sua explicação sobre o prejuízo causado pelo cultivo do café. Em 1906, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estabelecem as bases para uma política de valorização do café.

exportações geraram enorme riqueza para a região dos seringais. Por lá se ergueram edifícios suntuosos. Mas quando surgiu a borracha dos ingleses, a Bruzundanga perdeu a concorrência, devido às altas taxas, e “a riqueza fez-se pobreza...”.<sup>371</sup>

A este capítulo, escrito em 6 de fevereiro, são acrescentados comentários a respeito da valorização do café, um parágrafo com críticas aos economistas, e uma frase irônica ao trecho em que menciona a província dos Rios: “O El-dorado...”.

Em 10 de março estampa-se nas páginas do *A.B.C.* “A constituição da Bruzundanga”, relato que conta a promulgação da última constituição local, escrito em 5 de março.<sup>372</sup> No livro, o capítulo tem parte de seu nome suprimido; passa a ser “A constituição”. O narrador conta aos leitores sobre a ocasião em que os políticos do país se reuniram para criar uma nova constituição. Todo o tipo de político se reuniu na Constituinte, não sem antes participarem de um banquete pantagruélico.

Todos os políticos, cercados de dúvidas, compartilhavam apenas a indecisão de qual Constituição iriam copiar.<sup>373</sup> Foi escolhida uma comissão de vinte e um membros para redigi-la, e, dentre esses, três relatores: Felício, Gracindo e Pelino.

Os três foram moldar a nova “Magna Carta”. Enquanto Pelino pretendia copiar a Constituição do país dos Houyhnhnm, Felício queria imitar a de Liliput. Por fim, chega-se a um consenso de qual constituição deveriam imitar, a de Brobdingnag.<sup>374</sup> No entanto, antes de ser aprovada, houve diversas modificações que trataram de distanciar a constituição da Bruzundanga da do país dos gigantes.

O narrador passa a citar exemplos da constituição: disposições para que se exerça o cargo de ministro; sobre a função dos deputados; não acumulação de cargos públicos; liberdade de profissão; a exceção destinada à “situação” e seus parentes e amigos quando algum artigo da Constituição ferir seus interesses.

Sobre deputados e governadores:

<sup>371</sup> BARRETO, As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917, p. 12.

<sup>372</sup> BARRETO, A constituição da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917, p. 12.

<sup>373</sup> Provável referência à ideia de que a Constituição brasileira de 1891 era quase uma cópia da estadunidense.

<sup>374</sup> Todos esses territórios estão presentes nas *Viagens de Gulliver*. O país dos Houyhnhnm é habitado por cavalos extremamente organizados e avançados, que possuem um senso de justiça incomum. Seres humanos selvagens, corrompidos e sem juízo algum, os yahoos, servem aos cavalos. Liliput é a terra de pequenos homenzinhos dominados pelo orgulho. Já Brobdingnag é a terra dos gigantes, seres sensatos. Hodgart afirma que Brobdingnag seria em grande parte uma utopia política – HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 68.

Os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquelas dos governadores das províncias que os elegiam. As províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade.<sup>375</sup>

Quando trata da elasticidade da Constituição e menciona a liberdade de que gozavam os governadores, desde que estivessem de acordo com o presidente, o narrador expõe os contornos finais, se adicionarmos o que já falara sobre a relação dos deputados com os governadores, do que se convencionou chamar a “política dos governadores”, encetada por Campos Sales, quando este foi presidente. Assim, o narrador apresenta, na Bruzundanga, as práticas políticas brasileiras.

Se alguém se sentisse prejudicado com essa política e procurasse a Justiça, que se chama Chicana, na Bruzundanga, esta determinaria de acordo com o artigo que beneficiava a situação.

A respeito da Justiça-Chicana, convém destacar que o termo pode significar: dificuldade criada, no curso de um processo judicial, pela apresentação de um argumento com base num detalhe ou num ponto irrelevante; abuso dos recursos, sutilezas e formalidades da justiça; contestação feita de má-fé; manobra capciosa, trapaça, tramoia. Logo, é de se imaginar de que forma funcionava a justiça bruzundanguense.

E os requisitos para o cargo de presidente, manda-chuva, fecham com chave de ouro o texto, pelo ridículo: “Estabelecia que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha alguma inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total”.<sup>376</sup>

No livro, o texto passa por mais alterações. É publicado após a crônica da semana seguinte e além de correções, há a troca do adjetivo que qualifica o regime anterior da Bruzundanga (de “velho regime” passa a “antigo regime”, retirando a possível carga negativa), adição de adjetivo para caracterizar a República (“novo”, dando o caráter de coisa moderna, bem ao gosto da sociedade da época) e a mudança no nome do estado que representava São Paulo (de “Estado das Tâmaras” passa a “Estado do Kaphet”).

---

<sup>375</sup> BARRETO, A constituição da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917, p. 12.

<sup>376</sup> BARRETO, A constituição da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917, p. 12

Já em 17 de março, o narrador descreve outro setor da política bruzundanguense, o da política externa, em “A diplomacia da Bruzundanga”, escrito no dia 11 do mesmo mês.<sup>377</sup> Ele informa, dentre outras coisas, como funciona o espírito dos diplomatas da Bruzundanga, o que os leva a buscar os cargos que ocupam e a prosápia com que voltam ao país. Composto, os pretendentes a cargos diplomáticos, a nobreza doutoral, todos querem viver no estrangeiro, não importando o país. Aprendem o ofício nas ruas e reuniões da capital da Bruzundanga.

Além da vaidade, eles devem possuir títulos literários. A forma pela qual adquirem esses títulos tão pouco importa. Uns publicam artigos; outros livros enfadonhos, com elogios encomendados; e há os que, já empregados, copiam ofícios, intitulam o volume de forma pomposa e são aclamados como historiadores, sábios, cientistas.

O narrador cita o caso de Horlando, que teve acesso à “Carreira”<sup>378</sup> por causa de um relatório escrito para julgar se o peixe servido em jantar era garoupa ou bijupirá. Com a constatação de que era cação, seu relatório virou modelo de erudição culinária. O caso em questão repete a fórmula usada pela burocracia brasileira para resolver suas questões; frente a qualquer problema, algum encarregado escreve um enorme relatório e pouco diz sobre a situação, como no capítulo “As riquezas da Bruzundanga”, ou se trata de questão insignificante, como no caso do peixe.

E os presidentes sempre tentavam aumentar as legações bruzundanguenses no exterior, mesmo não possuindo relações com as nações em que se instalavam os novos escritórios. Ao mesmo tempo em que é necessário empregar os filhos dos figurões, une-se o útil ao agradável.

Segundo o narrador, quando se dedicam à literatura, os diplomatas costumam fazer obras que pouco dizem, em geral.

O viajante fala também que anteriormente os diplomatas não agiam dessa forma, mas com o surgimento do Visconde de Pancôme como ministro dos Estrangeiros, o perfil e as atitudes dos diplomatas mudaram. A relação de Visconde de Pancôme (Bruzundanga) com o Barão do Rio Branco (Brasil) é traçada pelo próprio narrador. De fato, Pancôme é Rio Branco. O relato passa, então, a girar em torno de ações de Pancôme, e se encerra com uma breve menção ao substituto de Visconde que, como o

---

<sup>377</sup> BARRETO, A diplomacia da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 13-14.

<sup>378</sup> A sugestão da ironia, por meio das aspas, parte do próprio narrador.



substituto do Rio Branco, Lauro Müller, imprimiu discurso e entrou para a Academia de Letras, sem nada ter de literato.

No livro, o acréscimo mais importante é um trecho anedótico em que o narrador ridiculariza um diplomata que iria a um país obscuro e distante, fazendo paródia de um verso de Camões.

Prosseguindo com as notas a respeito da política da Bruzundanga, em “Um Manda Chuva”, o antigo habitante daquele país, dedica uma ao presidente de lá, conhecido pelo termo Manda Chuva.<sup>379</sup> Apenas o fato de o presidente ser chamado de mandachuva já é digno de nota e pode simbolizar o caráter autoritário, arbitrário, dos poderes estabelecidos no regime.

Menciona, o narrador, de forma breve, o fato de todos os presidentes civis terem-se formado em Direito. Fato que se repete até o fim da Primeira República no Brasil. Mas não basta ser versado nos códigos que regem a sociedade. Os advogados e os bacharéis em direito têm conhecimento das leis e, partindo daí, o narrador afirma que para descobrir as doenças da sociedade não basta conhecer as leis, sendo essa a parte séria da crônica satírica.

As leis são o esqueleto das sociedades, mas a feição de saúde ou doença destas, as suas necessidades terapêuticas ou cirúrgicas, são dadas pelo prévio conhecimento e exame, no momento, do estado de certas partes externas e dos seus órgãos vitais, que são o seu comércio, a sua indústria, as suas artes, os sonhos do seu povo, os sofrimentos dele – toda essa parte mutável das comunhões humanas, cambiante e fugidia, que só os fortes observadores, com grande inteligência, colhem em alguns instantes, sugerindo os remédios eficazes e as providências adequadas para tal ou qual caso.<sup>380</sup>

Depois, o narrador passa a descrever como se dá a trajetória de um político até alcançar o cargo de mandachuva. Aqui, ele menciona como de um pequeno povoado do interior de alguma província surge o novo mandachuva, expondo os mecanismos que alçam aquele político de vistas curtas, provinciano, preocupado apenas com os subsídios, e breca os inteligentes e ilustrados. Descortina o esquema familiar e de compadrio que rege a política bruzundanguense, bem como a relação dos políticos com

---

<sup>379</sup> BARRETO, Um Manda Chuva. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917, p. 15-16.

<sup>380</sup> BARRETO, Um Manda Chuva. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917, p. 15.

a imprensa. A trajetória inclui assumir os cargos de deputado, senador, presidente de província e presidente.

Fora da esfera política, o ex-morador da Bruzundanga mostra como o futuro Mandachuva se enfada com as artes, seja ópera ou pintura. Suas leituras resumem-se aos jornais. Os únicos instrumentos de cultura que lhe agradam são o gramofone e o cinema, do qual reúne uma coleção de programas para a sua “opulenta” biblioteca literária que, curiosamente, está cheia de rolos de filmes.

A ascensão à senatoria se dá ao mesmo momento em que passa a integrar ordens católicas, a principal religião da Bruzundanga.

Chega ao cargo de governador da Província das Jazidas (Minas Gerais) e depois ao de Mandachuva, quando seu nome surge como opção, aventado pelos padres que agem por meio das mulheres dos políticos. Aqui, o narrador denuncia, novamente, o esquema utilizado pelos sacerdotes para influírem na vida pública. Já como Mandachuva, aborrece-se com o povo.

Para sua distração compra um gramofone e instala um cinema no palácio presidencial. Venceslau Brás, o presidente do Brasil na época havia instalado um cinema no palácio, como já mencionado anteriormente.

A crônica é encerrada com uma velada crítica. O narrador lembra que no passado, quando a Bruzundanga ainda era um Império, famosos executores tocaram obras primas naquele mesmo palácio. O fim é irônico: “Houve progresso...”.<sup>381</sup> De fato, o progresso, de certa forma, criou a possibilidade da reprodução daquelas obras, porém, de forma mecânica, sem a apresentação musical, artística, agindo, desta forma, contra a execução da arte.

É interessante notar, nesse texto, como o narrador revela um modelo, de mandachuva que vai aos poucos se transformando na figura de Venceslau Brás.

Ao texto, escrito em 18 de março, a maioria das alterações advém de correções e há algumas supressões, como a do vocábulo “burro”, que era usado em referência genérica aos políticos. Provavelmente, a palavra foi retirada para deixar o trecho menos agressivo, sem que se perdesse a contundência.

Para completar a galeria de políticos daquela terra, o narrador apresenta o texto “Um ministro da agricultura”, publicado no *A.B.C.* em 31 de março de 1917.<sup>382</sup> São

---

<sup>381</sup> BARRETO, Um Manda Chuva. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917, p. 16.

<sup>382</sup> BARRETO, Um ministro da agricultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917, p. 9-10

divulgados casos que cercam a carreira do ministro além de fornecer detalhes da classe social à qual o ele pertence e apontar a influência de sua vida pessoal na vida pública.

O surgimento desse ministro, em especial, na história brasileira, está ligado ao salvacionismo em Pernambuco e cabe aqui retomar os fatos. Durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), nas eleições para o governo do estado de Pernambuco de 1912 concorrem o chefe oligarca Rosa e Silva, que domina o estado desde 1896, e o general Dantas Barreto. De um lado, há o político que apoiou Hermes da Fonseca, de outro um companheiro de partido (PRC) apoiado também pelo Exército. Apesar da aparente neutralidade, o presidente apoia Dantas, que é eleito, após conflitos entre a polícia e o Exército. No governo seguinte, o de Venceslau Brás (1914-1918), os candidatos que disputam a mesma vaga no Senado pelo estado de Pernambuco são Rosa e Silva, pela oposição, e José Bezerra, candidato de Dantas Barreto. O primeiro acaba eleito e após protestos populares, Venceslau Brás age para apaziguar os ânimos: o ministro da Fazenda pede demissão (Sabino Barroso), sendo substituído por Pandiá Calógeras, até então no Ministério da Agricultura, e a vaga deixada por Calógeras é preenchida com a nomeação de José Bezerra, o candidato derrotado nas eleições para o Senado.

É interessante notar como o autor transporta esses fatos para o seu texto:

Remontemos às origens desse cacique do Açúcar [...]. Na província das Canas, houvera um turumbamba<sup>383</sup> mais ou menos oficialmente protegido por um Manda Chuva,<sup>384</sup> motivo esse que derrubou a oligarquia da família dos Cravos.<sup>385</sup> Um usineiro muito rico da mesma província, Francisco Novilho da Costa,<sup>386</sup> mais conhecido por Chico Caiana, tinha adiantado dinheiro assoldado gente para que o general Tupinambá<sup>387</sup> tomasse o lugar do soba-mor Cravo de Matos.<sup>388</sup> O general vitorioso ficou muito agradecido ao Chico e prometeu dar-lhe uma posição de destaque na política.<sup>389</sup>

A caracterização de Francisco Novilho como agricultor vai no mesmo tom:

“Chico era o tipo do grande agricultor da Bruzundanga: nada entendia de agricultura,

<sup>383</sup> Situação na qual várias pessoas discutem e/ou batem-se corpo a corpo; rolo, pega pra capar, tempo quente. Esse é o significado que Lima Barreto impõe ao salvacionismo pernambucano.

<sup>384</sup> É o equivalente ao cargo de Presidente da República.

<sup>385</sup> Oligarquia Rosa e Silva.

<sup>386</sup> José Rufino Bezerra Cavalcanti.

<sup>387</sup> Gal. Dantas Barreto.

<sup>388</sup> Rosa e Silva.

<sup>389</sup> BARRETO, Um ministro da agricultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917, p. 9.

mesmo daquela que dizia exercer [...]. Apesar de bacharel em direito, mal lia os jornais e o seu forte, em aritmética, era a conta de juros, de cabeça [...]. Caiana nada entendia daqueles mistérios de fazer da cana, açúcar; e, se fosse mexer nos aparelhos, nas turbinas, dosar o caldo, etc., etc., a cousa era capaz de explodir como pólvora”.<sup>390</sup> Ou seja, era o típico profissional da Bruzundanga, aquele que não conhece a própria profissão.

E eis como Francisco Novilho entra para a política nesse esquema de compadrio: “Ascendendo à governança da província das Canas, Tupinambá tratou logo de eleger senador da Bruzundanga o seu forte esteio eleitoral, o dr. Chico Caiana. Arranjaram as atas e mandaram-nas, e mais ele, para a capital do país”.<sup>391</sup> Eis como nasce um político na Bruzundanga.

O texto foi escrito em 25 de março e, na revista, aparece a indicação de ordenação “X”, após o título. Para o livro, inseriu-se entre este capítulo e o anterior, um outro denominado “Força Armada”, e o título do capítulo teve uma parte suprimida, passando a ser apenas “Um ministro”. As maiores alterações do texto dizem respeito aos criptônimos, o que já foi mencionado acima.

Apesar de recheada de políticos corruptos e incompetentes nos assuntos em que trabalham, de burocratas que apenas dificultam o andamento dos processos burocráticos, e de nobres bacharéis ostentando uma vida de aparências, a Bruzundanga também possui sua galeria de heróis. E o relato “Os heróis da Bruzundanga”, de 28 de abril de 1917, divulga alguns deles.<sup>392</sup>

Refletindo sobre os heróis da Bruzundanga, o narrador percebe a forma como eles serviam ao sistema para justificar a existência daquele Estado. De forma clara, o autor contesta a gênese de mitos na vida da Primeira República.

Para Antônio Arnoni Prado, Lima Barreto não visava simplesmente à destruição dos figurões quando atacava a imagem de personagens consagradas, o escritor queria contestar as sumidades criadas pela retórica do momento. Referindo-se a uma crônica publicada no mesmo *A.B.C.*, a respeito do Barão do Rio Branco, Prado afirma que a intenção do autor seria “combater a falsa imagem do *grande homem*, em parte forjada pela propaganda”.<sup>393</sup> Como se comprova nesta nota, o que inquieta o narrador é como

<sup>390</sup> BARRETO, Um ministro da agricultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917, p. 9.

<sup>391</sup> BARRETO, Um ministro da agricultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917, p. 9-10.

<sup>392</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

<sup>393</sup> PRADO, Antonio Arnoni. Brito Broca ou injustiças de um revoltado. In: \_\_\_\_\_. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 239. Grifo no original.

essas figuras alcançaram a glória, ignorando e escondendo seus erros que abalaram o país.

Partindo da reflexão inicial, ele passa aos três heróis nacionais que o texto expõe, mencionando o nome de apenas um, Visconde de Pancome (Barão do Rio Branco), personagem bruzundanguense já conhecida do público do *A.B.C.*

A primeira heroína é Anita Garibaldi, considerada a mais “curiosa”, que nada fez pela Bruzundanga, apenas ajudou um “aventureiro estrangeiro” que participou de uma das guerras civis daquele país. Depois, o narrador reflete que, sendo a unidade nacional necessária para a evolução política do país, todo aquele que tente desvincular as províncias do país “não pode ser tido como herói nacional”.<sup>394</sup> Desta forma, nem Garibaldi e nem Anita poderiam ser heróis. O que o narrador não concorda é com a transformação de Anita em heroína, pelo simples fato dela ter seguido seu amante em suas aventuras. Não nega as possíveis qualidades de Garibaldi: “um senhor estrangeiro, cheio de qualidades, talvez, meteu-se de parceria com uns rebeldes, para separar uma dessas províncias do bloco bruzundanguense”.<sup>395</sup> Muito menos a dedicação de Anita. O caráter de aventureiro encaixa-se no caso de Giuseppe Garibaldi pelo fato dele perturbar a evolução política da Bruzundanga. O narrador também censura a comparação que faziam de Anita com Joana d’Arc: “É semelhante senhora que lá, naquelas plagas, comparam a Jeanne d’Arc. Admirável!”.<sup>396</sup>

A sátira requer simplificação, também como forma de redução. É o expediente que o narrador utiliza para tratar da história da Bruzundanga, por exemplo, quando menciona o surgimento do movimento republicano:

Como sabem a Bruzundanga foi, durante um século, Império ou Monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra República. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizeram desgostosos com o trono da Bruzundanga.<sup>397</sup>

<sup>394</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

<sup>395</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

<sup>396</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

<sup>397</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

Essa contextualização serve para anunciar outro herói que, frente ao quadro descrito, é chamado para condestável da Bruzundanga com o objetivo de proteger o Império. E, segundo o narrador, este herói confabulou com os opositores do regime e serviu a estes contra seus antigos aliados. Ou seja, foi na verdade um traidor.

Assim como Anita Garibaldi, o Marechal Floriano Peixoto não recebe um criptônimo. Esse herói foi ainda Mandachuva e consideram-no o Consolidador da República.<sup>398</sup> Mas o narrador afirma que ele não foi consolidador de coisa alguma, desrespeitou as leis e abalou-as em seus fundamentos. O narrador ainda dispara seu sarcasmo contra o monumento erguido em homenagem ao herói do regime, que, segundo o antigo morador da Bruzundanga, em falta de um Carlyle que lhe contasse a história, um escultor fez o confuso monumento.

O último dos heróis tem seu nome revelado, ou melhor, seu criptônimo. Seria o Visconde de Pancome (Barão do Rio Branco), que era inteligente, talentoso, mas “lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país”.<sup>399</sup> Pancome acreditava apenas na história factual, ignorando a história social. Isso fazia com que desse importância apenas à política e à diplomacia:

Para ele (os seus atos deram a entender isto), um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso do estrangeiro.<sup>400</sup>

Conhecendo a história política e a geografia, conheceria a nação.

O Narrador traça a trajetória de Pancome e o liga às reformas do Rio de Janeiro, ressaltando alguns gestos que completam o tipo do ministro:

Estava como embaixador em um país qualquer e um Mandachuva fê-lo Ministro de Estrangeiros. Logo que tomou posse, o seu primeiro cuidado foi mudar o fardamento dos contínuos. Pôs-lhes umas longas sobrecasacas com botões dourados. A primeira reforma. Tendo conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos, a sua influência sobre o ânimo do Mandachuva era imensa. Convenceu-o de que deveria modificar

<sup>398</sup> Título atribuído ao Marechal Floriano Peixoto.

<sup>399</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

<sup>400</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga, tomando dinheiro emprestado para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muita cenografia.<sup>401</sup>

Pancome ainda convenceu o Mandachuva a adquirir uma poderosa esquadra. Para realizar a aquisição foi necessário pedir empréstimos aos “judeus da City”. O gesto ecoou, e seguindo o exemplo desse herói, os outros ministros começaram a gastar dinheiro público, deixando a Bruzundanga em crise. Ninguém percebeu de onde ela se originara, e quando o herói morreu, o povo da Bruzundanga o exaltou fartamente.

No periódico, o texto é o décimo primeiro capítulo, e passa ao livro como o décimo segundo.

Se os heróis são vítimas dos ataques do narrador, essa outra faceta da elite não recebe menos censuras. O texto de 5 de maio de 1917 critica a pobreza cultural e artística dos arrivistas que encabeçavam a sociedade da Bruzundanga.<sup>402</sup> O tema não é exclusividade desse capítulo de *Os Bruzundangas*, no próprio *A.B.C.* Lima Barreto falou da indigência cultural da burguesia que formava a alta sociedade brasileira, focando principalmente a carioca. Sobre esse capítulo, especificamente, cabe refletir sobre quem forma essa sociedade, que sentimento une essas pessoas.

A primeira informação do narrador é que a sociedade bruzundanguense não é estável, os nomes dos figurões mudam de trinta em trinta anos. Ademais, a “grande sociedade” não é formada pelos “melhores e mais respeitáveis” homens da Bruzundanga, mas por suas mulheres e filhas, além dos “médicos ricos, advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos”.<sup>403</sup> O narrador sentencia que devido ao trabalho e as preocupações advindas desta atividade, esses homens “atarefados dia e noite [...] não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas cousas”.<sup>404</sup>

Por tudo isto, o narrador define a sociedade bruzundanguense como medíocre. “Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do contínuo tormento de cavar

<sup>401</sup> BARRETO, Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917, p. 10.

<sup>402</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9-10.

<sup>403</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9.

<sup>404</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9.

dinheiro, por meio de empregos e favores governamentais, do sentimento de insegurança de sua própria situação”.<sup>405</sup> E é esta preocupação que pauta as conversas femininas e a vida intelectual; todos estão interessados na política para saber que vantagens poderão tirar das relações de compadrio para a manutenção de sua situação. E por extensão: “A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas”.<sup>406</sup>

Por convergirem para a política, “todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em música, isto mesmo no que toca somente a executantes, os seus produtos intelectuais são de uma pobreza lastimável”.<sup>407</sup> Apesar de haver salões literários e artísticos, as melhores obras que apareceram na Bruzundanga foram escritas por homens afastados da sociedade. Vale a pena lembrar aqui da militância do próprio escritor Lima Barreto e de suas tentativas de montar uma revista para publicar escritores independentes que não conseguiam espaço frente aos mandarins das letras, como foi o caso da *Floreal* e da *Marginália*.<sup>408</sup>

A ironia, com humor sarcástico, aparece quando o autor menciona o costume aforístico da sociedade da Bruzundanga. Quando se fala sobre coisas literárias, “logo um aforista sentencia: - A arte deve ser impessoal. Os grandes artistas, etc.”. O narrador comenta com ironia: “Naturalmente, ele se lembrou de Dante, que pôs no inferno os seus inimigos e no céu os seus amigos”.<sup>409</sup> O canônico Dante, em sua obra-prima, traspassou para a literatura amigos e inimigos, colocando os primeiros no céu e os últimos no inferno, decisão totalmente parcial e pessoal, que nega veementemente o comentário do habitante bruzundanguense a respeito da literatura ser impessoal.

Se a sociedade da Bruzundanga não consegue fazer surgir manifestações intelectuais “razoáveis”, tão pouco apoia as que surgem fora dela. A pintura só possui raros amadores que “vivem à míngua”. Se quiserem receber algum dinheiro por sua arte, o narrador informa que eles têm de se jogar aos pés dos poderosos para que eles encomendem seus quadros, com o uso de dinheiro público. Aliás, o narrador também ressalta que, curiosamente, os habitantes da Bruzundanga têm o costume de ser generosos apenas com o dinheiro público, seja para contemplar o trabalho de alguém, ou para tentar protegê-lo ou aperfeiçoá-lo. Com o próprio dinheiro, os que pertencem à

<sup>405</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9.

<sup>406</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9.

<sup>407</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9.

<sup>408</sup> A primeira durou quatro números e a última ficou apenas no projeto.

<sup>409</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9.



sociedade bruzundanguense só compram quadros de “vagas celebridades estrangeiras” cujas obras são expostas no país.

O narrador, depois, para tratar do egoísmo dos ricos da Bruzundanga, menciona o testamento de um deles e, daí, analisa a “pobreza mental” daquela sociedade manifesta através de seus túmulos. Os jazigos são caros, mas ornados com grande indigência artística.

Da qualidade artística dos jazigos, o julgamento do narrador passa para a desoladora arquitetura da Bruzundanga. Os estilos arquitetônicos mudam conforme dita a moda. Também se deve à moda o deslocamento da moradia da gente rica da capital da Bruzundanga. Como exemplo, o narrador menciona um antigo arrabalde onde só se viam chácaras e casas da roça e que passou a ser, em algum tempo, bairro aristocrático.

Sobre o teatro, “arte de sociedade, de gente rica”,<sup>410</sup> a sociedade da Bruzundanga não consegue mantê-lo. O teatro exige dinheiro e os ricos daquele país não se interessam em manter a estrutura necessária para ele. A sociedade bruzundanguense “se contenta com a ópera italiana ou com as representações de celebridades estrangeiras”.<sup>411</sup>

Ao fim do texto, no penúltimo parágrafo do capítulo saído no periódico, o narrador afirma a incapacidade da sociedade bruzundanguense, chamada agora de “aristocracia da Bruzundanga”, de representar o papel normal de uma aristocracia: “criar o gosto, afinar a civilização, suscitar e amparar grandes obras”.<sup>412</sup>

No livro, o último parágrafo do periódico, em que o narrador trataria das obras de caridade e da beneficência em outro momento, é substituído por outros dois. O primeiro relativiza o termo empregado no parágrafo anterior para denominar o grupo dominante da sociedade bruzundanguense. Objetivando maior clareza na definição de quem formaria o seletor grupo, informa o satirista: “Se falei aqui em aristocracia, foi abusando da retórica. O meu intento é designar com tão altissonante palavra, não uma classe estável que detenha o domínio da sociedade da Bruzundanga, e a represente constantemente; mas os efêmeros que, por instantes, representam esse papel naquele interessante país”.<sup>413</sup> O segundo parágrafo informa que após tal explicação, o autor pode ir adiante com suas “breves ‘notas’”, o que não aconteceu, como já foi discutido anteriormente.

<sup>410</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 9-10.

<sup>411</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 10.

<sup>412</sup> BARRETO, A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917, p. 10.

<sup>413</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos editor, 1922. p. 118.

Um ano após ter saído a última nota no *A.B.C.*, o narrador volta a aparecer para colocar os leitores a par dos acontecimentos recentes da Bruzundanga.<sup>414</sup>

O primeiro assunto diz respeito ao fato da Bruzundanga ter declarado guerra ao império dos *Ogres*.<sup>415</sup> O narrador também discorre sobre o auxílio prestado pela Bruzundanga aos aliados, que foi praticamente nulo.

Diz-me um amigo, em carta de meses atrás que a Bruzundanga declarou guerra ao império dos Ogres; mas não mandou tropas para combatê-los ao lado dos outros países que já o faziam. Tratou unicamente de vender uma grande partida de tâmaras aos seus virtuais aliados, com o que o intermediário ganhou uma fabulosa comissão.<sup>416</sup>

O trecho faz clara referência à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, além de fazer uma pequena menção à forma pela qual alguns comerciantes lucravam com a guerra. Em *Os Bruzundangas*, o autor consegue fazer suas críticas costumeiras, porém de forma extremamente sucinta e, por vezes, leve, como no caso do intermediário da venda das tâmaras, que é um dos exemplos de comerciante que enriquece com os desastres da guerra.

Numa segunda carta, o remetente conta o que aconteceu quando os governantes da Bruzundanga resolveram mandar uma esquadra para apoiar os aliados do país. Ela partiu junto de uma missão médica para dar apoio aos feridos. Ambas, ao parar num porto no meio da viagem, são acometidas por uma “peste pouco conhecida”.<sup>417</sup> Os médicos da missão possuíam diversas especialidades, mas nenhuma que curasse a peste; um é parteiro, o outro psiquiatra, um terceiro é ortopedista. Isso atrasou a viagem da esquadra que chega para a batalha quando a guerra já havia terminado.

A última carta fala da nomeação de um papagaio para um cargo público, sem que uma lei permitisse tal coisa. Um ministro de certa repartição da Bruzundanga, prestes a nomear um papagaio para o cargo de “Arauto d’Armas”, consulta um empregado de sua secretaria a fim de saber se a nomeação era possível. Após receber o parecer favorável, o ministro não demora em nomear a ave sem consultar o legislativo e sem divulgar essa possibilidade para que outros papagaios concorram ao cargo.

<sup>414</sup> BARRETO, Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918, p. 8.

<sup>415</sup> Império dos *Ogres* seria referência à Alemanha.

<sup>416</sup> BARRETO, Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918, p. 8.

<sup>417</sup> Referência à gripe espanhola de 1918.

Aqui a alegoria é de fino engenho. Toda a história remete à nomeação de uma mulher para o cargo de terceiro oficial da Secretaria do Ministério das Relações Exteriores. Maria José de Castro Rebello foi aprovada em 28 de setembro de 1918. O papagaio encarnaria a mulher aprovada no concurso, o ministro a que o texto se refere é Nilo Peçanha e o “exegeta ministerial”, o consultor jurídico do ministério, Clóvis Beviláqua.

Interessa o fato de que no começo do mês anterior Lima Barreto escrevera crônica para se pronunciar a respeito da nomeação, algo que na concepção do escritor era ilegal. De fato, o caso gerou controvérsias na imprensa e entre os juristas. Rui Barbosa se pronunciou sobre o caso afirmando não haver nenhuma lei que proibisse a mulher de ocupar o cargo. A resolução favorável à moça partiu do consultor jurídico do ministério, Clóvis Beviláqua. Por fim, ela foi nomeada no dia 28 de setembro de 1918. Lima Barreto escreve o texto “A amanuensa”, cujo título é por si só irônico, que é publicado em 5 de outubro. Serão feitas algumas comparações com esta crônica como forma de evidenciar a alegoria e o engenho do texto satírico, que foi publicado em 21 de novembro de 1918.

Em “A amanuensa”, o cronista Lima Barreto elenca alguns argumentos para justificar sua opinião contrária à nomeação. Como aqui interessa descobrir o que levou o escritor a caracterizar a oficial como um papagaio, serão observados apenas os argumentos que apontem nesta direção. Segundo Lima, ainda em “A amanuensa”, a inteligência das moças seria no geral reprodutora. E, durante os testes, a candidata ao cargo saía-se bem em línguas. O autor mescla esse dado com a informação anterior e obtém sua comprovação. A inteligência reprodutora ajuda no desempenho nas línguas; o papagaio, não possuindo a capacidade criativa do homem, apenas repete falas, reproduz; e na carta enviada ao narrador ele é caracterizado como “um ‘louro’ bem falante”. Desta forma, Lima Barreto transforma a “amanuensa” em papagaio. O choque causado pelo papagaio ocupando um cargo destinado ao homem é grande, e é calculado. Nesta comparação, em ambos os casos ocorre a quebra das regras políticas e sociais, isso se observarmos a visão do escritor Lima Barreto e do narrador d’*Os Bruzundangas*. É uma forma de Lima chamar a atenção para algo que ele considerou errado, exagerando nas linhas. Deste modo, ele traça uma charge da situação.

Sobre o ministro (Nilo Peçanha): “Um ministro de lá muito jeitoso, que andava fabricando, em vida, ele mesmo, as peças de sua estátua, julgou que fazendo uma tal

nomeação... tinha já em bronze o baixo relevo do monumento futuro à sua glória”.<sup>418</sup>

Depois de ler o parecer do seu funcionário:

O ministro gostou muito do parecer; julgou dispensável pedir uma lei ao corpo legislativo que, na Bruzundanga, é composto de duas câmaras: a dos vulgares e a dos doutores; não julgou também necessário avisar os outros papagaios da sua resolução, para que concorressem e nomeou o do seu amigo Fagundes...<sup>419</sup>

Sobre o autor do parecer que convenceu o ministro da viabilidade de tal nomeação (Clóvis Bevilacqua, 1859-1944, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras; jurista, permaneceu como Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores de 1906 a 1934):

Estudava leis e a interpretação delas em Bugâncio, sabia casuística jesuítica, além de conhecer as sutilezas da Escolástica, a ponto de ser capaz de provar com a mesma solidez a tese e a antítese, desde que os interessados em uma e na outra o retribuíssem bem.<sup>420</sup>

Percebe-se, nessa citação, o caráter venal do jurista, além da possível frivolidade e pretensão atribuída a ele e, por proximidade ao ministério, por meio do topônimo, inexistente, Bugâncio. Ele pode fazer referência a Bizâncio, e daí incrustar o significado pejorativo de bizantino no estudioso das leis. O jurista faz um estudo mostrando que pelo simples fato do papagaio ter nascido no país dá a ele todos os direitos de um bruzundanguense. Depois passa a mostrar, tomando exemplos da filosofia positivista comteana e em diversas manifestações artísticas, a importância dos animais e a proximidade deles com os humanos, concluindo que era necessário exaltar o papagaio, “um animal que fala”.

E, para finalizar, o ministério das Relações Exteriores é caracterizado como “Secretaria de Estado de Mesuras e Salamaleques da República dos Estados Unidos da Bruzundanga”.

---

<sup>418</sup> BARRETO, Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918, p. 8.

<sup>419</sup> BARRETO, Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918, p. 8.

<sup>420</sup> BARRETO, Notícias da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918, p. 8.

### 3.3 PODE SER DEFINIDA A FEIÇÃO GERAL DA SOCIEDADE DA BRUZUNDANGA COM A PALAVRA – MEDÍOCRE

Como se viu, na sátira *Os bruzundangas*, Lima Barreto deslocou o Brasil para uma terra imaginária feita à imagem e semelhança do Brasil da Primeira República. Nesta sátira ele condenou vícios e costumes da sociedade brasileira, suas instituições e as pessoas que a compõem. Mas a crítica era direcionada à classe formada por burgueses arrivistas, políticos, artistas triunfantes, feministas burguesas e outros grupos que ocupavam os primeiros postos principalmente do Rio de Janeiro da Belle Époque.

Lima Barreto, ao vestir a máscara do satirista, vai fundo e opõe mérito, contenção, serenidade e sensibilidade ao egoísmo, à cupidez. Seus ataques foram mediados pelo engenho, ironia, caricatura, o emprego de criptônimos e outros artifícios satíricos.

Mediante a apresentação de episódios diversos, Lima deu conta de mostrar um mosaico de situações. E condenou toda a estrutura sobre a qual se erguia a República brasileira. O *A.B.C.* foi veículo fundamental pois, além de eleger como tema central a política, assunto importante à obra, permitiu, ao escritor, criar sem nenhuma espécie de censura.

Com esta sátira, Lima Barreto, num momento em que a imprensa fazia um balanço sobre o governo Venceslau Brás, deu a sua contribuição a esse debate, apontando ainda males e vícios arraigados à sociedade brasileira. Assumiu, desta forma, o risco duplo que os satíricos assumem, conforme Hodgart: o de ser impopular em seu próprio tempo e o de ser esquecido pelas futuras gerações.<sup>421</sup> Para Northrop Frye, a sátira é a ironia militante, e, segundo Hodgart, o satírico utiliza a ironia para fazer com que o leitor se sinta incomodado, para tirá-lo de sua complacência e convertê-lo em um aliado na luta contra a estupidez humana.<sup>422</sup> Tais palavras estão em consonância com o conceito de literatura militante de Lima Barreto.

---

<sup>421</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 30.

<sup>422</sup> FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 219; HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 131.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises realizadas foi possível perceber a importância que tem a contribuição de Lima Barreto ao *A.B.C.* para o conjunto de sua obra. O escritor passa seus últimos seis anos de vida escrevendo para a revista. O teor do periódico, como não poderia deixar de ser, influencia no conteúdo dos textos que vieram a aparecer nas páginas do semanário. O *A.B.C.* comporta seus escritos mais sérios e as ironias mais devastadoras. É nele que o cronista se revolta contra a situação política e social no Brasil e publica seu manifesto maximalista; é no mesmo veículo que ele cria sua sátira mais direta à República que tanto contestava.

Dos 35 aos 41 anos, o escritor é cronista, contista, crítico literário e satirista; escreve sobre diversos temas que desfilavam pelas páginas dos jornais e de seus romances. E os assuntos são variados: a guerra, a carestia, o feminismo, o futebol, a morte, a república, o ensino, a burguesia, a política etc. O jornalista Lima Barreto se dispôs a dar sua contribuição para o debate de qualquer assunto. Diferentemente de outros colaboradores do semanário, Lima Barreto não é vítima de censura pela redação do *A.B.C.*, ainda que discorde da linha diretiva em muitos pontos, o que pode ser fruto de sua carreira já estabelecida como romancista. O jovem Astrojildo Pereira não tem a mesma sorte, pois viu um de seus artigos sair com uma nota da revista declarando discordar das opiniões do articulista, mas, sendo favorável à liberdade de expressão, o hebdomadário se via na obrigação de publicá-lo.

O *A.B.C.*, por sua vez, é uma revista que enfatiza a política, mas deixa espaço para que seus colaboradores tratem de arte e outros assuntos. Se no princípio houve um peso maior do humor nos textos do semanário, com o tempo ele foi ganhando um ar mais sério. Como Lima Barreto, colaboram Oliveira Lima, Oliveira Viana, Benjamin Costallat, Raul de Leoni, Osório Borba e outras figuras de peso da imprensa e das letras brasileira das primeiras décadas do século passado.

O que anima o periódico é a possibilidade de contribuir para o debate de ideias e, desta forma, o *A.B.C.* abre suas portas para diversas tendências políticas. Talvez tenha sido essa a razão de sua longevidade naqueles anos de Primeira República. Mas nos anos 30, logo após a Revolução, como aconteceu com outros periódicos contrários à revolução, o *A.B.C.* é empastelado.

É esse caráter político que transforma o *A.B.C.* no canal ideal para dar vazão à sátira que Lima Barreto há tempos cogitava. E foi no começo da colaboração que surgem as notas sobre a República da Bruzundanga. Talvez por isso os textos da

Bruzundanga possam servir como uma espécie de índice para a produção ulterior do escritor no periódico. Depois da Bruzundanga, Lima repassa muitos dos assuntos levantados por aquele viajante que um dia morou em um país tão semelhante ao Brasil da *Belle Époque*.

A pesquisadora Elizabeth Gonzaga de Lima informa que os adjetivos mais comuns na Bruzundanga são *superficial* e *grotesco*.<sup>423</sup> Acrescente-se *mediocre* e já se tem o espectro daquele país.

Essa República superficial, grotesca e mediocre mereceu, neste trabalho, um olhar mais atento para as variações de sua descrição levada a cabo por um brasileiro que a habitou por determinado período de tempo. Trabalho que perpassa também o de “epigrafista” e “arqueólogo” que o crítico João Ribeiro desaconselhava aos leitores de *Numa e a ninfa*: “Deixemos a epigrafistas e a arqueólogos mais remotos o cuidado das identificações”.<sup>424</sup>

Com esse trabalho de epigrafista foi possível perceber as variações do texto, além das inúmeras correções, o que denota o trabalho dispensado pelo escritor a essa sátira. Há a reescrita de passagens truncadas, revisão de vocábulos, correção de palavras, atenuação/endurecimento de sentido e alteração dos criptônimos.

Mas a contribuição de Lima Barreto à revista foi além d’*Os Bruzundangas*. Pode-se aferir a importância da colaboração também pelos textos que saem das páginas do *A.B.C.* – que permanecem restritas aos leitores contemporâneos ao periódico – para os livros. Essa atitude representa a vontade de endereçar seus textos para a posteridade e, sem dúvida, passa por uma seleção entre o que permanece no presente e o que será lido no futuro. Contos são publicados no *Histórias e sonhos*, a Bruzundanga sai em *Os bruzundangas*, e as críticas e quase todas as crônicas são reunidas pelo autor, mas saem apenas nas edições póstumas e nas *Obras de Lima Barreto*, cuja primeira edição data de 1956, e é organizada pelo também biógrafo Francisco de Assis Barbosa. Por fim, a produção limana do *A.B.C.* possui enorme valor para os estudiosos do escritor, principalmente se se quer vislumbrar seus últimos anos, da literatura brasileira em geral, e do pré-modernismo em especial, pela produção ficcional e jornalística que descortina a imagem do Brasil e do cenário mais importante para Lima Barreto, o Rio de Janeiro.

<sup>423</sup> LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: Os bruzundangas e Aventuras do doutor Bogóloff*. 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001. p. 46.

<sup>424</sup> RIBEIRO, João. *Numa e a ninfa*. In: \_\_\_\_\_. *Crítica*. Obras de João Ribeiro. V. III. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1959. p. 94.

Barbosa, aliás, ressalta esse valor dos textos do *A.B.C.* e sua contundência:

A colaboração no *A.B.C.*, iniciada em 1916, só a morte vai interromper. Tem um caráter menos profissional que a da *Careta*, e é por isso mesmo mais interessante. São artigos políticos e literários que constituem, na verdade, o que há de melhor no Lima Barreto polemista, a par dos que publicou em outros periódicos da época – “revistas e jornais modestos”, nos quais podia escrever com inteira liberdade sobre fatos, homens e coisas do tempo.

Atento a tudo, criticava severamente os costumes brasileiros; políticos e literatos, que se aboletavam nas posições de comando desta nossa República das Bruzundangas.<sup>425</sup>

Novas pesquisas poderão trilhar, com mais segurança, o percurso do escritor no *A.B.C.* e a trajetória do periódico. Com maior segurança, pois se encontra neste trabalho uma lista definitiva, ainda que incompleta pelas lacunas que há na coleção do *A.B.C.*, de colaborações ao hebdomadário, sendo a mais completa e precisa da fortuna crítica do escritor. Os textos de Lima Barreto foram indexados, assim como toda a revista no período em que o colaborador desenvolveu e publicou *Os bruzundangas*, o que auxiliará os futuros pesquisadores que trabalhem com esse corpus por já trazer um levantamento de temas e gêneros, acompanhado de um breve resumo. A dissertação também disponibiliza a crônica inédita em livro “Estado de sítio”, em cópia diplomática, que também pode integrar o corpus de pesquisas futuras. Além da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, agora o CEDAP, da UNESP de Assis, também conta com a coleção quase completa da revista nos primeiros oito anos, o que representa fonte primária valiosíssima para se completar um mosaico com as múltiplas visões da imprensa de período tão renegado da história brasileira, mas que aos poucos vai sendo contemplado com diversos estudos, acadêmicos e não acadêmicos.

---

<sup>425</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 295.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### OBRAS DE LIMA BARRETO

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Contos completos* – Lima Barreto. Organização e introdução: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Prosa seleta*. Organização: Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

\_\_\_\_\_. *O subterrâneo do Morro do Castelo*. Introdução de Beatriz Resende. 3. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Obras de Lima Barreto*. Direção de Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antonio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Brasiliense, 1956, v. I-XVII

\_\_\_\_\_. *Os bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

\_\_\_\_\_. *Toda crônica* – Lima Barreto. Apresentação e notas de Beatriz Resende. Org. de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 v.

### PERIÓDICOS DA ÉPOCA

A.B.C. Rio de Janeiro, 1915-1934. Hebdomadário.

A INTRIGA do nilismo. *O país*. Rio de Janeiro, n.13.542, ano XXXVIII, 17 nov. 1921, p. 3.

A NOVA revista “A.B.C.”. *A noite*. Rio de Janeiro, n. 1141, ano V, 27 fev. 1915.

A PEDRA do escandalo ricocheteia. *Hoje*. Rio de Janeiro, n. 136, ano III, 13 out. 1921. p. 10.

APPARECEU hontem o "A.B.C.". *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, n. 5848, ano XIV, 28 fev. 1915. p. 4.

BARATA, Hamilton. Canhões rebeldes trovejaram: busquemos a causa remota desse crime na incultura colectiva e na raridade dos homens de Estado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 384, ano VIII, 15 jul. 1922. p. 10.

BARBOSA, Orestes. Um baile no Lima. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 388, ano VIII, 12 ag. 1922. p. 8.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A arte na Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 236, ano V, 13 set. 1919. p. 9.

\_\_\_\_\_. A constituição da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 12.

\_\_\_\_\_. A diplomacia da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 13-14.

\_\_\_\_\_. A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 17-18.

\_\_\_\_\_. A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 14.

\_\_\_\_\_. A politica e os politicos da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 16.

\_\_\_\_\_. A sociedade da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 113, ano III, 5 maio 1917. p. 9-10.

\_\_\_\_\_. As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 12.

\_\_\_\_\_. Carta fechada – Meu maravilhoso senhor Zé Rufino. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 114, ano III, 12 maio 1917. p. 13.

\_\_\_\_\_. Elogio da Morte. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 189, ano IV, 19 out. 1918. p. 5.

\_\_\_\_\_. Mais uma. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917, p. 21.

\_\_\_\_\_. No ajuste de contas... *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 166, ano IV, 11 maio 1918, p. 11-13.

\_\_\_\_\_. Noticias da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 194, ano IV, 23 nov. 1918. p. 8.

\_\_\_\_\_. O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 6.

\_\_\_\_\_. Os heróes da Bruzundanga. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 10.

\_\_\_\_\_. Por amor a velhos princípios. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 204, ano V, 1 fev. 1919. p. 8.

\_\_\_\_\_. Tenho esperança que... *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 170, ano IV 8 jun. 1918. p. 5.

\_\_\_\_\_. Um grande financista. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 7-8.

\_\_\_\_\_. Um Manda Chuva. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 15-16.

\_\_\_\_\_. Um ministro da agricultura. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 9-10.

BORLA, Ferdinando. As superfetações dum immortal. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 7.

\_\_\_\_\_. Guardem-n'ó para o inimigo. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 140, ano III, 10 nov. 1917.

\_\_\_\_\_. Paulobarretizando o meu vernaculo. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 2, ano I, 6 mar. 1915, p. 8.

DENÚNCIA contra o chanceler? *A Época*, Rio de Janeiro, n. 2.276, ano VII, 8 out. 1918, p. 2.

CARLOS, M. A necessidade dos Exércitos. *A.B.C.*, n. 324, ano VII, 21 maio 1921.

DIAS, Carlos Malheiro. À margem do último livro de Anatole France. *O País*, n. 12.380, ano XXXIV, 2 set. 1918, p. 4.

HASSLOCHER, Paulo. “Polarizada” embriaguez. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 203, ano V, 25 jan. 1919.

JOE. Á margem do dia. *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro, n. 59, ano XL, 28 fev. 1915, p. 6.

LIMA, Oliveira. Idéas russas. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 166, ano IV, 11 maio 1918, p. 10.

MAUL, Carlos. Um campeão das idéas-força. *A.B.C.*, n. 198, ano IV, 21 dez 1918, p. 3.

NAZARÉ, Agripino. Palavras serenas. *A.B.C.*, n. 114, ano III, 12 maio 1917, p. 2.

O *A.B.C.* *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro, n. 59, ano XL, 28 fev. 1915, p. 6.

O MINISTRO do Exterior não podia nomear a senhorita Maria José para o Itamarty? *A Época*, Rio de Janeiro, n. 2.276, ano VII, 8 out. 1918, p. 8.

PÉ de coluna. *A notícia*. Rio de Janeiro, n. 55, ano XXII, 26-27 fev. 1915, p. 1.

PÉ de coluna. *A notícia*. Rio de Janeiro, n. 56, ano XXII, 27-28 fev. 1915, p. 1.

PONCE FILHO, Generoso. Ligando a obra ao autor. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 3, ano I, 13 mar. 1915, p. 9.

\_\_\_\_\_. Nos Cearás brasileiros. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27 fev. 1915, p. 7.

PÜLCHER, Claudio. Política “ventre livre”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 7, ano I, 10 abr. 1915.

TORREZÃO, Bazilio. Elogio da deserção. *A.B.C.* Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917, p. 8.

### **OBRAS**

ANTÔNIO, João. *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. (Vera Cruz, v. 237).

\_\_\_\_\_. Lima Barreto aqui e lá fora. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edición crítica, Antonio Houaiss y Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo, coordinadores. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997. p. 485-488. (Colección Archivos, v. 30).

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8.ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.

\_\_\_\_\_. Lima Barreto: homem e literato nos anos 20. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edición crítica, Antonio Houaiss y Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo, coordinadores. Madrid; Paris;

México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997. p. 405-412. (Colección Archivos, v. 30.)

\_\_\_\_\_. Paulo Hasslocher: fui elegante por amor ao Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 46-56.

BOSI, Alfredo. *A literatura brasileira*. Vol. V – O pré-modernismo. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

\_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 323-324.

BRANDÃO, Octavio. Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *Os intelectuais progressistas*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1956. p. 127-156.

BRAYNER, Sônia. Lima Barreto: mostrar ou significar? In: \_\_\_\_\_. *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. p. 145-176.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura 1900-1945 (panorama para estrangeiros). In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 117-145.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. Evolução política. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. Oligarquias: definição e bibliografia. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./mar. 1972. p. 81-92. Disponível em <[http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S0034-75901972000100007.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901972000100007.pdf)> Acesso em: 8 set. 2011.

CARVALHO, José Murilo de et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 103-130.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. In: *Ver. bras. polít. int.* Brasília, v. 41, n. 2, dez. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 fev. 2010.

CORRÊA, Henrique Sergio Silva. A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista A.B.C. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 1-10. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278311405\\_ARQUIVO\\_trabalhocompletohenriquecorrea.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278311405_ARQUIVO_trabalhocompletohenriquecorrea.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. O tradutor Lima Barreto: análise do texto “Cada raça tem um Calino”. In: X Seminário de Estudos Literários, 2010, Assis. Anais. Assis, SP, 2010, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SeminariodeEstudosLiterarios-SEL/henriquesergio.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Revista A.B.C.: apontamentos de seus primeiros anos na segunda década do século XX. In: II Colóquio da Pós-Graduação em Letras, 2010, Assis. Anais. Assis, SP, 2010, p. 540-553. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/henriquesergio.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

COUTINHO, Carlos Néelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: \_\_\_\_\_, et alii. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CRULS, Gastão. *Antônio Torres e seus amigos: Notas bio-bibliográficas seguidas de correspondência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 83-102.

FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O professor e o escritor: estudos sobre literatura brasileira e leitura*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 71-98.

\_\_\_\_\_. *O profeta e o escritor: estudo sobre Lima Barreto*. Assis: ILPHA; São Paulo: Hucitec, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

GERT, Klaus. Satire. *Praxis Deutsch*, v. 22, p. 83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr.



HODGART, Matthew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. *Uma teoria da paródia*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989. p. 45-87.

KROPOTKIN, Piotr Alekeseevich. *Palavras de um revoltado*. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário; Ícone Ed., 2005.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 313-350. (O Brasil Republicano; v. 1).

LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: os bruzundangas e aventuras do doutor Bogóloff*. 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976. (Ensaio, v. 20).

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

\_\_\_\_\_. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

LUCAS, Fábio. Confissões e fundamentos de Lima Barreto. In: BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos: memórias*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. p. 7-16. (Biblioteca invisível; v. 1).

MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utópos, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Imprensa Oficial, Edusp, FAPESP, 2001.

MAUL, Carlos. *O Rio da bela época*. 2.ed. Rio de Janeiro: S. Jose, 1968.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: \_\_\_\_\_. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p. 109-196.

MIGUEL PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: prosa de ficção – de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

NEDELL, Jeffrey D. Rio de Janeiro: capital do século XIX brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 19-73.

NEVES, José Eugênio das. *Uma leitura pós-colonial de Os bruzundangas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

PAES, José Paulo. O art-nouveau na literatura brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Gregos e baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-80.

PEREIRA, Astrojildo. Posições políticas de Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 34-54. (Coleção Vera Cruz, v. 59).

PONCE FILHO, Generoso. *O menino que era eu – Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria Lançadora, 1967.

PRADO, Antonio Arnoni. Brito Broca ou injustiças de um revoltado. In: \_\_\_\_\_. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 231-239.

\_\_\_\_\_. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

RESENDE, Beatriz. A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto. In: CARVALHO, José Murilo de et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 107-114.

\_\_\_\_\_. Lima Barreto: a opção pela Marginalia. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 73-78.

\_\_\_\_\_. Profissão: Jornalista. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica – Lima Barreto. Apresentação e notas de Beatriz Resende*. Org. de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. I. p. 7-23.

RIBEIRO, João. Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *Crítica*. Obras de João Ribeiro. V. III. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1959. p. 89-103. (Obras de João Ribeiro).

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Muad, 1999.

TIGRE, Bastos. *Reminiscências*. Brasília: Thesaurus Editora, 1992.

VASCONCELLOS, Eliane. *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

VÍTOR, Nestor. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Prosa seleta*. Organização: Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001. p. 40-46.

ZEMLIAK, Martin. Apresentação. In: KROPOTKIN, Piotr Alekseevich. *Palavras de um revoltado*. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário; Ícone Ed., 2005. p. 7-13.

# ANEXOS

## ANEXO A – Estado de Sítio

Transcrição, em cópia diplomática, da crônica inédita em livro, publicada na página 13, do número 385 da revista *A.B.C.*, que circulou no dia 22 de julho de 1922.

### ESTADO DE SITIO

Os dous amigos Fagundes e Nepomuceno viviam afastados de todas as modalidades da vida mundana. Fagundes tinha algumas apolices de cujo rendimento vivia; Nepomuceno era afastado de qualquer repartição publica, para a qual entrara, afim de socorrer os seus parentes, logo, porém, que elles se estabeleceram solidamente na vida, Nepomuceno tratou de fugir ao ambiente deleterio da burocracia: aposentou-se.

Solteiros<sup>426</sup>, porque Fagundes gastara a mocidade, sonhando com o Amor (com a grande); e Nepomuceno porque entretera a sua com o encaminhamento dos irmãos.

Aborrecidos da vida, mas gostando della – cousa que parece contradictoria, mas que acontece muitas vezes – resolveram morar juntos num arrabalde afastado da cidade, vivendo melancolicamente a contemplar as montanhas do Rio de Janeiro e a ter piedade da gente pobre que lá residia.

Não tinham nenhum escrupulo nas suas relações. Davam-se com Deus e todo o mundo. Com isso, elles gozavam e viviam uma vida intensa de maravilhas, originada pela analyse da forte tristeza nas existencias dos nossos semelhantes, aos quaes os embates da nossa sociedade transformam, deformam e degradam, não só na economia domestica, como na physionomia e aspecto physico.

Elles eram tristes e conversavam tristemente num botequim de subúrbio. Fagundes dizia, diante de uma garrafa de cerveja barata:

- Julgo que todas essas revoluções só servem para prestigiar os governos.

- Você tem toda a razão, meu caro Fagundes. Prudente, como você se lembra, estava quasi deposto, quando se deu o caso do Marcellino Bispo. O que houve?

- Prudente, respondeu Fagundes, ficou mais firme e mais forte no governo. O povo o acclamou. Não é verdade?

- Exacto. Você não se lembra tambem do que se deu com Rodrigues Alves?

- Como?

---

<sup>426</sup> No periódico, devido a ação do tempo ou de falha na impressão, a palavra é atravessada por um borrão branco, aparecendo deste modo: “Solt[os]”. Pelo contexto, deduz-se que se trata do vocábulo “Solteiros”.

- Quando foi o levante do Travassos com a Escola Militar.

- Ah! Sim! Rodrigues Alves estava impopular e ficou sendo estimado por toda a população. Você se deve recordar disto – não é?

- Ora esta! É cousa de hontem. Com Floriano aconteceu a mesma cousa. Ninguém gostava d'elle; veio, porém, o Custodio com a sua revolta da esquadra e o homem ficou sendo um heróe nacional, Marechal de Ferro e outras cousas, até estatua teve.

- Que não é grande cousa, acrescento.

- Isto não vem ao caso. A verdade é que a estatua está lá.

- Não tenho nenhuma pretenção a critico de arte; e todas as estatuas me aborrecem. A unica que estimo é a de Marco Aurelio, não só porque gosto deste Imperador-philosopho, como porque ella, a estatua, já passou por ser de Constantino.

- Hom'essa!

- Donde vem o espanto de você?

- É de você admirar a estatua de Marco Aurelio por ter passado por ser a de Constantino.

- Ahi é que está o motivo. Admiro porque uma estatua não vale nada. Com o tempo, apesar de ser bronze eterno, Marco Aurelio passa a ser Constantino e vice-versa.

Ambos riram-se um pouco e sorveram alguns tragos da humilde cerveja que lhes enfeitava a mesa de um pobre botequim suburbano. Olharam um instante o longinquo horizonte dos Orgãos e Nepomuceno disse:

- Você sabe, Fagundes, de uma cousa?

- Qual?

- Não estou contente com este “estado de sitio”.

- Porque?

- Pela razão muito simples de que ainda não fui preso.

- Diabo! Que mania é esta de você! A prisão é sempre desagradavel, mesmo por motivos políticos e você...

- Nunca fui politico, nem comprehendo politica, mas queria ser preso.

- Para que?

- É simples. Estou cheio de dividas que não sei como saldar.

- Dahi?

- É que sendo preso...

- Pagava?

- Não. Adia o pagamento e desculpava-me com os credores.
- Tens cada uma!
- Pois é isso. Está porque estou descontente com o estado de sitio.

**Lima Barreto**



## **ANEXO B – Os bruzundangas**

Estabelecimento do texto dos doze capítulos da primeira edição d'*Os Bruzundangas* publicados no *A.B.C.*

### **Procedimentos de edição**

*Os bruzundangas* possuem diversas edições dentre as quais se destacam sua publicação parcial nas páginas da revista *A.B.C.*; a primeira edição em livro, levada a cabo pelo livreiro Jacinto Ribeiro dos Santos após a morte do autor, em 1922; a terceira edição de 1952, organizada por Francisco de Assis Barbosa e publicada pela Editora Mérito; e a quarta de 1956, organizada pelo mesmo Francisco Barbosa, que integra o conjunto da obra completa do autor. Explicações sobre a publicação da obra aparecem na terceira e quarta edições, redigidas pelo seu organizador, bem como no capítulo dedicado a *Os bruzundangas* desta dissertação.

Para a colação dos capítulos publicados no hebdomadário carioca foram selecionados: os 12 números do *A.B.C.* em que os textos enviados ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos aparecem – *A* – e a primeira edição a vir a público em volume – *B*. Escolheu-se a primeira edição como texto-base, pois, dentre as duas, é a que se aproximou mais da vontade autoral, conforme indica o exame das duas lições, com alterações substanciais, e a “Nota prévia” dos organizadores da edição de 1956.<sup>427</sup>

*A* – É composto de 12 textos veiculados no *A.B.C.*, e ligados pela denominação comum e pelo conteúdo, a saber, os relatos da passagem do narrador pela República dos Estados Unidos da Bruzundanga e a exposição da história daquele país exótico. Foram impressos em 1917, nos dias 6, 20 e 27 de janeiro, 10 de fevereiro, 3, 10, 17, 24 e 31 de março, 28 de abril e 5 de maio. No dia 20 de janeiro saíram 2 textos, nos outros, apenas 1.

*B* – Trata-se da primeira edição, publicada no Rio de Janeiro, em 1922, pelo editor Jacinto Ribeiro dos Santos. Possui 191 páginas e 22 capítulos. Os capítulos utilizados para efetuar o estabelecimento do texto vão do 1º ao 9º e do 11º ao 13º (páginas 37-93, 99-118).

O texto-base foi transcrito em cópia diplomática e as variantes são transcritas no aparato crítico, também literalmente, isto é, sem atualizações ortográficas. Para facilitar

---

<sup>427</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 17-22.

a identificação, optou-se por transcrever, no máximo, dois vocábulos invariantes anteriores à variante, e, quando necessário, até dois vocábulos invariantes posteriores. Isso, sempre que ocorre qualquer tipo de alteração ou supressão de vocábulos, e reformulação do texto de *A* para *B*. Em alguns casos, não foi necessário transcrever qualquer invariante. Quando há algum acréscimo de vocábulo ou trecho de *A* para *B*, insere-se a adição entre aspas simples. Para os parágrafos acrescidos são anotados o símbolo §, mais os dois primeiros vocábulos do parágrafo, bem como os dois últimos, e o símbolo de supressão, / ... /, entre cada par. *B* substitui as aspas curvas, / “ ” /, de *A*, pelas aspas angulares / « » / durante todo o texto.

**O texto – *Os bruzundangas*, Lima Barreto**

**UM GRANDE FINANCEIRO**

**I**

A Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as republicas que se prezam, além do Presidente e juizes de varias categorias, um Senado e uma Camara de Deputados, ambos eleitos por suffragio directo e temporarios ambos, com certa differença na duração do mandato: o dos Senadores, mais longo; o dos Deputados, mais curto.

O paiz vivia de expedientes, isto é, de cincoenta em cincoenta annos, descobria-se nelle um producto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os paizes rivaes, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre productos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ella fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Dahi vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e economica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda a hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu Parlamento.

A: UM GRANDE

FINANCISTA

(CONTO EXOTICO)

«I». Acréscimo em B.

Naquelle anno, isto ha dez annos atraz, surgiu na sua Camara, um Deputado que falava muito em assumptos de finanças, orçamentos, impostos directos e indirectos e outras cousas cabalisticas da sciencia de obter dinheiro para o Estado.

A sua sciencia e saber foram logo muito gabados, pois o Thezouro da Bruzundanga, andando quasi sempre vasio, precisava desses magicos financeiros, para não se esvasiar de todo.

Chamava-se o deputado — Felixhimino ben Karpatoso. Se era advogado, medico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem; mas todos tratavam-no de doutor. A: Felismino Carrapatoso.

O dr. Karpatoso tinha uma erudição solida e propria em materia de finanças. Não citava Leroy-Beaulieu absolutamente. Os seus autores predilectos eram o russo-polaco Ladisláo Poniatwsky, o australiano Gordon O'Neill, o chinez Ma-Fi-Fu, o americano William Farthing e, sobretudo, o Dr. Caracoles y Mientras, da Universidade de Caracas, capital da Venezuela, que, por ser paiz sempre em bancarrota, dava grande autoridade ao financista de sua principal Universidade. A: Carrapatoso

O physico do deputado era dos mais sympathicos. Tinha um ar de Gil-Blas de Santillana, em certas illustrações do romance de Le Sage, com as suas barbas negras, cerradas, longas e sedosas, muito cuidadas e aparadas á tezoura diariamente. A tez era de um moreno hespanhol; os cabelos, abundantes e de azeviche; os olhos, negras e brilhantes; e não largava a piteira de ambar, com guarnições de ouro, onde fumegava sempre um charuto caro. A: de ambra,

O seu saber em materia de finanças e economia politica determinava a sua constante escolha para relator do orçamento da receita. Era de vêr como elle escrevia um substancial prefacio ao seu relatorio. Não me recordo de todas

as passagens importantes de alguns delles; mas, de certas, e é pena que sejam tão poucas, eu me lembro perfeitamente. Eis aqui algumas. Para o orçamento de 1908, o dr. Karpatoso A: Carrapatoso escreveu o seguinte trecho profundo: «Os governos não devem pedir ás populações que dirigem, em materia de impostos, mais do que ellas possam dar, affirma Ladisláo Poniatswsky. A nossa população é em geral pobrissima e nós não devemos sobrecarregal-a fiscalmente.» Não impediu isto que elle propuzesse o augmento da taxa sobre o bacalháo da Noruega, pretextando haver productos similares nas costas do paiz.

No orçamento do anno seguinte, ainda como relator da receita, elle dizia: «É missão das governos modernos, em paizes de fraca iniciativa individual (o nosso o é), fomentar o apparecimento de riquezas novas, no dizer de Gordon O'Neill. A provincia das Jazidas, segundo um sábio professor francez, é um coração de ouro sob um peito de ferro. O pico de Ytabhira, etc.».

E lembrava á Camara que indicasse medidas praticas para o aproveitamento do ouro e do ferro da provincia das Jazidas. A Camara e o Senado ouviram-no e votaram algumas centenas de contos para uma commissão que estudasse o meio pratico de aproveitar o ferro da rica provincia central. A commissão foi nomeada, montaram o escriptorio de pesquisas na capital, em logar semelhante ao largo da Carioca, e o pico de Ytabhira ficou intacto.

A fama do dr. Karpatoso subia e a sua elegancia A: Carrapatoso tambem. Fez uma viagem á Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos paizes do velho mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; o que, porém, elle trouxe de facto, nas malas, e foi verificado pelos elegantes do paiz, foram fatos, botas, chapéus, bengalas, *dernier bateau*, como dizem os «smarts» das colonias francezas da Asia, da Africa, da

America e da Oceania.

Arreiado de novo e inteiramente europeu, o dr. Karpatoso começou a figurar nas secções mundanas dos jornaes, e, vencendo o sr. Mikel de Longueville, outro deputado da Bruzundanga, foi tido como o parlamentar mais «chic» do Congresso nacional.

A: Carrapatoso  
A: sr. Calmon de Longueville

«A elegância do dr. Mikel de la Tour d’Auvergne é um tanto pesada; tem algo da solidez luzitana quando enrijou os musculos ao machado nos cêpos dos açougues; a do dr. ben Karpatoso é mais leve, mais ligeira, mais nervosa. Parece ter sido obtida com o exercicio do florete.»

A: dr. Calmon de la Tour d’Auvergne  
A: Carrapatoso

Tudo isto foi dito na secção elegante — DE COCORAS — do «Diario Mercantil», jornal da capital, secção redigida por escriptor que tinha, em materia de compôr romances, um grande parentesco com aquella raposa das uvas, cuja historia La Fontaine contou. *Ils sont trop verts, et bons pour des goujats*, disse a raposa quando não pôde attingir as uvas. Lembram-se?

O elogio que o tal senhor fez aos ademanes do dr. Karpatoso tinha origem no boato a correr de que, muito em breve, elle seria indicado para Ministro da Fazenda, e o tal redactor da secção — DE COCORAS — tinha sempre em mira descobrir os ministros futuros, para ulteriores serviços de sua profissão e recompensas consequentes.

A: Carrapatoso

Mikel de Bouillon é que ficou aborrecido com a cousa; mas, como tinha certeza de sahir, pelo menos, Vice-Presidente da Bruzundanga, abafou o azedume, encerrou bem os bigodes e continuou a pisar os passeios das ruas centraes da capital, com uma estudada solemnidade — lento, erecto como um sóba africano que tivesse envergado um fardão de official de marinha e se coberto com o respectivo chapéo armado, encontrados nos salvados de um naufragio, em uma praia deserta. Via-se bem que Turenne Calmon era daqueles

A: Calmon de Bouillon

que se satisfazem em ser o segundo em Roma, e que segundo!

Desde que se rosnou que o dr. Karpatoso seria Ministro da Fazenda do futuro quadriennio, a sua casa começou a encher-se. Karpatoso era casado com uma senhora da roça, muito segura das suas origens nobres; ella pertencia á familia dos Silvas, cujo armorial e pergaminhos não tinham sido outorgados por nenhum principe soberano. Como Napoleão que, segundo dizem, na sua sagração de Imperador, pôz elle mesmo a corôa na cabeça, D. Hengracia ben Manuela Kilva tinha ella mesmo se ennobrecido.

A: Carrapatoso

A: Carrapatoso

A: D. Engracia

Manuela da Silva

Felixhimino, como bom financeiro que era, possuía qualidades harpagonescas de economia e poupança, de fórma que se zangava muito com aquellas despezas de chá e biscoutos, que era obrigado a offerecer aos visitantes. Afim de não mexer nas economias que fazia sobre seu subsidio teve a idéa genial de fundar uma casa de herbanario, em uma espécie de rua Larga de São Joaquim da capital da Republica da Bruzundanga. Arranjou uma pessôa de confiança, que pôz á testa do negocio; e eil-o a vender chá mineiro, alfavaca, «língua de vacca», cipó-chumbo, malicia de mulher, herva cidreira, jurubeba, catinga de bóde, mata-pão, herva tostão, bicuiba, oleo de capivara, cascos de jacarés, corujas espalhadas, caramujos, sapos seccos, jabotys, etc. Em breve, ficou sendo o principal fornecedor dos feiticeiros da cidade, e os lucros foram grandes, de modo que elle poude, sem mais gravame nas suas finanças, sustentar o seu salão.

A: Carrapatoso, como

cidreira <jurubeba, ..., oleo de capivara, >.

Acréscimo em B.

A: corujas

empalhadas,

Mme. Hengracia ben Karpatoso, centro de conversa, não se cançava de gabar os arduos trabalhos do marido.

A: Engracia

Carrapatoso

Certa vez, em que houvera recepção na casa do famoso deputado, quando elle já se tinha retirado para os aposentos do andar superior, afim de estudar não sei o que, sua mulher ficou na sala de visitas a conversar com algumas amigas e alguns amigos. Alguem, a um tempo da conversa,

A: recepção em casa

observou:

— Isto vai tão mal, que não sei mesmo quem nos salvará.

Mme. Hengracia, tal e qual Mme. de Girardin em certa ocasião, apontou o dedo para o tecto e disse sacerdotalmente: A: Engracia

— Elle!

Todos se entreolharam e o dr. Moscoso completou:

— Sim: Deus!

— Não, — observou D. Hengracia. — Elle, o Felixhimino, quando fôr Ministro da Fazenda. Elle ha de sel-o em breve. A: Engracia Felismino

Todos concordaram. Não se cumpriu, porém, a prophesia da pythoniza conjugal, pois o novo presidente da Bruzundanga — Idle Bhraz — não fez ben Karpatoso Ministro do Thezouro. A: Idle Braz – não fez Carrapatoso

O sábio deputado continuou, porém, na sua actividade financeira, a relatar orçamentos com saldos, mas que sempre, ao fito do exercicio, se fechavam com «deficits».

Certo dia, Idle Bhraz de Graphophone e Cinema mandou-o chamar a palacio e disse-lhe: A: Braz

— Karpatoso, o orçamento fecha-se sempre com «deficit». Este cresce de anno para anno... Tenho que satisfazer compromissos no estrangeiro... Espero que você me arranje um geito de augmentarmos a receita. Você tem estudos sobre finanças e não será difficil para você... A: Carrapatoso

A isto Felixhimino respondeu com toda a segurança: A: Felismino

— Não ha duvidas! Vou arranjar a cousa.

Tres dias após, elle tinha as idéas salvadôras: augmentava do triplo a taxa sobre o assucar, o café, o kerozene, a carne secca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalháo; do dobro, os tecidas de algodão, os sapatos, os chapéos, os phosphoros, o leite o A: mandioca e trigo e

condensado, a taxa das latrinas, a agua, a lenha, o carvão, o espirito de vinho; creava um imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o velludo, o champagne, etc., de qualquer imposto. Calculando tudo, elle obtinha trinta mil contos. Levou a cousa a Idle Bhraz de Graphophone e Cinema, que gabou muito o trabalho de ben Karpatoso:

A: Braz

A: Carrapatoso

— Tu és um Colbert e mais ainda: és o João ben Venanko, aquelle — não sabes? — que foi presidente da Camara de Guarupé, minha terra. Elle sempre teve idéas semelhantes ás tuas, mas não as acceitavam, por isso nunca o municipio prosperou. Entretanto, era um pobre meirinho... Que financeiro!

A: João Venâncio

Apresentadas as idéas de Felixhimino á Camara, muitos deputados se insurgiram contra ellas.

A: Felismino

Um objectou:

— V. Ex. quer matar de fome o povo da Bruzundanga.

— Não ha tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um beneficio, visto que o preço da offerta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos generos baixará fatalmente.

Um outro observou:

— V. Ex. vae obrigar o povo a andar nú.

— Não apoiado. O vestuário deve ser uma cousa magestosa e imponente, para bem impressionar os estrangeiros que nos visitem. A sêda e a lã ficarão pouco mais caros que os tecidos de algodão. Toda a gente vestir-se-á de seda ou de lã e as populações das nossas cidades terão um ar de abastança que muito favoravelmente ha de impressionar os estrangeiros.

A: visitam.

A: caras

Um outro reflectiu:

— V. Ex. vae impedir o movimento de passageiros dentro da cidade e dentro do paiz.



— Será um beneficio. O barateamento das passagens só traz a desmoralização da familia. Com as passagens caras, diminuirão os passeios, os bailes, as festas, as visitas, os piqueniques, conseguintemente os encontros de namorados, a procura de casas suspeitas, etc., de fórma que os adulterios e as seducções sensivelmente hão de ser mais raros.

Dessa maneira, o genial Karpatoso, emulo do meirinho ben Venanko, o financeiro, foi arredando uma por uma as objecções que eram feitas ao seu projecto de orçamento da receita.

A: Carrapatoso

A: João Venancio

Houve uma crise no Ministerio e logo elle foi nomeado Ministro da Fazenda, com o orçamento que fizera votar. Foram taes os processos de contrabando que teve de estudar, tanto meditou sobre elles, que, um dia, telegraphou a um seu subalterno que apprehendra um grande, um immenso contrabando e prendera os infractores, desta fórma: «Fuzile todos».

O homem estava louco e morreu pouco depois. A secção elegante de um jornal de lá, o «Diário Mercantil» — DE COCORAS — fez-lhe o necrologio; o novo Ministro, entretanto, não pagou, ao redactor della, nada pelo serviço assombroso que prestára ás letras do paiz.

A: ao falstafiano

redactor

## A NOBREZA DA BRUZUNDANGA

### II

«II». Acréscimo em B.

Um leitor curioso e sympathico, por ser curioso, escreveu-me uma amavel cartinha, pedindo-me esclarecimentos sobre os usos, os costumes, as instituições civis sociaes e politicas da Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga.

Diz-me elle que procurou informações de tal paiz em compendios de Geographia, em dictionarios da mesma

disciplina e varias obras, nada encontrando a respeito.

O meu sympathico leitor não leitor não me disse que obras consultou, mas certamente elle não procurou informações nos livros que o governo da Bruzundanga manda imprimir, dando fabulosos lucros aos impressores e editores, livros escriptos em varias línguas e destinados a fazer a propaganda do paiz no estrangeiro.

É extranho; pois que, por meio de taes livros, muita gente tem feito fortuna e adquirido notoriedade nos corredores das Secretarias e nos desvãos do Thezoura da Republica da Bruzundanga.

Póde ter acontecido, entretanto, que o meu leitor amigo os tivesse procurado nas livrarias principaes; mas não é ahí que elles podem ser encontrados.

As obras que a Republica manda editar para a propaganda de suas riquezas e excellencias, logo que são impressas completamente, distribuem-se a mancheias por quem as queira. Todos as acceitam e logo passam adiante, por meio de venda. Não julgue o meu correspondente que os *sêbos* as acceitem. São tão mofinas, tão escandalosamente mentirosas, tão infladas de um optimismo de encommenda que ninguem as compra, por sabel-as falsas e destituidas de toda e qualquer honestidade informativa, de fórma a não offerecer nenhum lucro aos revendedores de livros, por falta de compradores. A: completamente são distribuidas a

Onde o meu leitor poderá enconral-as, se quer ter informações mais ou menos transbordantes de entusiasmo pago, é nas lojas de mercieiros, nos açougues, nas quitandas, assim mesmo em fragmentos, pois todos as pedem nas repartições publicas para vendel-as a peso aos retalhistas de carne verde, aos vendeiros e aos vendedores de couves.

Contudo, afim de que o meu delicado missivista não fique fazendo máo juizo a meu respeito, vou dar-lhe algumas

informações sobre o poderoso e rico paiz da Bruzundanga.

Hoje lhe falarei das nobrezas da grande Nação; proximamente, em artigos successivos, tratarei de outras instituições e costumes.

A nobreza da Bruzundanga se divide em dous grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Tóga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpíte. A: Tal e qual

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Ha de parecer que não existe ahi nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm titulos em taes escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer paiz, isto póde se dar; na Bruzundanga, não.

Lá, o cidadão que se arma de um titulo em uma das escolas citadas, obtem privilegios especiaes, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo acceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessua da plebe nunca dirá que essa especie de Bhramane tem carta, diplomacia; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um mediocre papel de Hollanda.

As moças ricas não podem comprehender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimonio dessa natureza, enchem de orgulho a familia toda, os collateraes, e os affins. Não é raro ouvir alguem dizer com todo o orgulho:

- Minha prima está casada com o doutor Bacabáo. A: doutor Bermudes.

Elle se julga tambem um pouco doutor. Joanna d'Arc não ennobreceu os parentes?

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que

os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la.

Cousa curiosa! O que mette medo aos candidatos á nobreza doutoral, não são os exames da escola superior; são os exames preliminares, aquelles das matriculas que constituem o nosso curso secundario...

Em geral, apesar de serem lentos e demorados, os cursos são mediocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigilia de armas para serem armados cavalheiros.

A: demorados os

cursos, eles são

A: de annos, para

O titulo – Dr. – anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o effeito do – Dom – em terras de Espanha. Mesmo no Exercito, elle sôa em todo o seu prestigio nobiliarchico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de tratá-lo é materia para atrapalhações protocollares. Se só se o chama *tout court* – Dr. Kamisão, – elle ficará zangado porque é Coronel; se se o designa unicamente por Coronel, elle julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu titulo universitário-militar.

A: Se se o chama só,

*tout court* – Dr.

Camisão

Os prudentes, quando se dirigem a taes pessoas, juntam os dous titulos, mas ha ainda ahí uma difficuldade na precedencia delles, isto é, se se devem designar taes senhores por – Dr. Coronel – ou – Coronel Doutor.

A: si se

Está ahí um problema que deve merecer acurado estudo do nosso sabio Mayrinck. Se o nosso grande especialista em cousas protocollares resolver o problema, muito ganhará a fama da intelligencia brasileira.

Quanto aos costumes, é isto que se observa em relação á nobreza doutoral. Temos, agora, que vêr no tocante ás leis.

O nobre doutor tem prisão especial, mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Elle não póde ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos rezam isto, apesar da Constituição, etc., etc.

Tendo crescido immensamente o numero de doutores, elles, os seus paes, sogros, etc., trataram de reservar o maior numero de logares do Estado para elles. Capciosamente, os regulamentos da Bruzundanga vão conseguindo esse «desideratum».

Assim, é que os simples logares de alcaides de policia, equivalentes aos nossos delegados, cargos que exigem o conhecimento de simples rudimentos de direito, mas muito tirocinio e habito de lidar com malfeitores, só podem ser exercidos por advogados, nomeados temporariamente.

A Constituição da Bruzundanga prohiibe as accumulações remuneradas, mas as leis ordinarias acharam meios e modos de permitir que os doutores accumulassem. São cargos technicos que exigem aptidões especiaes, dizem. A Constituição não fez excepção, mas os doutores hermeneutas acharam uma.

Ha medicos que são ao mesmo tempo clinicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e Inspectores dos Telegraphos; ha, na Bruzundanga, engenheiros que são a uma só tempo professores de grego no Gymnasio Secundario do Estado, professores de Oboè no Conservatorio de Musica, e peritos louvados e vitalicios dos escombros de incendios.

Quando lá estive, conheci um bacharel de direito que era Consultor Juridico da principal Estrada de Ferro pertencente ao governo, inspector dos serviços metallurgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de Caridade.

Como vêm, elles exercem conjunctamente cargos bem technicos e attinentes aos seus diplomas.

Um empregado publico qualquer que não seja graduado, não póde ser eleito deputado; mas a mesma lei eleitoral da excepção para aquelles funcionarios que exercem cargos de natureza technica, isto é, doutores. Já vimos que

especie de technica é a tal estimada na Bruzundanga. Convém, entretanto, contar um facto elucidativo. Um doutor de lá que era até lente da Escola dos Engenheiros, apesar de ter outros empregos rendosos, quiz ser inspector da carteira cambial do banco da Bruzundanga. Conseguio e, ao dia seguinte de sua nomeação, quando se tratou de afixar a taxa do cambio, vendo que, na vespera havia sido de  $15 \frac{3}{16}$ , o sabio doutor mandou que se o fizesse no valor  $15 \frac{3}{32}$ . Um empregado objectou:

- V. Ex. quer fazer descer o cambio?  
 - Como descer? Faça o que estou mandando! Sou doutor em mathematica.

E a cousa foi feita, mas o sábio deixou o logar, para estudar arithmetica.

Continuemos a citar factos para que esta narração tenha o maior cunho de verdade, apesar de que muita coisa possa parecer absurdo aos leitores.

Certo dia li, nos actos officiaes do Ministerio de Transportes e Communicações daquelle paiz, o seguinte:

«F., amanuense dos Correios da província dos Côcos, pedindo fazer constar de seus assentamentos o seu titulo de doutor em medicina. – Deferido.»

O pedido e o despacho dispensam qualquer comentario; e, por elles, todos podem aquilatar até que ponto chegou, na Bruzundanga, a superstição doutoral. Um amanuense que se quer recommendar por ser medico, é facto que só se vê no interessante paiz da Bruzundanga.

Outros casos eloquentemente comprobativos do que venho expondo, posso ainda citar.

Vejamos.

Há pouco tempo, no conselho municipal daquelle longiquo paiz, votou-se um orçamento, dobrando e triplicando todos os impostos. Sabem os que elle diminuiu?

«Convém, entretanto, ... empregado objectou:». Acréscimo em B.

§ V. Ex.... cambio? Acréscimo em B.

§ Como descer?... em mathematica. Acréscimo em B.

§ E a cousa... estudar arithmetica. Acréscimo em B.

§ Continuemos a... aos leitores. Acréscimo em B.

§ Certo dia... o seguinte:. Acréscimo em B.

§ «F., amanuense... – Deferido.». Acréscimo em B.

§ O pedido... da Bruzundanga. Acréscimo em B.

§ Outros casos... ainda citar. Acréscimo em B.

«Vejamos.». Acréscimo em B.

Os impostos sobre os medicos e advogados. Ainda mais.

Quando se tratou de organizar uma especie de serviço militar obrigatorio, o governo da Bruzundanga, não podendo isentar totalmente os aspirantes a doutor, consentiu que elles não residissem e comessem nos quartéis, no intuito piedoso de não lhes interromper os estudos. Entretanto, um caixeiro que fosse sorteado perderia o emprego, como todo e qualquer empregado de casa particular.

Há nessa nobreza doutoral uma hierarchia como em todas as aristocracias. O mandarinato chinez, ao qual muito se assemelha essa nobreza da Bruzundanga, tem os seus mandarins botões de saphira, de topazio, de rubi, etc. No paiz em questão, elles não se distinguem por botões, mas pelos anneis. No intuito de não fatigar os leitores, vou dar-lhes um quadro synthetico de tal nobreza da Bruzundanga com a sua respectiva hierarchia collocada em ordem descendente. Guardem-no bem. Eil-o, com as pedras dos anneis:

		Medicos (Esmeralda)	
		Advogados (Rubi)	
Doutores	}	Engenheiros (Saphira) (* <sup>428</sup> )	A: Engenheiros
		E. geographos (Saphira e certos signaes no arco do anel)	(Saphira) (* <sup>429</sup> )
		Pharmaceutico (Topazio)	
		Dentista (Granada)	

A: synthetico da nobreza

<, com as pedras dos anneis>. Acréscimo em B.

Em linhas geraes, são estas as características mais notaveis da nobreza doutoral da Bruzundanga. Podia accrescentar outras, sobre todos os seus grãos. Lembrarei, porém, ao meu correspondente que os tres primeiros grãos são mais ou menos equivalentes; mas os tres ultimos gozam de

<sup>428</sup> (\*) Os militares, turqueza.

<sup>429</sup> A: (\*) Os engenheiros militares (turqueza).

um abatimento de 50 % sobre o conceito que se faz dos primeiros.

Da outra nobreza, tratarei mais tarde, deixando de lado as meninas das Escolas Normaes, com os seus bonets de Universidade Americana, e os bachareis em letras da Bruzundanga, porque lá não são considerados nobres. Entretanto, as primeiras têm um anel distinctivo que parece uma montra de joalheria, pela quantidade de pedras que possui; e os ultimos annunciam o seu curso com uma opala vulgar. Ambos esses formados são lá considerados como falsa nobreza.

A: mais tarde./P. E. –

Deixei de lado as

A: letras

A: opala vagabunda.

## A OUTRA NOBREZA DA BRUZUNDANGA

### III

⟨III⟩. Acréscimo em B.

No artigo precedente, dei rapidas e curtas indicações sobre a primeira especie da nobiliarchia da República da Bruzundanga. Falei da nobreza doutoral. Agora vou falar de uma outra mais curiosa e interessante.

A: Hoje vou

A nobreza dos doutores se basêa em alguma cousa. No conceito popular, ella é firmada na vaga superstição de que os seus representantes sabem; no conceito das moças casadeiras é que os doutores têm direito, pelas leis divinas e humanas, a occupar os lugares mais rendosos do Estado; no pensar dos paes de familia, elle se escuda no direito que têm os seus filhos graduados nas Faculdades em trabalhar pouco e ganhar muito.

A: ella se

Emfim, em falta de outra qualquer base, ha o tal pergaminho, mais ou menos carimbado pelo governo, com um fitão e uma lata de prata, onde ha um sello, e na tampa uma dedicatoria á dama dos pensamentos do gentil cavalheiro que se fez doutor.

A: cavalheiro  
enamorado que

A outra nobreza da Bruzundanga, porém, não tem base em cousa alguma; não é firmada em lei ou costume; não é



documentada por qualquer especie de papel, edito, codigo, carta, diploma, lei ou o que seja. Foi por isso que eu a chamei de nobreza de palpito. Vou dar alguns exemplos dessa singular instituição, para elucidar bem o espirito dos leitores.

Um cidadão da democrática Republica da Bruzundanga chamava-se, por exemplo, Ricardo Silva da Conceição. Durante a meninice e a adolescencia foi conhecido assim em todos os assentamentos officiaes. Um A: Um bello

bello dia, mette-se em especulações felizes e enriquece. Não sendo doutor, julga o seu nome muito vulgar. Cogita mudal-o de modo a parecer mais nobre. Muda o nome e passa a chamar-se: Ricardo Silva de la Concepcion. Publica o annuncio no «Jornal do Commercio» local e está o homem A: “Jornal do mais satisfeito da vida. Vai para a Europa e, por lá, encontra Commercio” e por toda a parte principes, duques, condes, marqueses da Birmania, do Afghanição e do Thibet. Diabol pensa o homem. Todos são nobres e titulares e eu não sou nada disso.

Começa a pensar muito no problema e acaba lendo em um romance folhetim de A. Carrilho, – nos «Cavalheiros do A: folhetim – de A. Amor», por exemplo – um titulo hespanhol qualquer. Carrilho, nos

Supponhamos que seja: Principe de Luna y Ortega. O homem diz lá comsigo: «eu me chamo Concepcion, esse nome é hespanhol, não ha duvida que eu sou nobre»; e conclue logo que é descendente do tal Principe de Luna y Ortega. Manda fazer cartões com a corôa fechada de principe, acaba A: corôa de principe convencido de que é mesmo principe, acaba convencido de que é mesmo principe, e convencendo os seus amigos da sua prosapia elevada.

Com um destes que se improvisou principe assim de uma hora para outra, aconteceu uma anecdota engraçada. A: anecdota

Elle se chamava assim como Ferreira, ou cousa que o engraçada. A: chamava Ferreira valha. Fez uma viagem á Europa e voltou principe não sei de que.

Foi visitar as terras dos paes e dos avós que estavam abandonadas e entregues a antigos servidores.

Um dos mais velhos destes, veio visitá-lo arrimado a uma bastão que escorava a sua grande velhice. Falou ao homem, ao filho do seu antigo patrão com falá-lo ao menino a que ensinara a armar laços e arapucas.

O novel príncipe formalizou-se e disse:

-Você não sabe, Heduardo, que eu sou príncipe? A: Eduardo

-Quá o quê, nhônhô! Vancê não pode sê príncipe. A: pode ser

Vancê não é fio de imperadô, cumo é? A: como é?

O recente nobre, *ci-devant* Ferreira, estomagou-se e não quis mais conversas com aquelle velho decrepito que tinha da nobreza idéas tão caducas. Não lhe deu mais tréla.

Essa improvisação de titulos se dá pelas fórmulas as mais extranhas.

Um rapaz de certos haveres, cujo pai mourejára muito para arranjar alguns cobres, foi um dia para o estrangeiro, bem enroupado, com algumas libras no bolso. Fóra das vistas paternas e sentindo longe a hypocrisia da Bruzundanga, mettu-se em todas as pandegas que lhe passou pela cabeça.

Uma noite, em que estava cercado de damas alegres, em uma mesa de café cantante, uma dellas deu na telha de A: telha em tratá-lo de marquez. Era sr. marquez, para aqui; sr. marquez para ali.

O rapaz espantou-se a principio, mas com o calôr da conversa e a insistencia da dama, elle perguntou ingenuamente:

-Mas eu sou marquez?

-É, - disse a dama galante.

-Como?

-Vou já mostrar ao sr. marquez. Dê-me vinte francos e os nomes de seus paes, que já lhe dou a prova.

Elle assim fez e, dentro de vinte minutos, o rapazola

recebia a sua arvore genealógica, donde se concluía que descendia dos marqueses de Libreville.

Á vista de tão poderoso documento, o cidadão que partira da Bruzundanga simplesmente chamando-se Carlos Chavantes (é uma hypothese), voltou da estranja com o altisonante titulo de Marquez de Libreville. O pai continuou a chamar-se Chavantes; elle, porém, era marquez. Ó manes de d’Hozier!

A: a chamar  
Chavantes

Alguns nobres da casta dos doutores accumulam tambem a outra nobreza. São condes ou duques e doutores; e usam alternativamente o titulo de uma e o da outra aristocracia. Passam assim a ser conhecidos por dous nomes – cousa que é quasi verificada entre os malfeitores e outros conhecidos da policia.

A: é verificada

Essa recrudescencia de titulos nobiliarchicos appareceu desde que a Bruzundanga se fez Republica, e desconheceu os titulos de nobreza porque o paiz havia sido governado pelo regimen monarchico, com uma nobreza modesta, não hereditaria, que mais parecia o «tchin» russo, isto é, uma nobreza de burocratas, do que mesmo uma nobreza feudal. O rei que a creou não a chamava mesmo «nobreza», mas «taffetás».

A: nobreza; porque

A: em uma

A: um “tchin”

No paiz, esses titulares de palpito não têm importancia alguma na massa popular. Os do povo respeitam mais um modesto doutor de pharmacia pobre do que um altisonante Medina Sidonia de ultima hora. A «élite», porém, a nata, - essa sim! – tem por eles o respeito que se devia aos antigos nobres.

O povo sempre os recebe com o respeito que nós tínhamos, aqui, pelo Principe Ubá II, d’Africa.

A gente civilisada e rica, entretanto, não pensa assim, leva-os a sério e os seus titulos são berrados nos salões como se estivessem ali um Montmorency, um Conde de Vidigueira,

um Duque d'Alba, que, por signal, foi tomado para ascendente de um grave senhor da Bruzundanga, que desejava a incorporação do proletario á sociedade moderna.

Os costumes daquelle longinquo paiz são assim interessantes e dignos de acurado estudo. Elles têm uma curiosa mistura de ingenuidade infantil e idiotice senil. Certas vezes, como que merecem invectivas de propheta judaico; mas, quasi sempre, o rico bonanchão de Rabelais.

A: o riso

O que ficou dito sobre as suas duas nobrezas, penso eu, justifica esse juizo. E para ellas ainda é bom não esquecer que devemos julgal-as como aconselha Anatole France: com ironia e piedade.

A: como faz Anatole

## A POLITICA E OS POLITICOS DA BRUZUNDANGA

### IV

⟨IV⟩. Acréscimo em B.

A minha estadia na Bruzundanga foi demorada e proveitosa. O paiz, no dizer de todos, é rico, tem todos os mineraes, todos os vegetaes uteis, todas a condições de riqueza, mas vive na miseria. De onde em onde, faz uma *parada* feliz e todos respiram. As cidades vive m'cheias de carruagens; as mulheres se arreiam de joias e vestidos caros; os cavalheiros *chics* se mostram, nas ruas, com bengalas e trajes apurados; os banquetes e as recepções se sucedem.

Não ha amanuense do Ministerio do Exterior de lá que não offereça banquetes por occasião de sua promoção ao cargo immediato.

Isto dura dois ou tres annos; mas, de repente, todo esse aspecto da Bruzundanga muda. Toda a gente começa a ficar na miseria. Não ha mais dinheiro. As confeitarias vivem ás moscas; as casas de elegancias põem á porta verdadeiros recrutadores de freguezes; e os judeus do assucar e das casas de prego começam a enriquecer doidamente.

A: Isso

Porque será tal cousa? hão de perguntar.

A: cousa, hão

É que a vida economica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o paiz de expedientes.

Entretanto, o povo só accusa os politicos, isto é, os seus deputados, os seus ministros, o presidente, emfim.

O povo tem em parte razão. Os seus politicos são o pessoal mais mediocre que ha. Apegam-se a velharias, a cousas extranhas á terra que dirigem, para achar solução ás dificuldades do governo.

A: a causas

A primeira cousa que um politico de lá pensa, quando se guinda ás altas posições, é suppôr que é de carne e sangue diferente do resto da população.

O vallo de separação entre elle e a população que tem de dirigir faz-se casa vez mais profundo.

A: se faz

A Nação acaba não mais comprehendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades.

A: dos seus dirigentes

Em face de um paiz com uma população já numerosa em relação ao territorio occupado effectivamente – na Bruzundanga, os seus politicos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros.

A: effectivamente na

Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, elles, por meio de capciosas publicações, mentirosas e falsas, attraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desillusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o máo estar no paiz.

Bossuet dizia que o verdadeiro fim da politica era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da politica dos politicos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes.

Já lhes contei aqui como o Dr. Felixhimino ben Karpatoso, tido como grande financista naquelle paiz, se saiu

A: Felismino  
Carrapatao

quando se tratou de resolver grandes difficuldades financeiras da nação. Pois bem: esse senhor não é o unico exemplo da singular capacidade mental dos homens publicos da Bruzundanga.

Outros muitos eu poderia citar. Ha lá um que, depois de umas exhibições vaidosas de retratos nos jornaes e cousas equivalentes, se casou rico e deu para ser catholico praticante.

Encontrou o caminho de Damasco que é ainda uma cidade opulenta.

Entretanto, eu, quando frequentei a Universidade da Bruzundanga, o conheci como adepto do positivismo do rito do nosso Teixeira Mendes. Quiz metter-se na politica, fugiu do positivismo e, antes de dez annos, eil-o de balandrão e vara a acompanhar procissões.

Depois da sua conversão, foi eleito definidor, fabricanteiro, escrivão de varias irmandades e ordens terceiras.

Aliás, na Bruzundanga, não ha sujeito atheu ou materialista em regra que, ao se casar com mulher rica, não se faça instantaneamente catholico apostolico romano. Assim fez esse meu antigo colega.

Este homem, ou antes este rapaz, que tão rapidamente se passou de uma idéa religiosa para a outra, esse rapaz cuja insinceridade é evidente, é ajudado em todas as suas pretenções, veleidades, desejos, pelos bispos, frades, padres e irmãs de caridade.

As irmãs de caridade gozam, lá na Bruzundanga, de uma influencia poderosa. Não quero negar que, como enfermeiras de hospitais, ellas prestem serviços humanitarios dignos de todo o nosso respeito; mas não são essas que os cynicos ambiciosos da Bruzundanga cortejam. Elles cortejam aquellas que dirigem collegios de meninas ricas. Casando-se com uma destas, obtêm elles a influencia das collegas, casadas tambem com grandes figurões, para arranjarem

A: lá uns

§ Encontrou o...  
cidade opulenta.

Acréscimo em B.

«Entretanto,».

Acréscimo em B.

A: de 10 annos

A: e opa a acompanhar

A: Dahi em diante, foi

§ Aliás, na  
Bruzundanga... antigo  
colega. Acréscimo em  
B.

A: cuja insensibilidade

A: são a essas que os  
ambiciosos

posições e lugares rendosos.

Toda a gente sabe como o pessoal ecclesiastico consegue manter a influencia sobe os seus discipulos, mesmo depois de terminarem os seus cursos. Anatole France, em *L'Église et la Republique*, mostrou isso muito bem. Os padres, freiras, irmãs de caridade não abandonaram os seus alumnos absolutamente. Mantêm sociedades, recepções, etc., para os seus antigos educandos; seguem-lhes a vida toda a fórma, no casamento, nas carreiras, nos seus lutos, etc.

De tal fórma fazem isto que constituem uma especie de maçonaria a influir no espirito dos homens, através das mulheres que elles esposam.

E os malandros que sabem dessa teia formada acima dos nescios, dos sinceros e dos honestos de pensamento, tratam de cavar um dóte e uma menina das irmãs, o que vem a ser uma e unica cousa.

Disse-nos um velho que conheceu escravos na Bruzundanga que foram ellas, as irmãs dos Collegios ricos, as mais tenazes inimigas da abolição da escravidão. Dominando as filhas e mulheres dos deputados, senadores, ministros, dominavam de facto os deputados, os senadores e os ministros. *Ce que femme veut...*

Na Bruzundanga, onde os casamentos desastrosos abundam como em toda a parte, não é lei o divorcio por causa dessa influencia hypocrita e tôla, provinda dos ricos collegios de religiosos, onde se ensina a papaguear o francez e acompanhar a missa.

Esta dissertação não foi á tôa, em se tratando de politica e politicos da Bruzundanga, porque estes ultimos são em geral casados com moças educadas pelas religiosas e estas fazem a politica do paiz.

Com esse apoio fórte, apoio que resiste ás revoluções, ás mudanças de regimem, elles tratam, no poder, não de

A: de elles  
abandonarem os

A: isso

A: das nescias, das  
sinceras e das honestas

A: dominaram

A: provindo

A: Essa disserção

A: regimens

atender as necessidades da população não lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e collateraes.

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes occupando cargos do Estado; não ha lá politico influente que não se julgue com direito a deixar para seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Thezouro da Republica.

No emtanto, a terra vive na pobreza; os latifundios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, opprimida por chefões politicos, inuteis, incapazes de dirigir a cousa mais facil desta vida.

A: a causa

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarella, para que, na sua Capital, algumas centenas de parvos, com titulos altisonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsidios, duplicados e triplicados, afóra rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres.

Um pôvo desses nunca fará um *harô*, para obter terras. § Um pôvo... obter

A Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder o latim com semelhante gente; eu, porém, que me propuz a estudar os seus usos e costumes, tenho que ir até o fim.

terras. Acréscimo em B.

Não desanimarei e ainda mais uma vez lembro, pra bem esclarecer o que fica dito acima, que o grande Bossuet disse que a politica tinha por fim fazer a felicidade dos povos e a vida commoda.

«e a vida commoda».

A Aguia de Meaux, creio eu, não affirmou isso sómente para edificação de algumas beatas...

Acréscimo em B.  
§ A Aguia... algumas beatas... Acréscimo em B.



## AS RIQUEZAS DA BRUZUNDANGA

### V

<V>. Acréscimo em B.

Quando abrimos qualquer compendio de geographia da Bruzundanga; quando se lê qualquer poema patriotico desse paiz, ficamos com a convicção de que essa nação é a mais da terra. A: Quando se abre

«A Bruzundanga, diz um livro do grande sabio Volkate ben Volkate, possui nas entranhas do seu sólo todos os mineraes da terra. A: sabio Bernardo Costa

A provincia das Jazidas tem ouro, diamantes; a dos Bois, carvão de pedra e turfa; a dos Côcos, diamantes, ouro, marmore, saphiras, esmeraldas; a dos Bambús, cobre, estanho e ferro. No reino mineral, nada pede o nosso paiz aos outros. Assim tambem no vegetal, em que é sobremodo rica a nossa maravilhosa terra.

A borracha, continúa elle, póde ser extrahida de varias arvores que crescem na nossa opulenta nação; o algodoeiro é quase nativo; o cacáo póde ser colhido duas vezes por anno; a canna de assucar nasce espontaneamente; o café, que é a sua principal riqueza, dá quasi sem cuidado algum e assim todas as plantas uteis nascem na nossa Bruzundanga com facilidade e rapidez, proporcionando ao estrangeiro a sensação de que ella é o verdadeiro paraíso terrestre. » A: continúa Bernardo Costa,

Nesse tom, todos os escriptores, tanto os mais calmos e independentes como os de encommenda, cantam a formosa terra da Bruzundanga.

Os seus accidentes naturaes, as suas montanhas, os seus rios, os seus portos são tambem assim decantados. Os seus rios são os mais longos e profundos do mundo; os seus portos, os mais faceis ao acesso de grandes navios e os mais abrigados, etc., etc.

Entretanto, quem examinar com calma esse dithyrambo e o confrontar com a realidade dos factos ha de

achar estranho tanto entusiasmo.

A Bruzundanga tem carvão, mas não queima o seu nas fornalhas de suas locomotivas. Compra-o á Inglaterra, que o vende por um bom preço. Quando se pergunta aos sabios do paiz porque isto se dá, elles fazem um relatorio deste tamanho e nada dizem. Falam em calorias, em teôr de enxofre, em escorias, em grelhas, em fornalhas, em carvão americano, em *briquettes*, em camadas e nada explicam de todo. Os do povo, porém, concluem logo que o tal carvão de pedra da Bruzundanga não serve para fornalhas, mas, com certeza, póde ser aproveitado como material de construção, por ser de pedra.

A: Fallam em calorias, em teôr de phosphoro

A: conhecem logo

O que se dá com o carvão, dá-se com as outras riquezas da Bruzundanga. Ellas existem, mas ninguem as conhece. O ouro, por exemplo, é tido como uma das fortunas da Bruzundanga, mas lá não ocorre uma moeda desse metal. Mesmo, nas montras dos cambistas, as que vemos são estrangeiras. Podem ser turcas, abexins, chinas, gregas, mas do paiz não ha nenhuma. Comtudo, todos affirmam que o paiz é a patria do ouro.

A: carvão dá-se com

«Mesmo,» Acréscimo em B.

O povo da Bruzundanga é doce e crente, mais supersticioso do que crente, e entre as suas superstições está esta do outro. Elle nunca o viu, elle nunca sentiu o seu brilho fascinador; mas todo o bruzundanguense está certo de que possui no seu quintal um filão de ouro.

Com o café dá-se uma cousa interessante. O café é tido como uma das maiores riquezas do paiz; entretanto é uma das maiores pobreza. Sabem por que? Porque o café é o maior «mordedor» das finanças da Bruzundanga.

A: das suas maiores

Eu me explico. O café, ou antes, a cultura do café é a base da olygarchia politica que domina a nação. A sua arvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a

A: entregue

administradores, senhores, nessas vastas terra, de baração e  
cutello, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando  
moeda, porque, desde seculos, tal cousa é privilegio do Rei.

A: não batendo  
moeda, que sempre foi  
privilegio

Os proprietarios dos latifúndios vivem nas cidades,  
gastando á larga, levando vida de nababos e com fumaças de  
aristocratas. Quando o café não lhes dá o bastante para as suas  
imponencias e as da familia, começam a clamar que o paiz vai  
á garra; que é preciso a clamar que o paiz vai á garra; que é  
preciso salvar a lavoura; que o café é a base da vida  
economica do paiz; e – zás – arranjam meios e modos do  
governo central decretar um empréstimo de milhões para  
valorizar o producto.

A: aristocracia  
A: e da familia  
A: modo

Curiosos economistas que pretendem elevar o valor de  
uma mercadoria cuja oferta excede ás necessidades da  
procura. Mais sabios, são os donos de armarinho que dizem  
vender barato para vender muito...

§ Curiosos  
economistas... vender  
muito... Acréscimo em  
B.

Arranjando o empréstimo, está a coisa acabada. Elles,  
os olygarchas, nadam em ouro durante cinco annos, todo o  
paiz paga os juros e o povo fica mais escorchado de impostos  
e vexações fiscaes. Passam-se os annos, o café não dá o  
bastante para o luxo dos doges, dogarezas e dogarinhas da  
baga rubra, e logo elles tratam de arranjar uma nova  
valorização.

«Arranjando o  
empréstimo,».  
Acréscimo em B.  
A: dogarinhas do café,

A manobra da «valorização» consiste em fazer que o  
governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos  
interessados e o retenha em deposito; mas acontece que os  
interessados são, em geral, governo ou parentes delle, de  
modo que os interessados fixam para elles mesmos o preço da  
venda, preço que lhe dê fartos lucros, sem se incommodar que  
«o café» venha a ser, senão a pobreza, ao menos a fonte da  
pobreza da Bruzundanga, com os taes emprestimos para as  
valorizações.

«A manobra da...  
incomodar que».  
Acréscimo em B.  
A: Está ahi como o  
café vem a ser,

Além disto, o café exgota as terras, torna-as maninhas,

de modo que regiões do paiz, que foram opulentas pela sua cultura, em menos de meio seculo ficaram estereis e safaras.

Sobre a cultura do café nas terras da Bruzundanga, eu podia muito dizer e podia tambem muito epilogar. Não me despeço do assumpto totalmente; talvez, mais tarde volte a elle. Ha materia para escrever sobre ella, muito; dá tanto assumpto quanto os matadouros de Chicago.

O cultivo da canna e o fabrico de aguardente e assucar são matéria de que me abstenho de tratar. Abstenho-me porque lá diz o dictado que, com teu amo, não jogue as pêras.  
*Le sage...*

A riqueza mais engraçada da Bruzundanga é a borracha. De facto, a arvore da borracha é nativa e abundante no paiz. Ella cresce em terras que, se não são alagadiças, são doentias e enfestadas de febres e outras endemias. A extracção do látex é uma verdadeira batalha em que são ceifadas innumeras vidas. É cara, portanto. Os inglezes levaram sementes e plantaram a arvore da borracha nas suas colonias, em melhores condições que as expontaneas da Bruzundanga. Pacientemente, esperaram que as arvores crescessem; enquanto isto, os estadistas da Bruzundanga taxavam a mais não poder o producto.

«expontaneas».  
Acréscimo em B.  
A: taxaram

Durante annos, essa taxa fez a delicia da provincia dos Rios. Palacios foram construidos, theatros, hyppodromos, etc.

Das margens do seu rio principal, surgiram cidades maravilhosas e os seus magnatas faziam viagens á Europa em hiates ricos. As «cocottes» caras infestavam as ruas da cidade.  
O El-dorado...

«O El-dorado... ».  
Acréscimo em B.

Veiu, porém, a borracha dos inglezes e tudo foi por agua abaixo, porque o preço de venda da da Bruzundanga mal dava para pagar os impostos. A riqueza fez-se pobreza...

A: Veio,

A provincia deixou de pagar as dividas e houve desembargadores della a mendigar pelas ruas, por não

A: mendigar

receberem os vencimentos desde mais de dous annos.

Eis como são as riquezas do paiz da Bruzundanga.

## O ENSINO NA BRUZUNDANGA

### VI

<VI>. Acréscimo em B.

Já vos fallei na nobreza doutoral desse paiz; é logico, portanto, que vos falle do ensino que é ministrado nas suas escolas, donde se origina essa nobreza. Ha diversas especies de escolas mantidas pelo governo geral, pelos governos provinciaes e por particulares. Estas ultimas são chamadas livres e as outras officiaes, mas todas ellas são equiparadas entre si e os seus diplomas equivalem. Os meninos ou rapazes, que se destinam a ellas, não têm medo absolutamente das dificuldades que o curso de qualquer dellas possa apresentar. Do que eles têm medo, é dos exames preliminares. De fórma que os filhos dos poderosos fazem os paes desdobrar bancas de exames, pôr em certas mezas pessoas suas, conseguindo approvar os pequenos em arithmetica sem que ao menos saibam somar fracções, outros em francez sem que possam traduzir o mais facil autor. Com taes manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis annos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importancia de *doutor*.

A: elles conseguem

Ha casos tão escandalosos que, só em contal-os, mettem dó.

Passando assim pelo que nós chamamos preparatorios, os futuros directores da Republica dos Estado Unidos da Bruzundanga acabam os cursos mais ignorantes e presunçosos do que quando para lá entraram. São esses taes que berram: «Sou formado! Está falando com um homem formado!»

Ou senão quando alguém lhes diz:

- «Fulano é inteligente, ilustrado...», acóde o

homemzinho logo:

- É formado?

- Não.

- Ahn!

Raciocina elle muito bem. Em tal terra, quem não arranja um titulo como elle obteve o seu, deve ser muito burro, naturalmente.

Ha outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte *truc*. Sabem, por exemplo, que, na provincia das Jazidas, os exames de mathematica elementar são mais faceis. Que fazem elles? Inscrevem-se nos exames lá, partem e voltam com as certidões de approvação.

Continuam elles nessas manobras durante o curso superior. Em tal Escola são mais faceis os exames de taes materiais. Lá vão elles para a tal escola, frequentam o anno, decoram os pontos, prestam acto e, logo approvados, voltam correndo para a escola ou faculdade mais famosa, afim de receberem o gráo. O ensino superior fascina todos na Bruzundanga. Os seus titulos, como sabeis, dão tantos privilegios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para elle. Mas só são tres especies que suscitam esse entusiasmo: o de medico, o de advogado e o de engenheiro.

A: tres

Houve quem pensasse em tornal-os mais caros, afim de evitar a plethora de doutores. Seria um erro, pois daria o monopólio aos ricos e afastaria as verdadeiras vocações. De resto, é sabido que os lentes das escolas daquelle paiz são todos relacionados, têm negocios com os potentados financeiros e industriaes do paiz e quasi lhes reprovam os filhos.

A: potentados locaes e

quasi

Extinguir-se as escolas seria um absurdo, pois seria entregar esse ensino a seitas religiosas, que tomariam conta delles, mantendo-lhe o prestigio na opinião e na sociedade.

A: Extinguir as

pois se entregaria esse

Apezar de não ser da Bruzundanga, eu me interesse

muito por ella, pois passei uma grande parte da minha meninice e mocidade.

Meditei muito sobre os seus problemas e creio que achei o remedio para esse mal que é o seu ensino. Vou explicar-me succintamente.

O Estado da Bruzundanga, de accordo com a sua Carta Constitucional, declararia livre o exercicio de qualquer profissão, extinguindo todo e qualquer privilegio de diploma.

Feito isso, declararia tambem extinctas as actuaes Faculdades e Escolas que elle mantem.

Substituiria o actual ensino seriado, reminiscencia da Idade Média, onde, no trivium, se misturava a grammatica <onde, no... a musica>. com a dialetica e, no quadrivium, a astronomia e a geometria Acréscimo em B. com a musica, pelo ensino isolado materias, professadas pelos actuaes lentes, com os seus preparadores e laboratorios.

Quem quizesse estudar medicina, frequentaria as cadeiras necessarias á especialidade a que se destinasse, A: destina, evitando as disciplinas que julgasse inuteis.

Aquelle que tivesse vocação para engenheiro de estrada de ferro, não precisava estar perdendo tempo estudando Hydraulica. Frequentaria tão somente as cadeiras de que precisasse, tanto mais que ha engenheiros que A: precisasse. E assim precisam saber disciplinas que até bem pouco só se exigiam por diante. dos medicos, taes como os sanitarios; médicos – os <, tanto mais... hygienistas – que têm de atender a dados de construcção, etc.; medicina legal>. e advogados a estudos de medicina legal. Acréscimo em B.

Cada qual organizaria o programa do seu curso, de § Cada qual... todo accordo com a especialidade da profissão liberal que quizesse poderoso. Acréscimo exercer, com toda a honestidade e sem as escóras de em B. privilegio ou diploma todo poderoso.

Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilegios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, mais

segurança nas profissões que fossem exercer, com a força que vem da concorrência entre homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem. A: forem

Eu não supponho, não tenho a illusão que alguém tome a serio semelhante idéa.

Mas desejava bem que os da Bruzundanga a tomasse, para que mais tarde não tenham que se arrepender.

A nobreza doutoral, lá, está se fazendo aos poucos irritante, e até sendo hereditaria. Querem ver? Quando por lá andei, ouvi entre rapazes este curto dialogo: A: poucos; está até

-Mas T. foi reprovado?

-Foi.

-Como? Pois se é filho do doutro F?

Os paes mesmo têm essa idéa; as mães tambem; as irmãs da mesma fórma, de modo a só desejarem casar-se com os doutores. Estes vão ocupar os melhores lugares, as gordas sinecuras, pois o povo admite isto e o tem achado justo até agora. Ha algumas familias que são de verdadeiros Polignacs <de verdadeiros>. doutoraes. Ao lado, porém, dellas vai se formando outra Acréscimo em B. corrente, mais activa, mais consciente da injustiça que soffre, mais intelligente, que, pouco a pouco, ha de tirar do povo a illusão doutoral.

É bom não termos que ver, na minha querida Bruzundanga, aquella scena que a nobreza de sangue <a nobreza de sangue provocou, e Taine, no começo da sua grande obra «Origens da França Contemporanea», descreve em poucas e eloquentes palavras. Eu as traduzo: Acréscimo em B.

«Na noite de 14 para 15 de Julho de 1789, o duque de Larochefoucauld-Liancourt fez despertar Luiz XVI para lhe annunciar a tomada da Bastilha.

«É uma revolta?» diz o rei. - «Sire, respondeu o duque, é uma revolução.»



## A DIPLOMACIA DA BRUZUNDANGA

### VII

<VII>. Acréscimo em

O ideal de todo e qualquer natural da Bruzundanga é viver fóra do paiz. Póde-se dizer que todos aneiam por isso; e, como Robinson, vivem nas praias e nos morros, á espera do navio que os venha buscar.

B.

A: Robison

Para elles, a Bruzundanga é tida como paiz de exilio ou mais do que isso: como uma ilha de Juan Ferandez, onde os humanos perdem a fala, por não terem com quem conversar e não poderem entender o que dizem os passaros, os animaes silvestres e mesmo as cabras semi-selvagens.

Um dos meios de que a nobreza doutoral lança mão para safar-se do paiz, é obter empregos diplomaticos ou consulares, em falta destes os de addidos e «encostados» ás legações e consulados.

A: nobreza natural

Convém notar que, quando digo que a ancia geral é viver fóra do paiz, exceptúo os activos, aquelles que sugam dos ministerios subvenções, propinas, porcentagens e obtêm concessões, privilegios, etc. Estes demoram-se pouco fóra dele e, seja governo o partido radical, seja governo o partido conservador, esteja o Erario cheio, esteja elle vasio, sabem sempre obter fartos e abundantes recursos monetarios, de um modo de que só elles têm o segredo. Estes senhores gostam muito da Bruzundanga e são ferozes patriotas.

Mas, como lhes contava, os nobres doutores tratam logo de representar o paiz em terras estranhas.

Não fazem questão de logar. Seja no Turkestão ou na Groenlandia, elles acceitam os cargos diplomaticos.

A um, perguntei:

- Mas tu vaes mesmo para o Annam?

A: para Sião?

- Porque não? Não ha lá mulheres?

O sonho do joven diplomatico não é ser Tayllerand; é ser D. Juan para uso externo.

Ia até bastante satisfeito, disse-me em seguida, § Ia até... *lêdo e cégo*.  
 porquanto, lá, não se distinguindo bem a mulher annamita do Acréscimo em B.  
 homem, devia acontecer surpresas bem agradáveis com  
 semelhante *engano d'arma lêdo e cégo*.

A sua aprendizagem para o officio é simples. Além do corriqueiro francez e os usos da sociedade, os aspirantes a diplomatas começam nos passeios e reuniões da capital da Republica a ensaiar o uso de roupas, mais ou menos á ultima moda. Não esquecem nem o modo «chic» de atar os cordões dos sapatos, nem o geito ultra *fashionable* de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir; e, quando se os vê na rua, descobrindo-se para aqui, chapéo tirado da cabeça até á calçada para ali, balouçando a cabeça lembramo-nos logo dos cavallos do Cabo de «coupé» de casamento rico.

Outra cousa que um recommendavel aspirante a A: recommendavel  
 diplomata deve possuir, são titulos literarios. Não é possivel  
 que um milhar de candidatos, pois sempre os ha nesse A: neste  
 numero, tenham todos talento literario, mas a maior parte  
 delles não se atrapalham com a falta.

Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos criticos honrosas referencias; outros, quando já empregados no Ministerio, mandam os continuos copiar velhos officios dos Archivos, collam as copias com gomma arabica em folhas de papel, mandam a cousa para a Typographia Nacional do paiz, põem um titulo pomposo na cousa, são acclamados historiadores, sabios, A: sciencias e  
 cientistas e logram conseguir boas nomeações.

Houve um até que não teve escrupulo em copiar grandes trechos do «Carlos Magno e os Dôze Pares de França», para ter um soberbo titulo intelectual, capaz de fazel-lo secretario de Legação, como ainda o é actualmente.

O mais notavel caso de acesso na «carreira» foi o que obteve o addido á Secretaria de Estrangeiros Horlando. Em um jantar de luxo, houve uma disputa entre dous convidados sobre uma qualidade de peixe que viera á mesa. Um dizia que era garoupa; o outro que era bijupirá. Não houve meio de concordarem. Horlando foi chamado para arbitro. Levou amostras para casa. Mandou tirar photographias, fez que desenhassem estampas elucidativas, escreveu um relatorio de 200 paginas, e concluiu que não era nem garoupa, nem bijupirá, mas cação. O seu trabalho foi tido como um modelo da mais pura erudição culinaria e o moço foi logo encarregado de negocios na Guatemala. É hoje considerado como um dos luzeiros da diplomacia da Bruzundanga.

A: “Carreira”

A: garopa; o outro que era bizupira

A: nem garopa, nem bizupira

Cada Manda-Chuva novo traz sempre em mente augmentar o numero de legações, de modo que não ha paiz no mundo em que a Bruzundanga não tenha um batalhão de representantes. Muitos desses paizes não mantêm, com a curiosa Republica que venho descrevendo, relações de especie alguma; mas, como é preciso mandar alguns filhos de «figurões» para o estrangeiro, a munificencia dos poderes publicos não trepida em crear nellas legações dispendiosas. Ha lá até quem reze para que certos paizes se desmanchem e surjam da separação novos independentes, permitindo o augmento de legações.

A: não têm,

A: munificencia

A: nelles

&lt;da separação&gt;.

Acrécimo em B.

Os rapazes, que vão para ellas, saem do paiz muito bons rapazinhos, ás vezes mesmo mais ricos de influencia que de dinheiro; quando, porém, de lá voltam, só porque viram o emir de Afghanistão ou o sultão de Basóra, acreditam-se da melhor nobreza...certamente musulmana.

Os seus modos são outros, os seus gestos estudados, pisam á ultima moda do centro da Asia e encetam a conversa sobre qualquer cousa, começando sempre assim:

- Estava eu em Kabul, quando a mulher do ministro A: Kahul

russo...

Kabul sôa ahi como se fosse Paris, Londres ou Roma e os seus auditores consentem em admitir que a capital de Afghaniistão seja mesmo um deposito de elegancias superiores. A: Kahul

Pelo simples facto de terem palmilhado terras estranhas e terem visto naturalmente algumas obras primas, os diplomatas da Bruzundanga se julgam todos elles artistas, literatos, homens finos, «gentlemem».

A: “gentlemens”

Não pensem que elles publiquem obras maravilhosas, profundas de pensamento, densas de idéas; não é isso bem o que elles publicam. <O>. Acréscimo em B.

Afóra um ou outro que não se veste pelo figurino da maioria, o que elles publicam são sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as especies de joias e adereços que se encontram nas montras dos ourives.

A isto, elles baptisam, por conta propria, de aristocracia da arte, arte superior, arte das delicadezas impalpaveis.

Publicam esses catalogos de ourivesaria, quando não são de modistas e alfaiates, em edições luxuosas; e, immediatamente, apresentam-se candidatos á Academia de Letras da Bruzundanga.

Houve tempo em que ella os acceitava sem detença; mas, ultimamente, devido á sua senilidade precoce, desprezou-os e só vae acceitando os thaumaturgos da cidade.

Não ha medico milagreiro e afreguezado que não entre para ella e pretira os diplomatas.

Nem sempre foi assim a diplomacia da Bruzundanga. Mesmo depois de lá se ter proclamado a Republica os seus diplomatas não tinham o recheio de ridículo que actualmente A: o receio têm.

Eram simples homens como quaesquer, sem pretensões do que não eram, sem fumaças de aristocracia, nada casquilhos, nem arrogantes. A: sem funcções de

Appareceu, porém, um embaixador gordo e autoritario, megalomano e intelligente, o Visconde de Pancôme, que fizeram ministro dos Estrangeiros, e elle transformou tudo.

Empossado no ministerio, a primeira cousa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era elle. O novo Ministro era muito popular na Bruzundanga; e vinha a sua popularidade do facto de ter obtido do Rei da Inglaterra a commenda da Jarreteira para o Manda-Chuva e seus ministros, assim como o Tosão de Ouro da Hespanha para os generaes e almirantes.

Todos os senhores hão de se admiriar que tal cousa tenha feito o homem popular. É que os bruzundanguenses babam-se inteiramente por esse negocio de condecorações e commendas; e, embora cada qual não tivesse recebido uma, elles se julgavam honrados pelo facto do Manda Chuva, do Ministro, dos generaes e almirantes terem recebidos condecorações tão famosas no mundo inteiro. A: que taes cousas tenham feito  
A: embora todos não tivessem

São assim como nós que temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de kilometros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver. <quadrados de terra>. Acréscimo em B.

O Visconde, exaltado ao Ministerio, tendo por lei a sua vontade, baseado na popularidade, fez o que entendeu e sua preocupação maxima foi dar á representação externa da Bruzundanga um brilho de beleza masculina, cujo canon elle guardava secretamente para si. Dahi veiu essa total modificação no espirito da representação exterior do paiz e não houve bonequinho mais ou menos vasio e empomadado

que elle não nomeasse para esta ou aquella legação.

O seu successor seguiu-lhe logo as pegadas, não só neste ponto como em outros mais.

O Visconde de Pancôme era de facto um escriptor; o novo ministro não era absolutamente, mas como substituiu aquelle, julgou-se no direito de o ser tambem membro da Academia de Letras, como tinha sido o seu predecessor.

Publicou em papelão um discurso, impresso em letras garrafas, conseguindo assim organizar um volume e foi dahi em diante egual ao antecessor em tudo.

Não ha mal algum que seja assim a diplomacia daquellas paragens. A Bruzundanga é um paiz de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeita.

E, se os maridos e paes da Bruzundanga têm que andar cheios de cuidados, é melhor que taes zelos fique ao cargo dos estrangeiros. A diplomacia do paiz tem a sua utilidade...

## A CONSTITUIÇÃO

### VIII

Quando se reuniu a Constituição da Republica da Bruzundanga, houve no paiz uma grande esperança. O paiz tinha, até ahi, sido governado por uma lei basica que datava de cerca de um seculo e todos os jovens julgavam-na avelhentada e já caduca. Os militares do Exercito, iniciados nas sete sciencias do Pythagoras de Montpellier, criticavam-na da seguinte forma: «Qual! esta constituição não presta! Os que a fizeram não sabiam nem arithmetica; como podiam decidir em sociologia?»

Escusado é dizer que isto não era verdade, mas o criterio historico delles e o seu orgulho escolar pediam fosse.

Os outros doutores tambem achavam a Constituição monarchica absolutamente tôla, porque, desde que ella fora

A: A Constituição da Bruzundanga

〈VIII〉. Acréscimo em

B.

A: a Constituinte da

A: julgaram-na

avelhantada

A: outros doutos

promulgada, havia surgido um certo jurista allemão ou apparecido um novo remedio para erysipelas. A nova devia ser uma perfeição e trazer a felicidade de todos.

Reuniu-se, pois, a Constituinte com toda a solemnidade. Vieram para ella, jovens poetas, ainda tresandando á grossa bohemia; vieram para ella, imponentes tenentes de artilharia, ainda cheirando aos «cadernos» da Escola; vieram para ella, velhos possuidores de escravos, cheios de ódio ao antigo regimen por haver libertado os que tinham; vieram para ella, bisonhos jornalistas da roça recheiados de uma erudição á flôr da pelle, e tambem alguns dos seus collegas da Capital, eivados do Lamartine, *Historia do Girondinos*, e entusiastas dos caudilhos das republicas hespanholas da America. Era mais ou menos esse o pessoal de que se compunha a nova Constituinte. A: ao velho regimen

Tinham entrado no ritual da nova Republica os banquetes pantagruelicos; e, nas vespervas da reunião, houve um de estrondo. B. <nova>. Acréscimo em

Á sessão inaugural, prestou guarda de honra uma brigada; mas, bem contando, era unicamente um batalhão.

Quando saíram os constituintes, Z, um delles, perguntava de si para si:

- Que vou propôr eu?

H. escogitava:

- Devo ser pelo divorcio? Esses padres...

B. meditava:

- Antes mão me mettesse nisto. O Imperador póde voltar e é o diabo!...

Quasi todos, porém, consideravam com toda a convicção. Com todo o acendramento, com um recolhimento religioso:

- Qual a Constituição que devemos imitar?

Em geral, elles esperavam ser escolhidos para a

comissão dos 21 que tinha de redigir o projecto da futura lei básica, e era justo que tivessem semelhante preocupação absorvente:

- Qual Constituição que devemos imitar?

Votado o regimento interno da grande Assembléa e tomadas todas as outras disposições secundárias, a comissão dos 21 membros, encarregada de redigir o projecto, foi escolhida; e, em reunião, houve entre os seus membros caloroso debate a respeito de quem deveria ser o relator ou os relatores.

Escolheram, afinal, trez summidades: Felicio, A: tres  
Gracindo e Pelino, todos elles – *ben* – qualquer cousa. <, todos eles – *ben* –

O resto pôz-se a descansar e os trez, em sala separada, qualquer cousa>.  
no dia seguinte, juntaram-se e trataram dos moldes em que Acréscimo em B.  
devia ser elaborada a nova Magna Carta. A: tres

Pelinho foi de parecer que a Constituição futura devia ser vasada no cadinho que fôra a do paiz dos Huyhnms.

- É um paiz de cavallos! Exclamou Gracindo.

- Que tem isto? retrucou Pelino. Nós somos bastante parecidos com elles.

- Não, não queremos, objectaram os dous outros.

- Então como vae ser? perguntou Pelino. Se não querem á moda dos cavallos, não podemos achar outro modelo, pois o paiz dos camellos não tem Constituição.

- Façamos a Constituição aos modos da de Liliput, fez Felicio.

- Não me serve! exclamou Pelino. Semelhante gente não péza, é muito pequena!

- Então ao geito da de Brobdingnag, o paiz dos gigantes.

Todos acharam justa a proposta e começaram a redigir o projecto de Constituição da Bruzundanga republicana, conforme o paradigma da do paiz dos gigantes.



Quando Gulliver lá esteve (creio que os senhores se lembram disso), figurou como um verdadeiro brinquedo. Ninguém o levava a sério como homem; era antes um boneco que dormia com as moças e tinha outras intimidades que, se não foram contadas, podem ser adivinhadas.

A população da Bruzundanga, tirante um attributo ou outro, não era composta de pessoas diferentes do Dr. Gulliver; eram minusculos bonecos, portanto, que queriam possuir um Constituição de gigantes.

Felizmente, porém, já na grande commissão, já no plenário, a imitação foi modificada; e, em muitos pontos, a Carta da Bruzundanga veio afastar-se da de Brobdingnag.

Houve mesmo disposições originaes que merecem ser citadas. Assim, por exemplo, a exigencia principal para ser ministro era a de que o candidato não entendesse nada das cousas da pasta que ia gerir.

Por exemplo, um ministro da Agricultura não devia A: devia estudar cousa entender cousa alguma de agronomia. O que se exigia delle é que fosse um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar «trusts», monopolios, estancos, etc.

Os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquellas dos governadores das provincias que os elegiam. As provincias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas familias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade.

Havia artigos muito bons, como por exemplo o que determinava a não accumulção de cargos remunerados e aquelle que estabelecia a liberdade de profissão; mas, logo, surgiu um deputado prudente que estabeleceu o seguinte artigo nas disposições geraes: «Toda a vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas A: parentes ou de da «situação» ou de membros della, fica subentendido que <ou de membros

elle não tem applicação no caso.»

della,». Acréscimo em

Na Constituinte, todos esperavam ficar na «situação», de modo que o artigo acima foi approved unanimemente. B.

Com este artigo a Lei Suprema da Bruzundanga tomou uma elasticidade extraordinaria. Os presidentes de provincia, desde que estivessem de accordo com o presidente da Republica,-na Bruzundanga chama-se Manda-Chuva – faziam o que queriam. A: chamava-se

Se algum recalcitrante, á vista de qualquer violação da Constituição, appellava para a Justiça (lá se chama Chicana), logo a Côrte Suprema indagava se feria interesses de parentes de pessoas da situação e decidia conforme o famoso artigo. A: parentes ou de

Um certo governador de uma das provincias da Bruzundanga, grande plantador de café, verificando a baixa de preço que o producto ia tendo, de modo a não lhe dar lucros fabulosos, prohibiu o plantio de mais um pé que fosse da «preciosa rubiacea».

Era uma lei colonial, uma verdadeira disposição de Carta Régia. Houve então um cidadão que pediu «habeas-corpus» para plantar café. A Suprema Côrte, á vista do tal artigo citado, não o concedeu, visto ferir os interesses do presidente da provincia, que pertencia á «situação».

Como todo o mundo não podia pertencer á «situação», os que ficavam fóra della, vendo os seus direitos postergados, começavam a berrar, a pedir justiça, a falar em principios, e organizavam, desta ou daquella maneira, mashorcas.

Se eram victoriosos, formavam a sua «situação» e começavam a fazer o mesmo que os outros. A: Se eram victimas,

Havia appello para a «Chicana», mas a Suprema Côrte, considerando bem o tal artigo já citado, decidia de accordo com a «situação». Era tudo a «situação».

Todos os partidos que não pertenciam a ella, pregavam a reforma da Constituição; mas logo que a ella

adheriam, repelliam a reforma como um sacrilegio.

A Constituição affirmava que ninguem podia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude de lei. Não havia lei que permitisse as provincias deportar individuos de uma para a outra, mas o Estado do Kaphet, graças ao tal artigo, deportava quem queria e ainda encommendava aos jornaes que chamassem de provincia modelo. A: Estado das Tamaras

A Constituição da Bruzundanga era sabia no que tocava ás condições para elegibilidade do Manda-Chuva, isto é, o Presidente.

Estabelecida que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha alguma intelligencia; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total.

Nessa parte a Constituição foi sempre obedecida.

A Republica dura, na Bruzundanga, ha cerca de 30 annos. Têm passado pelo curul presidencial nada menos do que seis Manda-Chuvas, e não houve, talvez, um que infringisse tão sabias disposições. A: Manda-Chuva, e nunca houve um que

A Carta da Bruzundanga, que começou imitando a do paiz dos gigantes, foi inteiramente obedecida nessa passagem, e de um modo religioso.

No que toca ao resto, porém, ella tem soffrido varias mutilações, desfigurações e interpretações de modo a não me permitir continuar a dar mais apanhados della, a menos que quizesse escrever um livro de seiscentas paginas.

## UM MANDA CHUVA

### IX

Os leitores que têm seguido estas rapidas notas sobre os usos e costumes, leis e superstições da Republica da Bruzundanga, não devem ter esquecido que o seu presidente é

chamado «Manda-Chuva», e oficialmente.

Já dei até algumas das exigencia constitucionaes que os candidatos têm de preencher, afim de ascenderem á curul presidencial daquelle paiz, que fica proximo da ilha dos Lagartos, tão bem descripta pelo meu concidadão Antonio José, que as fogueiras da Inquisição queimaram em Lisbôa.

O que pretendo agora, nestas linhas, é fornecer aos leitores o typo de um presidente da curiosa Republica, infelizmente tão mal conhecida entre nós – cousa de lastimar, pois ella nos podia fornecer modelos que nos levassem de vez a completo desastre. *Il faut finir, pour recommencer...*

A não ser que suba ao poder, por uma revolta mais ou menos disfarçada, um General mais ou menos decorativo, o Manda-Chuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral; e, dentre os doutores, a escolha recáe sobre um advogado.

É justo, pois são os advogados ou bachareis em direito que devem ter obrigação de conhecer a barafunda de leis de toda a natureza, embora a arte de governar, segundo o criterio dos que philosopham sobre o Estado e o admitem necessario, não peça unicamente o secco conhecimento de textos de leis, de artigos de codigos, de opiniões de praxista e hermeneutas.

As leis são o esqueleto das sociedades, mas a feição de saude ou doença destas, as suas necessidades therapeuticas ou cirurgicas, são dadas pelo prévio conhecimento e exame, no momento, do estado de certas partes externas e dos seus órgãos vitaes, que são o seu commercio, a sua industria, as suas artes, os sonhos do seu povo, os soffrimentos delle – toda essa parte mutavel das communhões humanas, cambiante e fugidia, que só os fortes observadores, com grande A: os factos intelligencia, colhem em alguns instantes, suggerindo os observados, remedios efficazes e as providencias adequadas, para tal ou qual caso.

Como dizia, porém, na Bruzundanga, em geral, o Manda-Chuva é escolhido ente os advogados, mas não julguem que elle venha dos mais notaveis, dos mais illustrados, não: elle surge e é indicado dentre os mais nescios e os mais mediocres. Quasi sempre, é um leguleio da roça que, logo após a formatura, isto é, desde os primeiros annos de sua mocidade até aos quarenta, quando o fizeram deputado provincial, não teve outro ambiente que a sua cidadezinha de cinco a dez mil habitantes, mais outra leitura que a dos jornaes e livros communs da profissão – indicadores, manuais, etc.; e outra convivencia que não a do boticario, do medico local, do professor publico e de algum fazendeiro menos dorminhôco, com os quaes jogava o sólo, ou mesmo o «truque», nos fundos da botica. A: dos primeiros A: joga

É este homem que assim viveu a parte melhor da vida, é este homem que só viu a vida de sua patria na pacatez de quase uma aldeia; é este homem que não conheceu senão a sua camada e que o seu estulto orgulho de doutor da roça levou a ter sempre um desdem bonanchão pelos inferiores; é este homem que empregou vinte annos, ou pouco menos, a conversar com o boticario sobre as intrigas politicas de seu logarejo; é este homem cuja cultura artistica se cifrou em dar corda no gramophone familiar; é este homem cuja unica habilidade se resume em contar anedotas; é um homem destes, meus senhores, que depois de ser deputado provincial, geral, senador, presidente da provincia, vai ser o Manda-Chuva da Bruzundanga. A: desdem burocratico

Hão de dizer que, passando por tão altos cargos que se exercem em grandes cidades, nas capitaes, o futuro Manda-Chuva ha de ter recebido outras impressões e ganhar, portanto, idéas mais amplas. Naturalmente, elle ha de adquirir algumas, mas não tantas que modifiquem a sua primitiva estructura mental.

Durante esse longo tempo em que elle passa como deputado, senador, isto e aquillo, o esperançoso Manda-Chuva é absorvido pelas intrigas politicas, pelo esforço de ageitar os correligionarios, pelo trabalho de amaciar os influentes e os preponderantes, na politica geral e regional. A sua actividade espiritual limita-se a isto.

Os preponderantes e influentes têm todo o interesse em não fazer subir os intelligentes, os illustrados, os que entendem de qualquer cousa; e tratam logo de collocar em destaque um mediocre razoavel que tenha mais ambição de subsidios do que mesmo a vaidade do poder.

Além disso, elles têm que attender aos capatazes politicos das localidades das provincias; e, em geral, estes ultimos indicam, para os primeiros postos politicos, os seus filhos, os seus sobrinhos e de preferencia a estes: os seus genros.

A: sobrinhos e mais do que isto: os

A ternura de pae quer sempre dar essa satisfação á vaidade das filhas.

O futuro chefe do governo da Bruzundanga começa a sua carreira politica pela mão do sogro; e, relacionando-se com os bonzos de sua provincia, se é esperto e apoucado de intelligencia e saber, faz-se ainda mais; na maioria dos casos, porém, não é preciso tanto. Os caides ficam logo contentes com elle. Mandam-no para a Camara Geral; e, durante a primeira legislatura, encarregam-no de comprar ceroulas, pares de meias, espingardas de dous canos, oculos de gráo tanto, de ir ás repartições vêr tal requerimento, de empenhar-se pelos exames dos nhonhês, etc..

A: ainda mais burro; mas, na maioria dos casos, não é

Quando acaba a legislatura, o Messias anunciado para salvar a Bruzundanga é possuidor de todo esse acervo de serviços ao partido. É reeleito. A sua lealdade e o seu natural prestativo indicam-no logo para «leader» da bancada, senão da Camara. Eil-o em evidencia. Os jornalistas, grandes e

pequenos, não o deixam, elogiam-no, dão-lhe o retrato nas folhas, fazem pilherias a respeito do homem; e elle autoriza a publicação de actos officiaes do governo de sua provincia, cujas contas o erario departamental paga gennerosamente aos seus jornaes e revistas.

A: elle autoriza-lhes a <aos seus jornaes e revistas>. Acréscimo em B.

Os calenders provincianos estão cada vez mais contentes com elle e o nosso homem já economizou, sobre subsidios, mais do que a mulher trouxe para a sociedade conjugal.

É um homem methodico, pontual nos pagamentos, não gasta dinheiro em cousas inuteis, como seja em livros.

Uma noite ou outra, vai ao Theatro Lyrico, mas logo se aborrece, não só elle como a futura Mme. Manda-Chuva. Preferia, Madame, estar a dormir naquella hora, e elle a jogar sólo na botica, antes do que permanecerem ali, apertados nos vestuarios, a ouvir umas cantorias em lingua que não entendem. Que saudades do gramophone! Para elle, há sécas peiores...

Ainda a musica elle supporta um tanto, mas as taes exposições de pintura, as sessões de Academias... Irra! Que estafa!

Foge de ir a ellas; e todo o seu medo é vir a ser presidente da Bruzundanga, pois será obrigado a comparecer a taes festas.

A sua leitura continua a ser os jornaes, porém não pega mais nos manuaes, nos indicadores de legislação.

As necessidades artisticas de sua natureza se cifram no gramophone domestico e nos cinemas urbanos ou do arrabalde em que reside. Faz colleção dos programmas destes ultimos e, com elles, organiza a sua opulenta bibliotheca literaria.

Á proporção que sóbe, mostra-se mais caróla; não falta á missa, aos sermões, communga, confessa-se e os

padres e irmãos de caridade têm-no já por aliado. Ah! Quem o visse contar certas anedotas sobre padres, jogando o «truque», nos fundos da botica de sua terra!... Historia antiga! O homem, hoje, é sinceramente catholico, e tanto assim que acompanha procissões de ópa ou balandrão.

A ascensão dele a Senador até coincidiu com a sua eleição para o irmão fabriqueiro da SS. Irmandade de S. Affonso de Ligorio e tambem com a de definidor da SS e Veneravel Irmandade de Santo Onofre.

As cousas vão assim marchando; e elle, sempre calado, deixa-se ficar, rodando a manivella do gramophone e do seu moinho de rézas.

A: régas.

Ha uma complicação na escolha do Governador da provincia das Jazidas, onde elle nasceu. Os caides não se entendem e o seu nome é apontado como conciliador, escolhido e eleito. Aborrece-se um pouco, pois já estava habituado com a capital do paiz, e muito gostava della, apesar de mal a conhecer. Toma posse, entretanto. Surge, ao meio do seu governo regional, não entre os caides, mas na communhão dos emires que governam o paiz, um desaguizado, com o problema da successão do Manda-Chuva, cujo tempo está a acabar. O nosso homem não se define. Continua a dar corda no seu enorme e fanhoso gramophone e a rodar a manivella do seu moinho de rézas. Os padres, que são seus alliados, não o abandonam; e nos bastidores, por intermedio das mulheres dos politicos, insinuam-lhe o nome para o alto cargo de Manda-Chuva. Eil-o eleito, toma posse do cargo e do alcatifado palacio que a nação lhe dá para residencia.

O seu primeiro cuidado, e tambem da mulher, é fechar diversos aposentos para diminuir o numero de serviçaes, de modo a fazer economias na verba de representação.

A: serviçaes, no intuito de fazer

O cargo dá-lhe certos incommodos, mas muitas



vantagens: não paga sello nas cartas, não paga bonde, trem, nem theatros, onde continua a quase não ir. O que o aborrece, sobretudo, são as audiencias publicas – uma importunação para esse parente de S. Luiz. Mais o amollam que lhe dão fadiga. Ao sair de uma dellas, diz á mulher:

-Que povo aborrecido!

-Mas que tem você com o povo?- pergunta Mme.

Manda-Chuva, a Egeria conjugal.

A: Egregia conjugal

Para distrahir-se, o esclarecido Manda-Chuva compra um bom gramophone e installa no palacio um cinema.

É conveniente lembrar que, nesse mesmo palacio, ao tempo em que a Bruzundanga era Imperio, executores famosos no mundo inteiro tinham tocado obras primas musicaes, no violino e no piano. Houve progresso...

Eis ahi um Manda-Chuva perfeito.

§ Eis ahi um Manda-Chuva perfeito.

Acréscimo em B.

## FORÇA ARMADA

### X

Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Ha, porem, cento e setenta e cinco generaes e oitenta e sete almirantes. Alem disto, ha quatro ou cinco milheiros de officiaes, tanto de terra como, de mar, que se occupam em fazer officios nas repartições. O fim principal dessas repartições, no que toca ao Exercito, é estudar a mudança de uniformes dos mesmos officiaes. Os grandes costureiros de Paris não têm tanto trabalho em imaginar modas femininas como os militares da Bruzundanga em conceber, de anno em anno, novos fardamentos para elles.

Quando não lhes é possivel de todo mudal-os, reformam o feitio do bonet ou do calçado. É assim que já

usaram os officiaes do Exercito de lá, cothurnos, borzeguins, sandalias, *sabots* e aquilo que nós chamamos aqui – tamancos.

Entretanto, o Exercito da Bruzundanga merece consideração, pois tem boas qualidades que desculpam esses pequenos defeitos. É ás vezes abnegado e quasi sempre generoso, e eu, que vivi entre os seus officiaes muito tempo, tendo tido muitas questões com elles, posso dizer que jámais os suppuz tão tolerantes. Foi, no que me toca, um traço que, além de me surprehender, me captivou immensamente. Demais, apesar de toda e qualquer presumpção que se lhes possa attribuir, elles têm sempre um sincero respeito pelas manifestações da intelligencia, partam ellas de onde partirem.

O mesmo não se pode dizer da Marinha. Ella é estrictamente militar e os seus officiaes julgam-se descendentes dos primeiros homens que sahiram de Pamir. Não ha nelles a preocupação de constante mudança de fardamento; mas ha a de raça, para que a Bruzundanga não seja envergonhada no estrangeiro possuindo entre os seus officiaes de mar alguns de origem javaneza. Os mestiços de javanezes, entretanto, têm dado grandes intelligencias ao paiz, e muitas.

A marinha da Bruzundanga, porém, com muito pouco entra para o inventario intellectual da patria que ella diz representar no estrangeiro com os seus navios paralyticos.

Se, de facto, lá houvesse Marinha, podia-se dizer que era mantida pelo povo da Bruzundanga para gaudio e alegria dos paizes estranhos.

As principaes producções dos arsenaes de guerra do paiz são brinquedos aperfeiçoados; e os da Marinha são muito estimados na nação pela perfeição das rêdes de pescaria que lhe saem dos estaleiros.

Uma das curiosidades da Armada daquelle paiz é a

indolencia tropical dos seus navios que, ás vezes, por méro capricho, teimam em não andar.

Emfim, a força armada da Bruzundanga é a cousa mais innocente deste mundo, Em face d'ella, todo o pacifismo ou humanitarismo é perfeitamente ridiculo.

## UM MINISTRO

### XI

Estas «notas» sobre a Bruzundanga ameaçam, não abar mais. Temo, ao escrevel-as tão longas como «Historias» de Herodoto, não virem ellas, apezar disso, merecer a immortalidade da obra do viajante grego.

Comtudo, se a posteridade não encontrar nellas algum ensinamento, e as desprezar, os contemporaneos do meu paiz podem achar nestas rapidas narrações de coisas de nação tão remota, moldes, receitas e meios para esbodegar de vez o Brasil.

Esbocei em um capitulo antecedente o typo de Manda-Chuva da Bruzundanga; agora, vou vêr se debuxo o de um ministro daquelle paiz.

A Bruzundanga, como o Brasil, é um paiz essencialmente agricola; e, como o Brasil, póde-se dizer que não tem agricultura.

O regimen de propriedade agricola lá regimen de latifundios com toques feudais, faz que o trabalhador agricola seja um pária, quasi sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquella palha, sem garantias de espécie alguma-situação mais agravada ainda pela sua ignorancia, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietarios.

Estes, em geral, são completamente inhabeis para dirigir qualquer coisa, indignos da função que a obscura marcha das coisas depositou em suas mãos. Pouco instruidos,

A: UM MINISTRO  
DA AGRICULTURA

X

A: Esbocei no capitulo

apezar de formados, nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpãos e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são governadas por elles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos.

Todos elles são políticos, senão de destaque, ao menos com influencia nos logares em que têm as suas fazendas agricolas; e, apoiados na politica, fazem o que querem, são senhores de baração e cutello, elles ou os seus prepostos.

O pária agricola (chamam lá colono ou caboclo), quando se estabelece nas suas propriedades, tem todas as promessas e todas as garantias verbaes. Constróe o seu rancho, que é uma cabana de taipa coberta com o que nós chamamos de sapê, e começa a trabalhar para o barão, desta ou daquela maneira. Não me alongo mais sobre a vida delles, porque pouco vivi na roça da Bruzundanga; mas posso asseverar que o trabalhador agricola daquelle paiz – esteja o café em alta, esteja em baixa, suba o assucar, desça o assucar – ha trinta annos ganha o mesmo salario, isto é, 10 thonios por dia, a secco, o que quer dizer, na nossa moeda, mil quinhentos a dous mil réis, sem alimentação.

Todos os salarios têm subido na Bruzundanga, menos os dos trabalhadores agricolas. A parte povoada e cultivada do paiz tem já uma razoavel população e talvez sufficiente para as suas necessidades, mas, á vista do pouco lucro que os trabalhadores agricolas tinham do seu suor, em breve deixam-se cahir em marasmo, em desanimo, ou vêm a morrer de miseria nas cidades, onde se sentem mais garantidos contra o arbitrio dos fazendeiros e seus prepostos.

Como os grandes agricultores e seus parentes são políticos, e deputados, e senadores, e ministros, logo que

A: Não me explico bem, porque

A: ha cincoenta annos

A: razoavel apresentação e

<seus>. Acréscimo em B.

sentem o exodo dos naturaes, começam a berrar que sentem o exodo dos naturaes, começam a berrar que ha falta de braços. Publicam uns fasciculos deshonestamente optimistas, onde ha as maiores hyperboles laudatorias ao clima e á fertilidade da Bruzundanga e attrahem emigrantes incautos.

Os primeiros que chegam com aquelle fervôr de quem «queimou os seus navios», trabalham vigorosamente e abarrotam de dinheiro os regulos das feitorias; mas já seus filhos não são assim. Logo se enchem do mesmo desanimo que os seus patricios mais antigos, na terra, e começam a <, na terra,>. Acrição em B. A: evóla, em um cahir naquelle marasmo, naquella apathia, naquella tristeza, que se evóla, com um grande apello á embriaguez sexual, das cantigas populares do paiz e cobre a roça da Bruzundanga de um sudario impalpavel.

A manobra dos fazendeiros e outros agricultores é mudar, de quando em quando, a nacionalidade dos emigrantes que vão buscar. Assim, elles conseguem manter o fogo sagrado e ter trabalhadores abnegados.

Tudo isto se dá porque o fazendeiro ou grande agricultor da Bruzundanga quer ter da sua cultura lucros immensos que lhe proporcionem uma vida de fausto, a elle, aos filhos que estudam para doutor, ás filhas para casarem com a nobreza do paiz. O credito agricola é, por isso, até prejudicial á lavoura da paradoxal Republica.

Em geral, vivem fóra das propriedades, nas grandes cidades, sob o pretexto de educarem as filhas e os filhos, mas A: mas em o com o secreto intuito de arranjar bons partidos matrimoniaes para as meninas.

Foi entre semelhantes murubixabas que certo Manda- A: murubixapas Chuva escolheu um seu Ministro da Agricultura. Remontemos as origens desse cacique do assucar, os peiores da Bruzundanga, pois lidam em geral com os naturaes do paiz que não têm a quem se queixar. Na provincia das Cannas,

houvera um turumbamba mais ou menos oficialmente protegido por um Manda-Chuva, motivo esse que derrubou a oligarchia da familia dos Cravhos. Um uzineiro muito rico da mesma provincia, Phranhisco Novilho ben Kosta, mais conhecido por Chico Cafana, tinha adiantado dinheiro e assoldado gente para que o general Tupinambá tomasse o lugar do soba-mór Cravho ben Mathos. O general victorioso ficou muito agradecido ao Chico, e prometeu dar-lhe uma posição de destaque na politica.

A: familia dos Cravos.

A: Francisco Novilho da Costa

A: Cravo de Mattos

Chico era o typo do grande agricultor da Bruzundanga: nada entendia de agricultura, mesmo daquella que dizia excercer.

As cannas que moia nos seus engenhos, eram plantadas por outros, a quem elle impunha o preço do carro como bem entendia; e, no que toca á moagem e preparo do assucar, ahi já de industria, elle nada ou pouco conhecia.

Apezar de bacharel em direito, mal lia os jornaes e o seu forte, em arithmetica, era a conta de juros, de cabeça. A sua usina era de facto dirigida por um francez bohemio, Ormesson, a quem chamavam de doutor, apezar de ter elle unicamente um simples curso do «Conservatoire des Arts et Metiers», de Paris.

Charles Ormesson, o tal francez, com o ser pratico e habil no officio, era um extravagante incorrigivel; e, como tal, pouco exigente de dinheiro e facilmente exploravel. Bebia desregradamente e fazia do feroz dr. Chico Novilho gato e sapato. O dr. Novilho não despedia, apezar de seus pruridos disciplinadores até á tyrannia, por sordicia. Caiana nada entendia daquelles mysterios de fazer da canna, assucar; e, se fosse mexer nos aparelhos, nas turbinas, dosar o caldo, etc., etc., a cousa era capaz de explodir como polvora. Accrescia mais ainda que elle conseguia pagar a Ormesson o que bem entendia; e, se quizesse substituil-o, o outro talvez custasse

mais caro. Aturava o francez e explorava-o. Conservando Ormesson, reservava o seu autoritarismo para os outros pobres diabos de empregados subalternos, colonos e mais gente sob o seu guante.

Toda a manhã, em tempo de safra, inteiramente de branco, montado no *Quitute*, um cavallo russo-malhado, Caiana, corria os cannaviaes; e, se se encontrava com um comboio de cannas, nas usineiras linhas Decauville, olhava a pequena locomotiva e sempre se lembrava de admoestar o foguista-machinista:

- Olhe o manometro que não está limpo.

Eis ahi a sua agricultura, de que veiu tiral-o o braço forte do general Tupinambá. Vejamos como. Ascendendo á governança da Provincia das Cannas, Tupinambá tratou logo de eleger senador da Bruzundanga o seu forte esteio eleitoral, o dr. Chico Caiana. Arranjaram as actas e mandaram-nas, e mais elle, para a capital do paiz.

Quando saltou, era um gôzo vêr o Chico Caiana atravessar as ruas com um ostentoso chapéo Panamá, terno de linho branco, botinas inteiriças de pellica amarella e açoiteira pendente do pulso direito. Olhava tudo alvarmente; e, de quando em quando, ficava surprehendido de que ninguem o conhecesse. O dr. Chico Caiana, da usina do Cambambú! Não conhecem? Que gente futil!

O Senado não o quiz reconhecer; porém, Manda-Chuva, que tinha a palavra empenhada com Tupinambá, arranjou as cousas. Determinou que o Ministro da Guerra fosse estudar na Europa o fabrico dos mais modernos medicamentos allemães; transferiu o Ministro da Agricultura para a pasta da Guerra e nomeou Caiana para aquella outra.

Tomando posse, o famoso e pratico usineiro immediatamente teve uma grande admiração.

- Onde está aqui agricultura?... Estes papeis... Isto não

A: Senado, porém, não

é pratico!... Quero cousas praticas!... Cannaviaes... Engenhos...Qual! Isto não é pratico! Vou fazer uma reforma!

Mandou chamar Ormesson para ajudal-o e, nesse interim, andou ás cristas com os seus subalternos. Vinha o Chefe da Contabilidade e elle gritava:

- Qual verba 29, letra A! Isto é uma trapalhada! Quero cousas praticas! Vou chamar o Felix, o meu guarda-livros, lá do Cambambú, a minha usina. Conhece?

O inspector do serviço de veterinaria vinha pedir-lhe autorização para installar um laboratorio e Caiana berrava:

- Qual laboratorio! Qual nada! Tudo isto é pomada! Vou mandar chamar o Nicodemo. Conhece? Pois trata toda a espécie de molestias de animaes com sangria ou oleo de andayassú. Quero cousas praticas! Praticas, está ouvindo?

Tendo chegado o francez e o guarda-livros, elle recommendou ao primeiro:

- Ormesson, vê como havemos de fazer isto aqui ser mesmo de agricultura. Quero cousa pratica! Hein? Vê la, se A: mesmo cousa de vaes beber! Hein?

Ao guarda-livros, elle disse:

- Tome conta dessas cousas de papeis ahi, que não pesco nada disso.

A Nicodemo, nada o dr. Chico recommendou, porque o alveitar não quiz deixar as Cannas.

O francez não bebeu e, dias depois, trouxe o projecto de transformar a chacara da Secretaria em campo agricola.

- Amendoim! – exclamou o Ministro. – Não dá nada! Se fosse canna... «Mindobi», só para preta velha vender A: para gente velha torrado...

Elle não conhecia, não admittia outra cultura que não fosse a da canna de assucar. Ormesson convenceu-o e o ministro determinou o plantio aconselhado. Um dos directores pediu autorização para admittir trabalhadores.

A: demittir



-Trabalhadores! Ponha lá os escripturarios, esses escreventes todos...

-Mas...

-Não tem mas, não tem nada! Quem não quizer, deixe o lugar, que eu arranjo outros mais baratos.

Não houve remedio senão os officiaes da sua Secretaria de Estado irem puxar o rabo da enxada.

Houve, no anno seguinte, uma complicação internacional e o assucar começou a ser procurado. Chico Caiana não se importou mais com as cousas do ministerio e aproveitou a posição para ganhar dinheiro. Durante muito tempo, o Manda-Chuva não o viu. O guarda-livros era quem lhe levava os actos necessitados da assignatura presidencial.

Um dia o chefe do governo perguntou ao auxiliar do grande agricultor:

-Onde está o dr. Phrankisco Novilha?

A: Francisco

-Está occupado com coisas praticas.

## OS HERÓES

### XII

A Republica da Bruzundanga, como toda a patria que se preza, tem tambem os seus heróes e as suas heroínas.

Não era possivel deixar de ser assim, tanto mais que a patria sempre foi feita para os heróes, e estes, sinceros ou não, cobrem e desculpam o que ella tem de syndicato declarado.

Um paiz como a Bruzundanga precisava ter os seus heróes e as suas heroínas para justificar aos olhos do seu povo a existencia facil e opulenta das facções que a têm dirigido.

O mais curioso heróe da patria bruzundanguense é sem duvida uma senhora que nada fez por ella, antes perturbou-lhe a vida, auxiliando um aventureiro estrangeiro que se metteu nas suas guerras civis.

Para bem comprehenderem o meu pensamento, é

## OS HERÓES DA BRUZUNDANGA

### XI

A: antes a perturbou,

preciso que antes lhes recorde por alto alguns pontos da historia politica da Bruzundanga. Vou fazel-o.

A actual republica consta de territorios descobertos pelos Iberos e povoados por elles e por outros povos das mais variadas origens.

Os colonizadores fundaram varias feitorias; e, quando fizeram a independencia da Bruzundanga, essas feitorias ficaram sendo provincias do Imperio que foi creado.

Feita a Republica, ellas ficaram mais ou menos como eram, com mais independencia e outras regalias. Portanto, é claro que a evolução politica da Bruzundanga tinha por expressão a unidade dessas provincias, e era mesmo o seu fim. Qualquer pessoa que tenha tentado, ou venha a tentar, o desmembramento dessas provincias, não pôde ser tido como heróe nacional. A: por expansão

Pois bem: um senhor estrangeiro, cheio de qualidades, talvez, metteu-se de parceria com uns rebeldes, para separar uma dessas provincias do bloco bruzundanguense. Isto ao tempo do Imperio. Em caminho, em uma de suas correrias, encontrou-se com uma moça da Bruzundanga que se apaixonou por elle. Seguiu-o nas suas aventuras e combates contra a união bruzundanguense.

Até ahi nada de novo. É commum, até. Mas querer fazer de semelhante dama heroína da Bruzundanga, é que nunca pude comprehender. Eu me ponho aqui no ponto de vista dos patriotas, para os quaes a pátria é una e indivisivel. Se não puzesse sob qualquer outro ponto de vista, então a tal dama heroína nada de notavel teria a meus olhos a não ser a dedicação até ao sacrificio pelo seu amante, mais tarde seu marido. Isto mesmo, porém, não é virtude que torne uma mulher excepcional, pois é commum nellas, a menos que tal dedicação sirva de moldura ás qualidades excepcionaes do seu marido ou do seu amante. No caso, porém, encarando-o

estricamente sob o aspecto da evolução politica da Bruzundanga, o seu marido não era mais do que um aventureiro. A: sob a face

É semelhante senhora que lá, naquelas plagas, comparam á Jeanne d'Arc. Admiravel!

Por ahi, podem os senhores vêr de que estofo são os heróes da Bruzundanga; mas ha outros.

Como sabem a Bruzundanga foi, durante um seculo, Imperio ou Monarchia. Ha seis ou sete lustros os officiaes do seu exercito começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra Republica. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham adhesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o throno da Bruzundanga.

Os amigos do Imperio, vendo que as cousas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestavel da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agricolas.

Era de crer que semelhante condestavel pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater, não era possível admittir! Pois foi o que elle fez. Não sou eu quem o diz; são os seus proprios companheiros. Ainda ha mezes, recebi um jornal da Bruzundanga, em que um grande e notavel fabricante da Republica de lá contava como as cousas se tinham passado. Narra esse senhor, como o condestavel, na vespers da proclamação da Republica, enganara aqueles que tinham depositado confiança nelle, para servir os contrarios. Eis ahi os começos de um heróe da Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga! Elle, porém, ainda nos merece mais algumas palavras. Este ultimo heróe é lá chamdo Consolidador da Republica. Sabem por que? Porque não consolidou cousa alguma. Não houve Manda-

A: contrarios. Ha  
ainda outro heróe da  
Republica dos Estados  
Unidos da  
Bruzundanga! Este

Chuva, pois elle o foi, da Bruzundanga, que mais ainda desrespeitasse as leis da Republica. Enterder-se-ia que a havia consolidado se o seu governo fosse fecundo dentro das leis da Bruzundanga. Elle, porém, saltou por cima de todas ellas e governou a seu talante. Mostrou que as leis da Republica não prestavam e, longe de consolida-las, abalou-as nos seus fundamentos. Tal cousa, na hypothese do seu governo ter sido bom e fecundo; mas não o foi. Isto, porém, não nos interessa. Elle é um dos heróes da Bruzundanga que, em falta de um Carlyle, teve aqui esculptor que lhe fez um monumento, erecto em uma das praças da capital, monumento tão curioso que precisa de um guia, de um tratado escripto, para ser comprehendido. Arte do futuro; Beyreuth da Bruzundanga.

Outro heróe da Bruzundanga é o Visconde de Pancome. Este senhor era de facto um homem intelligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu paiz. Era um historiographo; mas não era um historiador. As suas idéas sobre historia eram as mais estreitas possiveis: datas, factos, estes mesmos politicos. A historia social, elle não sentia e não a estudava. Tudo nelle se norteava para a acção politica e, sobretudo, diplomatica. Para elle (os seus actos a entender isto), um paiz só existe para ter importancia diplomatica nos meios internacionaes. Não se voltava para o interior do paiz, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fóra, e ter o applauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a historia politica da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geographia da Bruzundanga, imaginava ter o paiz no coração.

Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ancias, as difficuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. As historia economica e social da Bruzundanga ainda

está por fazer, mas um estadista (criterio classico) deve tel-a no sentimento. Pancome não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomatica e tradicionalista.

Estava como embaixador em um paiz qualquer e um Manda-Chuva fel-o Ministro de Estrangeiros. Logo que tomou posse, o seu primeiro cuidado foi mudar o fardamento dos continuos. Pôz-lhes umas longas sobrecasacas com botões dourados. A primeira reforma. Tendo conseguido adjudicar á Bruzundanga vastos territorios, graças á leitura attenta de modestos autores esquecidos, a sua influencia sobre o animo do Manda-Chuva, era immensa. Convenceu-o que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Elle não quiz assim e eis a Bruzundanga, tomando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de theatro. Havia mesmo na cousa muito de scenographia.

Não contente com isto, convenceu o Manda-Chuva que devia adquirir uma esquadra poderosa. Eis a Bruzundanga a pedir dinheiro aos judeus da City para construir uma esquadra poderosa. E as festas? E os annuncios?

Á vista do seu exemplo, nenhum ministro quis ficar atraz. Todos porfiaram nos gastos. Annos depois, os «déficits» augmentavam, os impostos augmentavam, os preços de todos os generos augmentavam; mas a gente do paiz não deu pela origem da crise, tanto assim que, quando Pancome morreu, lhe fez a maior apotheose que lá se ha visto. Os heróes e o povo da Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga, são assim, caros senhores.

**A SOCIEDADE**

**A: A SOCIEDADE**

## XIII

DA

É deveras difficil dizer qualquer cousa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difficil porque lá não ha verdadeiramente sociedade estavel. Em geral, a gente da terra que fórma a sociedade, só figura e apparece nos logares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta annos, no maximo. Não ha, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura accumulada e gosto cultivado em um ambiente proprício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tyranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como fôr. Os melhores e os mais respeitaveis são aquelles que enriqueceram pelo commercio ou pela industria, honestamente, se é possível admittir que se enriqueça honestamente.

Esses, porém, fatigados, embotados, não formam bem a sociedade, embora as suas filhas e mulheres façam parte della.

Os que formam directamente a grande sociedade, são os medicos ricos, os advogados afreguezados, os tabelliães, os politicos, os altos funcionarios e os accumuladores de empregos publicos.

Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite, nos escriptorios, nas repartições, nos tribunaes, nos cartorios, na industria politica, não podem ter o repouso de espirito, o ocio mental necessario á contemplação desinteressada e á meditação carinhosa das altas cousas. Limitam-se a pousar sobre ellas um olhar ligeiro e apressado; e a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartorios, tirar-lhes-á o socego de espirito para apreciar as grandes manifestações da intelligencia humana e da natureza.

Póde ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra – mediocre.

Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do continuo tormento de cavar dinheiro, por meio de empregos e favores governamentais, do sentimento de insegurança de sua propria situação.

Em uma sala, se se ouve a conversa das senhoras (digo senhoras), a preocupação não é outra senão saber se fulano será ministro, para dar tal ou qual commissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pae uma concessão qualquer. É assim.

Uma tão vulgar preocupação pauta toda a vida intellectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o thema geral dos commensaes é a politica; são as combinações de senatorias, de governanças, de provincias e quejandos.

A: senatorias,  
governança de  
provincias

A politica não é ahi uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porem, uma vulgar especulação de cargos e propinas.

Sendo assim, todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em musica, isto mesmo no que toca sómente a executantes, os seus productos intellectuaes são de uma pobreza lastimavel.

Ha lá salões litterarios e artisticos, mas de nenhum delles surgiu um Montesquieu com o «Espirito das Leis» como sahiu do de Mme. Du Deffand. As obras mais notaveis que lá têm apparecido são escriptas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense.

Em uma sala desse paiz, quando não se trata de intrigas politicas ou coisas frivolas de todos os dias, surge logo um tedio inconcebivel. Elle sepulta o pensamento, antes de matal-o: enterra-o vivo. Mareceria detalhes, mas só fazendo romance ou comedia.

A: Ella

A gente da Bruzundanga gosta de raciocinar por aphorismos. Sobre todas as cousas, elles têm etiquetadas uma

collecção delles.

Se se fala em uma sala ou em outro qualquer logar de sociedade de coisas literarias, logo um aforista sentenciamos:

- A arte deve ser impessoal. Os grandes artistas, etc.

Naturalmente, elle se lembrou de Dante, que pôz no inferno os seus inimigos e no céu os seus amigos.

Incapaz de fazer apparecer do seio razoaveis manifestações intellectuaes, ella é ainda mais incapaz de apoiar as que nascem fóra della.

A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados, não tem, na Bruzundanga, senão raros amadores.

Os pintores vivem á mingua e, se querem ganhar algum dinheiro, têm que se rojar aos pés dos poderosos, para que estes lhes encomendem quadros, por conta do governo.

Porque elles não os compram com o dinheiro seu, senão os de vagas celebridades estrangeiras que aportam ás plagas do paiz com grandes carregações de télas. É outro feitio da gente imperante da Bruzundanga de só querer ser generosa com os dinheiros dos Estado. Quando aquillo foi Imperio, não era assim; mas, desde que passou a Republica, apezar da fortuna particular ter augmentado muito, a moda da generosidade á custa do governo se generalizou.

Se um desses engraçados Mecenas julga que deve proteger tal ou qual pessoa; que esta precisa viajar a Europa, aperfeiçoar-se, não lhe subvenciona a viagem, não tira nem um ceutil dos seus mil e mais contos. Sabem o que faz? Influe para que elle receba um pagamento indevido do Thesouro ou promove uma fantástica commissão para o individuo.

É assim o mecenato da Bruzundanga. A falta de generosidade e a sua inquietude pelo dia de amanhã ferem logo a quem examina a sociedade daquelle paiz, mesmo perfunctoriamente.



Basta lêr os testamentos dos seus ricos e comparal-os com o que fazem os humildes iberos, que lá enriqueceram em misteres humildes, para sentir a inferioridade moral da sociedade da Bruzundanga.

Nestes ultimos, ha mesmo um grande pensamento da hora da morte, quando fazem legados a amigos, a parentes afastados, a criados, a instituições de caridade; mas, nos daquelles, só se topa com o mais atroz egoismo. Lembro-me de um ricaço de lá que, ao morrer, fez avultados legados aos netos, filhos de sua filha, com a condição de que deviam usar o nome d'elle – cousa que, como se sabe, se não é contraria ás leis, offende os costumes. O sobrenome tira-se do do pai, lá como aqui.

Por falar em cousas de morte, convem recordar que os cemiterios dessa gente, ou por outra, os tumultos das pessoas da alta roda da Bruzundanga são outra manifestação da sua pobreza mental.

São caros jazidos ou carneiros de marmore de Carara, mas os ornatos, as estatuas, toda a concepção delrara, mas os ornatos, as estatuas, toda a concepção delles, emfim, é de uma grande indigencia artistica. Raros são aquelles que pedem a esculptores que os façam. Todos os encommendam a simples marmoristas, que os recebem, aos montes, da Italia.

As suas casas são desoladoras architectonicamente. Ha modas para ellas. Houve tempo em que era a de compoteiras na cimalha; houve tempo das cupolas bysantinas; ultimamente era de mansardas falsas. Carneiros de Panurgio...

A sua capital, que é um dos logares mais pittorescos do mundo, não tem nos arredores casas de campo, risonhas e placidas, como se vêm em outras terras.

Tudo lá é conforme a moda. Um antigo arrabalde da capital que, ha quantos annos era logar de chacaras e casas roceiras, passou a ser bairro aristocratico; e logo os

«ultimos». Acréscimo em B.

«em». Acréscimo em B.

«Carneiros de Panurgio...».

Acréscimo em B.

panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sel-o, banalizaram o suburbio, que ainda assim é lindo.

Um dos toques da mediocridade da sociedade da Bruzundanga é a sua incapacidade para manter um teatro nacional.

O teatro é por excellencia uma arte de sociedade, de gente rica. Elle exije vestuarios caros, joias, carros – tudo isso que só se pôde obter com a riqueza. Pois os ricos da Bruzundanga, não animam as tentativas que se têm feito para fazer surgir um teatro indigena, e todas têm fracassado.

Ella se contenta com a opera, italiana ou com as representações de celebridades estrangeiras. A: se sustenta com

Poderia ainda falar nas suas festas intimas, nos seus casamentos, nos seus baptizados, nas suas datas familiares; mas por hoje, basta o que vai dito, e é o bastante para mostrar de que maneira a aristocracia da Bruzundanga é incapaz de representar o papel normal das aristocracias: crear o gosto, afinar a civilização, suscitar e amparar grandes obras.

A: obras. § Deixei de fallar nas obras de

Se falei aqui em aristocracia, foi abusando da rhetorica. O meu intento é designar com tão altisonante palavra, não uma classe estavel que detenha o dominio da sociedade da Bruzundanga, e a represente constantemente; mas os ephemeros que, por instantes, representam esse papel naquelle interessante paiz.

caridade e beneficencia; deixei de lado esse assumpto porque pretendo alongar-me sobre elle.

§ Se falei...

Explicando este ponto, posso ir adiante nas minhas breves «notas» sobre o paiz da Bruzundanga.

interessante paiz.

Acréscimo em B.

§ Explicando este... da Bruzundanga.

Acréscimo em B.

### ANEXO C – Indexação do periódico *A.B.C.* de janeiro a abril de 1917

A indexação abaixo cobre o período de elaboração e publicação dos capítulos d’*Os bruzundangas* publicados na revista *A.B.C.*

A ortografia foi atualizada e os anúncios publicitários ignorados. Foi estabelecida uma numeração com vistas a informar a quantidade de números do semanário indexada. Essa numeração antecede a referência bibliográfica do periódico.

1. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. 22p.

UMA VÍTIMA do ascetismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 1.  
Gravura de Enéas Martins; comentário sobre o caso do “salvacionismo” no Pará. Critica a atitude do senador Lauro Sodré.

NAZARÉ, Agripino. O Presidente Gelatina (Traços interinos para um definitivo perfil político). *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 2.

Sobre o governo do presidente Venceslau Braz, que era muito flexível, não se impunha e cedia para todos os lados da luta partidária.

LEGALIZANDO a Revolução. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 3-4.

Contra o “salvacionismo” no Pará; o senador Lauro Sodré toma à força o governo do Pará, cujo governador eleito, Enéas Martins, ainda possuía pouco tempo de mandato; a revista propõe que o governo aja para deter Lauro Sodré e mostre que esse tipo de sucessão salvacionista não deve ocorrer na República.

À PROCURA dum “Tertius Gaudet” – O sr. Malchert seria um bom candidato de conciliação à governança do Pará. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 4.

Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, foi chamado para mediar a situação no Pará; para a revista, Malchert seria o melhor nome, pois é amigo de Martins e insuspeito aos partidários de Sodré.

UM PSEUDO escândalo literário, em redor de uma obra inédita de Raul Pompéia – Que fim levaram as “Cartas para o futuro”? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 4.

Comentário sobre o extravio do manuscrito da obra “Cartas para o futuro”, de Raul Pompéia, para noticiar a contestação de Amadeu Amaral da informação publicada pelo *A.B.C.*

SYLLA na atualidade paraense – E umas inconveniências hipotéticas do sr. Antonio Carlos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 4.

Sobre a opinião de Antonio Carlos, deputado mineiro e líder da maioria na Câmara, a respeito do caso do Pará.

MORAES, Luís. A néo-propaganda... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 5.

Elenca males da Primeira República; traça paralelo com o Império; ataca a política e os políticos.

UM HERÓI honorário. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 5.

Ataque a Bruno Lobo, paraense e diretor do Museu Nacional, pelas manifestações de apoio prestadas na imprensa a Lauro Sodré.

SÃO PAULO, barreira contra a mazorca. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 6.

O texto enviado pelo correspondente de São Paulo informa que o governo de São Paulo, assim como o de Minas Gerais, não deve apoiar a tomada do poder no Pará, efetuada por Lauro Sodré; logo após a tomada do governo, Lauro Sodré declarou seu apoio a Minas Gerais, visando a receber o endosso do governo mineiro e atemorizar o presidente.

BARRETO, Lima. Um grande financista (Conto Exótico). *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 7-8.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

UM DINAMÔMETRO Ministerial. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 8.

Elogia o desempenho de Pandiá Calógeras no Ministério da Fazenda.

A DANÇA da vitória. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 9.

Gravura com a reprodução de passos de bailarina acompanhada de comentário sobre a Dança da Vitória que se ensaiava em Paris.

BUSINESS Are Business. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 10.

A respeito da Guerra Mundial, aborda as razões francesas em recuperar o domínio da Alsácia-Lorena; o motivo não seria sentimental, e sim tático e econômico – o território contava com as minas de ferro mais produtivas da região.

POLÍTICA Fluminense: O sr. Souza e Silva feito ventoinha à força... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 10.

O artigo se opõe às declarações do periódico *A Razão* quanto às inclinações do político Souza e Silva, que estaria dividido entre "campistas" (João Guimarães) e "vassourenses" (Raul Fernandes).

“BILLETS d'allée et retour”...: À margem do revisionismo constitucional - Soares dos Santos “versus” Leopoldo de Bulhões. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 11.

O artigo ironiza Leopoldo de Bulhões (ex-ministro da Fazenda) que, junto aos revisionistas mineiros, acreditava que a superação da crise financeira passava pela alteração da constituição; Soares dos Santos, senador gaúcho, achava que a crise não tinha sido causada por causa da lei e sim por governantes incompetentes.

SOBRE o túmulo de um legionário da pena. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 11.

A respeito das homenagens póstumas prestadas ao jornalista paraibano, recém-falecido, Arthur Achilles; é apresentada proposta ao governo da Paraíba para a aquisição da casa do jornalista morto, criação de escola e prêmios em nome do homenageado.

MAUL, Carlos. Um Livro Dionisíaco (Ao redor da literatura feminina). *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 12.

Página de crítica literária em que Maul analisa o romance *Exaltação*, de Albertina Bertha, e elenca as escritoras mais destacadas no cânone da Literatura Brasileira até aquela data.

UMA FALTA. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 12.

Comentário irônico sobre a recepção ao embaixador uruguaio, Balthazar Brum.

FALOU o Crocodilo...: O sr. Bento Miranda e a política paraense. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 13.

O artigo responsabiliza o deputado Bento Miranda pelo que ocorreu no Pará e exime de culpa o senador paraense Arthur Lemos, acusado, anteriormente, por Miranda.

O SR. ALCÂNTARA Bacellar dá um tiro pela culatra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 13.

Comentário sobre Alcântara Bacellar, governador do Amazonas, que teria dito que trocaria os funcionários do governo quando eleito, mas acabou não o fazendo.

UMA FARSA carioca à margem duma tragédia acreana: Entrada de Leão, saída de sendeiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 14.

Sobre o coronel Avelino Chaves que processaria o *A.B.C.*, mas não o fez.

O SUPÉRFLUO antes do necessário. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 14.

Comenta a defesa que o general Gabino Bezerra fez em nome de Avelino Chaves, diante dos ataques do *A.B.C.*; a revista estranha o fato do general Bezerra ter defendido o coronel Chaves e não ter esclarecido acusações levantadas contra o seu nome pelo *Diário*, de Porto Alegre.

SILVEIRA, Paulo. Britânia “versus” Germânia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 15-17.

Ensaio a respeito da França e da Alemanha, que se digladiavam na Primeira Guerra Mundial.

UMA INVENÇÃO belicosa – Os centuriões femininos... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 18.

Gravura de duas mulheres britânicas; a legenda conta que mulheres da alta sociedade britânica enviaram cartas aos combatentes da linha de frente do norte da França.

O ESTOPIM das salvações. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 18.

Nota comentando a possível volta dos movimentos salvacionistas, incitados pelo caso do governo paraense.

PUBLICAÇÕES. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 18.

Nota informando que o deputado fluminense Soares Filho publicaria a conferência pronunciada ao término do curso jurídico de uma das faculdades de direito do Rio de Janeiro.

A QUESTÃO de Aguas Virtuosas, o sr. Américo Werneck e o Governo de Minas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 19-20.

Sobre o caso mencionado no título; o *A.B.C.* havia publicado denúncias à empresa Águas Virtuosas; Werneck publicou diversos artigos desmentindo o caso e o hebdomadário resolveu divulgar o documento que defende os governantes mineiros acusados de pagar propina à Werneck.

MIGUEL, Miguel Francisco, pseudônimo. Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 96, ano III, 6 jan. 1917. p. 21.

A seção publica o poema satírico, “Vida e história de João Candonga João”, que tem como alvo o escritor e jornalista Paulo Barreto.

2. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. 18p.

MME. DE THÈBES tem herdeiros... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 1.

Imagem não identificada e texto ilegível.

A.B.C. Os foliões do regime. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 2-3.  
Ataca os insufladores das “salvações nacionais”; menciona os casos de Mato Grosso e do Pará; o *A.B.C.* se resigna ao fato de Lauro Sodré assumir o governo paraense, visto que o ex-senador fora aceito pela assembleia local.

DE MATA-MOSQUITOS a mata-mouros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 3.

Ataque a Carlos Seidl, diretor da Diretoria Geral da Saúde Pública, que dera seu apoio, veiculado no periódico *A Época*, a Lauro Sodré, que também é alvo do texto por suas ações no Pará.

QUE veio fazer o sr. Delphim Moreira à Capital da República? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 4.

O texto do correspondente de São Paulo cogita sobre as motivações da ida do chefe do governo mineiro ao Rio de Janeiro.

A BOLSA ou a vida: demissão ou mazorca. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 4.

Comentário sobre a renúncia do prefeito do Rio de Janeiro, Azevedo Sodré.

NAZARÉ, Agripino. Ideologia vitoriosa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 5.

O autor do texto tece elogios a Lauro Sodré.

COMO os conservadores de Alagoas aceitam e cumprem o acordo político relativo ao seu Estado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 6.

Reprodução das declarações de Guedes de Miranda, político alagoano do PRC, ao *Jornal do Recife*, a respeito da situação política do estado de Alagoas.

O NORTE, Venezuela política do Brasil. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 7-8.

Com a visita do político e general Dantas Barreto à Pernambuco, cogitou-se a organização do bloco do Norte, que uniria as lideranças dos estados do norte do Brasil;



o texto faz uma reflexão sobre o estado das oligarquias do Norte do país, acreditando que seja inviável a construção de tal bloco.

ESQUECENDO o próprio dever, lembra-o aos outros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 8.

Ataca a declaração de Carlos Seidl, diretor geral da Saúde Pública, em favor de Lauro Sodré e da intervenção dos militares.

O COMÉRCIO-VAMPIRO. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 9.

Ataca o português Humberto Taborda, secretário da Associação Comercial, e a campanha contra os impostos que o grupo vinha fazendo.

PREFÁCIO baiano à segunda edição do “Estrago”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 9.

Nota comentando as declarações que o general Dantas Barreto deu pelos portos que passava até a chegada em Pernambuco; o general falou pouco sobre a sucessão presidencial, mas se deteve quando o assunto foi o da defesa nacional, já que não estava satisfeito com as decisões do Ministério da Guerra.

UM SÍMBOLO que vale menos do que a realidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 10.

Gravura de Isadora Duncan dançando. Acompanha comentário que traça um paralelo entre a dança e a Primeira Guerra Mundial.

PÁ de cal. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 11.

Notícia a passagem do coronel Avelino Chaves, que havia se apossado de terras alheias no Acre, pelo Rio de Janeiro; o coronel teria ido à capital para legalizar a posse das terras, mas não foi bem sucedido.

SALVE-SE quem puder... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 11.

Comentário a respeito da viagem do deputado carioca Vicente Piragibe, que teria vociferado contra o governo federal, através do jornal *A Época*, e, após a exaltação dos ânimos, partido para o sul de Minas Gerais no intuito de repousar.

O SR. LAURO Sodré propusera realmente um acordo ao sr. Enéas Martins. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 12.

A notícia enviada pelo correspondente de Belém dá conta de que o general Agrícola Pinto foi o portador de um acordo endereçado a Enéas Martins que propunha não se reconhecer nem Lauro Sodré nem Silva Rosado, político da situação que sucederia a Martins; a Assembleia local, ao saber da notícia, apressou o reconhecimento da posse de Lauro Sodré, frustrando, assim, o possível acordo.

CAMARÁ, Ismael. À margem do caso do Pará e em defesa do sr. general Agrícola Pinto. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 12.

Reprodução de carta enviada por Ismael Camará ao *A.B.C.*, em que o missivista defende o general Agrícola Pinto de acusações feitas pela revista em seu número anterior; antes da carta, a revista faz uma breve contextualização do caso e ratifica sua opinião com relação ao general.

BORBA, Manuel. O sr. Manuel Borba, em carta ao presidente da República e em discurso aos representantes de todas as classes sociais do Recife, expõe o próprio programa de governo e reduz à sua expressão mais simples a gestão financeira do sr. Dantas Barreto. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 13-15.

A revista reproduz o discurso de Manoel Borba ao completar um ano a frente do estado de Pernambuco; a redação justifica a veiculação do texto com a ida de Dantas Barreto à Pernambuco, com “intuitos disfarçadamente subversivos”, já que no discurso do governador, ele expõe a delicada situação econômica herdada da gestão anterior, do general Dantas Barreto.

A IMPRENSA faz recrudescer as intrigas em torno de dois secretários paulistas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 15.

Conteúdo: A nota comenta um caso em que a imprensa paulista tentou criar uma situação de conflito entre dois secretários do governo paulistano, Cardoso de Almeida e Cândido Mota.

O ACORDO de Mato Grosso. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 16.  
Elogia a ação do presidente Venceslau Brás em nomear Camilo Soares de Moura como interventor de Mato Grosso.

ANTIPATIAS que consagram. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 16.

Comentário encomiástico da carreira administrativa de Camilo Soares, nomeado interventor federal em Mato Grosso, rebatendo a repercussão negativa que a escolha de Soares causou na imprensa carioca.

DEIXE-SE disso... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 16.

Nota condenando a ação invasiva do chefe de polícia que havia ordenado a detetives que seguissem uma mulher suspeita de adultério, em Copacabana.

ESPINHAS, Trinca, pseudônimo. Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 97, ano III, 13 jan. 1917. p. 17.

A seção traz um poema intitulado “Marca de Fábrica”, que escarnece o caso do adultério de Copacabana.

3. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. 30p.

LES JOUR passent et ne se ressemblent pas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 1.

Gravura com o retrato de Manoel Borba; abaixo da gravura, um pequeno texto comenta que apesar das investidas de Dantas Barreto, Manuel Borba continua no cargo.

NAZARÉ, Agripino. A herança de Calabar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 2.

O texto ataca o governador pernambucano, Manoel Borba, aproximando-o do vilão Iago (personagem do drama *Otelo*, de Shakespeare), de Calabar (personagem da história da colonização brasileira, senhor de engenho em Pernambuco e traidor dos portugueses) e Judas Iscariotes; em princípio, contrário a Pinheiro Machado, Borba aderira, posteriormente, à política pinheirista.

MOUROS na Costa...: 20 navios aliados transformados em submarinos por um navio de guerra alemão. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 2.

Sobre a Primeira Guerra, apesar de a marinha britânica impor um bloqueio aos navios alemães, um dos barcos conseguiu furar a malha britânica e estava afundando navios aliados no Atlântico.

R, pseudônimo. No País dos Conspiradores. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 3-4.

O artigo revela os movimentos do general Dantas Barreto no ano de 1914 visando a iniciar uma guerra civil.

SEIDL. Raymundo P. As classes armadas e a política. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 5.

A revista publica carta enviada pelo major Raymundo Seidl, em defesa de Carlos Seidl e Lauro Sodré; antes do início da carta, o periódico explica a publicação.

PARA promover a execução duma lei, o governo se socorrerá por acaso de meios ilegais? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 5.

Artigo que veicula as declarações do senador fluminense Érico Coelho a respeito do sorteio militar.

REVOLUÇÃO adiada, revolução fracassada. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 6.

Artigo que reflete sobre a chegada de Dantas Barreto a Pernambuco e as reações do governador Manoel Borba, ambos inimigos políticos.

A MESA do Senado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 7.

O *A.B.C.* comenta as informações dadas pelo periódico *O Imparcial*, sobre uma possível mudança na direção do Senado; a revista considera fantasiosa a notícia veiculada pelo jornal.

APOLOGIA da prostituição, ou patriotismo a pau. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 7.

A revista critica a opinião do jornal *A Razão* sobre o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller; *A Razão* tachara o ministro de germanófilo.

PAUL de Kock no ministério. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 7.  
Na nota, a redação critica a ação do ministro da Justiça Carlos Maximiliano e o compara a uma personagem de um dos romances do francês Paul de Kock.

O ACORDO de Goiás. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 7.  
A revista comenta as declarações de Alves de Castro, escolhido como sucessor ao governo de Goiás, mediante acordo entre as oligarquias que dominavam o estado.

MORAES, Luís. Uma vida... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 8.  
Conto descrevendo a vida de um bacharel em direito.

MEDEIROS e o seu sinônimo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 9.  
Texto atacando Medeiros e Albuquerque.

A NACIONALIZAÇÃO econômica, corolário da soberania. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 9.  
Comentários elogiosos a uma palestra de Lauro Müller sobre agricultura e economia.

EM ROMA. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 10.  
Gravura da Praça do Capitólio, em Roma, durante o primeiro aniversário da Primeira Guerra Mundial; o texto comenta que na foto, a praça estava lotada, mas se se voltasse a praça, no momento do texto, provavelmente o local estaria vazio.

PORTO, Adolfo. Democracia em falência. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 11-12.  
Ensaio sobre os problemas nacionais, em que o autor analisa o Brasil à luz de sua história.

TESTA de turco por ser grego... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 12.  
Nota que comenta a estreita relação entre o ministro da Fazenda Pandiá Calógeras e o presidente Venceslau Brás, em contraponto ao que propagara o jornal *A Época*.

PALAVRAS ao comércio. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 13.

Comentário acerca da repercussão da nomeação de Amaro Cavalcanti para a prefeitura do Rio de Janeiro entre os comerciantes e a Associação Comercial.

“PROFILAXIA da fome”: não pode ser outro o programa do novo prefeito. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 13.

A revista ataca a atuação dos comerciantes e afirma sua esperança no novo prefeito.

BARRETO, Lima. A outra nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 14.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

O VAGALUME da razão... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 14.

Nota com ataque ao jornal *A Razão*.

“IN MEMORIAM”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 15.

No texto, a revista publica trecho do filósofo Farias Brito, que morreu durante a semana que passou.

OS EGRESSOS do hospício. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 15.

A revista ataca Menezes Dória, político paranaense, ao comentar suas declarações ao periódico *A Noite*.

O IMPREVISTO baiano. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 16.

Comentários sobre a viagem do senador J. J. Seabra ao estado baiano, e a situação local.

OS CONTRABANDISTAS da Neutralidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 16.

O texto aponta semelhança na atuação de Humberto Taborda, entre os comerciantes, e João Lage, na imprensa, em ataque aos dois.

BARRETO, Lima. A nobreza da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 17-18.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

SÁTIROS e canibais. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 18.

Nota comentando a agressão de um bedel a uma criança na Escola de Menores Abandonados, e a fuga de três outras crianças.

POLÍTICA de Petrópolis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 18.

Texto enviado pelo correspondente de Petrópolis sobre as movimentações na Câmara de Petrópolis.

UMA VINGANÇA mesquinha da E. F. Inglesa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 18.

Reprodução de nota do periódico *Capital*, de São Paulo, a respeito das ações da São Paulo Railway, que dera prêmio a todos os parlamentares paulistas, com exceção de Carlos Garcia que agira contra a empresa.

BRUTUS de Cinco Pontas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 19.

Texto sobre a viagem de Dantas Barreto à Pernambuco e a reação do governador Manoel Borba.

NO PAÍS dos conspiradores. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 19.

Nota informando o anúncio do livro do general Dantas Barreto, *Conspirações*; o general havia informado sobre o lançamento do livro antes da partida para Pernambuco; o texto traz também comentários da vida de Dantas Barreto.

MAUL, Carlos. O “crack” da democracia e o republicanismo “Ai Filomena!”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 20.

Carlos Maul escreve crônica a respeito do regime republicano; faz a crítica da administração do momento exaltando as obras de Marechal Deodoro e Rodrigues Alves, e elogiando ainda Lauro Müller e o Barão do Rio Branco.

A POLÍCIA de S. Paulo colaborará com as forças federais na repressão de qualquer movimento contra a ordem pública. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 20.

Nota informando a possível colaboração da polícia paulista na repressão a qualquer sublevação.

MAUL, Carlos. D. Procópio Carimbamba. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 21.

Conto sobre a vida de um deputado que não consegue sair da obscuridade.

GLÓRIA a Deus... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 21.

A nota afirma a postura laica do periódico e comenta ocorrência no Centro Católico.

A CAMINHO de Mato Grosso. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 22.

Comentário sobre a viagem do senador Antonio Azeredo ao Mato Grosso em tom elogioso.

UM EGRESSO do meretrício político. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 22.

Breve comentário sobre a ida de Enéas Martins, governador paraense deposto, ao Rio de Janeiro, com críticas aos que apoiavam Martins e passaram a apoiar Lauro Sodré.

LIMA, Oliveira. O gesto de Wilson. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 23.

Reprodução de artigo de Oliveira Lima, publicado no *Diário de Pernambuco*, a respeito da proposta do presidente estadunidense Wilson para a mediação do conflito mundial.

UM PERIGO “made in England”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 23-24.

Sobre a quebra da soberania nacional dos dois lados participantes da Primeira Guerra Mundial.

UMA AFRONTA ao Brasil... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 24.

Nota sobre as críticas emitidas por um vespertino carioca, contrárias à neutralidade brasileira na guerra.

OS MONOPÓLIOS disfarçados: o do fumo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 24.



Sobre o comércio de cigarros.

PREFEITURA, Asilo de Inválidos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 24.

Conteúdo: Nota informando que o novo diretor da Instrução Pública seria Nuno de Andrade.

COMO o deputado Monteiro de Souza encara os sucessos do Amazonas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 24.

Informa a opinião do deputado Monteiro de Souza sobre a política do Amazonas.

A PAU ou a pão? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 25.

Reprodução de notícia publicada no *Diário de Pernambuco* sobre incidente em restaurante envolvendo o senador Eloy de Souza e o bacharel Renato Phaelante.

A PREFEITURA e a coerência. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 25.

Comenta a troca de comando na prefeitura do Rio de Janeiro, sem, contanto, alterar o orçamento; foi por problemas com o orçamento que o prefeito anterior se demitira do cargo.

CRAINQUEBILLE de saias. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 26.

Comenta a condenação de Angela Theodora, que havia roubado uma quantia pequena, enquanto a justiça ignora os roubos “monstruosos”.

EM TORNO dum convalescente. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 26.

Nota contrariando a informação da imprensa de que o político mineiro Sabino Barroso voltaria à cena política; como o ex-ministro da Fazenda estava enfermo, o *A.B.C.* afirma que ele não voltaria naquele momento a exercer um cargo no governo de Venceslau Brás, mas que teria uma cadeira disponível na Câmara dos Deputados.

LIMA, Oliveira. A palavra de Oliveira Lima pela paz pernambucana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 27.

Artigo de Oliveira Lima tratando da situação política em Pernambuco, com tom moderado; a nota da revista, contextualizando o escrito, aponta para uma possível entrada de Oliveira Lima na disputa pela vaga no Senado, por Pernambuco, com o general Dantas Barreto.

ANZÓIS, Fulano do, pseudônimo. Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 98, ano III, 20 jan. 1917. p. 28.

A seção apresenta o poema satírico “Perobismo espírita”, que tem como alvo o comendador Mattos, português, diretor do periódico *A Razão e espírita*.

4. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. 22p.

VIOLENTANDO a História... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 1.  
Gravura do general Dantas Barreto; a legenda versa sobre a tentativa de Dantas Barreto de tomar o poder no estado de Pernambuco.

UMA PILHÉRIA monazítica... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 2.  
Artigo em que a redação do *A.B.C.* ataca a imprensa, defendendo e exaltando o nome de Pandiá Calógeras.

FINANÇAS da Bahia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 2.  
Em nota, o *A.B.C.* desfaz especulações a respeito da viagem de Moniz Sodré à Europa.

R, pseudônimo. No país dos conspiradores. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 3-4.

O artigo revela os movimentos do general Dantas Barreto no ano de 1914 visando a iniciar uma guerra civil; continuação do texto iniciado no número anterior da revista *A.B.C.*

AS CEROULAS de Floriano. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 4.  
A nota lembra a antiga rixa entre o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, e *O País*, dirigido pelo português João Lage, para comentar a posição dos dois jornais frente

à Primeira Guerra Mundial, e defender que o diário de Bittencourt não deveria ter de se curvar ante a colônia portuguesa por se postar ao lado dos alemães no conflito.

A UNIÃO Inter-parlamentar Americana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 5.

O deputado Maurício de Lacerda explica ao *A.B.C.* a finalidade da União Inter-parlamentar Americana que visava a estreitar as relações entre as nações americanas e seria formada por comissões mistas, de senadores e deputados, de cada país que aderissem à ideia.

A REVOLTA dos Abissínios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 5.

O artigo ataca as investidas do jornal *A Época* contra o presidente Venceslau Brás.

CAPIBERIBE ou Rubicon. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 6.

Declarações de Aristarco Lopes, partidário do governador pernambucano, a Manuel Borba, no Congresso, sobre o desentendimento entre o governador e Dantas Barreto.

NAZARÉ, Agripino. Jesuitismo periclitante. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 7.

O autor analisa o presidente Venceslau Brás e o considera culpado por transformar o Brasil “num grande campo de batalha”; comenta o caso pernambucano.

DE CLOTILDE de Vaux a Guilherme II. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 8.

Comentário sobre a opinião do positivista Teixeira Mendes a respeito da Primeira Guerra Mundial; para Mendes, o conflito é resultado do atraso da propaganda positivista; o *A.B.C.*, interpretando que o positivismo seria então pacificador, discorda, pois os positivistas brasileiros, como Lauro Sodré e Barbosa Lima não possuíam essa característica.

UMA RENÚNCIA. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 8.

Comentário sobre a renúncia de Joaquim de Salles à Câmara; Salles era jornalista e não se sentia bem como político.

O SR. SEABRA regressará em fevereiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 8.

A nota informa que J. J. Seabra regressará ao Rio de Janeiro em fevereiro.

UM COMUNICADO do além. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 8.  
Nota sobre os ataques d'A *Razão* contra o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller.

SILVEIRA, Paulo. Um bandeirante da época. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 9-10.

Conto satírico; a narrativa gira em torno da figura de um imigrante português sem posses que por meio de ações inescrupulosas ascende a posição de diretor de um grande jornal; o imigrante português seria João Lage, e boa parte da história se concentra entre o fim do governo Afonso Pena e o começo da presidência do Marechal Hermes da Fonseca.

NORBERTO, João Paulo. Carlos Maximiliano, orador. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 10.

A revista publica carta de João Paulo Norberto confirmando, e acentuando, as críticas feitas pelo *A.B.C.* ao ministro da Justiça, Carlos Maximiliano.

RUMO ao ostracismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 11-12.

O artigo traz uma gravura de Enéas Martins, logo após o título, além de comentários sobre a volta do governador deposto chega ao Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, Pompeia. Os pontos nos ii. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 12.

O *A.B.C.* publica carta de Pompéia de Vasconcellos, sobrinho de Raul Pompéia, que esclarece o caso do manuscrito perdido.

DE METRÓPOLE à Colônia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 12.

Censura as invectivas d'*O País* ao *Correio da Manhã* e relembra um caso ocorrido durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, quando Rui Barbosa teve que se retirar de Portugal por dirigir duras palavras ao presidente brasileiro.

MEDEIROS, advogado do diabo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 13.

O artigo critica Medeiros e Albuquerque.

SUA EXCELÊNCIA estudará o assunto... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 13.

Comentários sobre os problemas da prefeitura; o enfoque recai no excesso de funcionários e na falta de dinheiro.

PUBLICAÇÕES. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 13.

Divulgação de livro de Carneiro Leão e do envio à redação do *A.B.C.* de relatório da Direção Geral da Saúde referente ao ano de 1915 e de parte de 1916.

MAUL, Carlos. Brutus-Machiavelli. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 14.

No caso de Pernambuco, Maul ataca a atitude maquiavélica de Manoel Borba.

EM MANGAS de camisa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 14.

Rebate críticas d'*O Imparcial* ao ministro da Fazenda, Pandiá Calógeras, por ter, o ministro, atendido uma representação da Associação Comercial em mangas de camisa.

A DIPLOMACIA do dólar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 15.

O *A.B.C.* traduz e publica artigo do publicista estadunidense Henry M. Hyde que aborda o capitalismo, a política externa americana e as revoltas na América Central.

BARRETO, Lima. A política e os políticos da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 16.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

CATIVEIRO não deixa saudades. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 17.

Artigo sobre o caso de Pernambuco; acompanha uma caricatura de Manoel Borba.

POLÍTICA de Petrópolis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 17.

O correspondente de Petrópolis envia texto tratando da política de Petrópolis e dos interesses de Leopoldo de Bulhões e Arthur Borba.

UMA PALAVRA pascoal sobre a guerra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 18.

Comenta, e critica, uma entrevista do *Jornal do Comércio* feita com o jornalista aposentado José Carlos Rodrigues, abordando a guerra na Europa.

UMA CONQUISTA da imprensa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 19.

A nota expõe a saída do jornalista e deputado Macedo Soares, diretor d'*O Imparcial*, do Partido Republicano do Estado do Rio.

SEIDL, R. A Liga Contra o Analfabetismo e a comemoração da Independência. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 19.

Transcrição de carta enviada pelo Major Raymundo Seidl ao *A.B.C.*, divulgando a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo.

ESTUPRADOS em nome de Deus. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 19-20.

O *A.B.C.* volta a noticiar a situação da Escola de Menores.

UMA APOTEOSE regional. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 20.

Artigo elogiando o desempenho de J. J. Seabra, quando o político foi governador da Bahia.

UMA DERROTA que é um triunfo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 20.

Nota em que a redação comenta o que foi considerado “fracasso” da diplomacia brasileira, pelo deputado Souza e Silva, pelo fato do diplomata argentino Romulo Naon ter sido convidado para representar a América do Sul nas negociações pacifistas de Woodrow Wilson; segundo a revista, isso não seria um fracasso devido ao tom germanófilo da política internacional tanto dos Estados Unidos quanto da Argentina,

enquanto o Brasil, resguardando seus interesses, permanecia neutro; há também uma censura à ojeriza da esposa do diplomata brasileiro nos Estados Unidos, Domício da Gama, ao Brasil.

FER, Masque, pseudônimo. Gaveta de Sapateiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 99, ano III, 27 jan. 1917. p. 21.

A seção publica sátira à situação do diplomata brasileiro Domício da Gama nos Estados Unidos da América, intitulada “Diplomacia de cama”.

5. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. 18p.

A NOSSA gravura representa... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 1. Gravura de Delfim Moreira. Acompanha texto elogioso ao governador mineiro. O título atribuído foi retirado de trecho da primeira frase do texto.

ESCALADA para o Olimpo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 2. Texto elogiando a negativa do ministro da Fazenda Pandiá Calógeras em prestar declarações ao jornal *O País* a respeito do caso das areias do Prado.

A POLÍTICA dos “acordos”, explicada ao “A.B.C.”, como uma norma de defesa republicana, pelo senador Bernardo Monteiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 3-4.

O texto elogia a postura do governo em tentar harmonizar as discordâncias e expõe em um trecho uma opinião do senador Bernardo Monteiro da importância dessa harmonia para que o país pudesse cumprir com seus compromissos no exterior.

A PRESIDÊNCIA da Câmara, prêmio à modéstia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 4.

Nota comentando a volta de Sabino Barroso, ex-ministro da Fazenda, à política, na Câmara dos Deputados.

O ÚLTIMO paradoxo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 4.

Nota especulando sobre o acordo na política do Mato Grosso, com a ação do interventor Camilo Soares.

NAZARÉ, Agripino. Um gesto a reviver... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 5.

O texto de Agripino Nazaré lamenta o envio de tropas militares para a resolução do conflito do Contestado, e critica a política republicana.

A POLÍTICA das gorjetas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 5.

Nota irônica sobre os boatos que circulavam a respeito dos políticos mineiros na Câmara; conforme o boato, o líder da maioria na Câmara, Antônio Carlos deixaria o cargo para outro político.

R, pseudônimo. No país dos conspiradores. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 6-7.

O texto conta a história de uma conspiração que falhou e que fora planejada para acontecer no começo do ano de 1917; continuação da série de artigos iniciada no número 98 do *A.B.C.*

NORBERTO, João Paulo. Reminiscências. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 7.

O texto de J. Norberto expõe algumas curiosidades da história política de um ministro gaúcho.

UM GESTO histórico. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 8-9.

A reportagem traz um perfil do político mineiro Francisco Salles, acompanhado de gravura com o rosto do político; à descrição da convivência de Salles com sertanejos e com a imprensa, segue-se uma entrevista abordando o serviço militar obrigatório.

ARLEQUIM e o município. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 10.

Nota comentando de forma irônica a atitude de Vicente Piragibe que criticara, no jornal *A Época*, o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Azevedo Sodré, quando ele ainda ocupava o cargo, por não ter atendido a um pedido do político e jornalista; pelo que conta a nota, Piragibe estaria agindo do mesmo modo com o atual prefeito, Amaro Cavalcanti.



CAVALCANTI, M. Uma vitória da banalidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 10.

Texto de crítica literária que trata da obra *Miragem do deserto*, de Hermes Fontes; a crítica é áspera e escarnecedora.

OS BELIGERANTES da neutralidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 11.

Nota informando e especulando acerca da demissão do ministro das Relações Exteriores da Argentina, Carlos Becu; a redação teoriza que a demissão do ministro não deveria ser apenas por uma questão interna e sim por discordar da postura do país em seguir a orientação estadunidense com relação ao conflito.

A TRÉGUA pernambucana impede a formação do bloco do Norte. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 11.

A redação informa que o senador Dantas Barreto decidiu não tomar o poder em Pernambuco e fazer apenas a oposição a Manuel Borba.

A HARMONIA wagneriana da orquestra política de Alagoas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 12.

Texto sobre a situação política em Alagoas que, apesar de estável após um acordo, tendia a se acirrar devido à grande rivalidade entre os grupos.

PARA que deveria o sr. Manoel Borba formar partido, desde que a quase totalidade dos municípios continua a apoiar-lhe o governo?. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 12.

Breve entrevista com o deputado Aristarco Lopes sobre a política pernambucana; Lopes era correligionário de Borba e informa que não havia necessidade do governador pernambucano reunir seus partidários pois ainda contava com o apoio dos municípios.

DIPLOMACIA para uso interno, politicagem para uso externo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 13.

Texto da redação informando dos ataques do deputado Souza e Silva ao diplomata Domício da Gama; segundo um comentarista anônimo, a tática de Souza e Silva seria

atacar o embaixador brasileiro nos E.U.A. para beneficiar a candidatura à presidência da República do ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller.

AS COMPLICAÇÕES da política interna provocaram, também entre nós, a reunião duma Conferência dos Aliados. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 14.

Notícia informando a reunião de três governadores de estados do centro do país que visavam a combater o surgimento de um predomínio paulista, se a candidatura de Rodrigues Alves fosse vitoriosa.

UMA CANDIDATURA quase fratricida. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 14.

Entrevista com Miguel Calmon, que lançou o nome de Rui Barbosa para a corrida presidencial numa entrevista concedida ao jornal *A Noite*, tratando da discordância de seu irmão, o deputado federal Antonio Calmon, que não concordava com essa candidatura.

UMA CANDIDATURA que, visando dividir os amigos, unifica os adversários. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 15.

Comentário sobre as ambições de Rui Barbosa que, ao lançar a candidatura de Dantas Barreto por meio de seu filho, o deputado Alfredo Rui Barbosa, queria, de fato, que o general apoiasse o seu nome para o pleito.

POLÍTICA de Petrópolis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 15.

O correspondente de Petrópolis informa das novidades da Câmara de vereadores de Petrópolis e da iminente queda do partido situacionista.

LIMA. Oliveira. O manifesto. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 16. Texto de Oliveira Lima abordando a situação política em Pernambuco, Dantas Barreto, Manuel Borba, o rosismo etc.

O GARGARISMO diplomático de um Tolentino invertido. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 100, ano III, 3 fev. 1917. p. 16.

Nota informando o desmentido do boato que circulou na imprensa que afirmava que o embaixador argentino nos E.U.A. havia conseguido a chefia das nações sul-americanas nas relações continentais com o país da América do Norte; deduz-se que o próprio embaixador argentino tenha plantado a notícia, que no momento era contradita.

6. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. 22p.

A DEFESA social contra a febre amarela. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 1.

A capa da revista traz um gráfico que mostra a mortalidade da febre amarela no Rio de Janeiro (zona urbana) de 1869 a 1913, em coeficientes quinquenais em 10.000 habitantes; acompanha o gráfico, um comentário sobre o combate à febre amarela, obra de Oswaldo Cruz.

BORLA, Ferdinando. Uma antítese de atualidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 2-3.

Borla reafirma a postura nacionalista da revista *A.B.C.*, pela soberania nacional, seguindo a neutralidade brasileira no conflito mundial; o diretor contextualiza o apoio estadunidense à entente e expõe o lado britânico e o alemão.

PELA HERMA de José do Patrocínio. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 3.

Texto noticiando as movimentações para a construção da herma de José do Patrocínio; o ministro da Marinha, o almirante Alexandrino de Alencar, deu o seu apoio para a construção da homenagem e o advogado Evaristo de Moraes iria proferir uma conferência abordando a personalidade do abolicionista.

UMA CAMPANHA impatriótica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 4.

Crítica aos ataques da imprensa ao ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, por serem feitos em um período impróprio, devido aos problemas internacionais.

MANSO e o seu êmulo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 4.

O texto critica os ataques de João Lage ao ex-chefe de redação da *Gazeta de Notícias*, Victor Silveira, e chama o diretor d' *O País*, de Manso de Paiva da imprensa.

POLÍCIA assassina. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 4.

Notícia o atropelamento e morte de Alice Huet Bacellar; o motorista ficou em liberdade mediante o pagamento da fiança; o artigo questiona a ineficácia da polícia em prender os delinquentes, e aborda o chefe de polícia Aurelino Leal de forma irônica.

A MÃO dos finados, ou o jornalista-cemitério... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 5.

Texto em que se ataca o comendador Mattos e o periódico *A Razão*.

EM MARCHA! *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 5.

Texto irônico criticando os jornalistas que queriam o Brasil na guerra ao lado dos ingleses.

MORAES, Luís. Imperativos Históricos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 6.

Luís Moraes elogia as ideias de Francisco Salles sobre o sorteio militar ao mesmo passo em que critica a política e os políticos do momento, e José Bonifácio, conhecido como o Patriarca da Independência.

UMA EPIDEMIA às portas da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 7.

Entrevista com o diretor geral da Saúde Pública, Carlos Seidl, a respeito da epidemia de febre amarela que estava afetando Vitória, capital do Espírito Santo; Seidl afirma que a doença não atingirá o Rio de Janeiro e aponta as medidas tomadas para evitar a contaminação no Rio de Janeiro. A notícia vem ilustrada com uma fotografia de Carlos Seidl.

NAZARÉ, Agripino. Vésperas... carnavalescas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 8.

O artigo de Agripino Nazaré aborda a imprensa que estimulava a entrada brasileira na guerra, e desconheciam, ao mesmo tempo, o precário estado da marinha e o fracasso do sorteio militar no Exército.

O MESTIÇO de Molière. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 9.  
Ataque ao ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller; o artigo considera que o ministro foge, ou simula enfermidades, quando se vê pressionado.

LE CASÔ de Matô Grossô. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 10.  
Comentários sobre a contenda política em Mato Grosso, com a chegada do interventor federal, Camilo Soares, e do senador Antonio Azeredo ao estado. Acompanha gravura do senador.

LIMA, Oliveira. Post-Scriptum. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 11.  
Resposta de Oliveira Lima à crítica irônica do periódico *Província*, partidário de Dantas Barreto, ao artigo *O Manifesto*, publicado no centésimo número do *A.B.C.*; a resposta de Lima também possui tom irônico.

ESTÁ outra vez conflagrada a política de Alagoas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 11.  
A notícia informa as desavenças na política alagoana em torno da futura vaga para a senadoria.

BARRETO, Lima. As riquezas da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 12.  
Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

A ÚLTIMA epidemia: a do “bom ton”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 12.  
Censura o aparecimento em livro das crônicas mundanas de Paulo Barreto, escritas com o pseudônimo José Antônio José, sob a rubrica “Pall-Mall Rio”, n’ *O País*.

SÁ, Eduardo. Uma contenda de arte ou uma exploração de defuntos? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 13-14.

Transcrição da carta do escultor Eduardo de Sá endereçada ao secretário dos Negócios do Interior do Rio Grande do Sul, Protásio Alves, a respeito do julgamento de um concurso que escolheria o projeto do mausoléu do político Pinheiro Machado; Eduardo de Sá, derrotado no concurso, escreve comentando seu projeto e criticando o vencedor.

O GOVERNO e a “Central”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 14.  
Notícia comentando a exoneração de Arrojado Lisboa da direção da Estrada de Ferro Central do Brasil e a nomeação de Aguiar Moreira para substituí-lo; a nota critica Lisboa e enaltece as qualidades de Moreira.

MAGALHÃES, Franklin. Os Estros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 14.

Poema “Aleluia”, metrificado e dividido em seis quartetos.

OS PRIMEIROS efeitos dum livro de educação. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 14.

Comentário sobre o juízo favorável da redação d’*O Imparcial* do estudo de Carneiro Leão, cujo tema é a educação popular no Brasil; a redação do jornal deixou claro que um dos colaboradores do jornal divergia dessa opinião; a revista *A.B.C.* acredita ser Osório Duque Estrada, e ridiculariza o imortal da ABL.

MAUL, Carlos. Não pode!... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 15.  
Crônica de Carlos Maul que trata de nota da diplomacia brasileira enviada ao império alemão.

CHEGOU o Sátrapa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 15.

Breve comentário sobre as ações do ex-governador do Amazonas, Jônatas Pedrosa, após sua chegada ao Rio de Janeiro.

O SENADOR Bernardo Monteiro e a política dos acordos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 16.

A revista transcreve o comentário do *Diário de Minas* que precedeu à publicação da entrevista com o senador mineiro Bernardo Monteiro, feita por Ferdinando Borla e veiculada originalmente no centésimo número do *A.B.C.*

UMA INICIATIVA que honra a indústria nacional. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 16.

Nota informativa a respeito da inauguração da sede social da fábrica de massas Giorelli & C., do maquinário adquirido recentemente e do atendimento ao consumo urbano e da exportação para outros estados brasileiros.

CAMARGO, Afonso Alves de, O Paraná executa o acordo sobre o Contestado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 17-19.

Transcrição da mensagem apresentada pelo governador paranaense, Afonso Camargo, ao Congresso Legislativo do Paraná, que toca em diversos temas como a resolução da Guerra do Contestado e a economia.

REIS, Manuel. Renascença fluminense. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 101, ano III, 10 fev. 1917. p. 20-21.

Transcrição de relatório de feitos da gestão de Manuel Reis, presidente da Câmara Municipal de Iguazu (atualmente, Nova Iguazu) e deputado da Assembleia fluminense, abordando diversos assuntos, dentre os quais: limpeza, obras, instrução, paço municipal, mudança do nome da cidade (de Maxambomba para Iguazu), etc.; acompanha gravura da Câmara Municipal e de seu presidente, Manuel Reis.

7. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. 18p.

CONQUANTO a política paulista... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 1.

A capa vem com uma montagem com as fotos de quatro políticos paulistas, dentre eles, Rodrigues Alves, Antônio de Lacerda Franco e Jorge Tibiriçá; o texto que acompanha a imagem comenta a política de São Paulo. O título atribuído foi retirado da primeira frase do texto.

NAZARÉ, Agripino. Como se forma uma nacionalidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 2.

Nazaré comenta a morte de Osvaldo Cruz, médico sanitário, ressaltando sua obra e elencando os problemas de saúde do Brasil e a falta de empenho dos governos em saná-los.

UMA EXTORSÃO diplomática, disfarçada em ameaça revolucionária. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 3.

Artigo que trata da intromissão do diretor do banco francês Credit Foncier no Brasil, Lafont, na política brasileira aliando-se ao Rui Barbosa e ao general Dantas Barreto; o texto propõe a extradição se o francês continuasse a incomodar a política do país.

O SR. CASTRO Pinto: paradoxo vivo, mas não mais ambulante. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 4.

O artigo aborda a carreira política do paraibano Castro Pinto.

AS NOSSAS relações com a Alemanha estão à mercê de qualquer comandante de submarino. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 4.

Entrevista com um parlamentar tratando do iminente rompimento diplomático com a Alemanha.

APOLOGIA de Bazaine. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 5.

Comentários agressivos sobre o político e militar Lauro Müller, suscitados pela homenagem que o Clube Militar pretendia prestar ao ministro das Relações Exteriores.

OS LIMITES de uma questão de limites... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 6.

O correspondente de Curitiba envia ao *A.B.C.* um texto que trata de boatos que circulavam sobre uma possível retomada do conflito entre Paraná e Santa Catarina causa dos limites entre os dois estados; a correspondência reproduz também um despacho telegráfico que o coronel Fabrício Vieira, apontado como um dos responsáveis por suscitar o conflito, enviou a imprensa gaúcha desmentindo a história.



NACIONALIZANDO a imprensa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 6.

Ataque ao jornal *O País*, que, nas mãos do português João de Souza Lage, virou órgão exclusivo da colônia portuguesa, segundo o *A.B.C.*

MAIS hipotecas do Crédit Foncier. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 7.

Texto em que se ataca o político baiano Rui Barbosa, na sua tentativa de se lançar candidato contando com o apoio de Lafont, diretor do banco francês Crédit Foncier.

RODRIGUES, Mario. O que é, o que quer a Confederação do Norte. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 8.

A revista publica um estudo de Mario Rodrigues, jornalista partidário de Dantas, sobre a política nacional e as candidaturas a presidência.

A POLÍTICA dos moinhos de vento. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 9.

A correspondência enviada de São Paulo trata das cisões e dos movimentos da política paulista.

UMA INICIATIVA que honra a Indústria Nacional. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 9.

O periódico corrige equívoco por não haver citado um dos sócios da fábrica de massas Giorelli & C. mencionada no número anterior.

NA MECA de Teresópolis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 10.

A correspondência enviada de Belo Horizonte especula os motivos da visita do ministro da Agricultura, José Bezerra, ao ex-ministro Sabino Barroso; o periódico acredita que a visita se deu por motivos políticos.

OSVALDO Cruz: o seu exemplo e a sua herança. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 11.

Artigo descrevendo os sucessos da vida de Osvaldo Cruz.

AS “ENTENTES” econômicas entre os Estados. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 11.

Nota informativa a respeito das ações do governador paranaense, Afonso Camargo, relacionadas à economia e às finanças do estado.

UMA PÉRFIDA intriga ou uma manobra precoce? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 12.

Comentário acerca da política gaúcha, onde Rivadavia Corrêa teve seu nome lançado para o cargo de governador, enquanto o chefe do partido de Corrêa, Borges de Medeiros, governador na época, também teve sua candidatura aventada.

A LINGUAGEM das frutas, decifrando os enigmas políticos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 12.

Comentário a respeito de presente enviado pelo governador pernambucano, Manuel Borba, ao governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha.

FLAGRANTE. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 12.

Nota que informa de caso ocorrido no Brasil, onde dois supostos espões alemães teriam sido presos próximo ao Forte do Imbuí; a revista mostra que a história era fantasiosa e critica a cobertura do fato feita pela imprensa.

O FALSO ídolo já faz milagres. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 13.

Artigo em que a revista ataca Lauro Müller e censura reportagem elogiosa do *Correio da Manhã* em homenagem ao ministro das Relações Exteriores.

C., J. de, pseudônimo. Notas e Conselheiros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 13.

No artigo, o autor examina com ironia um diálogo atribuído ao político baiano Rui Barbosa que trata da situação brasileira perante a Alemanha.

O SR. JOÃO Luiz Alves quer voltar ao aprisco... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 14.

Comentário abordando a vida política de João Luiz Alves.

UMA CANDIDATURA paradoxal. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 14.

A nota informa a pretensão do historiador Tobias Monteiro em representar politicamente a minoria no Rio Grande do Norte.

PROTESTO procedente. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 14.

Nota irônica que menciona o protesto da Liga Pró-Aliados à nota brasileira enviada ao governo alemão.

“ENTRE les deux...”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 15.

Artigo que comenta a situação política pernambucana, na disputa entre o governador Manuel Borba e o opositor Dantas Barreto.

UMA CRUZADA pela cultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 102, ano III, 17 fev. 1917. p. 16-17.

Transcrição de relatório dirigido por Enéas Marques dos Santos, Secretário do Interior do Paraná, ao governador do estado, Afonso Camargo, que trata de diversos assuntos de sua pasta, dentre eles, a instrução pública e a universidade local.

8. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. 18p.

CABE ao Dr. Silvino Gurgel do Amaral... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 1.

A capa traz uma gravura do diplomata Silvino Gurgel do Amaral que teria, segundo o texto que acompanha a imagem, missão de conciliar a manutenção da neutralidade na guerra e a afirmação da soberania brasileira junto ao governo alemão. O título atribuído é parte da primeira frase do texto da capa.

A HERMA do Azar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 2.

Texto em que a redação ataca Lauro Müller e traça algumas comparações com Lauro Sodré.

AS INTRIGAS contraproducentes. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 2.

Nota que comenta a política baiana e as ações de José Marcellino.

OS SEQUAZES de Silveira Martins. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 3.

Comentários a respeito da viagem do político do Rio de Janeiro, Pedro Moacir, e da situação do partido federalista, dividido entre os grupos do conselheiro Maciel e de Raphael Cabeda.

TERAPÊUTICA à distância. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 3.

A redação faz reparos ao telegrama enviado pelo senador pernambucano Ribeiro de Brito ao ministro das Relações Exteriores.

NAZARÉ, Agripino. A lição mexicana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 4.

Agripino Nazaré comenta, em sua crônica, uma conversa que tivera com um dos redatores do *A.B.C.*, Luís Moraes, a respeito da guerra e da possível proeminência que o Brasil teria se ainda estivesse vivo, e dirigindo a diplomacia brasileira, o barão do Rio Branco; menciona também a atitude mexicana de tentar organizar com outros países neutros a proibição da exportação de víveres e armamentos para a Europa com a finalidade de fazer cessar a guerra.

AS MADALENAS do marcellinismo escolhem o sr. Rui Barbosa para Messias. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 5.

O correspondente de Salvador-BA reflete sobre as manifestações favoráveis à candidatura de Rui Barbosa a presidência, emitidas por Miguel Calmon e José Marcellino.

UMA CRISE no Banco do Brasil? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 5.

Nota que informa o precário estado de saúde do diretor da carteira cambial do Banco do Brasil, Custódio de Magalhães.

DEPOIS da Bacanal. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 6.

Texto tratando da ação do chefe da polícia, Aurelino Leal, e de seus subordinados durante o carnaval.

AS COMPLICAÇÕES do caso do Contestado originam-se, desde o governo provisório, d'um abuso de confiança do sr. Lauro Müller? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 6.

A nota informa que no início do conflito do Contestado, ainda no governo do marechal Deodoro da Fonseca, Lauro Müller teria passado informação errada ao presidente para conseguir uma decisão favorável ao estado de Santa Catarina.

COMO se resolveu o caso paraense. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 7.

O correspondente de Belém discorre sobre a resolução do caso paraense, em que Enéas Martins foi deposto em proveito de Lauro Sodré, e a respeito da representação do estado no Congresso Federal.

OS VIGARISTAS da Aliança. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 7.

O texto ataca Medeiros e Albuquerque, que quereria a quebra da neutralidade brasileira e uma cadeira de deputado por Pernambuco.

TORREZÃO, Bazilio, pseudônimo. Palavras... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 8-9.

A crônica de Bazilio Torrezão, pseudônimo de Astrojildo Pereira, aborda o carnaval.

UMA REPARAÇÃO que se impõe. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 9.

Nota que indaga sobre uma possível volta à cena política de Eduardo Ramos.

CLERO e política. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 9.

Texto que reflete sobre a pouca influência da Igreja na política republicana e reproduz nota do correspondente pernambucano do *Jornal do Brasil* sobre o discurso do arcebispo de Olinda, pronunciado ao tomar posse no Instituto Arqueológico de Pernambuco, que conteria uma forte crítica à política atual.

MINAS quer a policultura e a redução dos impostos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 9.

Nota informativa do projeto de criação de uma Confederação de plantadores mineiros.

OS COVEIROS da salvação. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 10.  
Comentário ácido às ações de Miguel Calmon e da Sociedade Nacional de Agricultura.

UM BANHO carrapaticida. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 10.  
O texto questiona a amizade recém-estabelecida entre João Lage e Lauro Müller; no passado, Lage censurava Müller em seu jornal.

O REGRESSO do sr. Seabra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 10.  
Anúncio da volta de J. J. Seabra a capital do país.

A SUCESSÃO mineira, 'pivot' da campanha presidencial. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 11.

A correspondência de Belo Horizonte trata da sucessão ao cargo de Delfim Moreira à frente do estado mineiro.

O SR. MANOEL Borba, e a sua fruticultura política. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 12.

O artigo expõe a opinião do governador pernambucano a respeito dos possíveis candidatos à presidência da República, Rodrigues Alves e Lauro Müller.

O "MATCH" das candidaturas presidenciais vai ser travado no percurso entre Petrópolis e Teresópolis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 12.

Nota a respeito das candidaturas presidenciais, que informa que a política mineira só trataria do assunto na semana seguinte.

O PRESIDENTE neutral. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 13.

O correspondente de São Paulo contesta informações que tratavam de uma possível candidatura de Sabino Barroso, apoiada pelo presidente Venceslau Brás.

A PRODUÇÃO paulista pleiteia, junto ao Ministério da Fazenda, a remodelação das circunscrições fiscais do estado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 13.

Nota que informa sobre a reunião do político paulista Álvaro de Carvalho com o ministro da Fazenda, Pandiá Calógeras, com vistas à diminuição de taxas da lavoura paulista.

UMA GLÓRIA compulsada. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 14. O artigo comenta a situação em que estará o gal. Dantas Barreto após a aposentadoria compulsória da carreira militar; a aposentadoria cortaria o apoio dos militares ao general, e Dantas cairia logo no esquecimento, segundo prognóstico da revista.

PAES, Álvaro. Que é o espermacete? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 15.

Paes escreve, em seu texto, sobre a Academia Brasileira de Letras, seus rumos e a pouca efetividade que a instituição teria apresentado em aproximadamente vinte anos; o autor também fala de outras academias surgidas no Brasil no século XVIII.

LIMA, Oliveira. O bloqueio submarino. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 103, ano III, 24 fev. 1917. p. 16.

Reprodução de artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, que versa sobre a política externa brasileira no período da Primeira Guerra Mundial.

9. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. 18p.

HARMONIAS Cacofônicas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 1. Gravura constituída de montagem com a foto de quatro políticos, dois paulistas e dois mineiros, dentre eles, Rodrigues Alves e Delfim Moreira; no comentário, a revista fala sobre o acordo entre a política dos dois estados para uma candidatura única.

DISPARATES a serviço da glória. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 2.

Artigo em que se faz um ataque ao ministro das Relações Exteriores, por suas atitudes diante dos outros países e do resultado negativo de sua diplomacia na exportação de produtos brasileiros, notadamente o café.

PROPAGA-SE à política de Alagoas a agitação que perturba a de Pernambuco. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 3.

Texto que apresenta a situação política de Alagoas, ecoando os acontecimentos de Pernambuco, com os situacionistas se fragmentando; reproduz artigo do *Correio da Tarde*, escrito por Antonio José, direcionado ao governador do estado de Alagoas, Batista Accioly.

A ASSOCIAÇÃO da Mulher Brasileira. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 3.

Nota destacando o feminismo mundial e o surgimento da Associação da Mulher Brasileira; parabeniza a iniciativa de Nicola de Teffé.

OURO que emigra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 3.

Breve comentário a respeito da remessa de ouro enviada a banqueiros londrinos por Nilo Peçanha.

O SR. VICTORINO Monteiro, incubadeira gaúcha da candidatura Urbano dos Santos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 4.

Nota sobre a possível aliança entre políticos do norte do país com a política do Rio Grande do Sul, com vistas a viabilizar a candidatura de Urbano Santos para a próxima eleição presidencial.

A SUCESSÃO presidencial está se fazendo no palácio Rio Negro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 4.

Nota que informa sobre o diálogo entre São Paulo e Minas para lançar a candidatura de Rodrigues Alves à próxima corrida presidencial.

A LESMA e o Gigante. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 4.

Em comparação entre o Barão do Rio Branco e Lauro Müller, antigo chanceler e seu substituto, a redação exalta o primeiro e deprecia o segundo.



O SILÊNCIO do sr. Seabra. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 4.

Nota comentando o papel do governador de J. J. Seabra nos debates envolvendo a sucessão presidencial.

NAZARÉ, Agripino. A chantagem de John Bull. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 5-6.

O texto de Agripino Nazaré contém críticas ao governo brasileiro (Lauro Müller, José Rufino e Venceslau Brás) e à chantagem da Chancelaria inglesa, que proibiu a compra do café brasileiro e negou participação dos países neutros à Conferência de Paz.

BARRETO, Lima. O ensino na Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 6.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

O SR. URBANO Santos, candidatado a candidatável pela imprensa do interior do país. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 7.

Comenta a nota reproduzida, que dá conta das aspirações de Urbano Santos à uma possível candidatura, sustentando a neutralidade.

ERRO ou Manobra? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 7.

Comentário sobre artigo do *Correio da Manhã* que trata das candidaturas presidenciais e coloca Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Dantas Barreto na disputa; o *A.B.C.* questiona se a não inclusão do ministro Lauro Müller, que vinha recebendo elogios do jornal de Edmundo Bittencourt, seria por desconhecimento da lei, que obrigava aos candidatos a deixarem os postos públicos com um semestre de antecedência da eleição, prazo este que não havia vencido ainda, ou estratégia da folha.

“EU sou o Papa?”... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 7.

Texto irônico mencionando o temor dos membros do Supremo Tribunal Federal pela intenção de Aurelino Leal de conseguir um posto na instituição.

ESPIRITISMO para os pobres de espírito. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 8.

Comentário irônico a respeito da invasão do chefe de polícia de Petrópolis a uma sessão do Centro Espírita local e a repercussão no jornal *A Razão*, do espírita comendador Mattos.

UMA GLÓRIA provinciana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 8.  
Nota irônica sobre as críticas de Raul Azedo ao governador pernambucano Manuel Borba, e os encômios a Dantas Barreto.

MINAS e a presidência da República. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 9-10.

Reprodução de entrevista de Manuel Lainez, jornalista argentino do *Diario* de Buenos Aires, com o político mineiro Delfim Moreira, sobre política e o estado de Minas Gerais.

HOSTILIZAR o inimigo para melhor entregar-lhe os amigos: será esta a tática partidário do sr. Lauro Müller. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 10.

A nota censura os ataques da *Notícia* ao senador mineiro Francisco Salles e ataca Lauro Müller, que vinha sendo defendido pelo jornal.

OS PROGRESSOS da nossa cultura pedagógica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 10.

Descrição do Colégio Batista, localizado na rua José Hygino, propaganda de sua estrutura.

UM ACORDO entre candidatos, concluído à revelia dos mesmos? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 11.

Especulação sobre os movimentos da política nacional com vistas às eleições, focando as atitudes de Minas Gerais e São Paulo.

DOIS ASPECTOS da neutralidade: a do sr. Altino Arantes, a do sr. Alexandrino de Alencar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 11.

Nota em que o redator condena o auxílio de um navio brasileiro à marinha italiana e elogia a exoneração de um major da força pública de São Paulo porque o militar pretendia prestar serviço aos exércitos aliados na Europa.

O SR. DELFIM vacinou-se. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 12.  
No artigo, a redação do *A.B.C.* defende o político mineiro Delfim Moreira dos ataques perpetrados pelo *Correio da Manhã*.

MATTOS “versus” Delfim Moreira. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 12.

O *A.B.C.* comenta de forma galhofeira o processo de Delfim Moreira contra o comendador Mattos, motivado por comunicado publicado n’*A Razão*.

TORREZÃO, Basílio, pseudônimo. Conselho aos operários. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 13.

Crônica de Basílio Torrezão, pseudônimo de Astrojildo Pereira, em que se apresenta um plano para a expropriação de grandes armazéns visando à distribuição de gêneros de primeira necessidade aos operários; o texto vem com uma nota da redação indicando o caráter humorístico da crônica.

ALGARISMOS que resistem aos canos de ferro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 14.

O *A.B.C.* reproduz texto do *Diário de Pernambuco* que aponta gastos do governo pernambucano na gestão de Dantas Barreto com a publicação de notas na imprensa, em contrário do que dizia o jornal *A Província*, também de Pernambuco.

“SEMEL in anno”... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 15.

Texto em elogio a Venceslau Brás; a redação relembra seus ataques ao presidente proferidos no passado, e que, no presente, com a mudança de postura do político mineiro, a revista passa a elogiá-lo.

A CONSCIÊNCIA jurídica e a inconsciência sanitária. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 15.

O *A.B.C.* critica a atitude do ministro da Justiça Carlos Maximiliano que negara a criação de lei para a imposição de uma vacinação obrigatória como prevenção à varíola.

NA MARINHA. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 16.

Texto enviado ao *A.B.C.* em que se faz um comentário das ações do ministro da Marinha Alexandrino de Alencar, abordando suas ações políticas dentro da instituição, e o apoio de diversos marinheiros às possíveis candidaturas à presidência de Dantas Barreto e Lauro Müller.

O “JARDIM de Academus”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 104, ano III, 3 mar. 1917. p. 17.

Reprodução de capítulo do livro de crônicas *O Jardim de Academus*, de Gomes dos Santos, publicado em 1915 na Europa; o capítulo reproduzido intitula-se “Um caso psicológico”.

10. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. 22p.

O NATURAL antagonismo que existe... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 1.

Gravura com o retrato do vice-presidente Urbano Santos. Na legenda, a redação discorre sobre as forças políticas que gravitavam em torno do vice-presidente com o intuito de angariar apoio para a eleição vindoura. O título atribuído foi retirado da primeira frase do texto da capa.

NAZARÉ, Agripino. Ribeiro de Brito, suicida. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 2.

No texto, Nazaré ataca discurso proferido pelo senador pernambucano Ribeiro de Brito.

A CISÃO baiana deu em resultado a coesão baiana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 3.

O correspondente de Salvador-BA informa que o movimento pró-Rui Barbosa acabou por unir o grupo que estava dividido em oposição ao próprio Rui.

PULHICE apoteosada. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 3.

A nota contesta informação do jornal *A Época*, sobre um suposto fato nacional protagonizado por Vicente Piragibe.

MORAES, Luís. Em nome de Brobdingnac. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 4.

O texto de Luís Moraes aborda a situação social, política e econômica brasileira, e compara o país à Rússia se valendo do pensamento de Leroy-Beaulieu acerca sobre aquele país.

UM ASPECTO diplomático da cisão pernambucana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 5.

Segundo o correspondente do Recife, o ministro da Marinha teria trocado o navio que se encontrava no Recife, para afastar dali oficiais inclinados a apoiar Dantas Barreto; contudo, o ministro Alexandrino de Alencar, sem o saber, enviou ao local o almirante Frontin, partidário de Lauro Müller, que teria intenção de convencer o governador pernambucano a apoiar o ministro das Relações Exteriores numa possível candidatura à presidência da República.

A SUCESSÃO catarinense e um candidato de palha que a simplifica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 5.

Texto que trata da sucessão governamental em Santa Catarina.

A PARAÍBA do Norte, ligada a Mato Grosso por Pernambuco e Alagoas... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 6.

Texto a respeito da política paraibana que comenta a possibilidade de uma iminente ruptura entre Epiácio Pessoa e Camilo de Hollanda.

TORREZÃO, Bazílio, pseudônimo. Sugestões de uma noite de verão. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 7.

Crônica em que Bazilio Torrezão, pseudônimo de Astrojildo Pereira, comenta dois encontros que teve com um grande fazendeiro da região em que sua família vivia, durante a infância.

A ÚLTIMA do Abreu. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 8.

Crítica bem humorada a Mario Brant, autor de *Viagem a Buenos Aires*, e Medeiros e Albuquerque.

MORALISTA por vingança. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 8.  
A nota questiona o senso de moralidade do ministro da Justiça Carlos Maximiliano, em caso envolvendo um prefeito do Acre, Gentil Norberto.

UM BRINQUEDO do titanismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 9.

No artigo, a redação ataca o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, tanto em seu desempenho como ministro quanto nas suas ações no cenário político nacional.

QUE diz a isso o sr. Rosa e Silva? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 9.

Na nota, a redação traz um informe sobre a situação da política pernambucana. Os políticos conservadores locais se aliaram aos partidários do governador.

A VERDADE está nos sofismas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 10.

O correspondente de Belo Horizonte questiona os boatos que circulavam pela imprensa carioca a respeito das candidaturas presidenciais, inclusive a lançada pelo líder da maioria na Câmara, Antônio Carlos, com os nomes de Rodrigues Alves e Delfim Moreira.

UM CAVALGADO na terra dos Cavalcanti. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 10.

Informa a derrota do general Dantas Barreto nas eleições para a presidência das duas casas do Congresso de Pernambuco; menciona a trajetória política do general.

UM GOVERNO que bloqueia os seus súditos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 11.

O texto menciona o protesto da Câmara Italiana de Comércio de São Paulo contra a suspensão das linhas marítimas entre os portos brasileiros e os da Itália; critica a postura do governo italiano e o embaixador brasileiro em Roma, Pedro de Toledo.

BARRETO, Lima. A Constituição da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 12.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

BONIFÁCIO. Epígrafe para a herma. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 13.

Carta do tenente Bonifácio tratando da baixa reputação de Lauro Müller perante o Exército.

MINAS não rompe e não romperá o pacto da trégua interestadual acerca da sucessão. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 13.

Comentários sobre os boatos que circulavam na imprensa sobre a sucessão presidencial e sobre o telegrama do político mineiro Antonio Carlos tratando do mesmo assunto; reprodução de nota do *Diário de Minas* a esse respeito.

MATEUS, José. A caminho de Damasco. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 14.

Crônica abordando Theodore Roosevelt.

O DEFEITO da sinceridade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 14.  
Informa a publicação de livro contendo o relatório da gestão do ano de 1916 do governador do Maranhão, Herculano Parga.

LOUROS brônzeos que murcham... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 15.

Questiona a homenagem que o Clube Militar vinha pensando em dedicar a Lauro Müller.

HIERARQUIA às avessas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 15,  
Comenta um caso envolvendo o chefe de polícia Aurelino Leal e o diretor do Gabinete Médico Legal; Leal teria suspenso o diretor do gabinete de forma arbitrária e o ministro da Justiça não teria agido para consertar a situação.

CASTILHISTAS e federalistas, no momento político. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 16.

A redação transcreve nota do jornal gaúcho *A Federação* que critica as opiniões emitidas pelo político Pedro Moacyr; o *A.B.C.* questiona a nota d'*A Federação*.

LIMA, Oliveira. O culto das tradições. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 17.

Sobre os jesuítas, educação e tolerância religiosas.

PARGA, Herculano Nina. Mensagem. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 105, ano III, 10 mar. 1917. p. 18-21.

Reprodução de relatório apresentado ao Congresso Legislativo do Maranhão pelo governador do estado, Herculano Nina Parga; o relatório é referente ao ano de 1916.

11. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. 20p.

A PAZ dos neutros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 1.

Gravura com colagem dos retratos de Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América, Lloyd George, primeiro-ministro do Reino Unido, e Manuel García Prieto, presidente do Conselho de Ministros da Espanha; a nota trata da mediação da paz, no conflito mundial.

“MÃE da lua” que já não encanta. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 2.

Sobre as intenções do vice-presidente Urbano Santos com relação à corrida presidencial.

O VENTRE da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 3.

Artigo que elenca os problemas sociais e econômicos por que passava a cidade do Rio de Janeiro, enquanto o prefeito, que tomara posse há três meses, ainda não tinha tomado nenhuma iniciativa.

DA COPA para a cúpula. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 4.



Comentário sobre as comemorações do centenário da revolução de 1817, exaltando o discurso do senador Eloy de Souza.

O SR. LIRA Tavares contraria a candidatura do sr. Tavares de Lira... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 4.

Sobre as candidaturas presidenciais, a revista informa que o irmão de Tavares de Lira, Lira Tavares, contesta a veracidade dos boatos a respeito da candidatura do ministro da Viação para a próxima corrida presidencial.

A HIPERTROFIA do paredro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 5.

O artigo trata de Lauro Müller que teria dado seu endosso à candidatura do político paulista Rodrigues Alves.

AS INTRIGAS mato-grossenses não têm fundamento. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 6.

A nota informa da situação política dos conservadores no estado de Mato Grosso; acompanha gravura com fotografia do senador Azeredo.

O OVO de Colombo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 6.

Comentário irônico sobre a possível ação de Miguel Calmon, na Sociedade Nacional de Agricultura, para atender às solicitações dos lavradores de São Paulo.

UM SWIFT brasileiro. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 6.

Comentário sobre a obra de Lima Barreto.

O CALCANHAR do Sr. Urbano. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 7.

Nota sobre o vice-presidente Urbano Santos no momento das escolhas das candidaturas presidenciais; o *A.B.C.* menciona que o *Correio da Manhã* teria dito que o político maranhense não tem autoridade para fazer sugestões.

A UNÇÃO dos candidatos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 7.

Nota informando a opinião de Paula Ramos sobre a sucessão presidencial; o político lançou a candidatura de Nilo Peçanha.

TORREZÃO, Bazílio, pseudônimo. Elogio da deserção. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 8.

Texto em que Torrezão, pseudônimo de Astrojildo Pereira, propõe a deserção ao serviço militar obrigatório; a crônica vem acompanhada de nota explicativa da redação expondo sua contrariedade ao conteúdo do texto.

O REALEJO da intriga está funcionando entre a Paulicéia e Belo Horizonte. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 9.

Sobre as candidaturas presidenciais, o *Correio da Manhã* aventa o nome de Francisco Salles para o lugar de Delfim Moreira, na chapa que tinha a frente Rodrigues Alves; o *A.B.C.* questiona a opinião do jornal de Edmundo Bittencourt.

A CAPANGADA, sentinela do Panteão... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 10.

A redação publica uma sátira aos versos do poeta e jornalista Leal de Souza, que tentava uma vaga na Academia de Letras.

MANOEL Reis, mosquitófobo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 10.

Nota elogiando a ação do presidente da Câmara de Nova Iguaçu, Manoel Reis, contra a febre palustre; o texto critica a ironia utilizada pela imprensa para noticiar o fato.

O MEDO de navegar, lema dos navegantes. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 11.

O *A.B.C.* critica o apelo que a Federação Marítima Brasileira apresentou ao governo em face dos perigos da navegação em zonas de bloqueio germânico.

METÁFORA que deu azar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 11.

A redação conta uma anedota passada no governo Hermes da Fonseca; Pinto da Rocha propagava que um tumor revolucionário rebentaria no país, o que não aconteceu; mas, o único tumor apareceu na axila do próprio Rocha.

COMENTA-SE, em Minas, a entrevista Seabra sobre candidaturas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 12.

Comentário sobre a entrevista do político baiano J. J. Seabra a respeito das candidaturas presidenciais.

O SR. ALVES de Castro, o eleito de hoje, vai pacificar em Goiás os seus depuradores de ontem. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 12.

A revista noticia o resultado da eleição para governador em Goiás. João Alves de Castro foi eleito; menciona de maneira elogiosa a mediação do presidente Venceslau Brás no caso.

OASIS. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 12.

Propaganda do livro do poeta Lindolfo Xavier, *Oasis*.

BARRETO, Lima. A diplomacia da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 13-14.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

O PARADOXO alagoano. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 14.

Notícia da intenção do político Fernandes Lima de impugnar, pela imprensa, a possível reeleição do governador alagoano Batista Acioli.

FRATRICÍDIO por meio de um “interview”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 15.

Comentários a respeito da entrevista do irmão de Lauro Müller, Eugênio Müller, que tratou do assunto da sucessão presidencial e afirmou o apoio de Santa Catarina ao político Rodrigues Alves.

CAPRICHOS da “consciência jurídica”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 15.

Comentários irônicos a respeito do chefe de polícia Aurelino Leal.

O CONTRABANDO político numa associação comercial. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 16.

Comentários sobre a ação da Federação do Norte, que vinha realizando reuniões com vistas a criar uma resistência a qualquer candidato à presidência da República que não consultasse os estados do norte do país ou que não incluísse candidatos da região na composição da chapa.

NORBERTO, João Paulo. Moralista por vingança. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 16.

João Norberto, em carta ao *A.B.C.*, ataca o ministro da Justiça.

EM PERNAMBUCO, a aritmética é uma opinião. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 17-18.

O *A.B.C.*, para mostrar o debate entre as duas facções de Pernambuco a respeito das finanças do estado, reproduz artigo do *Jornal do Recife*, de orientação dantista, apresentando números do governo de Dantas Barreto.

COMPELIDO pela crise de transportes, o Paraná marcha para a policultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 18.

A revista reproduz conversa com o deputado paranaense Jaime Ballão sobre a economia e a produção local.

GRAÇAS ao sr. Carlos Maximiliano, o Acre é hoje o Butantã do sr. Cunha e Vasconcellos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 106, ano III, 17 mar. 1917. p. 19.

O *A.B.C.* comenta as ações de Cunha e Vasconcellos no Acre.

12. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. 22p.

UM BLOQUEIO “sui generis”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 1.

Gravura que traz um mapa europeu destacando o bloqueio marítimo ocasionado pela Primeira Guerra Mundial. A nota comentando o bloqueio.

MORAES, Luís. Enquanto os outros morrem. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 2.

Sobre a Inglaterra e o espírito inglês na Primeira Guerra Mundial.

AO POVO explorado, que lhes quer invadir os armazéns, oferecem os açambarcadores o derivativo do assalto ao Catete. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 3.

Comentário sobre as ações da Associação Comercial que pressionava o presidente Venceslau Brás.

POLÍTICOS itinerantes, à procura das Mecas presidenciais que a ilusão ótica dos candidatos constrói sobre as areias. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 3.

Crítica à ação de Rodolfo Miranda que teria conversado com Urbano Santos e Sabino Barroso a respeito das candidaturas presidenciais.

UM BALANÇO das forças da política paraibana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 4.

Texto sobre o possível rompimento entre os políticos paraibanos Epiácio Pessoa e Camilo de Hollanda; caso ocorresse, o primeiro se apoiaria na representação paraibana estadual e o segundo na federal.

O SR. ANTÔNIO Carlos aplica às paixões dos intendentos cariocas a terapêutica alagoana e goiana. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 4.

Comentário crítico sobre a ação do deputado mineiro Antonio Carlos de Andrada no Conselho Municipal do Rio de Janeiro.

O INSTRUMENTO da soberania. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 5.

Críticas ao chanceler Lauro Müller, explicando a razão dos ataques da revista ao ministro.

AS VENTAS do cavalo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 5.

Texto em que a redação da revista comenta a crônica literária de Medeiros Albuquerque sobre um livro de poesia de Félix Pacheco.

NAZARÉ, Agripino. A decadência das revoluções. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 6.

Agripino critica a opinião de Oliveira Lima a respeito de Manuel Borba e da política de Pernambuco.

UM GENERAL à paisana derrotado pelos coronéis da política. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 6.

A revista informa a derrota de Celso Bayma para a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados; Bayma é elogiado, mas o *A.B.C.* informa que o deputado servia aos interesses de Lauro Müller.

O VENTRE da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 7.

O *A.B.C.* informa a opinião do prefeito a respeito do responsável pelo encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, que seria a ganância dos comerciantes; abarca também as ações pretendidas pela prefeitura para remediar o problema.

UMA TRANSMUTAÇÃO de valores. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 7.

Notícia da inauguração das Caixas econômicas e dos institutos de Crédito Popular do governo de São Paulo.

UM PARTIDO que esposa o programa dos adversários, cedendo-lhes, para melhor executar esse programa, o chefe que os deveria hostilizar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 8.

O artigo contesta a opinião difundida pelo *Correio da Manhã* sobre a participação do vice-presidente Urbano Santos nas candidaturas presidenciais e possível intromissão em negociações do presidente.

O PAÍS repudia os seus amores, por não querer repudiar os seus ódios. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 8.

Comentário sobre o repúdio d'*O País* ao apoio do *Correio da Manhã* destinado a candidatura de Rodrigues Alves.

O "SELF government" paulista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 9.

A revista elogia a ação da política paulista em criar uma frota mercante para alcançar a autonomia no fretamento dos produtos exportados, desprendendo-se, assim, do controle dos E.U.A., que por causa da guerra se tornou o principal importador dos produtos de São Paulo.

TORREZÃO, Bazílio, pseudônimo. Crônica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 10.

Crônica em que o pseudônimo utilizado por Astrojildo Pereira aborda dois assuntos: um crime ocorrido no Rio de Janeiro e a sucessão presidencial.

"EX ORE tuo"... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 11.

Comentários sobre entrevista com João Lira, senador pelo estado do Rio Grande do Norte, a respeito da situação política no norte do país.

CONTRA a extorsão dos açambarcadores cariocas, a expansão econômica dos estados. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 11.

Acerca da reunião do prefeito carioca com a Sociedade Mineira de Agricultura e do plano para baratear os alimentos.

O HERMISMO e os Monteiros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 12.

Entrevista com um espírito-santense sobre a política daquele estado; a possível recusa em ser representada por Fonseca Hermes; a ideia de ser representada apenas por nativos.

UM SUICÍDIO ruidoso. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 13.

O texto trata das ações de Dantas Barreto em Pernambuco, incluindo sua tentativa de insuflar a revolta em seus partidários contra o governo do estado.

O FÓSFORO: o grande eleitor dos eleitos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 13.

Sobre a política carioca.

A CARESTIA põe a capital da República à mercê da revolução. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 14.

Texto sobre a carestia da vida na cidade do Rio de Janeiro.

BARRETO, Lima. Um Manda Chuva. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 15-16.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

UM ADULTÉRIO literário. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 16.

Texto ironizando crônica de Flexa Ribeiro sobre um crime na rua das Marrecas.

LAET, Carlos de. A política, julgada à revelia dos homens políticos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 17-18.

Reprodução de crônica de Carlos de Laet sobre a sucessão presidencial, publicada na *Gazeta de São Paulo*.

A ÁGUA benta do sr. Alfredo Élis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 18.

O *A.B.C.* comenta a entrevista do político Alfredo Élis, concedida à *Gazeta de São Paulo*; Ellis afirma que a candidatura Rodrigues Alves-Delfim Moreira é viável.

SANTOS, Firmino. Foi pena! *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 18.

O *A.B.C.* reproduz artigo de Firmino Santos, capitão honorário do Exército, que ataca a obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto; antes da reprodução, a revista contextualiza a nota que havia sido publicada no periódico *A Capital*, no ano anterior.<sup>430</sup>

---

<sup>430</sup> Segundo Antônio Noronha Santos, o texto pode ter sido escrito por Lima Barreto visando a chamar a atenção para seu livro – BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 265.



LIMA, Oliveira. Oliveira Lima pelos mártires de 1817. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 19-21.

Transcrição de discurso de Oliveira Lima sobre os precursores da Independência, que estiveram na Revolta de 1817.

AMBIÇÕES postas em música... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 107, ano III, 24 mar. 1917. p. 21.

Críticas ao chefe de polícia, Aurelino Leal, e ao ministro da Justiça, Carlos Maximiliano, que partilhavam a mesma ambição de conseguir uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

13. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. 24p.

ENQUANTO a opinião pública... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 1.

Gravura com fotografia do político mineiro Francisco Salles; a nota comenta a movimentação do senador no cenário político. O título atribuído foi retirado da primeira frase do texto da capa.

A FORÇA política da fraqueza física. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 2-3.

Acerca da candidatura de Rodrigues Alves; aponta todo o percurso da escolha do nome do político paulista; descreve o cenário político.

OS POLÍTICOS rio-grandenses perante a sucessão estadual; a política rio-grandense perante a sucessão federal. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 4.

Comentário sobre a política do Rio Grande do Sul; enquanto Pinheiro Machado esteve a frente dos políticos gaúchos, o estado se mostrava coeso; após a morte de Machado, os políticos do estado deveriam buscar a união.

CAVALCANTI, M. A propósito da “Mão Negra”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 4.

Comentário que trata das crônicas de Oscar Lopes, escritas para o periódico *O País*.

A SAÚDE da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 5.

Contrastando com as informações alarmantes difundidas por um diário carioca, o *A.B.C.* publica entrevista com Carlos Seidl, em que o higienista apresenta números que mostram que a população do Rio de Janeiro não corria risco de epidemia de febre amarela, mas deveria se proteger contra a varíola.

A TERAPÊUTICA da descompostura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 5.

Comentário sobre os subsídios pagos pelo Itamarati à imprensa para que ataque o presidente e elogie o ministro das Relações Exteriores.

MAIS UM rompimento? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 6

O *A.B.C.* publica conversa com o deputado paraibano João Maximiano de Figueiredo que acredita ser impossível haver um rompimento entre Epitácio Pessoa e Camilo de Hollanda.

AS SUBSISTÊNCIAS da Metrópole. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 6.

Notícia da reunião da Sociedade Mineira de Agricultura com o prefeito do Rio de Janeiro, Amaro Cavalcanti; o presidente da associação mineira propôs a ampliação do comércio, que se restringia a frutas e flores, para abranger também os cereais; o periódico acreditava ser essa uma boa oportunidade para baratear a vida na cidade.

O “ICEBERG” revolucionário. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 7.

Comentário sobre os acontecimentos na Rússia, após a deposição do czar Nicolau II.

A NOVA Minas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 8.

Nota sobre o Congresso de Juiz de Fora, em que se reuniram lavradores mineiros; e a ação da política do estado com relação à economia e a agricultura mineira.

IMUNIDADES contra a calúnia. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 8.

Nota sobre os ataques da imprensa ao ministro da Fazenda Pandiá Calógeras.

BARRETO, Lima. Um ministro da Agricultura. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 9-10.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

O VENTRE da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 10.

O *A.B.C.* volta a falar na possibilidade da agricultura mineira auxiliar no barateamento do comércio de alimentos no Rio de Janeiro; reproduz nota impressa no *Diário de Minas*, em que o jornal mineiro comenta as sugestões da revista.

O SR. SABINO Barroso – espantinho para amedrontar os Monteiros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 11.

A revista publica entrevista com um velho capixaba, que fala da política do estado e das intenções da oposição em contar com Sabino Barroso para disputar uma vaga no Senado pelo Espírito Santo.

A GRAMÁTICA dos “linotypes”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 11.

O texto comenta um caso envolvendo o inspetor escolar Diniz Júnior.

OS NAVIOS alemães em troca do café paulista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 12.

O texto comenta uma conversa com o ministro da Fazenda Pandiá Calógeras após sua participação na Conferência Financeira de Buenos Aires; os participantes da reunião trataram do desenvolvimento da marinha mercante entre os maiores países do continente; o texto também lembra da ideia do estado de São Paulo em desenvolver sua própria marinha mercante.

“SIMILIA similibus curantur”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 12.

A redação ataca o comendador Mattos, diretor do periódico *A Razão*, por causa das críticas emitidas pelo português direcionadas ao diretor geral da Assistência aos Alienados, Juliano Moreira.

ALASTRANDO a civilização. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 13-14.

O correspondente de Curitiba aborda o recenseamento escolar no estado do Paraná.

UM EXEGETA da nacionalidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 14.

A revista lamenta a morte de Alberto Torres, falecido no dia 29 de março.

O “CRIADO mudo” da política do Distrito. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 14.

Comentários sobre a atuação do político Pedro Reis na Câmara dos Deputados.

TORREZÃO, Bazílio, pseudônimo. Uma viagem. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 15.

Crônica de Bazílio Torrezão, pseudônimo de Astrojildo Pereira, contando viagem realizada a Rio Bonito.

O PÃO, artigo de luxo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 16.

Nota sobre a proibição do governo argentino em exportar o trigo em grão e a farinha para o Brasil.

“À TOUT cheval tout honneur”. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 16.

Comentário sobre a viagem de Macedo Soares pela Argentina.

A GRAFIA dos estadistas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 17.

O texto em tom elogioso trata de Manuel Borba e Afonso Camargo, governador paranaense.

O SR. ARISTARCO Lopes retifica as afirmações do *Jornal do Recife*. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 17.

Nota informando que Aristarco Lopes desmentiu a entrevista que Osvaldo Machado atribuiu a ele.

ITAJUBÁ, cidade das cascatas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 18-20.

Reportagem abordando a cidade mineira de Itajubá; gravuras do coronel Jorge de Oliveira Braga, presidente da Câmara Municipal, da cidade, do Instituto Eletrotécnico e Mecânico e do Ginásio da cidade.

EM HOLOCAUSTO aos pósteros... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 20.

Nota informando o banquete de desagravo ao general Dantas Barreto; Barreto anunciou sua volta ao Rio de Janeiro.

A “POSE” de Napoleão. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 21.

Nota que informa a proibição das importações na França, dificultando mais a situação do comércio exterior brasileiro.

B., L. Mais uma. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 21.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

BORBA, Manoel. Estado de Pernambuco. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 108, ano III, 31 mar. 1917. p. 22-23.

Trechos da mensagem lida pelo governador pernambucano Manoel Borba na abertura da 2ª sessão da 9ª legislatura do Congresso estadual; o texto continua no próximo número da revista.

14. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. 28p.

DESTITUINDO o prestígio... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 1.

Gravura do presidente estadunidense Woodrow Wilson; comenta a aprovação do parlamento dos Estados Unidos da América do rompimento das hostilidades com a Alemanha. O título atribuído foi retirado da primeira frase do texto que acompanha a gravura.

A.B.C. Uma frase de Waldeck-Rousseau. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 3.

Condena as críticas do jornalista e político Macedo Soares às candidaturas de Rodrigues Alves e Delfim Moreira.

O REGRESSO de Antonio Azeredo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 3.

Comentário sobre o regresso do político mato-grossense Antonio Azeredo ao Rio de Janeiro; aborda a situação política do Mato Grosso.

A ÚLTIMA do Sr. Arrojado Lisboa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 4-5.

Questiona o possível privilégio que seria concedido pelo governo à Companhia das Minas de Jacuí para a exploração do carvão mineral.

A BAHIA e o dr. Rui Barbosa, perante o pleito presidencial. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 5.

O periódico explica os motivos que levaram a política baiana a apoiar a candidatura Rodrigues Alves-Delfim Moreira ao invés de lançar o nome de Rui Barbosa.

INVERTENDO a neutralidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 5. Ataca os defensores da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

NAZARÉ, Agripino. Carta ao presidente. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 6.

Agripino Nazaré publica uma carta ao presidente Venceslau Brás em que comenta o voo que contou com a presença do estadista e as promessas não cumpridas pelo governante.

OS CAMINHOS do mar. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 6. Comenta a ação do governo que encampou a companhia Comércio e Navegação.

BARATEAMENTO do martírio. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 7.

Comentário sobre a tentativa de assassinato do político gaúcho Borges de Medeiros e a repercussão do fato na imprensa; o periódico elogia a atuação política do governador do Rio Grande do Sul.

A MENDICÂNCIA provinciana do sr. Urbano Santos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 7.

O texto ataca o vice-presidente Urbano Santos, virtual sucessor do governador maranhense Herculano Parga.

A GUERRA propaga-se ao novo mundo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 8.

Gravuras de embaixadores e militares estadunidenses e alemães; o texto informa a ruptura entre Estados Unidos e Alemanha e a chegada da guerra ao Novo Mundo.

MORAES, Luís. A guerra dos agiotas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 9.

O jornalista comenta a entrada dos Estados Unidos na guerra; gravura da esquadra estadunidense.

O LOUCO errante. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 10.

Comentário em tom de reprovação da tentativa de Lauro Müller em conseguir o apoio do Exército à sua candidatura presidencial.

PALAVRAS ao prefeito. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 10.

Texto sobre a carestia da vida na cidade do Rio de Janeiro e os esforços que o prefeito deveria destinar a resolução do problema.

PORTO, Adolfo. A pão “KK” e laranja... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 11.

O jornalista escreve sobre a situação da exportação e da importação brasileira no período de guerra, conjugada com a proibição das importações na França, da entrada do café na Inglaterra e da exportação de farinha da Argentina.

“LES AFFAIRES, c’est l’argent des autres”... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 12.

Comentário sobre a informação, desmentida pelo governo, de que o Brasil contrairia um novo empréstimo no exterior, divulgada pelo *Jornal do Comércio*.

DE SENECTUTE. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 13.

Comenta texto de Silvio Romero sobre política.

SOMANDO os erros em soma. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 13.

Reproduz e comenta carta de Macedo Soares ao governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, tratando da candidatura presidencial de Rodrigues Alves e Delfim Moreira.

UMA FORTALEZA flutuante. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 14.

Gravura do encouraçado Arizona, construído em 1916, que fazia parte da esquadra do Atlântico.

N., A. Três literatos da província. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 15.

Agripino Nazaré escreve sobre três escritores nordestinos: o poeta pernambucano Costa Rego Júnior, o poeta cearense Mario Linhares, e o escritor pernambucano Mario Sette.

O CONGRESSO Agrícola de Juiz de Fora. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 16.

A revista publica a opinião de Augusto Ramos sobre o Congresso Agrícola de Juiz de Fora; pelo não comparecimento dos grandes políticos mineiros, Ramos acredita que a organização fundada no evento não sobreviverá por muito tempo; informa que as soluções a que se chegou no Congresso são impraticáveis.

MAIS UMA moratória? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 16.

Comentário sobre a repercussão na imprensa dos boatos de novo empréstimo que seria contraído pelo país.



MOMO, concorrente de Onã. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 17.  
O texto conta experiência amorosa vivida pelo diplomata e escritor português Justino de Montalvão no Carnaval carioca; Montalvão estava publicando duas vezes por semana uma história que derivaria dessa história.

TUDO, mas não professores. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 17.  
Texto comentando em tom irônico e crítico a declaração do *Temps* sobre o Brasil, e a repercussão das palavras do periódico francês, que teria dito que o Brasil exportava café, tapioca e personagens de opereta, e importava tecido, carvão e professores.

O BANDITISMO comercial. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 18.  
A revista informa a campanha das autoridades sanitárias cariocas contra a falta de higiene dos comerciantes de alimentos.

PINHEIRO Bittencourt. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 18.  
Texto encomiástico dedicado ao general Pinheiro Bittencourt, falecido havia poucos dias no Rio Grande do Sul.

INEDITORIAIS. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 19.  
Relatório da diretoria do Banco da Província do Rio Grande do Sul, escrito pelo diretor, Frederico Dexheimer, e pelo chefe da contabilidade, Santos Pardelhas.

LEME, Luiz Betim Paes. Carvão nacional. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 20.  
Luiz Paes Leme, diretor-secretário da Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jerônimo, informa a conversa que teve com o ministro da Fazenda, Pandiá Calógeras, sobre a concorrência na exploração do carvão nacional.

BORBA, Manoel. Estado de Pernambuco. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 109, ano III, 7 abr. 1917. p. 21-27.  
Continuação dos trechos da mensagem lida pelo governador pernambucano Manoel Borba na abertura da 2ª sessão da 9ª legislatura do Congresso estadual; parte final.

15. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. 24p.

PARECE que fora um singular... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917.

p. 1

Gravura do presidente Venceslau Brás; o papel do presidente de unir o país às vésperas de uma possível guerra. O título atribuído foi retirado do texto da capa.

NO LIMIAR da história. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 2

O torpedeamento do *Paraná* e o envolvimento dos Estado Unidos da América no conflito.

CINDE-SE a política de Alagoas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917.

p. 3

O texto comenta irregularidades na desapropriação do patrimônio do Estado de Alagoas perpetrado por Fernandes Lima para prejudicar o governador do Estado.

O “BLUFF” do carvão. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 4

A respeito da produção e consumo do carvão nacional; o carvão nacional tem boa qualidade, apesar de interesses particulares no Brasil e interesses internacionais, principalmente norte-americanos.

A NOVA soberania. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 5

Comenta de modo otimista a reação do Brasil diante do torpedeamento do *Paraná*.

SELVAGENS antes que heróis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p.

5

Lamenta as agressões a cidadãos alemães ocorridas por motivo do torpedeamento do navio *Paraná*.

AMÉRICA solidária. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 6

Gravuras de figuras importantes da diplomacia nas Américas: Domício da Gama, embaixador do Brasil em Washington; Morgan, embaixador dos Estados Unidos junto ao governo do Brasil; Frederic J. Stimson, embaixador “yankee” em Buenos Aires;

Romulo Naón, embaixador argentino junto aos Estados Unidos; Henri P. Fletcher, embaixador norte-americano no Chile. Nota sobre o pan-americanismo.

ESTÁ CONSUMADO o rompimento político entre os senhores Epitácio Pessoa e Camilo do Holanda. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 7-8  
Comentários sobre as intrigas partidárias que se desenvolviam no estado da Paraíba.

POLÍCIA “versus” Guarda Civil. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917.  
p. 8

Comenta a substituição do Tenente Limoeiro pelo Major Potiguara de Macedo da liderança da Guarda Civil; aponta conflito entre o presidente da República e Aurelino Leal.

SURRATERAPIZANDO a camisa de força... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 8

Crítica do comendador Luís de Matos, seguidor do espiritismo, assim como de Flexa Ribeiro, diretor do periódico *A Razão*.

BONIFÁCIO. Entre divergir dum chefe e ficar com a Nação, o Exército prefere continuar a merecer a estima de que sempre o cercaram os brasileiros. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 9

Carta atribuída ao tenente Bonifácio com críticas a respeito do General Lauro Müller, de origem germânica.

PORTO, Adolfo. Com os outros, morrem... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 10-11

Carta a Luis Moraes; o horror da guerra moderna como evidenciado pelo conflito europeu; descrição dos processos diplomáticos que levaram ao conflito;

VISÕES atuais. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 11

Fotografia aérea de Nova Iorque; nota sobre arranha-céus.

PELO DECORO do País. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 12

Desmente os boatos de um acordo secreto entre Brasil e Alemanha durante o conflito.

UM MINISTRO leviano. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 12  
Crítica à conduta do Ministro Alexandrino de Alencar diante da imprensa e da apreensão de navios mercantes alemães pelo governo.

A FUTURA representação espírito-santense. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 13

Crônica das intrigas partidárias no Estado do Espírito Santo.

NÃO PODE haver divergências quanto à sucessão de Minas, pelo simples motivo de que ainda não se escolheu o candidato. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 14

Crônica das intrigas partidárias no Estado de Minas Gerais.

PRECAUÇÕES inúteis. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 14-15  
Críticas às declarações oficiais da Federação Operária urgindo o país a se manter afastado do conflito europeu após o torpedeamento do *Paraná*; críticas também a declarações semelhantes feitas por Medeiros e Albuquerque.

AS INDÚSTRIAS domésticas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 15

Estatísticas que comprovam a viabilidade do carvão nacional.

O PRESIDENTE da República desmente o Ministro da Marinha, fazendo o governo tomar posse fiscal dos navios alemães surtos em nossos portos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 16

Crítica à conduta do Ministro Alexandrino de Alencar diante da imprensa.

UM MUNICÍPIO fora da lei. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 16  
Críticas a Abeilard Pereira, político da cidade de Lagoa Dourada.

UMA ATITUDE nacional a serviço do mundo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 17

Retrato de Silvino Gurgel do Amaral, ex-ministro do Brasil na Alemanha; elogios à ação do diplomata quanto a seu repúdio da política da Alemanha em relação às marinhas mercantes dos países neutros durante o conflito.

TORREZÃO, Bazílio, pseudônimo. Politiquite. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 18

Bazílio Torrezão, pseudônimo de Astrojildo Pereira, escreve texto de crítica ao militarismo de Olavo Bilac, ao Dr. Miguel Pereira e ao combate ao analfabetismo promovido pelo Major Raimundo Seidl.

O VENTRE da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 19

Urge o governo para a criação de armazéns públicos e pequenos mercados para o combate à fome.

TRATEMOS das munições. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 19

Críticas a Irineu Marinho e Medeiros de Albuquerque pela posição pacífica diante da Alemanha; indica a Associação da Mulher Brasileira e sua dirigente Mme. Álvaro de Teffé como alternativa que reúna mão de obra feminina para a fabricação de suprimentos bélicos aos soldados da possível guerra.

O “TRUSTEER” das presidências. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 20

Recomenda descrédito à pessoa do General Lauro Muller por sua origem germânica.

NA SEARA alheia... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 20

Críticas a Miguel Calmon du Pin e Almeida.

BRITO, Ribeiro de. Ensaio de uma crítica histórica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 21-22

O autor, político de Pernambuco, escreve para explicar uma série de reações suas hostis a vários políticos pernambucanos.

A CHEGADA do núncio apostólico. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 110, ano III, 14 abril 1917. p. 22

Condena o Monsenhor Jacinto Scapardini, enviado oficial do Vaticano pela quebra do decoro diplomático, já que visitou autoridades paulistas antes das autoridades federais; questiona suas motivações.

16. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. 22p.

A FISIONOMIA da política... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 1.  
Gravura com a foto do ministro das Relações Exteriores argentino, Honorio Pueyrredon. O texto trata da diplomacia brasileira na América do Sul. O título atribuído foi retirado do primeiro trecho da frase inicial do texto de capa.

MORAES, Luís. Imperativos de atualidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 2.

Comenta a relação da guerra com o desenvolvimento da República; elogia o militarismo norte-americano; prega a união sul-americana.

O INTERNACIONALISMO dum nacionalista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 3.

Críticas à posição diplomática de Rui Barbosa em relação à Primeira Guerra Mundial.

A FEDERAÇÃO Marítima e o sr. Presidente da República. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 3.

Comenta a manifestação dos trabalhadores da marinha mercante em apoio à política do presidente Venceslau Brás.

A PÉSSIMA execução de uma medida teoricamente magnífica. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 4.

Crítica a ocupação fiscal de navios mercantes alemães. Gravura de um navio de guerra.

A VOZ dos neutros, em defesa da liberdade dos mares. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 4.

Gravura focalizando os canhões de um navio de guerra.

AS COMANDITAS carvoeiras. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 5.

Defende a utilização do carvão produzido em território nacional desmentindo a crença em voga de que se deve misturá-lo com produto importado.

NAS VÉSPERAS da abertura do Congresso. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 6.

Entrevista com o senador A. Azeredo.

PORTO, Adolfo. A Alemanha do Sul. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 7-8.

Lamenta a imigração alemã no sul do país.

A NOSSA Imprensa. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 8.

Críticas a Macedo Soares, do periódico *O Imparcial*.

INVERSÕES do nacionalismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 9.

Crítica à posição de Rui Barbosa em relação ao conflito com a Alemanha; acusa-o de pregar a submissão do Brasil aos Aliados.

POLÍTICA de Mato Grosso na “gare” da luz. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 10-11.

Comenta os conflitos entre Pedro Celestino e Camilo Soares nas eleições de Mato Grosso.

DESLOCA-SE da Metrópole para São Paulo, o eixo da política aliada no Brasil? *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 11.

A correspondência de São Paulo comenta a visita do diplomata francês Paul Claudel, que é melhor para defender os interesses aliados do que intelectuais como Rui Barbosa ou Medeiros de Albuquerque.

O DIA da morte de... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 11.

Gravura que representa o enterro solene do almirante da marinha norte-americana George Derwey. O título atribuído foi retirado da frase inicial da legenda da fotografia.

O EXÉRCITO germanófilo e militarista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 12-3.

Alega ser uma carta de um “ilustre oficial do Exército”; critica Rui Barbosa e outros que acusam o exército de germanista.

A EVOLUÇÃO mental de um bacharel. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 13.

Crítica ao Ministro da Justiça, Carlos Maximiliano, que elogiou gaúchos que incendiaram duas casas de cidadãos alemães no Brasil.

MATTOS, surraterapeuta da espionagem. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 13.

Crítica aos jornalistas Luis de Mattos e Irineu Marinho por criticarem a atividade da espionagem; acusa-os de covardes.

O SR. A. AZEREDO conferencia, na Paulicéia, com o conselheiro Rodrigues Alves, sobre as próximas eleições da mesa do Senado. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 13.

Nota sobre as eleições da Comissão de Polícia da Câmara Alta.

[ILUSTRAÇÃO]. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 14.

Gravura com legenda ilegível.

A ENCAMPAÇÃO da Comércio e Navegação. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 15-16

Texto escrito pelos diretores da Companhia Comércio e Navegação rejeitando a apropriação estatal dessa empresa.

AS SURPRESAS da estatística. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 17.



Comentário a respeito da obra do francês Charles Gide sobre o orçamento militar francês anterior ao conflito com a Alemanha.

O CASO de Mato Grosso – jazigo perpétuo de mexericos. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 17.

Comentários sobre a política de Mato Grosso depois da saída do governador Caetano de Albuquerque.

CINDE-SE a política de Alagoas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 18.

Comenta o conflito entre o governador alagoano Batista Accioly e Fernandes Lima.

UM SÍMBOLO macabro da época. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. Gravura com a obra “Apoteose da Guerra”, do pintor russo Verestchaguine, com a legenda “Um símbolo macabro da época”.

A DIVISÃO Roosevelt... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 19.

Noticia as intenções de Theodore Roosevelt de comandar tropas norte-americanas ao fronte europeu.

EXORTAÇÕES irônicas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 19.

Questiona se a germanização de certas regiões do Sul do Brasil traz perigo à integridade do país.

O ESTÔMAGO da cidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 111, ano III, 21 abr. 1917. p. 20.

Urge o poder público a controlar o preço e a qualidade dos alimentos no período de racionamento e a incentivar a produção do pão misto.

17. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. 18p.

UMA DAS VISÕES mais surpreendentes... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 1.

Gravura representando uma trincheira da Primeira Guerra Mundial; legenda que enfatiza o horror no uso de “gases asfixiantes”. O título atribuído foi retirado da frase inicial da legenda.

PORTO, Adolfo. Evocando Rio Branco. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 2-3.

A respeito da comemoração do aniversário do Barão do Rio Branco; realça a boa diplomacia exercida pelo Barão, que obteve benefícios ao país sem ter recorrido à guerras; critica a diplomacia promovida pelo regime atual, na figura de Lauro Muller, que teria prejudicado as relações Brasil-Argentina-Chile

BALANÇO dos valores de um estadista. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 3.

Conteúdo: Elogios ao secretário das finanças de São Paulo, Sr. Cardoso de Almeida.

A MISSÃO do Congresso. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 4.

Comentário sobre o início do funcionamento do Congresso Nacional; comentários a respeito de elevada carga tributária; elogio ao pagamento da dívida feita em 1914 por Venceslau Brás; alerta sobre o perigo das disputas partidárias nas sessões do Congresso Nacional impedirem o pagamento da dívida.

PASSA a fortuna... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 4.

Comenta as repercussões na imprensa da ausência do jornalista João de Souza Lage do jornal *O País*; descrição caricatural do jornalista.

UM CLUBE que causará sensação. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 5.

Narra a viagem de Helio Lobo aos Estados Unidos da América e a Paris; Helio Lobo “datilógrafo” de Venceslau Brás; sugere a criação de um “Clube internacional Helio Lobo”.

NESSES TEMPOS de epopeia... *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 5.

Gravura intitulada “Marselhesa e a Águia Negra”. O título atribuído foi retirado do trecho inicial da frase que inicia a legenda da imagem.

O SR. RUI Barbosa e o militarismo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 6.

Afirma tratar-se de um texto enviado por um “ilustre oficial do Exército” a respeito da opinião de Rui Barbosa sobre o militarismo; afirma que Rui Barbosa trocou o domínio inglês pelo norte-americano; critica Rui Barbosa por apoiar as ações do exército quando lhe são convenientes e rejeitá-las prontamente quando lhe são inconvenientes; crítica Rui Barbosa por apoiar as leis da vacinação mesmo sendo contra a vontade do povo.

OS PROBLEMAS da atualidade. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 7.

Comentários sobre um artigo do escritor ibérico Ramiro Maeztu a respeito de relações internacionais; debate a questões de moralidade e proteção de interesses nas relações entre países; condena, entretanto a aquisição dos navios alemães. Sugere que o governo declare guerra à Alemanha em razão do torpedeamento do *Paraná*, não por meio da tomada dos navios mercantes.

A FISCALIZAÇÃO dos navios alemães surtos em nossos portos é um ato legítimo. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 8.

Defende a fiscalização de navios mercantis alemães por parte do presidente da República, sob o argumento de que somente é ato de guerra a ocupação de navios militares;

PATRIOTISMO zoológico de frades alemães. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 8.

Lamenta ataques a cidadãos alemães no Brasil; critica um artigo publicado por padres alemães no jornal de Juiz de Fora intitulado *A Bússola* a respeito das relações diplomáticas Brasil-Alemanha.

NA REGIÃO dos igarapés. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 9.

O texto critica o prefeito da cidade de Tarauacá, Sr. Cunha e Vasconcelos, no Amazonas, por expulsar os jornalistas Pedro Leite e Henri Froissart; o prefeito é apoiado por Venceslau Brás.

A JETATURA do Chefe. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p.9.  
Críticas a Aurelino Leal; usa linguagem mística fazendo referência irônica ao periódico *A Razão*.

A SECRETARIA da Câmara. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 9.  
Comenta a saída de Costa Ribeiro da secretaria da Camara dos Deputados.

BARRETO, Lima. Os heróis da Bruzundanga. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 10.

Consultar a indexação dos textos do escritor Lima Barreto, no primeiro capítulo.

ALGARISMOS eloquentes. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 11-12.

Alega apresentar texto que detalha as finanças do Estado de São Paulo, da autoria de seu Secretário da Fazenda, Sr. Dr. Cardoso de Albuquerque; afirma que a probidade financeira do Estado pode propiciar a diminuição dos impostos sobre a classe proletária.

POLÍTICA do Distrito. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 12.

Comenta as disputas para o cargo de Senador.

ANDRADE, Paulino de. Um herói retardatário. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 13-14.

Conto; narra um encontro do narrador com um bandido famoso chamado Antonio Silvino.

LAHMEYER, Rodolfo F.; CARNEIRO, Ernesto Pereira, et alii. Como se defende a Companhia Comércio e Navegação. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 15-16.

Texto escrito pelos diretores da Companhia Comércio e Navegação rejeitando a apropriação estatal dessa empresa.

MEDIDA que exige sequência. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 112, ano III, 28 abr. 1917. p. 17.

Elogia a criação da pensão operária.

## ANEXO D – Acervo Iconográfico

Reprodução da crônica inédita em livro, “Estado de sítio”, publicada na página 13, do número 385 da revista A.B.C., que circulou no dia 22 de julho de 1922.

ESTADO DE	SÍTIO
<p>Os dois amigos Fagundes e Nepomuceo viviam afastados de todas as modalidades da vida mundana. Fagundes tinha algumas apólices de cujo rendimento vivia; Nepomuceo era aposentado de qualquer repartição pública, para a qual entrara, afim de socorrer os seus parentes, logo, porém, que elles se estabeleceram solidamente na vida, Nepomuceo tratou de fugir ao ambiente deleterio da burocracia: aposentou-se.</p>	<p>— Ah! é que está o motivo. Admiro porque uma estatua não vale nada. Com o tempo, apesar de ser bronze eterno, Marco Aurelio passa a ser Constantino e vice-versa. Ambos vivam-se um pouco e sorveram alguns tragos da humilde cerveja que lhes enfeitava a mesa de um pobre botecoquim suburbano. Olharam um instante o longínquo horizonte dos Orgãos e Nepomuceo disse:</p>
<p>Soltos, porque Fagundes gastara a mocidade, sonhando com o Amor (com a grande); e Nepomuceo porque entrevera a sua com o encaminhamento dos irmãos</p>	<p>— Você sabe, Fagundes, de uma cousa? — Qual? — Não estou contente com este “estado de sítio”.</p>
<p>Aborrecidos da vida, mas gostando della — coisa que parece contradictoria, mas que acontece muitas vezes — resolveram morar juntos num arrabalde afastado da cidade, vivendo melancolicamente a contemplar as montanhas do Rio de Janeiro e a ter piedade da gente pobre que lá residia.</p>	<p>— Porque? — Pela razão muito simples de que ainda não fui preso.</p>
<p>Não tinham nenhuma escrupulo nas suas relações. Davam-se com Deus e todo o mundo. Com isso, elles gozavam e viviam uma vida intensa de maravilhas, originada pela analyse da forte tristeza nas existencias dos nossos semelhantes, aos quaes os embates da nossa sociedade transformam, deformam e degradam, não só na economia domestica, como na physionomia e aspecto physico.</p>	<p>— Diabo! Que mania é esta de você! A prisão é sempre desagradavel, mesmo por motivos politicos e você... — Nunca fui politico, nem comprehendendo politica, mas queria ser preso.</p>
<p>Elles eram tristes e conversavam tristemente num botecoquim de suburbio. Fagundes dizia, deante de uma garrafa de cerveja barata:</p>	<p>— Para que? — E’ simples. Estou cheio de dividas que não sei como saldar.</p>
<p>— Julgo que todas essas revoluções só servem para prestigiar os governos.</p>	<p>— Dahi? — E’ que sendo preso... — Pagava? — Não. Adia o pagamento e desculpava-me com os credores. — Você cada um! — Pois é isso. Está porque estou descontente com o estado de sítio.</p>
	<p><b>Lima Barreto.</b></p>

Caricatura de Generoso Ponce Filho retratando João do Rio, impressa no *A.B.C.* n. 2, de 6 de março de 1915.



Caricatura de Generoso Ponce Filho retratando João do Rio como sua personagem Madame Vargas. A ilustração foi impressa no *A.B.C.* n. 3, de 13 de março de 1915.





Capa da revista *A.B.C.* em sua edição de número 106, de 17 de março de 1917. Na capa, há uma colagem com os retratos de Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América de 1913-1921, Lloyd George, primeiro-ministro do Reino Unido de 1916-1922, e Manuel García Prieto, presidente do Conselho de Ministros da Espanha nos períodos de 1912, 1917-1918 e 1922-1923.



# A.B.C.



ANNÔ III — N. 106      Director: FERDINANDO BORLA      Publica-se aos sabbados

---

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
 AVENIDA RIO BRANCO 110-112, 2º andar  
 (Edifício do Jornal do Brasil)  
 Telephone: Central 1020 - Caixa Postal 833

Rio de Janeiro, Sabbado, 17 de Março de 1917.

Numero avulso 100 réis  
 Assignaturas: Anno cinco mil réis  
 Publicidade: Traza-se na Administração

---

## A PAZ DOS NEUTROS




Coincidência que ninguém registrou, mas que o mundo inteiro confusamente sentiu: a assumpção dictatorial de Lloyd George ao poder, o "revirement" alliadophile de


Woodrow Wilson, a neutralidade menos submissa e contrabandista da Hespanha. Assim, através da diplomacia um tanto "sans-faconnière" do primeiro ministro in-

glez, a mediação ibero-americana prepara-se para restituir a paz ao velho mundo, paz que não será a dos belligerantes, que não será a da victoria nem da derrota, mas unicamente a dos neutros.

Capa da revista A.B.C. em sua edição de número 190, de 26 de outubro de 1918. A capa traz uma fotografia de Venceslau Brás, presidente da República.



A.B.C.

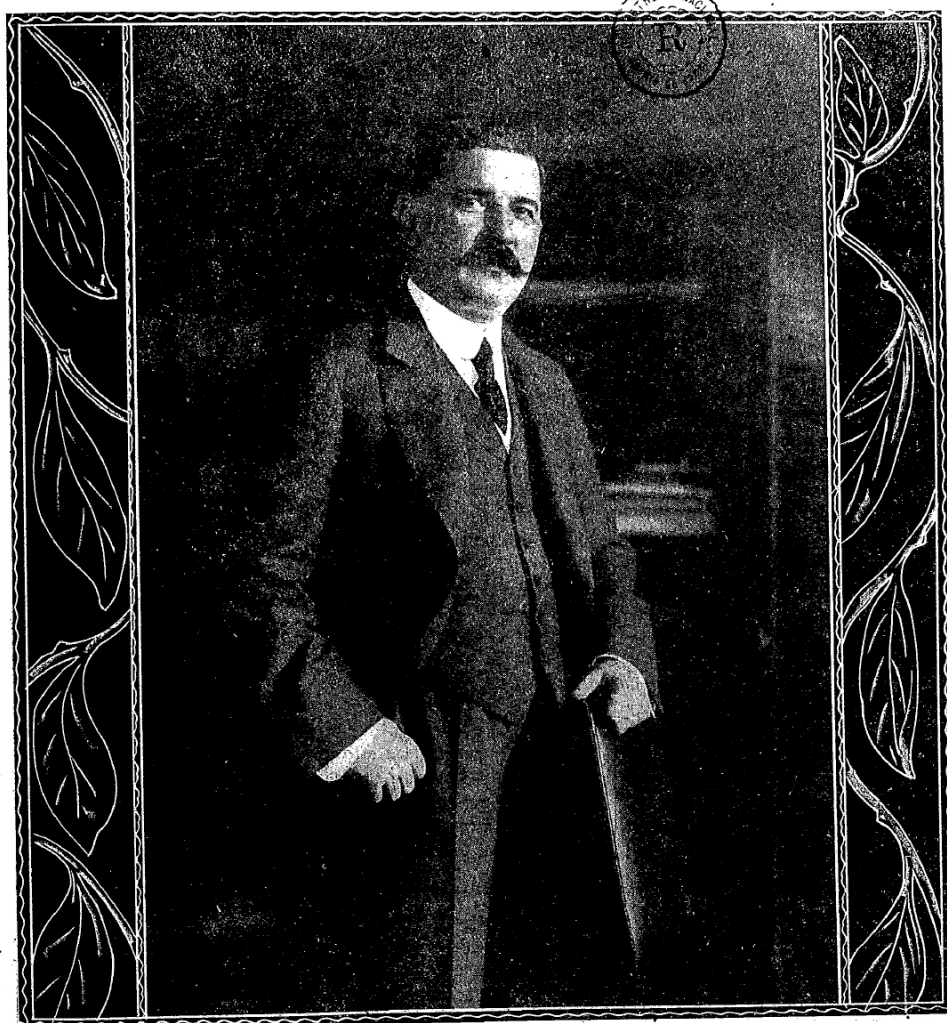


---

ANNO IV — N. 190      Direcção : PAULO HASSLOCHER E LUIS MORAES      Publica-se aos sabbados

---

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO AVENIDA RIO BRANCO, 110-112 3º andar Edifício do Jornal do Brasil Telephone Central 4029-faixa Postal 382	Rio de Janeiro, Sabbado, 26 de Outubro de 1918	Numero avulso 100 réis Assinaturas: Anno dez mil réis Publicidade: trata-se na Administração
---	--	--



Quiz o destino mysterioso e sombrio, que ha dois annos creia um turbilhão de fatalidades para o Brasil, que o Sr. Venceslau Braz não deixasse o Cattete com uma visão sorridente e ditosa dos seus quatro annos de governo. E trouxe, com a peste, os lances de tragedia que amarguram, de norte a sul, a alma inteira da nacionalidade.

Seria injusto negar, nesta hora, ao Sr. Presidente da Republica, applausos pela energia vigilante com que tem enfrentado a situação afflictiva.

Capa da revista *A.B.C.* em sua edição de número 198, de 21 de dezembro de 1918. A capa traz um retrato do falecido Barão do Rio Branco, ex-ministro das Relações Exteriores.

**POLITICA**  
**ACTUALIDADES**

**A.B.C.**

**QUESTÕES SOCIAES**  
**LETRAS E ARTES**

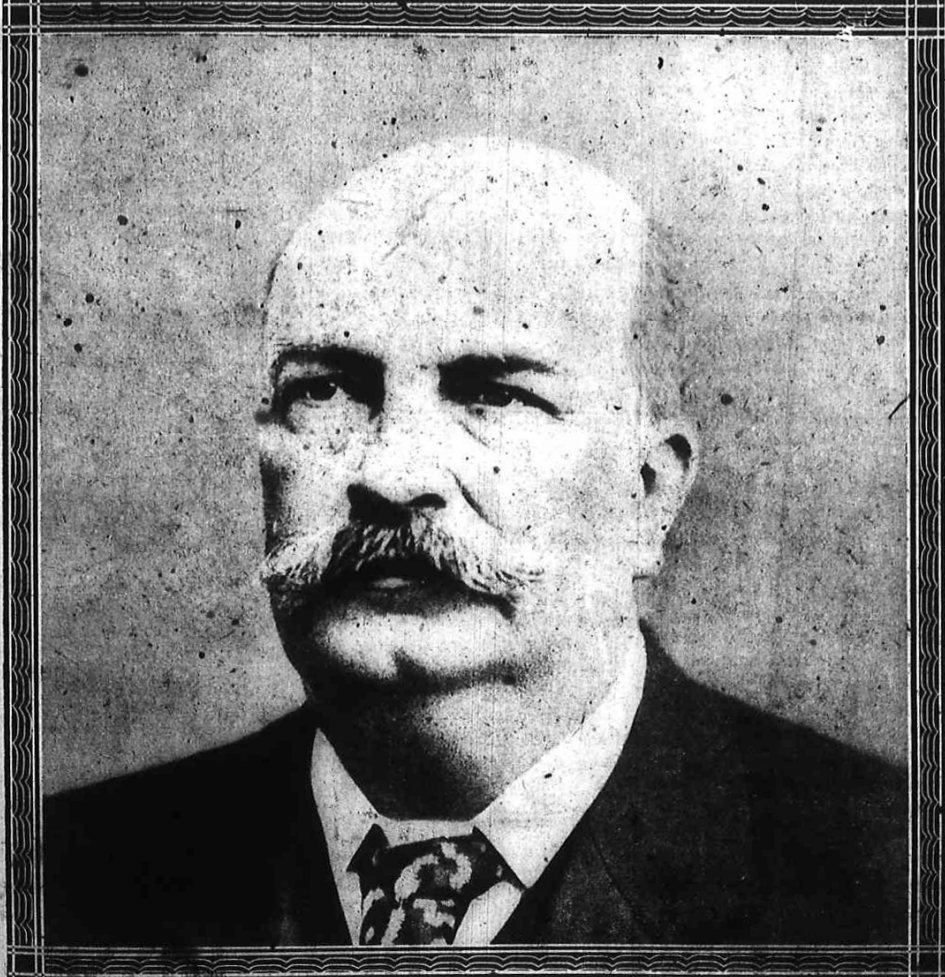
ANNO IV—N. 198      Direcção : PAULO HASSLOCHER E LUIS MORAES      Publica-se aos sabbados

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
AVENIDA RIO BRANCO, 110-112 3º andar  
Edifício do Jornal do Brasil  
Telephone Central 4028-Caixa Postal 652

Rio de Janeiro, Sabbado, 21 de Dezembro de 1918

Numero avulso 100 réis  
Assignaturas: Anno dez mil réis  
Publicidade: trata-se com a Administração

**INJURIAS A' UMA ESTATUA**



*RIO BRANCO -- um modelo que o Sr. Domicio da Gama está aviltando*